

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH
Departamento de História

Denise Maria Ribeiro Tedeschi

Águas urbanas:
as formas de apropriação das águas em Mariana/MG
(1745-1798)

Fevereiro, 2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387

Tedeschi, Denise Maria Ribeiro
T228a **Águas urbanas: as formas de apropriação das águas em**
 Mariana/MG (1745-1798) / Denise Maria Ribeiro Tedeschi. -
 - Campinas, SP : [s. n.], 2011.

Orientador: Leila Mezan Algranti.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Água. 2. Água – Consumo . 3. Mariana (MG) – História – Séc.
XVIII. 4. Brasil – História – Período colonial, 1500-1822. I.
Algranti, Leila Mezan. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: Urban waters: the forms of appropriation of
water in Mariana / MG (1745-1798)

Palavras chaves em inglês (keywords) :

Water
Water consumption
Mariana (MG) – History – 18th century
Brazil history – Colonial period, 1500-1822

Área de Concentração: História Cultural

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora: Leila Mezan Algranti, Júnia Ferreira Furtado, Milena
Fernandes Maranhão

Data da defesa: 10-02-2011

Programa de Pós-Graduação: História

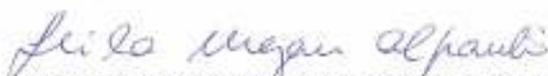
DENISE MARIA RIBEIRO TEDESCHI

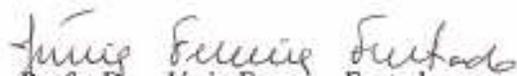
Águas urbanas:
as formas de apropriação das águas em Mariana/MG
(1745-1798)

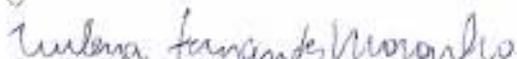
Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Leila Mezan Algranti.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 10/02/2011

BANCA


Profa. Dra. Leila Mezan Algranti (orientadora)


Profa. Dra. Júnia Ferreira Furtado


Profa. Dra. Milena Fernandes Maranhão

Prof. Dr. Marco Antônio Silveira (suplente)

Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino (suplente)

Campinas, Fevereiro de 2011

Para meus pais, Olindina e Getulio

Resumo

As formas de apropriação das águas correspondem às maneiras como os indivíduos conceberam os vários modos de obter, empregar e se relacionar com esse líquido em determinadas situações históricas. Ao lado de uma questão fisiológica premente em torno das águas, aspectos sociais, culturais e mesmo econômicos são urdidos e apresentam sua trama. O objetivo deste trabalho foi investigar as formas de apropriação das águas no espaço urbano de Mariana, Capitania de Minas Gerais, entre 1745-1798, período de execução de sua reforma urbana. Como os demais núcleos urbanos mineradores do período, a cidade cresceu contornando os rios e córregos, onde ocorriam os serviços da mineração. Em 1745, o Rei D. João V elegeu a então Vila de Nossa Senhora do Carmo, castigada pelas enchentes, para sede do bispado da Capitania. Para estar condigna à sua nova função religiosa, o monarca ordenou que se realizassem as intervenções urbanas necessárias na cidade. O presente trabalho contemplou a pluralidade das apropriações das águas em Mariana, priorizando temas como a contenção, a distribuição e o fornecimento do líquido, bem como a diversidade das intenções, impressões e sensibilidades que envolveram o consumo das águas urbanas nessa cidade.

Abstract

The forms of water appropriation correspond to the ways the individuals conceived the different modes of obtaining, using and relating to this liquid in certain historical situations. Besides the essential physiological issue concerning waters, social, cultural and even economic aspects are weaved and come about their weft. The goal of this work is to investigate the forms of water appropriation in the urban site of the city of Mariana, in the Capitany of Minas Gerais, Brazil, between the years of 1745 and 1798, when its urban reform took place. Likewise other mining urban centers, Mariana grew around the margins of rivers and streams, where mining services took place. In 1745, D. João the 5th, King of Portugal, chose Vila de Nossa Senhora do Carmo, the former name of the city of Mariana, then suffering from floods, as the episcopate headquarters of the Capitany. To fulfill this new religious function, the King ordered the required urban interventions in the city. This work includes the plurality of water appropriations in Mariana, focusing on issues like water restraining, distribution and furnishing, as well as the multiple intentions, impressions and sensitivities involved in water consumption in that city.

Agradecimentos

Nesta jornada muitos me acompanharam, incentivando, oferecendo um ombro amigo e respeitando a solidão necessária da escrita. Agradeço a minha querida família: ao meu Pai sempre disposto a ajudar, a minha Mãe que soube conviver com o meu silêncio diário, à alegre companhia de Ana Luiza, ao Léo e à amizade da Carla. Sem essa família divertida, bem-humorada, compreensiva, sem os gritos do papagaio e os pulos da cadela kika, não conseguiria ter chegado ao fim. Obrigada!

Agradeço à Leila Mezan Algranti que acreditou em mim desde a seleção do mestrado, acompanhou minhas dúvidas, textos e anseios. Com sugestões e críticas soube me despertar para a sensibilidade que envolve a escrita e o ofício do historiador. Agradeço, igualmente, ao professor Tiago C. P. Miranda pela atenção e orientação durante o tempo que desbravei as terras portuguesas.

Da UFOP levo boas recordações, além de grandes amigos que acompanharam de perto o desenvolvimento desta pesquisa. Obrigada, Grupo cantaria, em especial ao Prof. Carlos, o primeiro a me incentivar a conhecer os chafarizes coloniais, e a minha amiga Crislayne. No Grupo JALS, aprendi a saborear amizades e risos na árdua jornada do historiador. Deixo meu agradecimento especial à Joelma, grande amiga dos arquivos, Débora dos risos, Pedrão pela grande generosidade, Gilson que me ajudou no banco das Notificações e à biblioteca e amizade do Prof. Marco Antônio.

Sou grata aos funcionários Felipe e Olinda do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, à doce Dona Conceição da biblioteca da UFOP e aos funcionários do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional de Portugal e Arquivo Histórico Ultramarino.

Agradeço à Milena F. Maranhão e Laura de Mello e Souza que deram valiosas contribuições em minha banca de qualificação.

Agradeço ao CNPq pela bolsa concedida, que permitiu o desenvolvimento desta pesquisa e à Cátedra Jaime Cortesão que me financiou durante dois meses para pesquisar nos arquivos portugueses. Agradeço ainda ao grupo Dimensões do Império Português (Fapesp) que me acolheu durante esta pesquisa.

Agradeço ao Bruno, amigo da UFOP que esteve comigo em Lisboa. Com toda certeza, se não fosse ele, a minha primeira estadia em terras lusitanas não teria sido a

mesma. Obrigada! Voltaremos! Agradeço ainda as minhas queridas e sempre presentes amigas Cris, Flávia, Júlia e Juliana, que me consolaram nos momentos de angústia. Sou grata aos amigos Gustavo, Camila e Maykon da Unicamp e aos parceiros Juan e Raphael, com quem morei durante um ano em Campinas. Para a querida Raquel não sei medir palavras de agradecimento pelo zelo e carinho com que tem me ajudado.

Nas linhas que se seguem não posso deixar de dar o devido mérito dos gráficos, tabelas e mapas ao meu querido Pai. Este trabalho é também seu, Pai. Como não poderia deixar de mencionar os cafés diários de minha Mãe que me permitiram escrever na madrugada silenciosa; ao “cumpadi” Zé pelo “abstract” e, por último, aos livros, citações e ouvidos incansáveis do Álvaro. Não há palavras que possam demonstrar seu companheirismo e sua dedicação. Obrigada por saber me respeitar, escutar e incentivar com suas palavras de amigo, namorado e historiador.

Com o término deste trabalho ganhei algumas certezas. Além de um par de óculos, vistas cansadas e fios brancos, aprendi a testar e reconhecer minha fé em cada palavra escrita, em cada gesto de amor e amizade da minha família e amigos. Agradeço a Deus que me permitiu chegar ao fim dessa jornada!

ABREVIATURAS

AHCML - Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa

AHCMM - Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana

AHCSM - Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APM - Arquivo Público Mineiro

BNL - Biblioteca Nacional de Lisboa

CMM - Câmara Municipal de Mariana

Cx. - Caixa

Doc. - Documento

SC - Seção Colonial

SUMÁRIO

Índice de Imagens	xí
Índice de Tabelas	xii
Índice de Gráficos	xiii
Introdução	15
1. A Água na Produção Espacial Urbana: o cenário de Mariana Setecentista	21
1.1 A trama urbana na Historiografia: agentes, formas e poderes.....	28
1.2 Da fundação à cidade.....	39
2. A Rede de Abastecimento de Água	63
2.1 O Aqueduto de Mariana e o sistema de condução das águas.....	72
2.2 Oficiais construtores: a arte de conduzir e conservar as águas.....	96
2.3 Do quanto custa cuidar das águas: as despesas da Câmara na rede de abastecimento.....	119
3. O Consumo das Águas Urbanas	147
3.1 Chafarizes públicos e a distribuição das águas.....	148
3.2 As águas na Salubridade urbana: entre o micro e o macrocosmo.....	194
3.3 O serviço das águas minerais.....	226
4. Conclusão	238
5. Fontes e Bibliografia	242

Índice de Imagens

1. Máquina de Marley, 1723.....	26
2. O Arraial do Ribeirão do Carmo: (1692-1702).....	42
3. Mapa das Minas do Ouro e São Paulo e costa do mar que lhe pertence, 1714.....	44
4. Planta em que se mostra a obra a que se há de fazer para se evitar a inundação das ruas de Mariana pelo rio que ali corre.....	51
5.Planta da cidade de Mariana.....	54
6. Mapa da cidade de Mariana.....	55
7. Ponte da Rua Direita.....	58
8. Aqueduto da Água da Prata, Évora, Portugal.....	77
9. Aqueduto das Águas Livres no Vale de Alcântara.....	79
10. Reservatório das Amoreiras.....	79
11. Figura que representa a Manilha d'água dividida em Anéis e Penas.....	82
12. Sistema de distribuição das águas.....	85
13. Caixa de pedra da Rua Nova (Mariana).....	86
14. Canaletas de Cerâmica do Aqueduto de Mariana.....	86
15. A Trajetória das águas: Aqueduto e chafarizes de Mariana (1749-1802).....	94
16. Procedimentos para Arrematação de Obras Públicas na Câmara de Mariana (1745-1800).....	100
17. Fonte dos Quartéis, 1767.....	155
18. Fonte dos Quartéis, 2010.....	155
19. Chafariz da Sé.....	156
20. Chafariz dos Cortes.....	161
21. Fonte dos Monsus.....	167
22. Chafariz de São Pedro	168
23. Chafariz de São Francisco dos Pardos.....	168
24. Chafariz de Repuxo, 1749.....	171
25. Chafariz do Conde de Assumar.....	177
26. Carregadores de água.....	180
27. As Lavadeiras do Rio Laranjeiras.....	213

Índice de Tabelas

1. Receitas x Despesas x Saldos anuais da Câmara de Mariana (1745-1800).....	125
2. Superávits e déficits nas contas da Câmara de Mariana (1745-1800).....	127
3. Relação Despesa Total x Despesas com obras x Despesas por tipos de obras públicas no Termo de Mariana (1745-1800).....	129
4. Obras conjugadas à rede de abastecimento das águas (1745-1800).....	135
5. Despesa Geral x Despesa com obras públicas x Despesas obras relativas à água (1745- 1750).....	138
6. QUADRO: Chafarizes de Mariana (1745-1802).....	157

Índice de Gráficos

1. Receitas e despesas da Câmara de Mariana (1745-1800).....	124
2. Percentual de despesas por tipos de obras públicas no Termo de Mariana (1745-1800).....	128
3. Relação da Despesa Geral x Despesa com obras públicas x Despesa com obras relativas à rede de abastecimento (1745-1800).....	137
4. A Despesa da Câmara na rede de abastecimento das águas em Mariana (1745-1800).....	143

Introdução

*-O rio é como o tempo!
Nunca houve princípio [...]. O primeiro dia surgiu
quando o tempo já há muito se havia estreado. Do
mesmo modo, é mentira haver fonte no rio. A
nascente é já o vigente rio, a água em flagrante
exercício¹.*

As formas de apropriação das águas correspondem às maneiras como os indivíduos desenharam os variados usos e modos de obter, empregar e se relacionar com o líquido precioso na História. E se a História é a ciência que estuda os homens no tempo,² torna-se mister investigar aquilo que permite sua existência.

Ao lado da questão fisiológica em torno das águas, aspectos sociais, culturais e mesmo econômicos são urdidos e apresentam sua trama. O homem, em diferenciados espaços e no fluxo do tempo, desenvolveu formas de fornecer, ordenar, distribuir e utilizar esse bem natural. Essas formas mutáveis, históricas, revelam percepções, significados, técnicas e empregos desse líquido vital.

O objetivo deste trabalho é investigar as formas de apropriação das águas no espaço urbano de Mariana, Capitania de Minas Gerais, entre 1745-1798. O cenário escolhido foi a capital religiosa das Minas, durante o período de execução de sua reforma urbana. Como os demais núcleos urbanos mineradores, a cidade cresceu contornando os rios e córregos, onde ocorriam os serviços de minerar. Apesar das semelhantes adversidades que acompanharam a administração das águas nas povoações mineradoras das Minas, Mariana apresenta um dado singular que marcou sua reconstituição urbana. Em 1745, o Rei D. João V elegeu a então Vila de Nossa Senhora do Carmo para sede do bispado da Capitania. Castigada pelas enchentes, seu espaço físico estava comprometido: os edifícios civis e religiosos, as casas, pontes e calçadas eram inundados pelas águas do ribeirão do Carmo no tempo das cheias. Para estar condigna à sua nova função religiosa, o monarca ordenou que se realizassem as intervenções urbanas necessárias na “nova” cidade.

¹ COUTO, Mia. *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 61.

² Cf. BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 55.

O período da reforma urbana, recorte desta pesquisa, inicia-se em 1745, com a ordem régia de criação do bispado e elevação à cidade, e finaliza em 1798, quando a principal obra, o edifício da Casa de Câmara e Cadeia, foi concluída. Um momento de amplas transformações no tecido físico da cidade, em que a contenção das águas, o abastecimento público e os serviços de minerar interferiram na conformação de sua paisagem.

A pesquisa privilegia a documentação produzida pela Câmara Municipal de Mariana, uma vez que essa instituição foi responsável por cuidar do provimento e ordenação das águas urbanas. Na presente dissertação, cruzamos a diversidade de fontes do fundo camarário, como acórdãos, editais, posturas, livros de receita e despesa e contratos de obras, bem como as correspondências entre o governo local e o Conselho Ultramarino. Ademais, utilizamos os regimentos das águas minerais, os tratados de arquitetura e medicina, a literatura de viajantes, memórias do período e as notificações. Ao longo deste trabalho são feitas alusões às outras localidades do Reino e da América Portuguesa, seja para estabelecer similitudes e particularidades, seja para ampliar, por meio de conexões e comparações, nosso suporte investigativo e interpretativo acerca das águas urbanas de Mariana.

A noção de apropriação presente no título e empregada neste trabalho aproxima-se das contribuições acerca das práticas sociais trazidas por Michel De Certeau e Roger Chartier. Em *A Invenção do Cotidiano*,³ De Certeau define a apropriação como o consumo cultural: o lugar de uma nova produção, o espaço da fabricação do outro. A apropriação entendida, portanto, como o momento das operações dos usuários, das invenções, bricolagens, desvios. A metáfora criada pelo autor sobre o uso da cidade, envolvendo os urbanistas e pedestres ilustra o sentido conferido à categoria de análise, utilizada para compreender o universo das práticas sócio-culturais. Embora o urbanista planeje e construa o espaço da cidade, são os usos dos pedestres que dão novos sentidos e significados a esse espaço. Na prática da caminhada, os habitantes podem se apropriar dos lugares de formas diferenciadas, seguindo ou mesmo distorcendo os passos do urbanista.⁴

A partir do exemplo apresentado por De Certau, envolvendo o urbanista e o usuário, é possível ainda acrescentar que o segundo pode engendrar no espaço ordenado novas formas

³ DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. v.1. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 38.

⁴ DE CERTEAU. *A invenção do cotidiano...*, v.1, pp. 177-178.; DE CERTEAU, Michel. *A Cultura no Plural*. Tradução de Enid Abreu Dbránszky. Campinas: Papirus, 1995, p. 234.

urbanas, reconhecidas ou não pelo primeiro. Além das possibilidades planejadas e edificadas pelo urbanista no espaço, seria possível aos usuários inventar e/ou burlar essa ordem estabelecida, como, por exemplo, a partir da criação de outros caminhos paralelos, como as trilhas feitas ao lado do asfalto arquetizado, comentadas por Michel De Certeau. Por motivos variados, os usuários começam a se deslocar não pela estrada pavimentada, mas pela grama onde não era permitido pisar. O usuário pode, portanto, se apropriar do espaço de várias maneiras, criando outras formas de consumi-lo, instaurando novos hábitos no convívio social. Diante de tal situação, seria possível que o urbanista autorizasse as novas invenções dos habitantes, construindo um caminho pavimentado sobre a grama, ou ainda permitindo que aquele caminho paralelo continuasse a conviver com a estrada planejada. Na primeira hipótese, o urbanista teria se apropriado do uso considerado ilícito para transformá-lo em adequado, criando sobre ele uma forma autorizada de uso, caso em que a prática subversiva instituiu uma nova norma no convívio social. Uma segunda possibilidade seria o uso habitual da estrada e da grama, sem que este último fosse reconhecido ou incomodasse a ordem estabelecida. O caminho alternativo seria ignorado ou não importaria ao urbanista. Mesmo com a invenção deste novo hábito pelos transeuntes, é possível que o arquiteto continue a ignorar a trilha e que os viandantes continuem a utilizá-la rotineiramente, o que demonstra que nem toda prática subversiva institui uma nova norma, assim como nem toda norma institui uma prática no campo inacabado da cidade, onde produções e apropriações estão em convivência no ambiente social, engendrando novas práticas e/ou legitimando antigos hábitos.⁵

Roger Chartier utilizou a categoria “apropriação” para compreender a complexa relação entre o livro (objeto produzido) e a prática de leitura. Esta última, enquanto apropriação da ordem, momento em “que [se] inventa, desloca e distorce”. Para compreender as formas de apropriação, o historiador francês examinou os mecanismos de produção dos livros, os sujeitos produtores e receptores; a inscrição da leitura enquanto uma prática para além de uma “operação abstrata de inteligência”, que envolve o “uso do corpo, inscrição em um espaço, relação consigo ou com o outro”⁶.

⁵ CERTEAU. *A invenção do cotidiano...*, pp. 177-178.; CERTEAU. *A Cultura no Plural*. p. 234.

⁶ CHARTIER, Roger. Mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.11, n.5, jan-abr., 1991, p. 181.

Tanto Michel De Certeau, quanto Roger Chartier destacaram a “pluralidade dos modos de emprego, a diversidade” das práticas⁷; as apropriações enquanto “maneiras de utilizar” os produtos impostos. No entanto, ambos trataram seus objetos culturais enquanto produtos. No caso do livro, objeto de análise de Chartier, concordamos com essa perspectiva. Afinal, o livro, apesar de estar imerso em intenções que levam às variadas e múltiplas apropriações, é um produto acabado. Não é possível alterar sua materialidade, sua estrutura e seu conteúdo, a menos que haja uma nova edição. A cidade, no entanto, é um cenário aberto, em “edição” constante, onde editores, leitores e escritores são os impressores desta obra interminável. Dessa forma, nossa pretensão ao longo desta dissertação é demonstrar que as apropriações das águas urbanas ocorreram em diferentes esferas, por diferentes personagens – governantes/urbanistas e governados/usuários –, que as construíram e reconstruíram no terreno das práticas sociais.

A proposta é ampliar o conceito de apropriação, compreendendo-o para além do consumo de uma ordem. Primeiramente, porque a água não é um bem fabricado e produzido pelo homem, mas um bem natural existente e necessário à sua sobrevivência e, portanto, são as formas de se apropriar deste elemento nosso objeto de análise. Em segundo lugar, porque abordamos as formas de apropriação das águas no espaço urbano, ou seja, as maneiras como os indivíduos da Mariana Setecentista se apropriaram do elemento natural e o tornaram apropriado ao espaço social. Assim, o termo “águas urbanas” circunscreve o recorte geográfico e a paisagem social de nossa pesquisa, mesmo que os limites entre o rural e o urbano, o público e o privado, no período analisado, sejam confusos, fluidos e estejam imbricados.⁸

Apropriação no plural: traduzida pela heterogeneidade dos sujeitos, das práticas, formas de lidar, conviver, obter e ressignificar esse bem natural. Nas práticas de consumo do líquido, as águas não deixam de ser um elemento natural, mas adquirem formas culturais. O ato de lhes atribuir significados, criar artificios para a sua organização e

⁷ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1988, p. 26.

⁸ NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: MELLO E SOUZA, Laura de. (org.) *Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. v.1. NOVAIS, F. (dir.) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 13-39

ordenação, instituir necessidades, normas e hábitos confere às águas urbanas formas culturais, historicamente localizadas e mutáveis no tempo.⁹

Para apreendermos a rede de significados, propriedades e utilidades das águas, foi preciso “infiltrar” pelos usos e práticas que as envolveram na vida urbana Setecentista, caminhando pelo “rés do chão”, como destacou Fernand Braudel.¹⁰ Nas práticas repetitivas e rotineiras, do universo diário dos mineiros, o líquido escorria, ganhava formas, ordens, artificios e funções.

Esta dissertação divide-se em três capítulos, os quais tratam de aspectos diferenciados sobre as águas de Mariana. No primeiro capítulo analisamos as maneiras como as águas do ribeirão do Carmo interferiram na produção espacial urbana de Mariana e na consolidação do povoado, sede do bispado da Capitania. Abordamos como a fúria das águas do Carmo esteve entre os principais problemas enfrentados pela localidade para tornar-se dignamente adequada à nova função religiosa designada pelo monarca português. Destacamos, sobretudo, a ação local e régia na reconfiguração da morfologia urbana, observando como o espaço foi apropriado para conviver com as águas do ribeirão, que inundavam a cidade em meados do século XVIII.

No segundo capítulo, abordamos o fornecimento das águas promovido pela Câmara Municipal no espaço urbano de Mariana. Enfatizamos a formação da rede de abastecimento de água edificada a partir de 1749, quando foi construído o aqueduto subterrâneo. A constituição do circuito das águas na cidade é contemplada a partir de três eixos: como foi construída, quem realizou as obras e o quanto se gastou para fornecer esse serviço à população.

O fio condutor do terceiro capítulo é o consumo das águas urbanas. Elucidamos primeiramente os usos e significados atribuídos aos chafarizes públicos, normas e desvios ocorridos nestes suportes d’água fabricados pelo Senado. Em seguida, tratamos das águas servidas que corrompiam a salubridade urbana, atentando para os significados e causas das doenças, as noções de sujo e limpo que vigoraram neste período. E, por último, analisamos

⁹ A respeito da noção de consumo e bens culturais, sugerimos as abordagens do historiador Daniel Roche e dos antropólogos Mary Douglas e Baron Isherwood Cf. ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo - século XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000; DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

¹⁰ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV- XVIII: as estruturas do cotidiano, o possível e o impossível*. v.1. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 17.

a importância das águas nas atividades produtivas, sobretudo no serviço da mineração, sem as quais não seria possível apurar o ouro.

Propomo-nos a desvelar certas trilhas deixadas pelas águas, mas estamos cientes que a dimensão dos caminhos percorridos por elas não tem início ou fim. Como sugeriu Mia Couto, nunca houve princípio, tudo é vigência na corrente das águas “em flagrante exercício”. Convidamos o leitor a beber um pouco da água desse rio chamado tempo.¹¹

¹¹ COUTO, Mia. *Um rio chamado tempo...*, p. 61.

CAPÍTULO 1

A água na produção espacial urbana:
o cenário de Mariana Setecentista

1. A água na produção espacial urbana: o cenário de Mariana Setecentista

Espaços das águas. Águas no espaço. A premissa da sobrevivência desencadeou nas mais antigas formas de civilização a sistemática e obrigatória condição humana de manusear, conter e distribuir as águas. A modernidade caracterizou-se pela retomada dos sistemas de aquedutos do Império Romano. Ainda se procurava desvendar a origem do líquido precioso, como o filósofo Descartes (1596-1650) que “imaginava grandes alambiques subterrâneos a destilar a água do mar para produzir água doce”.¹ Gregos e romanos da Antiguidade Clássica já haviam se ocupado, como Platão e Aristóteles, em explicar os movimentos misteriosos das águas,² mas foi a obra *De Architectura* do arquiteto romano Vitruvius, redescoberto no século XV pelo Renascimento, que constituiu a base para a condução das águas apropriadas ao abastecimento das *civitates*.³

No tratado *De Architectura*, dividido em dez livros, o romano discorreu sobre os vários campos da Arquitetura, desde a formação do arquiteto até os princípios básicos da edificação das diversas obras e lugares públicos. Marcus Vitruvius Pollio ditava que as “obras comuns” dos lugares públicos deveriam primar pelos “princípios da solidez, da funcionalidade e da beleza”. As águas interferiam desde a escolha do sítio à fundação de novas cidades. Um local salubre deveria estar longe dos pântanos, “pois as águas estagnadas putrefazem-se e produzem nestes lugares exalações fétidas e pestilentas”.⁴ Vitruvius propunha, também, soluções para conter o líquido no interior da cidade, como o telhado de duas águas que desviava as tórridas chuvas, muitas vezes, para os poços e

¹ CONCEIÇÃO, Luis Filipe Pires da. *A consagração da água através da Architectura*: para uma Architectura da água. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Architectura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1997, p. 84.

² Sobre as considerações de Platão e Aristóteles acerca do movimento das águas, cf. CONCEIÇÃO. *A consagração da água através da Architectura...*, pp. 85-86. Ver também capítulo 4 de: LENOBLE, Robert. *História da Idéia de Natureza*. Lisboa: Edições 70, [s.d.].

³ VITRÚVIO. *Tratado de architectura*. Tradução e nota de M. Justino Maciel; Thomas Noble Howe. Lisboa: IST Press, 2006. Marcus Vitruvius Pollio, romano que viveu no século I a.C., autor do tratado *De Architectura*, único conhecido de toda a Antiguidade Clássica. De acordo com Luis Filipe P. da Conceição, foi descoberta em 1414 a primeira cópia manuscrita. A primeira edição foi impressa pelo gramático Fra Giovanni Sulpitius em 1486. CONCEIÇÃO. *A consagração da água através da Architectura...*, p. 93. Segundo Rodrigo Bastos, a primeira tradução portuguesa foi em meados do século XVI, dedicada a D. João III por Pedro Nunes, cosmógrafo e matemático português. BASTOS, Rodrigo. *A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003, p. 39.

⁴ VITRÚVIO. *Tratado de architectura*, livro I, capítulo IV, p. 25.

cisternas de abastecimento, ou as soluções de aterro e drenagens de jardins, tão salubres à vida urbana.⁵ O livro VIII foi dedicado especificamente a informar as propriedades das águas, distinguir as puras das nocivas. As águas de planície “são salobras, tépidas, desagradáveis”, enquanto as que nascem do “sopé dos montes são mais abundantes e copiosas, sendo também mais frias e saudáveis”.⁶ As águas de planície eram consideradas mais insalubres, pois sobre elas estaria “o veemente ímpeto do Sol” que absorveria “a sanidade das águas [...] deixando as propriedades que são mais pesadas, mais duras e desagradáveis”.⁷ De acordo com Vitruvius, as águas das chuvas estariam entre as mais saudáveis, “pois os humores das fontes, dos rios, dos pântanos e do mar” levados pela tepidez do sol dispersam-se pelas ondas de ar, filtradas, e com sua saturação caem sobre a terra. Tanto o ar como as águas, quando aquecidos pelo sol, absorveriam os humores da terra.⁸ Além da incidência do sol, interferia nas propriedades desses elementos o solo da região:

[...] não devemos admirar-nos que haja na enorme extensão da Terra incontáveis variedades de seivas, através das quais a força da água, percorrendo veios, chega misturada com elas à saídas das fontes, e assim estas se apresentam diferentes e variadas em tipologias próprias, devido à discrepância de locais, às características de cada região e às diferentes propriedades do solo.⁹

Antes de dar início à condução do líquido era preciso distinguir as águas apropriadas. Entre os métodos, Vitruvius aconselhava observar os indivíduos que habitavam próximo, se apresentavam corpos robustos e saudáveis. Em casos de fontes nunca exploradas ou regiões inabitadas, deveria ser utilizado o vaso de bronze. Se a água não deixasse mancha no recipiente, ou sedimentos quando fervida, era de boa qualidade; se nos sítios onde brotava não houvesse musgo ou junco, era leve e de maior salubridade.¹⁰

Entre as maneiras de se conduzirem as águas, no tratado de Vitruvius foram relatados benefícios e prejuízos dos três tipos de materiais empregados nas canalizações: alvenaria,

⁵ VITRÚVIO. *Tratado de arquitectura*, livro I, capítulo IV, p. 195.

⁶ VITRÚVIO. *Tratado de arquitectura*, livro VIII, capítulo I, p. 295.

⁷ VITRÚVIO. *Tratado de arquitectura*, livro VIII, capítulo I, p. 296.

⁸ VITRÚVIO. *Tratado de arquitectura*, livro VIII, capítulo IV, pp. 301-310.

⁹ VITRÚVIO. *Tratado de arquitectura*, livro VIII, capítulo IV, p. 309.

¹⁰ VITRÚVIO. *Tratado de arquitectura*, livro VIII, capítulo IV, p. 301.

chumbo e cerâmica. Em locais onde não existiam nascentes, outros sistemas como os poços, a condução das águas das chuvas ou uma rede de reservatórios deveriam ser empregados.¹¹

O arquétipo vitruviano sobre os métodos e formas, propriedades e técnicas para manusear as águas tornou-se o principal referencial na Europa moderna ocidental.¹² Inspirados nas concepções do arquiteto romano, vários tratados, sobretudo italianos, foram escritos nos séculos XV e XVI na Europa renascentista. Em Portugal, Francisco de Holanda (1517-1585) escreveu *Da Pintura Antiga e Da Fábrica que Falece à cidade de Lisboa*. Neste último, dedicado a D. Sebastião (1554-1578), tratou do fornecimento de água e defendeu a construção de um aqueduto em Lisboa, que tanto carecia do líquido.¹³

Ora se Lisboa tem presunção da maior e mais nobre cidade do mundo, como não tem o mais excelente templo, ou Sé, do mundo? Como não tem o melhor castelo e fortaleza e muros do mundo? Como não tem os melhores Paços do mundo? E, finalmente, como não tem água para beber a gente do mundo?¹⁴

O sossego dos povos e o bom governo do Reino dependiam da administração das águas, seu fornecimento e sua distribuição nos espaços da cidade. A questão do Aqueduto das Águas Livres perdurou até o início do século XVIII, quando o Rei D. João V executou o projeto.¹⁵ Nos mais variados contextos naturais, topográficos e geográficos, os soberanos europeus trataram de trazer as águas para abastecer seu povo e sua corte. Em Veneza foram os poços, cavados até o lençol de água doce, apoiados por um sistema de filtragem pela areia fina e água da chuva. Toledo (1526) e Augusburgo (1548) contaram com rodas hidráulicas e bombas aspirantes para elevar a água das ribeiras. Em Londres, em 1770, a

¹¹ Vitruvius ainda tratou dos banhos públicos, da construção dos portos e das máquinas hidráulicas.

¹² Luis Filipe Pires da Conceição analisou diversos tratados escritos, sobretudo na Itália do século XV, inspirados nas concepções vitruvianas, como os de Leon Battista Alberti, António Averlino e Francesco di Giorgio Martini. ALBERTI, Leon Battista. *De Re Aedificatoria*, 1485. Milano: Edizioni Il Polifilo, 1966. 2 v.; AVERLINO, António. Filarete, *Tatatto di Architettura*. Madrid: Xarait Libros, 1990. 2 v. Cf. CONCEIÇÃO. *A consagração da água através da Arquitectura...*, pp. 109-167.

¹³ HOLANDA, Francisco de. *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*, 1571. Madrid: Archivo Español de Arte y Arqueología, 1929.

¹⁴ HOLANDA. *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa...*, pp. 9-10.

¹⁵ MOITA, Irisalva (org.). *D. João V e o abastecimento de água Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1990. 2 v. No século XVI foram construídos aquedutos nas cidades de Setúbal e reconstruídos o Aqueduto romano da Prata de Évora (1532) e o Aqueduto romano de Coimbra (1570). CONCEIÇÃO. *A consagração da água através da Arquitectura...*, p. 299.

água já era conduzida pela canalização subterrânea aos domicílios três vezes na semana.¹⁶ Para vencer a situação geográfica desfavorável de Madrid, desde a fundação da capital espanhola, no reinado de Felipe II, vários projetos de condução envolveram os monarcas dos séculos XVI, XVII e XVIII na tentativa de abastecer a cidade.¹⁷

As técnicas de adução e os mecanismos de provimento eram construídos não apenas para atender a sede das grandes cidades européias, mas para saciar uma diversidade de práticas cotidianas do povo. O volume, a necessidade, os usos e empregos acompanhavam os hábitos de consumo: formas de conceber, utilizar e apropriar-se do líquido. Essas práticas eram múltiplas, plurais, variavam na região e entre regiões e sofriam interferências de ordem natural e/ou cultural. Em Istambul, a “obrigação religiosa das numerosas abluções cotidianas com água corrente multiplicou por toda parte as fontes”. As “águas de neve” assumiram variáveis impressões e usos: vendidas por uma ninharia em Istambul, eram uma regalia na mesa francesa e serviam como um “remédio soberano” no século XVIII aos Cavaleiros de Malta.¹⁸

Entre as diversidades de técnicas e consumos, nas várias monarquias, a administração das águas urbanas foi uma questão política. Os onerosos empreendimentos hidráulicos interferiam na formação e manutenção dos centros urbanos europeus. Tornavam-se feitos emblemáticos do poder, representações perenes de um personagem político, de um governo real.¹⁹ A arquitetura das águas formava espaços cenográficos que, para além de uma função utilitária, eram dotados de valor estético. O chafariz concentrava em si a função de prover e compor os espaços da cidade enquanto elemento arquitetônico e urbanístico que integrava as águas ao convívio social: sua materialidade, seus elementos, sua localização e estética constituíam a maneira apropriada de apresentar o espetáculo das águas em terreno urbano.

¹⁶ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV- XVIII*: as estruturas do cotidiano, o possível e o impossível. v.1. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

¹⁷ O tema da situação geográfica de Madrid e da falta de água na capital espanhola, bem como os mecanismos criados pelos monarcas para tentar sanar a penosa situação que comprometia a sobrevivência dos habitantes e das unidades produtivas nas proximidades da cidade, tão necessárias à subsistência daquela população, desencadearam variados projetos de condução de água por longas distâncias para abastecimento e irrigação. A respeito do assunto, conferir: BOLDÓ, Amparo Pérez; LLERA, Fernando A. Madrid: Água, Corte y Capital: em los siglos XVI al XVIII. *Boletín de la R.S.G.*, v. CXXXIX-CXL, Madrid, 2003-2004. Sobre outros métodos de adução das águas em outras partes da Espanha, cf. LEMEUNIER, Guy. Gestión Pública e Gestión Privada em los regadíos murcianos: La emergencia de los heredamientos (1480-1800), *Miscelánea Medieval Murciana*, Madrid, v. XIX-XX, 1995-96.

¹⁸ BRAUDEL. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV- XVIII...*, pp. 202-205.

¹⁹ LARA, Silvia H. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Contudo, o espaço das águas era mais amplo que canos, bicas e chafarizes públicos. Na realeza se distribuíam pelos cenários dos jardins, jogos de espelhos d'água, fontanários, rios e lagos artificiais²⁰. As águas da diversão. O maquinário criado no reinado de Luís XIV, único no Seiscentos, destinado a alimentar os palácios de Marly e Versalhes, foi exemplo deste uso. Um complexo instrumento de bombeamento que permitia elevar as águas do rio Marly até os canos, lagos e fontes da realeza francesa (FIG. 1).²¹



FIGURA 1: Máquina de Marly, 1723

Fonte: <http://www.marlymachine.org/Martin1.jpg>. Acesso em: 08 jun.2010.

Autoria: Pierre-Denis Martin, 1723. A máquina bombeava a água do rio até o aqueduto, ao fundo da paisagem, que seguia até os Palácios de Marly e Versalhes. O sistema de condução das águas pelos aquedutos, utilizado no período moderno na Europa ocidental, obedecia à lei da gravidade. As águas eram canalizadas dos lugares mais altos e levadas à cidade. A Máquina de Marly era uma obra singular, uma inovação com o sistema de elevação do líquido.

²⁰ A respeito do jogo das águas nos jardins portugueses do século XVIII conferir os capítulos 7 e 8: CARITA, Helder; CARDOSO, Homem. *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal*. 2 ed. Venda Nova: Bertrand Edtiora, 1998.

²¹ CONCEIÇÃO. *A consagração da água através da Arquitectura...*, pp. 306-307.

Fora dos espaços da nobreza, nas cidades amontoavam-se aguadeiros nas bicas e ribeiras; onde a topografia permitia, os rios favoreciam a comunicação, o transporte e a prática da pesca. A paisagem urbana reunia charcos, sujidades, a “água vai”, a seca, epidemias, lavadeiras, curtidores, tintureiros e açougueiros.²² Os sons das águas se confundiam com o cotidiano urbano: o barulho dos rios, o fio de água das bicas, a queda das chuvas brandas ou tórridas, o filete escorrendo pelos penhascos, os pingos que soavam pelos telhados e ruas formavam o universo sonoro das águas urbanas por todos os cantos das cidades.²³

Os espaços das águas eram múltiplos, assim como eram múltiplos os usos e artifícios para conduzi-las e administrá-las. No Novo Mundo português, especificamente nas terras luso-brasileiras, quais teriam sido os espaços das águas na vida urbana?

Neste capítulo, trataremos da ação das águas na formação da paisagem de Mariana, da forma como interferiram no contorno e estabilidade de sua geografia urbana. Um dos primeiros arraiais auríferos surgidos em fins do século XVII na região das Minas esteve cercado, desde sua fundação, pelas águas que flamejavam o ouro, tão procurado pelos desbravadores do sertão. Antonil, no seu relato sobre os primeiros achados nas Gerais, descreveu:

[...] o primeiro descobridor dizem que foi um mulato que tinha estado nas minas de Paranaguá e Curitiba. Este, indo ao sertão com uns paulistas a buscar índios, e chegando ao cerco Tripuí desceu abaixo com *uma gamela para tirar água do ribeiro* que hoje chamam do Ouro Preto, e, *metendo a gamela na ribanceira para tomar água*, e roçando-a pela margem do rio, viu depois que nela havia granitos da cor do aço, sem saber o que eram [...] até que resolveram mandar alguns dos granitos ao governador do Rio de Janeiro [...] e fazendo-se exame deles, se achou que era *ouro finíssimo*.²⁴

²² Na Paris do século XVIII, “a água era poluída permanentemente pelo sangue, pelos miúdos, pelos dejetos da lavagem dos couros e peles, pelo tanino dos banhos e das cubas, pela cal e pelo farelo dos curtidores, pelas cinzas pelos sabões das lavadeiras.” ROCHE, Daniel. *História das coisas Banais: nascimento do consumo, século XVII- XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 194.

²³ Sobre os sons das minas cf. FURTADO, Júnia F. Os sons e os silêncios nas Minas do ouro. In: FURTADO, Júnia F. (org.) *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume, 2008 (Coleção Olhares), pp. 19 -56.

²⁴ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas [1711]*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976, p. 164. (grifos nossos).

Na versão do português, a descoberta do ouro deveu-se a sede. A sede de água respondeu à sede de ouro. Antonil não sabia, mas a coincidência por ele narrada revelava as faces do líquido transparente: nas águas das Minas reluzia o metal, nelas matavam a sede de riqueza e garantiam a sobrevivência.

A posse das Minas esteve, portanto, marcada pela opulência de suas águas. Nas margens dos ribeiros, os descobridores edificaram capelinhas e choupanas provisórias, as primeiras manifestações espaciais de ocupação da terra. Assim, desbravadores se estabeleceram e iniciaram os serviços de minerar. Aos poucos um novo povoado, contornado pelas águas, ia se delineando na paisagem.

As águas minerais, nos primeiros tempos, atraíram olhares da Coroa e de indivíduos das mais variadas origens. A partir de 1735, entretanto, apresentava-se um novo cenário: a Vila do Ribeirão do Carmo (Mariana) estava arruinada pelas inundações, desgastada pelos conflitos entre mineradores e particulares. Enquanto o governo local procurava conter as cheias, mineradores disputavam nascentes para garantirem o ouro dos morros. A cidade de Mariana nascia imersa nas águas. Antes, porém, de analisarmos essa trajetória, veremos como a historiografia tem conduzido as discussões sobre a formação dos espaços urbanos na América Portuguesa.

1.1 A trama urbana na historiografia: agentes, formas e poderes

O espaço das águas nas cidades coloniais tem sido tratado de forma pontual na historiografia brasileira. Geralmente, os estudos sobre administração e urbanismo reafirmam a matizada função dos chafarizes públicos, enquanto equipamentos urbanos construídos pelas instituições de poder para saciar a sede do povo na municipalidade. Acreditamos, contudo, que as águas, em especial no caso de Mariana, tiveram maiores implicações e participações na constituição e manutenção do espaço urbano. Entretanto, se acompanharmos o debate historiográfico, veremos a preponderância do desenho urbano como objeto de análise, frequentemente retomado. Este assunto, não menos importante para a compreensão da história urbana das cidades na América Portuguesa, trouxe contribuições relevantes para o campo. A seguir, apresentamos os principais eixos de debate sobre o urbanismo colonial.

Cidade planejada x cidade espontânea

O ensaio “O semeador e o ladrilhador”, de Sérgio Buarque de Holanda, é considerado o texto fundador a respeito da urbanização na América Portuguesa. Ao comparar o modelo urbanizador de portugueses e espanhóis, o historiador criou as metáforas do semeador e do ladrilhador para caracterizá-los. Os espanhóis seriam verdadeiros ladrilhadores, na medida em que se impuseram sobre o natural com ações planejadoras e reguladoras do espaço, enquanto os portugueses seguiram os contornos da paisagem natural, sem empenho de se sobrepor a ela, como semeadores, que se acomodaram à terra, ao invés de arquitetar formas de sujeitá-la.²⁵ A criação de cidades, nesta perspectiva, teria sido um instrumento de dominação colonial, “o meio específico de criação de órgãos locais de poder”.²⁶

A abordagem comparativa de Holanda trouxe repercussões consideráveis para as discussões no campo da historiografia urbana. Estimulou pesquisas acerca da organização espacial sob o fio condutor da (ir)regularidade dos traçados e a sua conexão com a existência ou não de uma política urbanizadora metropolitana no ultramar, o que, por um lado, instigou um caminho de discussão e investigação frutífera para a área, mas que, por outro lado, acabou por encaminhar a temática à existência ou não do aspecto geométrico das cidades da América Portuguesa.²⁷

O estudo da norte-americana Roberta Delson, *Novas Vilas para o Brasil - Colônia*, foi um dos primeiros trabalhos a desconstruir a idéia de “desleixo” atribuída por Holanda aos portugueses na urbanização ocorrida na América Portuguesa. Para tal, enumerou os

²⁵HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 93-118.

²⁶ Robert Smith e Nelson Omegna convergem para a mesma assertiva de Holanda. Em seus trabalhos, prevalece a idéia de um “desleixo” urbanizador português na América, também apoiado na observação irregular e desordenada do traçado urbano. SMITH, Robert. *Arquitetura colonial*. Salvador: Livraria Progresso, 1955. OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1961.

²⁷ Sobre a trajetória historiográfica do urbanismo colonial (fontes, abordagens, temas, metodologias), cf. TORRÃO FILHO, Amílcar. *Paradigma do caos ou cidade da conversão: a cidade colonial na América Portuguesa e o caso da São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.; BASTOS, Rodrigo Almeida. Regularidade e ordem das povoações mineiras no século XVIII. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 44, pp. 27-54, fev. 2007. Vale lembrar as duas publicações resultantes do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português (1415-1822), que trazem novas pesquisas desenvolvidas no campo. ARAÚJO, Renata; CARITA, Helder; ROSSA, Walter (coord.). *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.; ARAÚJO, Renata; CARITA, Helder (coord.). *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

casos de núcleos urbanos criados por decretos régios, resultantes da ação planejadora metropolitana. Vários fatores (econômicos, políticos, geográficos) interferiram, segundo a autora, na criação de novos espaços urbanizados. A implantação de vilas e cidades seria uma estratégia lusitana para a conservação e o controle de locais considerados relevantes para a continuidade do domínio colonial: “a fundação de comunidades supervisionadas pela Coroa, as quais, com o tempo formariam redes urbanas integradas, localizadas em pontos estratégicos do interior”.²⁸ O planejamento urbano, ou seja, a constituição de espaços regulares e geométricos, para Delson, constituía um mecanismo ordenador imprescindível para a garantia de sucesso do empreendimento colonial.

A pesquisa de Delson, se por um lado combateu o paradigma do português sementeiro, ao demonstrar os diversos casos de cidades reguladas, por outro acabou por reforçar o significado da urbanização enquanto um projeto ladrilhador do espaço colonial. Ou seja, onde houvesse ação metropolitana na constituição de um traçado retilíneo, planejado e executado no espaço, teríamos a manifestação da prática urbanizadora. Nesta perspectiva, a urbanização estaria atribuída à existência de cidades planejadas executadas pelos engenheiros militares, considerados pela historiografia como os grandes “funcionários do urbanismo” no ultramar português. De acordo com Renata Malcher Araújo, enquanto a Coroa espanhola forneceu às suas colônias um regulamento para a formação de cidades – as Leis das Índias –, a Coroa portuguesa forneceu às suas funcionários que as fizessem.²⁹

Em uma outra perspectiva, Nestor Goulart Reis Filho abordou a urbanização na América Portuguesa enquanto um processo que só poderia ser compreendido a partir do sistema colonial que o engendrou. Assim, a história do urbanismo colonial não poderia

²⁸ DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil - Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Alva Ciord, 1997, p. 10.

²⁹ O termo “funcionários do urbanismo” foi criado por Renata Malcher Araújo. Cf. ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII*: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP, 1998, p. 28. Trataremos mais detalhadamente da presença dos engenheiros militares no segundo capítulo desta dissertação. Sobre a formação e prática dos engenheiros militares na Colônia, cf. BUENO, Beatriz. De quanto serve a Ciência do Desenho no serviço das obras de El-Rei. In: ARAÚJO; CARITA; ROSSA (coord.). *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822*, pp. 267-281.; BUENO, Beatriz P. S. O Engenheiro artista: as aquarelas e as tintas nos mapas do Novo Mundo. In: FURTADO, Júnia F. (org.). *Sons, Formas, Cores e Movimentos na Modernidade Atlântica*: Europa, América e África. São Paulo: Annablume, 2008 (Coleção Olhares); VITERBO, Sousa. *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e construtores portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988. 3 v. Edição fac-similada de Lisboa: Imprensa Nacional, 1899-1922.; DELSON, Roberta M. Planners and Reformers: Urban Architects of Late Eighteenth-Century Brazil. *Eighteenth-Century Studies*, v. 10, n. 1, 1976, pp. 40-51; DELSON, Roberta M. The Beginnings of Professionalization in the Brazilian Military: The Eighteenth Century Corps of Engineers. *The Americas*, v. 51, n. 4, apr., 1995, pp. 555-574.

estar reduzida aos estigmas do “espontâneo” ou “dirigido”, seria resultante de um processo no qual estiveram envolvidos “agentes sociais” que se apropriaram, produziram, utilizaram e transformaram o espaço.³⁰

O processo urbanizador na América Portuguesa estaria permeado por múltiplas escalas de configuração do espaço: o intra-urbano, o regional e a relação entre a metrópole com suas colônias. Especificamente sobre esta última, Reis Filho reiterou que, apesar da dominação, “na prática, havia uma adaptação recíproca [...] uma adaptação dos agentes sociais envolvidos em cada um dos pólos, em uma relação interdependente, ainda que acentuadamente desigual”.³¹

A contribuição de Reis Filho esteve em deslocar o olhar dos traços para as relações constituídas entre os espaços e seus agentes. Neste sentido, no nível macrourbano de análise, podemos, por exemplo, observar as intenções de criação de vilas e cidades. Como sabemos, essas poderiam surgir por decreto régio ou por “concessões de autonomia municipal” a *posteriori*, em povoações ou arraiais já constituídos.³² Cláudia Damasceno Fonseca e Fernanda Borges Moraes demonstraram que pesaram na concessão destes títulos, em várias das localidades mineiras, elementos como a função que exerciam nas suas “redes urbanas” e o movimento metropolitano ora de centralização, ora de descentralização do poder.³³ A implantação de municipalidades e, por conseguinte, a estrutura administrativa, jurídica, fiscal, militar que se estabelecia “possibilitava[m] à Coroa impor sua ordem e garantir maior controle fiscal sobre as riquezas produzidas”. Por outro lado, contudo, conferiam autonomia às localidades, o que em momentos de crises poderia ser prejudicial.³⁴

Interessa-nos compreender quais elementos configuravam uma formação urbana, o núcleo urbano, como denominou Reis Filho.³⁵ Não é possível compreender a sua

³⁰ REIS FILHO, Nestor G. *Contribuição ao estudo da Evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: USP, 1968.

³¹ REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo no Brasil, Primeira Parte: Período Colonial. In: ARAÚJO; CARITA (coord.). *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português, 1415-1822...*, p. 486.

³² FONSECA, Cláudia D. As vilas e os territórios: processos de formação e evolução da rede urbana na capitania de Minas Gerais. In: ARAÚJO; CARITA; ROSSA (coord.). *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822...*, p. 769.

³³ FONSECA, Cláudia D. *Des terres aux villes de l'or: pouvoir et territoires urbains au Minas Gerais, Brésil, XVIIIe siècle*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

³⁴ MORAES, Fernanda Borges. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria E. L.; VILLALTA, Luiz C. (org.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do tempo, 2007, v. 1., pp. 55-86.

³⁵ REIS FILHO. *Contribuição ao estudo da Evolução urbana do Brasil (1500-1720)*..., p. 24.

constituição e seu desenvolvimento desvinculados das funções que exerciam na sua circunscrição político-jurídica, em relação com as outras localidades e no cenário colonial. Também é preciso considerar que a concessão de títulos urbanos mostrou-se muito mais como uma estratégia metropolitana do que uma condição para a existência de um espaço urbanizado. O caso das Minas é elucidativo neste sentido. Os povoados auríferos surgiram “espontaneamente”, e mais tarde apenas um número restrito de 14 aglomerados obteve o título de vila entre 1711 e 1808.³⁶

Tanto o planejamento quanto a concessão de títulos urbanos pareceram constituir mais exceção do que uma prática urbanística rotineira. Apesar dos casos de intervenção régia apresentados por Delson, a implantação de povoações consistiu mais em um mecanismo geoestratégico urbanizador metropolitano em pontos importantes para a continuidade do domínio colonial do que uma prática urbanizadora frequente. Mesmo nestes casos, estudos mais recentes têm relativizado a aplicabilidade da “ortodoxia dos projetos cartesianos”.³⁷ A documentação cartográfica (mapas, planos urbanos, desenhos) produzida pelos engenheiros militares tem sido analisada enquanto representações espaciais e não realidade em si. Os funcionários urbanismo seguiam mais “princípios reguladores do que modelos geométricos preestabelecidos”³⁸ na construção e reformas das cidades, numa postura maleável e pragmática frente às adversidades e aos contextos geográficos.

Sylvio de Vasconcellos, Giovanna Rosso Del Brenna, Pedro Alcântara e Paulo Santos apresentaram uma nova ótica sobre o desenho urbano a partir dos arraiais auríferos das

³⁶ Cf. FONSECA, Cláudia D. Funções, hierarquias e privilégios urbanos: a concessão dos títulos de Vila e cidade na capitania de Minas Gerais. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, n. 29, jan. 2003. Ao todo foram erigidas 14 vilas e uma cidade (Mariana) entre 1711 e 1808 na Capitania de Minas Gerais: Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto), Vila Real do Sabará em 1711, São João del-Rei (1713), Vila Nova da Rainha e Vila do Príncipe em 1714, Piedade do Pitangui (1715), São José del-Rei (Tiradentes, 1718), Minas Novas (1730), São Bento do Tamanduá Itapecerica (1790), Queluz (Conselheiro Lafaiete, 1790); Barbacena (1791), Campanha da Princesa (Campanha, 1798) e Paracatu do Príncipe (Paracatu, 1798). FONSECA. *As vilas e os territórios...*, p. 774. De acordo com Pedro Puntoni, para a América Portuguesa, durante o reinado de D. João V foram criadas 31 vilas e 2 cidades, Mariana e São Paulo, enquanto no governo de D. José, 60 vilas e 1 cidade, Oeiras. PUNTONI, Pedro. Como coração no meio do corpo. In: MELLO E SOUZA, Laura de; FURTADO, Júnia F.; BICALHO, Maria F. (org.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 383.

³⁷ CORREIA, José Eduardo Horta. Urbanismo da época barroca em Portugal. In: ARAÚJO; CARITA (coord.). *Coletânea de Estudos Universo Urbanístico Português, 1415-1822*, pp.143-154. Cf. também: ARAÚJO. *As cidades da Amazônia no século XVIII*; BUENO. De quanto serve a Ciência do Desenho no serviço das obras de El-Rei, p..., 267-281.

³⁸ AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira - Origens. In: ARAÚJO; CARITA (coord.). *Coletânea de Estudos Universo Urbanístico Português, 1415-1822...*, pp. 39-70.

Minas. De acordo com Vasconcellos, as povoações mineiras “espontâneas” propiciaram uma formação “orgânica, uma adaptação maior às condições do terreno e um agenciamento natural”, permitindo “arranjos plásticos”, “cenários em perfeita harmonia com a paisagem circundante [...] livre das contenções determinadas por regras fixas ou tentativas de racionalização divorciadas da realidade”.³⁹ Paulo Santos afirmou ainda “que na aparente desordem [dos núcleos “espontâneos”] existia uma coerência orgânica”.⁴⁰ Para Rosso Del Brenna, esta organicidade foi característica do urbanismo barroco, marcado pela construção de “cenários urbanos de tipo nitidamente teatral”.⁴¹

Na perspectiva orgânica, o espaço urbano colonial é concebido como uma reunião de elementos que interagem entre si e que juntos apresentam cenas. Mas a repetição e a disposição dos elementos não formavam espaços acabados e, sim, múltiplos cenários. Nunca com a função de “fechar, definir, concluir o espaço urbano”, mas sim de “abrir novos eixos perspectivos, de acentuar ou complicar o policentrismo já existente na estrutura urbana, de relacionar cenograficamente seus elementos”.⁴² Aqueles pesquisadores investigaram as variadas formas urbanas e a função que exerciam nos espetáculos que se abriam à cidade. Pedro Alcântara abordou os cenários religiosos (oratórios, passos, crucifixos, cruzeiros, igrejas, capelas) como uma “montagem de espaços em contínua mutação, recriados a cada passo pelo espectador que neles se desloca”. No teatro da vida urbana, os casarios se ligavam em fachadas contínuas e as igrejas surgiam “sempre individualizadas como volumes que se destacam como alvo nas cumeadas”.⁴³

A noção de uma cidade orgânica não apenas ampliou formas e contornos, imagens e espetáculos da paisagem, mas também colocou em cena outros elementos que configuraram

³⁹ Sylvio de Vasconcellos definiu como “espontâneos” os núcleos urbanos que surgiram no território colonial sem a prévia iniciativa metropolitana, como ocorreu com as cidades planejadas, criadas sob decreto régio. Ao contrário de algumas interpretações que entendem o espontâneo enquanto desleixo, Vasconcellos afirmou que nos primeiros anos não houve uma ocupação ordenada do espaço porque não havia nenhuma autoridade nas Minas. Entretanto, com a implantação das vilas a partir de 1711 e, por consequência, da Câmara, este quadro mudou. O governo local teria sido o agente fundamental no processo urbanizador das vilas do ouro. VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura no Brasil, pintura mineira e outros temas*. Belo Horizonte: UFMG, 1959, pp. 5-6.; VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento - residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

⁴⁰ SANTOS, Paulo. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001, p. 18.

⁴¹ BRENNNA, Giovanna. *Medieval ou Barroco: proposta de leitura do espaço urbano colonial*. *Barroco*, Belo Horizonte, n. 12, 1982/1983, p. 144.

⁴² BRENNNA. *Medieval ou Barroco...*, p. 144.

⁴³ ALCÂNTARA, Pedro. Ouro Preto, concretização do espaço existencial barroco nas Minas Gerais dos séculos XVII e XVIII. In: ARAÚJO; CARITA; ROSSA (coord.). *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822*, p. 714.; BRENNNA. *Medieval ou Barroco...*, p. 144.

a organização espacial da Colônia: ruas, igrejas, praças, jardins, chafarizes, rios, pontes, era o conjunto deles que limitava o espaço urbanizado.

Influenciado pela concepção orgânica, Rodrigo de Almeida Bastos apresentou outra noção de regularidade no urbanismo Setecentista, mais abrangente do que o sentido geométrico dado (o traçado retilíneo de arruamentos e praças, quadras retangulares, fortificações baseadas em polígonos regulares). Percebeu, na documentação camarária e régia, o princípio do decoro como preceito urbanístico que orientava a acomodação, adequação e conveniência entre as partes do corpo que compunham o organismo urbano.⁴⁴ Da mesma forma, destacou-se a pesquisa de Cláudia Damasceno Fonseca, que tratou da evolução da estrutura material da cidade de Mariana desde a sua gênese, no século XVII, até o século XX. Acerca da transformação contínua das formas urbanas (igrejas, datas, sesmarias, equipamentos urbanos etc.), ressaltou como a constituição urbana esteve ligada às instâncias de poder que governavam e estavam representadas na organização espacial.⁴⁵

Diante do que foi exposto, acreditamos que o núcleo urbano colonial se constituiu dos elementos próprios da estrutura urbana portuguesa.⁴⁶ Não apenas na arquitetura, nos elementos construtivos, mas também na organização fundiária, circunscrição de espaços e formas de poder,⁴⁷ o que nos permite também considerar uma regularidade em outros termos. Uma regularidade entendida enquanto um padrão urbanístico que se repetia, percebida tanto nos aspectos físicos quanto nas instituições que governavam e dirigiram o processo de constituição do espaço urbano. Este padrão, entretanto, foi apropriado, adaptado a contextos geográficos, econômicos e socioculturais distintos. O modelo de urbanismo era português, mas as cores variavam entre as paisagens e as misturas geravam

⁴⁴ BASTOS, Rodrigo. O decoro e o urbanismo conveniente luso-brasileiro na formação da cidade de Mariana, Minas Gerais, meados do século XVIII. *Barroco*, Belo Horizonte, n. 19, maio, 2005.

⁴⁵ FONSECA, Cláudia D. *Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995. Ver também pesquisas posteriores que complementam o estudo: FONSECA, Cláudia D. Do arraial à cidade: trajetória de Mariana no contexto do urbanismo colonial. In: ARAÚJO; CARITA (coord.). *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português, 1415-1822*.

⁴⁶ Sobre os elementos representativos do espaço urbano, ressaltamos a análise de Bernard Lepetit acerca das cidades francesas do Antigo Regime. O pesquisador observou quais os elementos representativos do fenômeno urbano apresentados nos Quadros Geográficos do período e salientou a dificuldade de se estabelecer uma definição para a cidade moderna francesa. LEPETIT, Bernard. Evolução da noção de Cidade segundo os Quadros Geográficos e Descrições da França (1650-1850). In: Salgueiro, H. A. (org.). *Por uma nova História urbana*. São Paulo: Editora USP, 2001.

⁴⁷ Sobre o modelo espacial, as divisões eclesiástica e jurisdicional do Estado português moderno, ver, especialmente, capítulo 3 de SILVA, Ana Cristina N. da. *O modelo espacial do Estado Moderno: reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998.

novos tons. Tais elementos são evidentes na trajetória dos núcleos urbanos, como Mariana, recorte espacial desta pesquisa.

Quando os paulistas, em fins do século XVII, descobriram ouro no ribeirão do Carmo, logo trataram de se apossar daquelas terras e iniciar os serviços de minerar. De acordo com o relato do ouvidor Caetano Costa Matoso, a primeira providência foi “levantar uma capela feita de ramos de palmito”.⁴⁸ A rústica capelinha tanto representava a posse, o domínio do território, como simbolizava a relação entre os poderes da Igreja e do Estado nas formações urbanas. Nestes espaços embrionários, a capela “preenchia as necessidades da devoção espiritual”⁵⁰ e ao mesmo tempo marcava o início do processo de ocupação urbana. O reconhecimento do espaço, como concluiu Murillo Marx, iniciava-se pela Igreja.⁵¹ Até o momento da autonomia municipal, foi a Igreja quem tratou de reconhecer e instituir a capela, depois capela-curada, paróquia ou freguesia, formas de classificação e hierarquização das povoações urbanas. O modelo de organização e materialização espacial que chegou à Colônia obedecia ao bifrontismo dos poderes eclesiástico e civil metropolitano.⁵²

Em 1711, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador da Capitania de São Paulo e Minas, determinou a elevação do arraial à Vila de Nossa Senhora do Carmo, o que trouxe novos elementos ao espaço urbano, correspondentes à nova fase política e também material da povoação. O termo de ereção exigia “a fábrica da Igreja, elevando Câmara e Cadeia, como era estilo e pertencia a todas as Repúblicas”.⁵³ À Câmara era doada uma sesmaria pelo Rei, que correspondia aos limites geográficos da vila, cabendo à mesma ainda demarcar o terreno de sua circunscrição municipal, o termo, que ficaria sob sua administração. Estes elementos, que se repetem nas cartas de ereção das vilas, revelam uma

⁴⁸ “Informação das Antiguidades da Cidade de Mariana”. Autoria: Caetano da Costa Matoso, 1750. In: FIGUEIREDO, L. R. de A.; CAMPOS, M. V. (org.). *Códice Costa Matoso*. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matos sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. 2v. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/FAPEMIG, 1999. v. 1, p. 251.

⁵⁰ D’ASSUMPÇÃO, Sílvia Romanelli. Considerações sobre a formação do espaço urbano Setecentista nas Minas. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, n. 9, 1989, p. 131.

⁵¹ MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Nobel/USP, 1991, p.12.

⁵² Cf. VILLALTA, Luiz Carlos. O cenário urbano em Minas Gerais Setecentista: outeiros do sagrado e do profano. In: *Termo de Mariana: História e Documentação*. Mariana: UFOP, 1998, p. 68.

⁵³ Termo de Ereção da Vila de Nossa Senhora do Carmo. 08/04/1711. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, jan./mar., 1897, p. 81-83(digitalizado).

frequência na maneira de organizar o espaço⁵⁴ e as instituições de poder. O ambiente urbano acompanhava a constituição destas instituições e dos títulos urbanos nos seus traços físicos. Como ocorreu em 1745, quando o título de cidade e as reformas urbanas em Mariana visavam abrigar dignamente a sede do bispado da Capitania das Minas Gerais.

Os termos de ereção de vilas e cidades coloniais trazem aspectos relevantes para apreendermos a trajetória das estruturas urbanas. Entretanto, os espaços dessas vilas e cidades não se constituíram enquanto meros produtos das concessões de títulos urbanos. A cidade, segundo Raphael Bluteau, consistia na “multidão de casas distribuídas em ruas e praças, cercada de muros, e habitadas de homens, que vivem com sociedade e subordinação”.⁵⁵ Elementos comuns aparecem na definição de Bluteau e nos termos de ereção: as formas físicas (praças, ruas e casas) e a presença de uma instituição da ordem (viver com subordinação). Entretanto é um terceiro aspecto, trazido pelo letrado, que deu vida ao cenário colonial: o núcleo urbano era uma forma de ocupação humana do espaço, onde viviam homens “com sociedade”.

Portanto, o espaço urbano era em si o lugar apropriado ao exercício da ordem, à disciplina dos corpos. A sua estrutura material era o palco criado para a própria encenação das instituições e de seus personagens, para o exercício da Justiça, apresentação das hierarquias e valores de uma sociedade.⁵⁶ Cenário em constante transformação, onde diretores, palco e platéia se misturavam, criando sempre novas imagens.

Em terras coloniais, urbanizar o espaço constituía uma maneira de reunir, policiar e vigiar os corpos, uma estratégia civilizadora do território. A ordenação urbana funcionava como um instrumento poderoso de controle.⁵⁷ Entretanto, as representações que se forjavam sobre ele eram complexas e contraditórias. Muito além de uma extensão geográfica preenchida por um aglomerado de pessoas e construções, o espaço urbano colonial se constituiu como um produto sociocultural vivo, onde se encontravam múltiplas intenções e apropriações dos seus usuários. O espaço vivido.

⁵⁴ Sobre as recomendações nos decretos de criação de vilas, cf.: CORREIA. Urbanismo da época barroca em Portugal, pp. 143-154.

⁵⁵ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino* [1712]. Rio de Janeiro: UERJ/Dinfo, p. 309. (digitalizado).

⁵⁶ Sobre este assunto cf. capítulo 1 de LARA, Silvia H. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁵⁷ Cf. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2v. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, v. 2., 1993, pp. 193-207.

Diante do que foi apresentado, concordamos com a definição de Bluteau sobre os três elementos que comportavam a formação urbana na América Portuguesa: (1) a materialidade, (2) as instituições de poder, (3) o convívio social. E acrescentamos um quarto elemento: a apropriação do espaço natural. Afinal, a cidade era uma acomodação ou sobreposição ao terreno natural, uma forma humana de organizar apropriadamente o espaço para o convívio e o controle social. Neste sentido, o espaço urbano é uma construção sobre, a partir e em convívio com os elementos naturais, dos quais o homem necessita para sobreviver. A densidade das relações sociais, as atividades econômicas e políticas, as necessidades físicas, as concepções culturais e a própria geografia interferiram nas maneiras de se relacionar com o espaço natural, tanto no interior da cidade como fora de seus limites.

A cidade colonial era o espaço da visibilidade dos corpos, onde o controle se dava pelo próprio olhar social. O espaço físico, com largos, praças, igrejas e chafarizes, era a manifestação material da ordenação social, representava uma maneira de dispor, organizar e controlar a vida em sociedade. Assim, as formas físicas da cidade simbolizavam a transformação do espaço natural em urbano. A cidade representava tanto o espaço do controle social como do domínio natural. Entretanto, este espaço não era “essencialmente antinatural”.⁵⁸ A cidade colonial seria a impressão do homem no espaço natural, mas não uma obra puramente humana. No curso das cidades, a natureza pode interferir, em certos casos, de modo imprevisível, na ordenação da vida urbana. Neste sentido, seria mais um personagem da cidade, que pode atrair a própria fundação dos espaços urbanos, afastar ou modificar a sua configuração. A história das tramas urbanas não pode excluir de seu trajeto a influência da natureza na sua conformação.⁵⁹

As águas podem se mostrar fundamentais e até mesmo nocivas dentro do espaço da cidade. Na sua forma “artificial” aparecem domesticadas pela engenharia humana. Nas cidades coloniais, entre canos e potes, o líquido servia às necessidades vitais, às práticas

⁵⁸ HOLANDA. *Raízes do Brasil...*, p. 95.

⁵⁹ Sobre a relação entre o espaço natural e os homens no período moderno, cf. LENOBLE, Robert. *História da Idéia de Natureza*. Tradução de Teresa Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, [s.d.]..; THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais. 1500-1800*. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.; ALCIDES, Sérgio. *Estes penhascos: Cláudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas, 1753-1773*. São Paulo: Hucitec, 2003.; ARAÚJO, Ana Cristina; CARDOSO, José L.; MONTEIRO, Nuno G.; ROSSA, Walter; SERRÃO, José V. (org.). *O Terremoto de 1755: Impactos Históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.; PRESTES, Maria Elice B. *A investigação da natureza no Brasil Colônia*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

alimentares, corporais, religiosas e econômicas. Em Mariana, como em tantos outros núcleos do Reino e ultramar, a distribuição das águas era uma questão política e dela dependia o bom convívio social. Contudo, é a outra face das águas no espaço da cidade que pretendemos explorar neste capítulo: as águas urbanas enquanto agentes da natureza, personagens imprevisíveis que podem alterar a fisionomia urbana. Da escassez à abundância, as águas abruptamente poderiam imprimir no cenário urbano a sua força, convivendo com o espaço urbanizado e ao mesmo tempo apropriando-se dele.

A presença das “boas águas” era um elemento fundamental na escolha dos novos sítios urbanos, segundo os tratados portugueses modernos.⁶⁰ Na América Portuguesa, a fundação de núcleos ao redor de baixadas e fundo de vales, próximo às águas, demonstrava uma preocupação prática, primordial ao desenvolvimento dos espaços urbanos. Um costume urbanístico construído mais pela experiência dos colonos do que propriamente pelo conhecimento dos tratados de arquitetura da época. No imaginário destes homens, segundo Sérgio Buarque de Holanda, os “bons ares e boas águas [...] andavam sempre juntos e de certo modo relacionados entre si, pois que a qualidade dos ares seria forçosamente prejudicada onde quer que existissem águas miasmáticas e deletérias”.⁶¹

Entretanto, essa preocupação urbanística que foi comum na implantação dos sítios urbanos na Colônia, como na São Paulo do Piratininga no século XVI,⁶² na região das Minas não foi fator determinante para o estabelecimento dos acampamentos auríferos. O interesse esteve no ouro das águas e não nas suas qualidades e propriedades salubres. A procura pelo metal e o uso das águas nos serviços de minerar trouxeram novos descobridores para a beira d’água. Às margens dos ribeirões auríferos, novos núcleos se fixaram, como ocorreu na configuração morfológica de Mariana. A proximidade das águas

⁶⁰ No tratado português do século XVI, atribuído a Antônio Rodrigues, aparecem nove razões a serem consideradas na implantação das povoações. Entre elas, as “boas águas” e as propriedades do ar. Na primeira metade do século XVIII, o engenheiro Manoel de Azevedo Fortes tratou sobre este tema. Todos esses elementos concorriam para a escolha conveniente à boa fábrica do sítio urbano. Sobre o tratado de arquitetura seiscentista português, cf. MOREIRA, Rafael. *Um tratado português de arquitectura do século XVI*. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1982. A noção de um sítio conveniente e cômodo foi desenvolvida por Rodrigo Bastos na sua dissertação de mestrado. BASTOS, Rodrigo. *A arte do urbanismo conveniente...*, pp. 46-49.

⁶¹ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 41. Cf. também: CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social dos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁶² Sobre a cidade de São Paulo e a influência dos rios na sua configuração urbana, cf.: SANT’ANNA. *Cidade das águas...*, pp.17-24

do ribeirão do Carmo, no entanto, trouxe implicações para o próprio desenvolvimento da cidade. Na primeira metade do século XVIII, ao contrário do que se poderia supor, o abastecimento do líquido não apareceu como aspecto central entre os oficiais camarários, e sim a possibilidade de conter a fúria das águas para garantir a continuidade do povoado aurífero. O convívio social dependia da própria estabilidade espacial, abalada pela ação do ribeirão em Mariana. Conforme veremos a seguir, a trajetória das águas foi determinante na própria (re)configuração espacial da nova cidade episcopal.

1.2 Da fundação à cidade

O povoado do Carmo recebeu três denominações distintas ao longo do Setecentos. Primeiramente, chamou-se Arraial de Nossa Senhora do Carmo em fins do século XVII. Em seguida, o governador Antônio de Albuquerque criou a Vila de Nossa Senhora do Carmo em 1711; e em meados do mesmo século foi elevada à cidade de Mariana, quando o Rei D. João V a escolheu como sede do novo Bispado da Capitania de Minas Gerais (1745).⁶³ No momento da criação da cidade, o monarca determinou que as intervenções urbanas necessárias fossem executadas para estar condigna à sua nova função de centro religioso. O povoado, desde 1730, sofria com as frequentes enchentes do ribeirão do Carmo no período das cheias e o governo local procurava solucionar o impasse urbano, mas a proximidade das águas tornava-o suscetível ao estrago e à decadência. Especificamente, interessa-nos perceber quais as transformações físicas ocorridas a partir de 1745, quando Mariana se tornou um canteiro de obras religiosas e civis. Tais transformações se desenrolaram apenas quando houve uma reorganização física do solo urbano, na qual várias esferas de poder estiveram envolvidas. Antes de se iniciarem novas obras que “refletissem[...] a ordem social que se desejava impor, e uma imagem digna do nome da rainha”, era preciso se afastar das caudalosas águas.⁶⁴

⁶³ Até 1745, a Capitania de Minas Gerais estava subordinada ao Bispado da Capitania de São Paulo. O Rei, deseioso de fundar um bispado nas Minas, escolheu como sede a Vila de Nossa Senhora do Carmo. Segundo Diogo de Vasconcellos, o Rei como soberano e como Grão-mestre de Cristo deveria emancipar a terra para a criação do bispado. Em 1745, a vila foi elevada à cidade de Mariana, em homenagem à Rainha D. Maria Anna d'Áustria. VASCONCELLOS, Diogo de. *História do Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1935, pp. 24-26.

⁶⁴ FONSECA, Cláudia Damasceno. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: UFOP, 1998, p. 45.

Na primeira metade do século XVIII, percebemos dois movimentos quanto às águas do ribeirão do Carmo: inicialmente, a proximidade; em seguida, a fuga. A trajetória urbana e a estruturação da cidade acompanhavam o itinerário dessas águas.

Para melhor compreensão da evolução da morfologia urbana e da influência das águas neste processo, bem como da natureza das medidas do governo local e das intervenções régias durante a reforma urbana, retomamos os aspectos iniciais da organização fundiária do povoado do Carmo. Apesar de se referirem a um período anterior ao nosso recorte de pesquisa, é mister abordarmos os elementos desencadeadores que levaram às práticas urbanizadoras de contenção e desvio das águas no espaço urbano de Mariana.

Do arraial à cidade

Os companheiros, erguendo então os machados, fizeram retumbar o côncavo das florestas aos golpes da posse; e desceram para as fraldas da serra, de onde começaram a ouvir *o estrépito soturno das águas*. [...] na mesma tarde acamparam nas margens do *Ribeirão do Carmo*. Foi um domingo, 16 de julho de 1697, festa da Virgem [...] o Coronel Salvador dele se apossou para sua comitiva: e pronto erigiu as primeiras cabanas do arraial ao longo da praia, chamada agora Mata Cavalos. No ouro das bateias fervilhavam granitos cor de aço.⁶⁵

A descrição de Diogo de Vasconcellos remonta ao episódio dos primeiros descobertos do ouro nas Minas. Os paulistas Miguel Garcia e Coronel Salvador Furtado logo trataram de homenagear as ricas águas do ribeirão com o nome de Nossa Senhora do Carmo. O pequeno arraial que ali surgiu, em torno dos serviços de minerar, levou o nome das águas que o contornavam.⁶⁶ No Arraial de Nossa Senhora do Carmo, os desbravadores

⁶⁵ VASCONCELLOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999, p. 132. (grifos nossos).

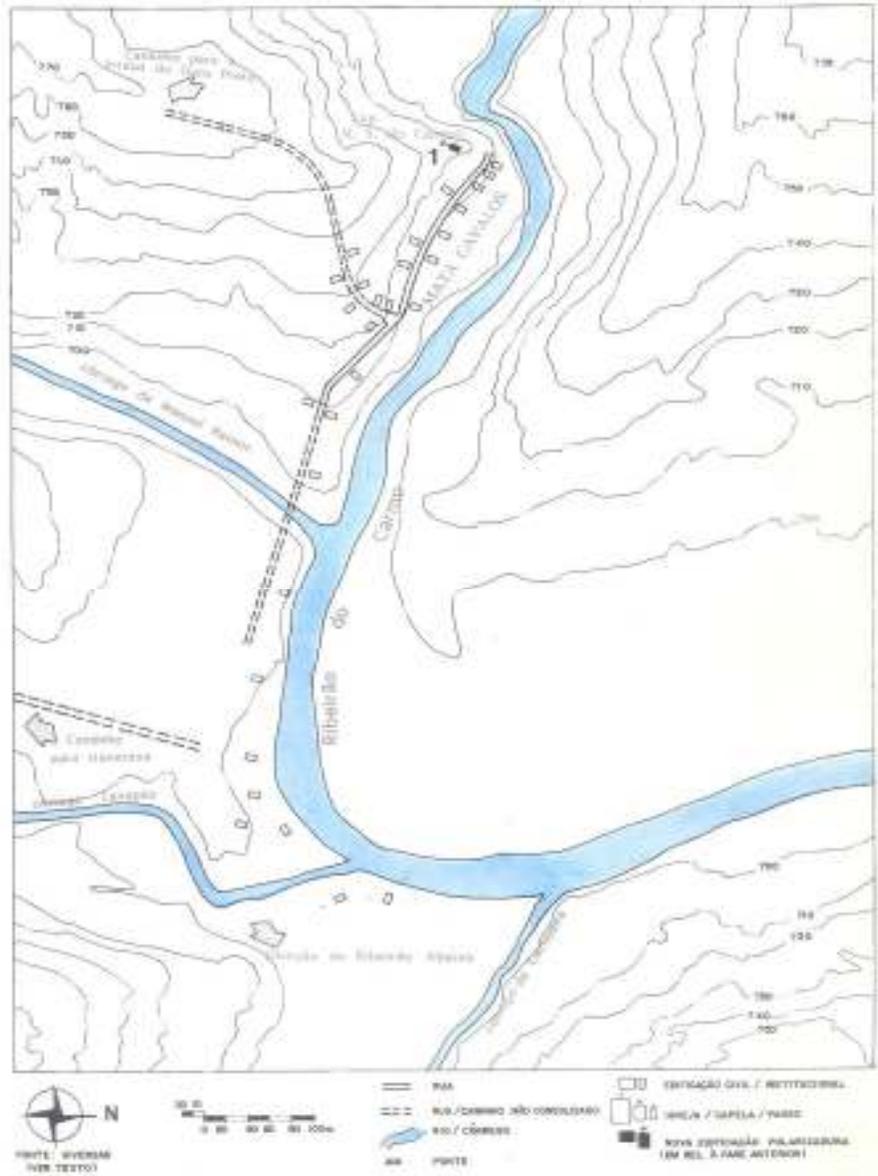
⁶⁶ Por vezes, a toponímia das localidades esteve associada às propriedades ou às impressões sobre suas águas. Foi o caso do Morro d'Água Quente, Termo de Mariana. Lugarejo que se formou por volta de 1728, quando descobriram ouro no dito morro “juntamente de um olho d’ água que nele nasce quente em todas as estações do ano, a qual, dizem os mestres da medicina, passa por minas de antimônio e que é boa para várias enfermidades”. “Informação das Antiguidades da freguesia de Catas Altas”. Autoria: José de Lemos Gomes. 31/12/1750. In: FIGUEIREDO; CAMPOS (org.). *Código Costa Matoso...*, v.1, p. 267. Outros exemplos em: BARBOSA, Waldemar de A. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

marcaram o domínio das terras, primeiro com uma simples cruz de madeira, em seguida substituída por uma rústica capela. As ocupações acompanharam o leito do ribeirão e o edifício religioso agia como elemento polarizador, espiritual e espacial nestes primeiros tempos do arraial.⁶⁷ O mapa-síntese, elaborado por Fonseca, ilustrou essa proximidade das águas de minerar: no centro o ribeirão do Carmo cortando a paisagem no sentido leste-oeste; nas margens, as primeiras datas minerais, e no alto do morro, a Capela de Nossa Senhora do Carmo (1) (núcleo de Mata Cavalos),⁶⁸ conforme indica a FIGURA 2, a seguir.

⁶⁷ FONSECA. O espaço urbano de Mariana..., p. 29. Ver também as considerações de Sérgio da Mata sobre a prática religiosa nestes primeiros tempos da ocupação. De acordo com o historiador, a capela era a expressão coletiva material, o chão de Deus. MATA, Sérgio da. O espaço do poder. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 42, n. 2, jul./dez., 2006, p. 55.

⁶⁸ Toda capela possuía um patrimônio, que poderia ser em terras ou em renda de seis mil réis anuais, destinados ao seu sustento. A prática mais comum foi a doação por particulares de um terreno que pudesse ser aforado. Geralmente, abrangia os chãos do templo e uma parcela ao seu redor. Nas Minas auríferas, era possível que essa parcela constituísse terras minerais e que nos primeiros tempos o patrimônio fosse em dinheiro para se aproveitar a potencialidade dos terrenos exploráveis. FONSECA. *Do Arraial à Cidade...*, p. 273.; MATA. *O espaço do poder...*, pp. 48-65.

FIGURA 2
O Arraial do Ribeirão do Carmo (1696-1702)



(1) Capela de Nossa Senhora do Carmo no Núcleo de Mata Cavalos.

Fonte: FONSECA. *Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural...*, p. 52.

A organização fundiária do espaço resultou da prática aurífera. Ao invés das sesmarias, terras cedidas pelo Rei, foi comum a repartição das datas minerais: o descobridor do veio aurífero e os senhores com mais de doze escravos tinham direito a 30 braças em quadra (4356 m²). Aqueles com número inferior a 12 cativos recebiam duas

braças e meia por escravo (30,25 m²).⁶⁹ Como lembrou Fonseca, o tamanho do terreno e a sua formação geológica heterogênea permitiriam a “existência de terras agriculturáveis mesmo onde predomina um tipo de terreno não adequado à agricultura”.⁷⁰ Importa perceber, diante desta constatação, que as duas atividades, a mineração e a agricultura, podiam coexistir dentro das datas, e que tanto uma como a outra dependiam das águas.⁷¹ Neste sentido, a existência de uma nascente dentro do terreno ou a proximidade do leito do ribeirão eram essenciais ao êxito destes empreendimentos.⁷²

Nesse momento embrionário do Arraial do Carmo, predominou na paisagem a figura do escravo faisgador, que passava horas dentro do ribeirão à procura do ouro de aluvião, como descreveu Bento Fernandes Furtado:

Tão forte e insuportável era o frio das águas do ribeirão que era preciso entrar nele pelas dez horas da manhã e sair dele pelas três da tarde [...]. E nestas poucas horas que gastavam neste exercício, mergulhando, tirando cascalho e lavando, faziam os escravos para seus senhores três e quatro oitavas de ouro de jornal.⁷³

Apesar das expressivas pintas de ouro tiradas das frígidas águas do Carmo, o cultivo das terras não foi suficiente para garantir a permanência do povoado. Dois períodos de fome, entre 1697-1698 e 1701-1702, levaram ao abandono da região.⁷⁴ Curiosamente, entre

⁶⁹ De acordo com Fonseca, a historiografia tem cometido um erro na conversão de medidas: 30 braças em quadra equivalem a 30 braças quadradas, o que corresponde a 4356 m² (30 x 2,2 m x 30 x 2,2 m) e não 66 m², como se tem referido. FONSECA. *As vilas e os territórios...*, p. 771.

⁷⁰ FONSECA. *As vilas e os territórios...*, p. 772.

⁷¹ O uso das águas nas atividades produtivas será abordado no terceiro capítulo deste trabalho.

⁷² As povoações do ouro estiveram longe de um cenário definido pela preponderância total da exploração das Minas. Ao longo do século XVIII, granjas, estalagens e fazendas se instalaram ao longo de estradas e caminhos, formando novos núcleos, integrando ou mesmo criando novas redes urbanas. SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas: (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 87.; Cf. SCARATO, Luciane C. *Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais: administração, territorialidade e cotidiano (1733-1783)*. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

⁷³ “Notícias dos primeiros descobridores...”. A autoria de Bento Fernandes Furtado, 1750. In: FIGUEIREDO; CAMPOS (org.). *Códice Costa Matoso...*, p. 181.

⁷⁴ De acordo com Charles R. Boxer, os primeiros desbravadores “descuidaram-se de plantar milho e mandioca”, “muitos foram obrigados a abandonar as terras em busca de caça, peixe e frutas. Preços fantásticos eram pagos pelos alimentos durante esse período”. Depois dessas crises de fome, “pequenas granjas e fazendas depressa se foram instalando ao longo das estradas e mais atenção mereceu o plantio e criação de rebanhos [...] que se iam lentamente transformando em vilas. Muita gente considerou mais lucrativo plantar a fim de fornecer alimentos do que se entregar à mineração”. BOXER, Charles R. *A idade do ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 63-64. Segundo José Joaquim da Rocha, o milho chegou a 40 oitavas de ouro e o feijão a 20 oitavas de ouro

estes períodos, em 1701, foi criada paróquia no arraial pelo bispo do Rio de Janeiro. Supostamente, essa ereção era o reconhecimento da estabilidade e consolidação do núcleo pela Igreja/Estado.⁷⁵

O abandono da região foi um marco na distribuição espacial da paróquia do Carmo. Com a retomada, após 1702, um novo núcleo surgiu sobre as terras do minerador Antônio Pereira Machado. O português construiu a Capela de Nossa Senhora da Conceição, que passou a ser o novo pólo de ocupação do arraial. O desenho abaixo é um recorte do “Mapa das Minas do Ouro e São Paulo e costa do mar que lhe pertence”, atribuído ao engenheiro Pedro Gomes Chaves. Na figura ampliada, a Capela da Conceição aparece como elemento central e o ribeirão se alonga por toda a paisagem, bem próximo às casas e à ermida. À direita, a ponte de taboas que ligava o novo núcleo ao antigo de Mata Cavalos, equipamento urbano que se espalhou pela paisagem, com a função indispensável de ligar bairros e arrabaldes separados pelos córregos.

FIGURA 3

“Mapa das Minas do Ouro e São Paulo e costa do mar que lhe pertence, 1714”



Fonte: COSTA, Antônio Gilberto (org.). *Cartografia da conquista do território da Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

nesses períodos de fome. ROCHA, José Joaquim da Rocha. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*: Descrição Geográfica, topográfica e política da capitania de Minas Gerais. Estudo Crítico de Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995, pp. 89-90. (Coleção Mineiriana).

⁷⁵ FONSECA. Do Arraial à Cidade..., p. 271.

Em síntese, entre 1711 e 1745 houve uma expansão considerável do povoado.⁷⁶ Em 1711, como vimos anteriormente, foi criada a Vila de Nossa Senhora Carmo. Com o título veio o aparelho político-administrativo, a Câmara Municipal, com a função principal de garantir a ordem urbana, provendo os serviços, punindo as desordens e governando a constituição física do espaço.⁷⁷

Em Mariana, a Câmara teve um papel fundamental desde a criação da vila e foi indispensável na emancipação à cidade e na execução da reforma urbana (1745). Uma rede de funcionários agia cotidianamente para administrar e fiscalizar o uso dos espaços, tão necessários à manutenção da ordem social. A partir da década de 1730, as grandes enchentes passaram a ser o tema principal das audiências da Câmara. Era preciso solucionar a questão. As águas de ouro penetravam na paisagem, causando estragos e prejuízos intermináveis aos cofres públicos e aos particulares, se transformando nas águas indesejáveis, a face indomável da ordenação urbana.

⁷⁶ Cláudia Damasceno Fonseca reuniu, na sua dissertação de mestrado sobre a evolução da morfologia urbana de Mariana, as contribuições de Diogo de Vasconcellos, Salomão de Vasconcellos e do Cônego Raimundo Trindade. As informações trazidas por estes pesquisadores sobre a história da cidade desde o momento de sua fundação em fins do século XVII, aliadas aos documentos cartográficos, permitiram à autora a produção de mapas-síntese de cada fase evolutiva da cidade. Para melhor visualização do cenário e da transformação de Mariana, utilizamos esses mapas no nosso trabalho. Não retomaremos os elementos trazidos por esta historiografia sobre a trajetória urbana da cidade. Apenas indicamos as pesquisas minuciosas realizadas sobre o traçado urbano de Mariana: VASCONCELLOS, Salomão de. *Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1947.; VASCONCELLOS, Salomão de. *Mariana e seus templos*. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyner, 1938.; TRINDADE, Raimundo. *Instituições de igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Mec/SPHAN, 1945.; VASCONCELLOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999. VASCONCELLOS, Diogo de. *História do Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1935.; SANTOS, Waldemar de Moura. *Lendas Marianenses*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1967. Cabe lembrar que estes estudos, em muitos casos, não revelam as fontes ou as referências dos manuscritos que trazem as informações sobre Mariana. Neste sentido, devem ser empregados com certa cautela.

⁷⁷ Em virtude da implantação do aparelho político-administrativo local, novas divisões espaciais surgiram, a saber: (1) a sesmaria ou rossio da Câmara, terreno doado pelo Rei, que constituía a porção de terras da vila, media uma légua em quadra e era demarcada fazendo pião do pelourinho, “correndo para todas as partes na distância de meia légua”; (2) o Termo, território subordinado à jurisdição da Câmara, constituído pelas freguesias, arraiais, sesmarias e sertões (3) Comarca de Ouro Preto. Em 1714, a Capitania de Minas Gerais foi dividida em quatro comarcas. O Termo de Nossa Senhora do Carmo pertencia à Comarca de Ouro Preto, subordinando-se à sua ouvidoria. VASCONCELLOS, Diogo P. Ribeiro de. *Breve descrição Geográfica, Física e política da Capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico de Carla Maria Junho Anastásia. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. (Coleção Mineiriana); FONSECA, Cláudia. D. Rossios, chãos e terras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 42, n. 1, jul./dez., 2006, p. 36.

As águas do Carmo na criação de Mariana

As águas do Carmo invadiam a Rua Direita e, como os próprios oficiais camarários declararam, em “dentro de dez anos correrá o rio junto” à Igreja Matriz “e se inundará a terra toda onde agora tem a maior e mais torrente povoação”.⁷⁸ Nas cartas enviadas ao Conselho Ultramarino, vemos que o Senado pretendeu resolver a questão em dois movimentos simultâneos: a construção dos cercos de contenção no ribeirão e o requerimento de terrenos ao Rei, longe da possível intervenção das águas.

Sobre o primeiro aspecto, identificamos as várias tentativas do órgão local para conter, ou pelo menos refrear, o volume de água que adentrava a Vila. Porém, nem sempre as obras construídas eram capazes de cumprir sua função, como ocorreu na enchente de 1737:

No ano de mil setecentos e trinta e sete experimentaram os moradores da principal Rua dessa vila com a inundaçãõ do Rio, chamado Ribeirão do Carmo, ocasionando da *ruína de um cerco*, que a defendia dessas enchentes fazendo se lhe despenderem doze mil cruzados para o seu reparo, ameaçando novamente a mesma ruína com maior dificuldade para se poder evitar, pois se achava o Rio mais [altiado] do que a mesma Vila.⁷⁹

A descrição das irremediáveis enchentes servia como justificativa nas cartas enviadas ao Conselho para requerer as terras do pasto, pertencentes à Fazenda Real e em desuso.⁸⁰ Afinal, os onerosos investimentos em obras públicas não surtiam efeito e o aforamento de terras livres das águas seria uma solução urbanística rentável e bem sucedida. Nos contratos de obras da Câmara, entre os períodos de 1738 a 1742, a quantia de 6:190\$000 de réis foi investida na construção e reparos dos cercos. Este número, com toda certeza, foi bem

⁷⁸ APM. CMM. Códice 15. 25/09/1745. fls. 126v-127.

⁷⁹ AHU. MG. Projeto Resgate. Cx. 40. Doc. 1. O mesmo documento foi encontrado no Arquivo Público Mineiro, na seção Câmara Municipal de Mariana. APM. CMM. Códice 15. fls. 53-53v. (grifo nosso).

⁸⁰ Em 1719, foi construído, com as rendas do Senado, o Quartel dos Dragões do Conde de Assumar. O terreno pertencia à Fazenda Real e o quartel já estava em desuso na década de 1740. Por estar abandonado, os oficiais da Câmara solicitaram as terras reais. APM. CMM. Códice 15. 17/09/1742. fl. 55v.

Superior se considerarmos os prejuízos nos calçamentos, pontes, prédios públicos e também nas casas de particulares.⁸¹

A primeira solicitação para utilizar o terreno dos pastos foi em 1742, na qual os oficiais da Câmara descreveram a enchente de 1737, conforme citamos acima. Nela, eles requeriam a porção de terras “para se levantarem as casas pagando a esse Senado”.⁸² No mesmo ano, no mês seguinte, a Câmara novamente escreveu a Sua Majestade “para dar providência” sobre a intenção que também tinha de construir no mesmo terreno da Fazenda Real a Casa de Câmara e Cadeia.

A respeito da ação da Câmara e das águas, dois aspectos nos chamam atenção no processo de urbanização da municipalidade. Em primeiro lugar, foram os oficiais da Câmara que solicitaram ao Rei, antes da criação da cidade, o terreno dos pastos. A escolha do terreno para fugir das águas foi, portanto, anterior ao título de cidade e de iniciativa do poder local, muito antes da suposta presença do engenheiro militar José Alpoim ter dirigido ou “tirado a planta” da cidade em 1745. Em segundo lugar, é perceptível o quanto as águas do Carmo intervieram na própria estabilidade material e organização espacial do povoado. Nos primórdios do arraial, a ocupação se deu no sentido leste-oeste, às margens do ribeirão; com a criação da cidade, foi redirecionada para o sentido norte-sul, mais distante das águas, tendo sido a apropriação do terreno dos pastos símbolo dessa mudança urbanizadora.

A iniciativa de expandir o povoado em sítio urbano longe das águas foi, portanto, da Câmara Municipal, três anos antes da elevação à cidade e de sua reforma urbana. Aventamos a hipótese de que a própria disposição do governo local em construir no terreno

⁸¹ Em 1738, José Antônio Cardoso arrematou a obra do cerco no ribeirão no valor de 10.500 cruzados (4:200\$000). AHCMM. Códice 180. 04/03/1738. fls. 93v-96v. Em 1740, foi a vez de José Alves da Costa, que prestou serviço no valor de 980 oitavas de ouro (1:470\$000). AHCMM. Códice 180. 10/09/1740. fls. 127v-180. Em 1742, novamente, José Antônio Cardoso realizou conserto na obra por 525\$000. De acordo com as condições de execução da obra, o construtor era obrigado a “levantar o dito cerco da parte do rio com pedra e ramos ou capim e da parte de dentro com terra socada ao pilão pondo lhe por uma e outra parte varas de mato virgem” e no tempo das águas “em cuidar na conservação do dito cerco acudindo-lhe com as madeiras que forem arrebatadas e pregos e tudo o mais que for necessário”. Entretanto, se houvesse uma “cheia demasiada que arromba o dito cerco”, não era obrigado a consertar. AHCMM. Códice 180. fls. 154-155. A respeito da transformação de oitavas em réis, ver a tabela em anexo. Sobre os contratos de obras públicas do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, cf. TEDESCHI, Denise M. R.; ALFAGALI, C. Índice de Obras públicas de Mariana (1715-1863). Inédito. Para efeitos comparativos, conforme veremos a frente, as despesas com obras públicas na década de 1740 não superaram 1:000\$000 réis anual, com exceção para os anos de 1747 (4:472\$108) e 1749 (8:312 \$608), o que indica a representatividade dos gastos para conter as águas, dispendidos pelo governo local entre os anos de 1738 a 1742. Sobre os gastos dispendidos anualmente com obras durante a segunda metade do século XVIII, conferir a TABELA 3 deste trabalho.

⁸² APM. CMM. Códice 15. 14/08/1742. fls. 53-53v. O mesmo documento no AHU. MG. Projeto Resgate. Cx. 40. Doc. 1.

da Fazenda Real, com suas rendas, os novos prédios da Casa de Câmara e Cadeia e aforamentos tenha interferido favoravelmente na escolha do Rei para a sede episcopal da Capitania em 1745. Provavelmente, o “sítio muito cômodo” a que se referiu o monarca ao governador Gomes Freire de Andrade era o terreno dos pastos e não as partes arruinadas pelas águas do ribeirão. Em 23 de abril de 1745 a cidade foi criada:

[...] atendendo a que a Vila do Ribeirão do Carmo é a mais antiga das Minas Gerais, e que fica em *sítio muito cômodo* para ereção de uma das duas novas catedrais que tenho determinado pedir a S. Santidade no território da Diocese do Rio de Janeiro. Fui servido criar cidade a dita Vila do Ribeirão do Carmo q. ficará chamando-se Mariana.⁸³

No mesmo ano, os oficiais da Câmara agradeceram ao Rei tamanha honra, informando que “desabrirão(sic) alguns meios para atalhar o dano do dito rio seguros e de menos custo”. Afinal, “não deve sumirce(sic) uma povoação que deve a Vossa Majestade a honra de a exaltar a cidade”. Prometeram, além de um novo cerco, reedificar “a rua direita com mais formosura que antes de destruída [...] e sobretudo ficará segura a cidade e a Igreja Matriz”.⁸⁴

A disposição da Câmara em reformar a parte onde havia “mais [torrente] povoação”,⁸⁵ primeiro reconstruindo cercos para conter as águas e em seguida reformando a Rua Direita e a Igreja Matriz com “formosura”, não parecia suficiente para convencer o governador Gomes Freire e o ouvidor José Antônio de Oliveira Machado. O primeiro afirmava que a cidade ameaçava arruinar-se e que “só se poderá vir a ser tudo capaz se fizer também nova cidade, fora do Rio”.⁸⁶ O segundo afirmava a falta de “capacidade do Senado para conter as inundações que arruinavam a Vila do Carmo”.⁸⁷ As autoridades concordavam quanto à dificuldade de domar as águas do Carmo e, por conseguinte, da própria cidade de honrar o título e o nome da Rainha Dona Mariana.

⁸³ APM. CMM. Códice 45. 23/04/1745. fls. 23v-24. (grifo nosso).

⁸⁴ APM. CMM. Códice 15. 25/09/1745. fls. 126v-127.

⁸⁵ APM. CMM. Códice 15. 25/09/1745. fls. 126v-127.

⁸⁶ APM. SC. Códice 45. 08/10/1745. fls. 162v. Carta do governador Gomes Freire enviada ao Conselheiro Alexandre Gusmão, em que afirmou: “[...] o rio tem levado a cidade, vila, arraial, pelo pouco hoje é, só o parece, além do que diz a Carta do Oficial que tirou a planta: é necessário saber que a Matriz como dirá o Bispo ameaça ruína, como estou persuadida[mente] de S. Majestade e escolher o lugar mais próprio para nova cidade fora do Rio, poderá ser tudo capaz [...]”.

⁸⁷ AHU. MG. Projeto Resgate. Cx. 47. Doc. 41. 06/09/1746 *Apud* FONSECA. Do Arraial à Cidade..., p. 283.

Numa outra via, os oficiais da Câmara de Mariana alegavam que os serviços de minerar dificultavam a contenção das águas urbanas indomáveis. Desde 1743⁸⁸ reclamavam das atividades dos irmãos mineradores Antônio e João Botelho próximo ao ribeirão. Em 1745, novamente os vereadores escreveram ao Conselho Ultramarino sobre os poderosos mineradores, que seriam a causa de dois entraves relativos à gestão das águas no espaço urbano de Mariana: (1) as inundações do caudaloso ribeirão do Carmo; (2) o abastecimento de água. Sobre o primeiro aspecto os camaristas questionaram o serviço de minerar dos irmãos Botelho “na praia do Rio chamado Ribeirão do Carmo ao pé desta cidade a qual provem todo o dano da sua inundação do dito serviço”. As terras minerais, na verdade, pertenceram anteriormente a Antônio Pereira Machado, que as teria doado para a vila no momento de sua fundação. Aquele terreno era, portanto, patrimônio da cidade, estava “dentro da sesmaria” do Senado. Os oficiais solicitaram, por este “princípio como pelo inevitável prejuízo que o dito serviço faz a esta cidade”, que as terras da dita paragem fossem devolvidas à cidade, “para sua conservação e duração”.⁸⁹

O segundo aspecto esteve ligado ao provimento de água para a cidade. A Câmara desejava canalizar a água da Serra do Itacolomy, “água tão boa e tão fácil”, mas que pertencia a outra data mineral de Antônio Botelho. O minerador “impedia o uso da dita água” para a fonte tão necessária ao uso do povo que o Senado almejava construir. Para o governo local, os mineradores se mostravam os grandes vilões da configuração urbana: os serviços de minerar acentuavam a intensidade das enchentes e esbarravam na própria distribuição de água ao núcleo urbano.⁹⁰ O desenho apresentado a seguir é uma imagem encontrada no Arquivo Histórico Ultramarino, sem autoria e data. Provavelmente, foi enviada pelos oficiais do Senado, pois consiste em uma planta do novo cerco que se desejava construir no ribeirão do Carmo. Na imagem há um antigo cerco (3) que se encontrava com o serviço de minerar de Antônio Botelho (1). O cerco do dito Botelho se estendia da sua cata (8) até o corte próximo ao caminho dos Monsus (9). A Câmara pretendia construir um novo cerco (4), aproveitando-se do antigo (3). Este cerco teria início na casa do senador Antônio Mendes (12), passaria pela ponte dos Monsus (2) e se estenderia para depois do córrego da Cachoeira. Seria uma obra monumental, percorreria

⁸⁸ APM. CMM. Códice 15. 09/03/1743. fls. 58v-59.

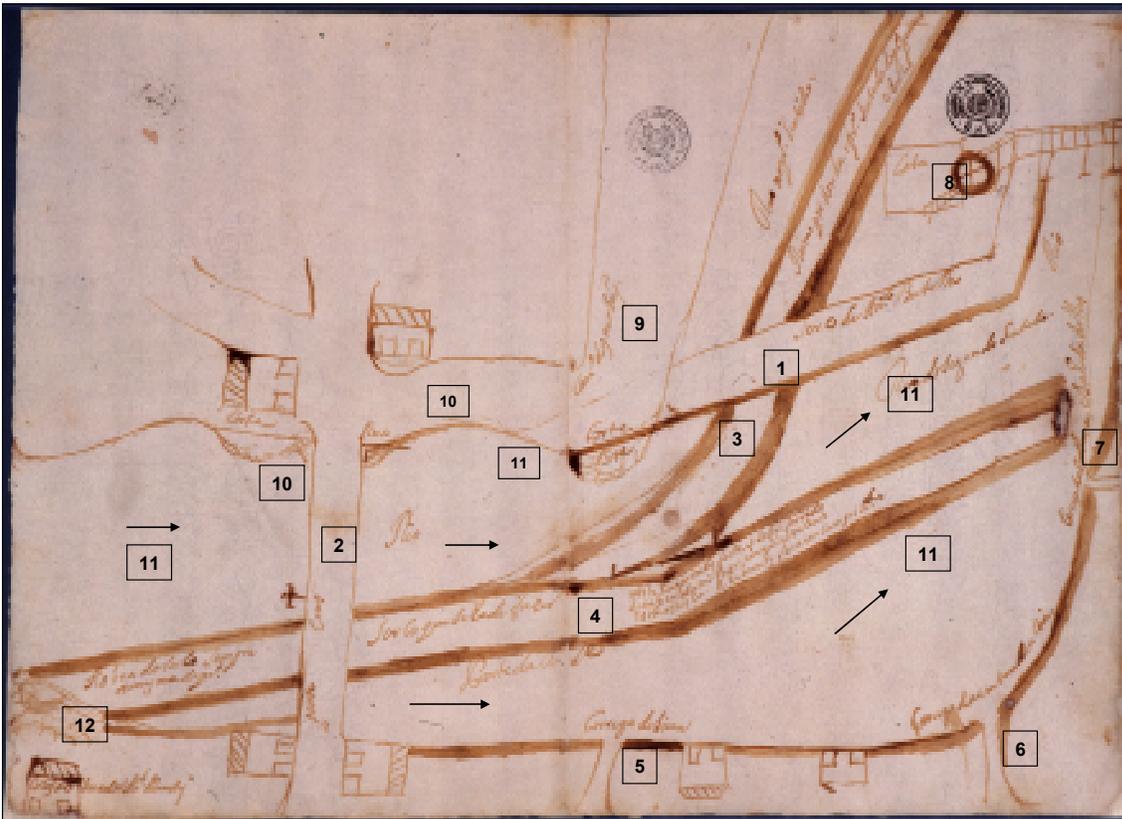
⁸⁹ APM. CMM. Códice 15. 25/10/1745. fls. 128-129.

⁹⁰ APM. CMM. Códice 15. 25/10/1745. fls. 128-129.

grande extensão do ribeirão do Carmo nos seus dois sentidos (11). Na planta, percebemos que o novo cerco (4) se dividiria em dois: aproveitando-se do antigo (3) e construindo-se uma nova ramificação para distribuir o volume de água entre eles. Os cortes dos serviços de minerar (10) provocavam o assoreamento do ribeirão e, por consequência, o aumento de sua área superficial. No desenho, o cerco do dito Botelho aparece como uma ameaça à vazão das águas pelo antigo cerco (3), principalmente no período das chuvas. Pois, o volume que corria pelo tal cerco poderia aumentar o fluxo de água do antigo cerco feito pelo Senado, o que poderia arruiná-lo. Outra hipótese cabível é a de que o próprio cerco do Botelho (1) cortava o antigo cerco da Câmara (3) e impedia o fluxo de água que vinha do cerco novo (4). Esse bloqueio poderia destruir todo o cerco ao interromper o curso da água desviada e provocar uma nova inundação.

FIGURA 4:

“Planta em que se mostra a obra a se fazer para se evitar a inundação das ruas de Mariana pelo rio que ali corre”



Legenda: (1) Cerco de Antônio Botelho, (2) Ponte dos Monsus, (3) antigo cerco, (4) novo cerco, (5) Córrego de Cima, (6) Córrego da Intendência, (7) Córrego da Cachoeira, (8) Cata de Antônio Botelho, (9) Caminho dos Monsus, (10) Serviços de minerar, (11) Ribeirão do Carmo, (12) Senador Antônio Mendes.⁹¹

Fonte: AHU- Lisboa- CARTm-011. D. 1157 (Adaptado pela autora).

A reforma urbana de Mariana.

No momento da elevação à cidade, as águas do Carmo foram, portanto, o tema central das correspondências entre a Câmara e o Conselho Ultramarino. Os cercos e a escolha de um sítio mais apropriado, livre das águas, consistiram nas principais alternativas urbanísticas ao problema.

O processo de concessão do terreno dos pastos à Câmara se estendeu até 1746. Em 1743, as terras haviam sido cedidas ao governo local, mas, como parcela considerável já havia sido aforada pela Fazenda Real e os oficiais locais afirmavam que o tal aforamento

⁹¹ Os números e setas são adaptações na planta para explicarmos a nossa interpretação da imagem.

feito não “estava conforme como era ordem que devem ter as povoações e nele não se alinhar para Cadeia e Casa de Câmara”⁹², a querela se prolongou. Quando já era cidade de Mariana, o Rei exigia que sem demora “se ponham os edificios [...] com toda a brevidade”,⁹³ em acordo com o “aumento que se espera tenha cidade para o que deveis fazer planta e arruamento das ruas [...] em sítio livre das inundações do Rio”. Mas foi apenas em julho de 1746 que a questão foi totalmente resolvida, quando o monarca novamente confirmou a doação dos terrenos e fez recomendações quanto à construção neles. Esta ordem régia, enviada ao governador Gomes Freire, merece ser transcrita, pois é a única que se aproxima do que teriam sido as diretrizes metropolitanas para a reforma urbana de Mariana:

Aos oficiais da Câmara mando declarar a mercê que eu fiz a Câmara de lhe tornar alargar as terras que seus antecessores tinham oferecido para pastos dos cavalos das tropas, foi completa sem limitar as que estiverem aforadas [...] mas fiquem entendendo que *neste sítio* se devem edificar as casas que de novo se fizerem e para o perfeito se ordena que façam logo *planta da nova povoação*, elegendo sítio para praça espaçosa e demarcando as ruas que fiquem direita e com bastante largura sem atenção a conveniências particulares ou edificios que contra esta ordem se achem feito no referido sitio dos pastos, porque se deve antepor a *formosura das ruas*, e cordeadas estas se demarquem sítios em que se edifiquem os *edifícios públicos* e depois se aforem as braças de terra que os moradores pedirem [...] Será pelos *rendimentos da Câmara* e primeiro que centre na demarcação da praça, ruas e edificios públicos se *vos fará a planta presente para com vossa aprovação se praticar o referido* [...] e que em nenhum tempo se poderão dar licença para se tomar parte da praça ou das ruas demarcadas e que todas os edificios se não de fazer a face das ruas cordeadas (sic), as paredes em linha reta e havendo comodidade para quintais das casas devem estes ficar pela parte de trás dela e não para aparte das ruas em que as casas tiverem as suas entradas [...].⁹⁴

O documento acima indica as prioridades da reforma: a Câmara deveria com seus rendimentos executar todas as obras (arruamentos, aforamentos e prédios públicos) com

⁹² APM. CMM. Códice 15. 09/03/1743. fls. 58v-59.

⁹³ APM. CMM. Códice 15. 13/09/1745. fls. 134v-135.

⁹⁴ APM. SC. Códice 45. fls. 27v-28. 02/07/1746.(grifos nossos).

toda a “formosura”, e ao governador cabia aprovar a referida planta e fiscalizar a execução do empreendimento. No entanto, restam algumas lacunas sobre os agentes envolvidos e as obras realizadas. Não sabemos quem foi o tal oficial que tirou a planta do povoado. A historiografia tem atribuído ao engenheiro José Fernandes Alpoim, mas como sublinhou Fonseca, “não se tem notícia de nenhuma planta da cidade assinada por ele”.⁹⁵ Se a autoria das duas plantas é incerta, também o são as obras que deveriam ser executadas no cenário da sede episcopal. Não sabemos se o cerco foi realizado ou se também houve recomendações quanto a outros aspectos do espaço urbano.⁹⁶ A ordem régia apresentada anteriormente se refere estritamente ao sítio dos pastos, aos prédios públicos, às casas e ruas que ali seriam construídos. Além da suposta ação de Alpoim, é provável que o bispo D. Manuel tenha interferido na reforma. Quando em 1748 chegou a Mariana, três anos após a elevação à cidade, o religioso, de acordo com Moura Santos, “inspirou e obteve a aprovação do plano de toda a parte urbana da cidade”⁹⁷, o que corrobora a possibilidade de que o projeto da reforma da cidade ou não estava pronto ou foi fortemente marcado pela flexibilidade e intervenção das várias esferas de poder.

Concordamos com a assertiva de Fonseca de que a execução da reforma teria seguido o “alinhamento, nem sempre total (certamente devido à ocupação já consolidada) das vias longitudinais e de outras pré-existentes e à criação de algumas travessas”.⁹⁸ Resultado, portanto, de uma prática urbanística flexível em suas aplicações e conveniências. Os mapas produzidos no período constituíram uma imagem projetiva, um ideal de cidade, representações do espaço e não o espaço em si concretizado (FIG. 5 e 6).

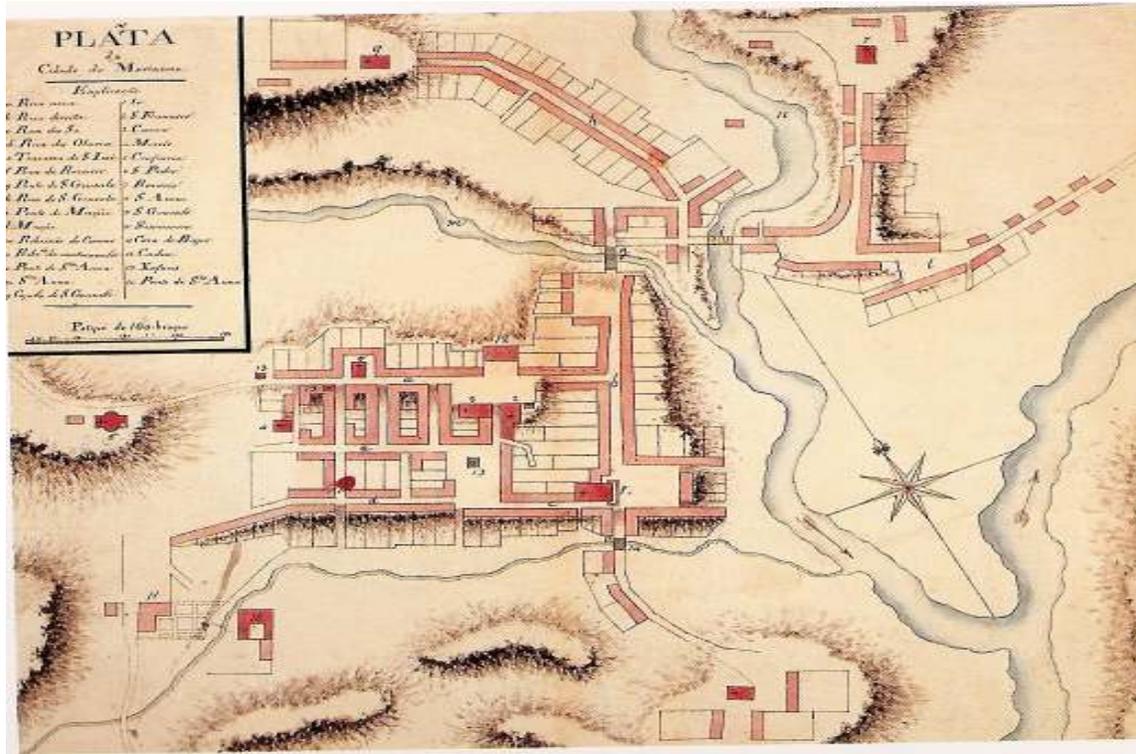
⁹⁵ Cf. FONSECA. *Do Arraial à Cidade...*, p. 288.

⁹⁶ Em 1747, o Senado aforava as terras dos arrabaldes de São Gonçalo, justificando que nelas a povoação também estaria livre das inundações. AHCMM. Códice 554. fl. 104. 1747 *apud* BORSOI, Diogo Fonseca. *Por dentro de mapas e planos: práticas cotidianas e dinâmica urbana em Mariana-MG (1740-1800)*. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2008, pp. 48-49. Havia uma confusão sobre os limites da sesmaria, e a Câmara, com dificuldade na delimitação e concessão dos foros, pediu em 1750 ao Conselho Ultramarino juiz para tomar os chãos do Senado. Em 1752, o ouvidor Caetano Costa Matoso, como Juiz do Tombo, juntamente com o medidor José da Cunha Souza, o louvado Bento Gonçalves [Cortes] e o procurador da Câmara José Ferreyra Almada, procederam à redemarcação da sesmaria da cidade. Fazendo pião a partir do Pelourinho, levantaram todas as moradas e foros. AHCMM. Códices 417, 416.

⁹⁷ SANTOS, Waldemar de Moura. *Lendas Marianenses*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1967 *apud* FONSECA. *O espaço urbano de Mariana...*, p. 50.

⁹⁸ FONSECA. *O espaço urbano de Mariana...*, p. 48.

FIGURA 5
Planta da cidade de Mariana



(a) Rua Nova, (b) Rua Direita, (c) Rua da Sé, (d) Rua da Olaria, (e) Travessa de São José, (f) Rua do Rosário, (g) Ponte de São Gonçalo, (h) Rua de São Gonçalo, (i) Ponte dos Monsus, (l) Monsus, (m) Ribeirão do Carmo, (n) Ribeirão de Matacavalos, (o) Ponte de Sant'Anna, (p) Santa Anna, (q) Capela de São Gonçalo, (1) Sé, (2) São Francisco, (3) Carmo, (4) Mercês, (5) Confraria, (6) São Pedro, (7) Rosário, (8) Santana, (9) São Gonçalo, (10) Seminário, (11) Casa do Bispo, (12) Cadeia, (13) Chafariz, (14).

Fonte: "Plãta da Cidade de Mariana". Original do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. *Apud* REIS FILHO, Nestor. *Imagens de Vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 217. (Autoria e data desconhecidas).

A planta acima representa um espaço simétrico, geométrico, tanto das ruas como das construções.⁹⁹ Provavelmente, pelos elementos que apresenta, este mapa foi elaborado entre fins do século XVIII e início do XIX.¹⁰⁰ A Igreja de São Francisco (2) e a Casa de Câmara e Cadeia (12) foram concluídas apenas em fins do XVIII. Além deles, também estão representados quatro chafarizes (13), o Chafariz de São Pedro, Chafariz de São Francisco

⁹⁹ Para uma análise mais apurada sobre a elaboração de mapas e plantas neste período, ver os comentários de: FONSECA. *Do Arraial à Cidade...*, p. 267-301.

¹⁰⁰ De acordo com Salomão de Vasconcellos, a Igreja de São Francisco de Assis (2) foi construída entre 1762 e 1794 e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo (3), entre 1784 e 1810. VASCONCELLOS, Salomão. *Mariana e seus templos...*, pp. 29, 48.

dos Pardos, Chafariz de São Francisco dos Brancos e Chafariz do Rossio.¹⁰¹ Apesar de desconhecida a autoria do mapa, o erro cometido na posição da rosa-dos-ventos - como já comentou Fonseca - e ainda a inversão de localização do Ribeirão do Carmo (m) e do córrego de Mata Cavalos(n) nos levam a conjecturar a possibilidade de que autor não seja um funcionário local, mas sim um oficial de fora, não tão habituado à cidade, o que justificaria os enganos cometidos.

FIGURA 6
Mapa da cidade de Mariana



Legenda: (A) Sé, (B) Igreja de São Francisco da ordem Terceira, (C) Igreja do Carmo da Ordem Terceira, (D) Igreja de São Pedro, (E) Igreja do Seminário, (F) Casa de Câmara e Cadeia, (G) Capela de São Gonçalo, (H) Palácio Episcopal, (I) Capela de Santa Ana, (L) Capela Antiga do Rosário, (M) Capela Nova do Rosário, (N) Bairro dos Monsus, (O) Ponte dos Monsus, (P) Ponte da Rua Direita da Sé, (Q) Ponte do Seminário, (R) Praça do Pelourinho, (S) Rua Direita da Sé, (T) Rua Nova, (V) Praça do Chafariz, (X) Casas dos Juizes de Fora, (Z) Ribeirão do Carmo, • Chafariz.

Fonte: “Mapa da cidade Mariana”. Original da Mapoteca do Itamarati, Rio de Janeiro. ca. 1798-1801. *Apud*. REIS FILHO, Nestor. *Imagens de Vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 217 (Autoria e data desconhecidas).

¹⁰¹ Sobre os chafarizes de São Pedro, São Francisco dos Brancos e dos Pardos, encontramos evidências de suas existências a partir de 1769. Ver o documento: AHCMM. Contrato de arrematação. Códice 377. 11/12/1769. fls. 74v-75. O Chafariz do Rossio foi construído por Domingos Rodrigues Torres em 1749. AHCMM. Códice 135. 26/02/1749. fls. 50v-53v.

O mapa da cidade de Mariana, de autoria e data desconhecidas, foi produzido, possivelmente, na segunda metade do século XVIII. Na interpretação de Fonseca, foi confeccionado em duas fases, o que explicaria as diferenças de tonalidade e representação dos elementos da parte antiga e nova da cidade.¹⁰² Apresenta edifícios religiosos como a Igreja do Carmo, São Francisco e também o pelourinho no antigo terreno dos pastos. Contudo, a ausência do prédio da Câmara indicaria que o desenho seria anterior a 1782, data em que se iniciaram as obras deste edifício público.¹⁰³ No mapa ainda é possível perceber a expansão da cidade no sentido sul, atrás da Sé, na direção oposta ao ribeirão. Vemos ainda que, próximo ao ribeirão, nas proximidades da Rua do Piolho, na parte inferior do mapa, as casas aparecem imersas nas águas. É mais provável, portanto, que este mapa tenha sido elaborado para a execução da reforma ou concomitante ao início das obras.

Nenhum dos dois mapas apresenta possíveis cercos de contenção. Por outro lado, apontam a dimensão do crescimento urbano de Mariana após 1745 e a presença dos córregos do catete, seminário e ribeirão do Carmo como fronteiras naturais da paisagem urbana.¹⁰⁴ Sabemos que as cheias não deixaram de importunar as audiências da Câmara na segunda metade do século XVIII¹⁰⁵. No entanto, percebemos alguns indicativos de mudança no cenário administrativo. A partir de 1750, cessam as correspondências com o Conselho Ultramarino sobre as inundações na cidade e não são mais arrematadas obras de contenção do rio até fins do século, o que, por um lado, indicaria uma diminuição na ocorrência ou mesmo na amplitude das enchentes. Dessa forma, poderíamos inferir que o redirecionamento do povoado para o sul e os supostos cercos construídos tiveram êxito. Por outro lado, continuaram a existir frequentes reparos nas pontes da cidade, e foi com este

¹⁰² FONSECA. Do Arraial à Cidade..., p. 290.

¹⁰³ O contrato de arrematação da obra da Casa de Câmara ocorreu em 1782, assinado pelo pedreiro José Pereira Arouca, no valor de 30 mil cruzados. AHCMM. Códice 377. 23/10/1782. fls. 191v-198v. O pelourinho foi arrematado por José Moreira de Matos, pelo valor de 700\$000 réis. AHCMM. Códice 135. 30/09/1750. fls. 103v-104v.

¹⁰⁴ Cabe destacar que os rios serviam como divisores naturais, instrumentos de demarcação dos espaços para a organização territorial da Capitania, como ocorreu em 1714, quando as Minas Gerais foram divididas em quatro comarcas, como descreveu Diogo de Vasconcelos: “Aos seis dias do mês de abril do ano que já então corria de 1714 [...] Acordaram pois em junta que se formassem quatro comarcas, quais ainda hoje existem: 1ª - a de Vila do ouro Preto; 2ª - a de Vila Real do Sabará ou Rio das Velhas; 3ª - a do Rio das Mortes; 4ª - a do Serro Frio. A do Ouro Preto, no centro, tem suas divisas no ribeirão que desce da ponta do morro a fazer barra no rio de S. Francisco, estrada de Mato Dentro, no rio Paraopeba, Congonhas, serra de Itaverava e sertões do Pomba e Cuieté até o rio Doce”. VASCONCELOS. *Breve descrição Geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais...*, p. 87.

¹⁰⁵ Conforme veremos no terceiro capítulo deste trabalho, o escoamento das chuvas e as inundações nas ocupações mais antigas e planas da cidade continuou a incomodar o poder local e os moradores da cidade.

tipo de obra pública que o Senado mais despendeu suas rendas no século XVIII.¹⁰⁶ Neste sentido, é necessário também destacar os aspectos de natureza técnica e material dessas pontes, que interferiram na sua durabilidade e resistência no período das chuvas. Em Mariana, observamos nos contratos de obras do Senado que foi mais comum o uso da madeira nestas edificações, ao contrário de sua vizinha Vila Rica, que já contava com pontes de pedra desde 1744.¹⁰⁷ Cabe ressaltar que foi no ano de 1796 construída a primeira e única ponte de pedra da cidade, a Ponte de Areia, que ligava a Catedral da Sé ao núcleo de São Gonçalo (FIG. 7). Estes equipamentos urbanos eram elementos importantes numa cidade entrecortada por córregos e ribeirões. As pontes permitiam o acesso à cidade, a comunicação entre os seus vários bairros, a locomoção dos habitantes, separados pelas águas do Carmo e afluentes. No início do século XIX, era elemento de destaque na paisagem da cidade, como descreveu o viajante francês Saint-Hilaire:

Mariana está realmente construída em uma *península*. Todavia, fora dessa península, existem ainda dois grupos de casas das quais o principal está situado sobre o morro que se encontra entre o *Ribeirão do Carmo e o de Catete*, e, para estabelecer comunicação entre esse morro e a cidade, construiu-se sobre o último dois regatos uma ponte de pedra de um só arco.¹⁰⁸

¹⁰⁶ No próximo capítulo apresentamos os gastos do Senado com as obras públicas na segunda metade do século XVIII.

¹⁰⁷ PEREIRA; LICCARDO; SILVA. *A arte da Cantaria*, p. 83. Cf. também CARVALHO. *Pontes e Chafarizes de Vila Rica Ouro Preto...*, p. 83.

¹⁰⁸ SAINT-HILAIRE. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 81.

FIGURA 7
Ponte da Rua Direita ou Ponte de Areia



Fonte: APM. Seção de Fotos. Coleção Municípios Mineiros Ponte da Rua Direita. [1890-1900 ?].¹⁰⁹ Construída em fins do século XVIII, a única ponte de pedra da cidade, descrita por Saint-Hilaire, ligava o núcleo de São Gonçalo (à esquerda) à Rua Direita (à direita), que terminava na Catedral da Sé.

As pontes representavam uma sobreposição ao espaço das águas. Uma resposta da engenharia humana para transpor o espaço natural dentro da cidade. As reconstruções frequentes, observadas nos livros de arrematação da Câmara de Mariana, mostram, entretanto, que nem sempre era possível domar o espaço da natureza dentro da cidade. Por vezes, a solução mais apropriada era se distanciar: a expansão da cidade no sentido do terreno dos pastos foi uma alternativa viável, que garantiria estabilidade física e material necessária à continuidade da povoação. Contudo, as águas corriam por todos os lados e sem as pontes não era possível a convivência urbana. Parece-nos que na Mariana Setecentista as políticas urbanas se alternaram entre conter, desviar-se e sobrepor-se às águas do Carmo. Nem sempre com êxito, pois a face indomável da natureza poderia romper os alicerces e as tentativas de dominá-la. No caso de Mariana, as águas interferiram na trajetória do espaço urbano, na própria estrutura da sua morfologia. Modelaram espaços, instituíram novos cenários e serviram como limites da geografia urbana. Em 1750, a Câmara determinou que

¹⁰⁹ A foto sem autoria e data possivelmente é da primeira metade do século XX. Com as intervenções urbanas ocorridas ao longo deste século, o córrego do Catete foi coberto e pavimentado por onde hoje transitam automóveis e pedestres. A ponte ainda é a principal via de acesso ao bairro São Gonçalo.

para “maior formosura das ruas todas as casas que se fizeram nesta cidade para dentro das *três pontes públicas* não terão paredes de quintais” e, nos casos que não pudessem deixar de as terem, serão “ornadas de janelas, portas, e beiradas que pareçam frontarias de casas, pena de se demolirem”.¹¹⁰ As três pontes cortavam os córregos do Seminário (Ponte de Sant’Anna), ribeirão do Carmo (Ponte dos Monsus) e córrego do Catete (Ponte de São Gonçalo). Essa preocupação, cinco anos após a elevação à cidade, demonstra que o governo local procurava regular as construções urbanas e que o rio e os córregos serviam como fronteiras do espaço urbanizado. Entre as pontes estava o núcleo principal. Atravessando-as, chegava-se aos arrabaldes, os bairros de Sant’Anna, São Gonçalo e Monsus.

Antes ou depois de “tirar a planta”, quem tratou de conduzir as obras urbanas foi o Senado da Câmara. Desde a fundação da Vila de Nossa Senhora do Carmo, os oficiais locais administraram variados aspectos concernentes à ordenação social. No momento da elevação à cidade, outros personagens do poder estiveram envolvidos na questão das águas, na expansão e reforma da cidade, como o governador, o ouvidor, o bispo e o Rei. Parece-nos que a interferência régia serviu para consolidar uma pré-disposição da Câmara em construir uma nova cidade livre das águas. Ao mesmo tempo a escolha real enobrecia o povoado com a sua nova função religiosa na Capitania. O Rei surge como soberano que salva a cidade das águas, acolhe as investidas da Câmara, doa os terrenos necessários. A intervenção régia como elemento ordenador, providencial. O prestígio e a distinção do novo título reforçavam a gratidão dos súditos com seu Rei. A “nova” cidade deveria projetar dentro de seu espaço urbano a sua nova função na capitania. Neste sentido, o conjunto de obras realizadas na segunda metade do Setecentos simbolizava a capacidade do governo local de administrar e representar a nova fase espacial e político-religiosa da cidade.

Não se sabe o que de fato constituiu a reforma ordenada pelo Rei. Vimos fragmentos que apresentam diretrizes, mas que ainda deixam várias lacunas (quem confeccionou os mapas, quais as exigências quanto ao mobiliário urbano). Contudo, entre as certezas está a de que a Câmara deveria executar com as suas rendas as obras necessárias. Pontes, chafarizes, ruas, largos e prédios públicos foram construídos durante a segunda metade do século XVIII e a Mariana das águas instáveis cedeu lugar à cidade episcopal das Minas. A expansão no sentido sul, a partir da década de 1740, representou a sedimentação física da

¹¹⁰ AHCMM. Edital. Códice 462. 1750. fl. 65v.

cidade, o efetivo processo de consolidação e a (re)organização espacial do povoado. Como consequência, obras de maior apuro técnico com materiais perenes se espalharam pelo espaço urbano. Exemplo disso é o prédio da Casa de Câmara e Cadeia, construído no terreno dos pastos, de pedra e cal, em substituição ao antigo, situado no Largo da Sé, de pau-a-pique, frequentemente invadido pelas enchentes.¹¹¹

De acordo com Marco Antônio Silveira, nas Minas auríferas, a presença de um aparelho administrativo mais definido e o fortalecimento dos vínculos sociais contribuíram para a constituição mais sólida e também mais organizada do espaço a partir de 1735.¹¹² E acrescentamos, no caso de Mariana, que a sua sólida constituição dependeu de sua estabilidade espacial, conquistada pelos artificios ou formas de se apropriar do espaço natural. Pontes, cercos e desvios foram estratégias administrativas para burlar o espaço das águas urbanas, tentativas da engenharia humana para lidar com esse agente natural/personagem urbano. As águas do Carmo e seus afluentes integravam, agiam, modelavam e interferiam nas paisagens humanas, muitas vezes de modo imprevisível e incontrolável. Na Mariana Setecentista, as maneiras de se apropriar destas águas articularam agentes locais, régios e religiosos em um conjunto de tentativas que resultou no que entendemos como um domínio apropriado à convivência com as águas urbanas. Afinal, as tentativas de conter (cercos), fugir (terrenos mais elevados) ou se sobrepor (pontes), investidas pela Câmara no espaço urbano, constituíram formas de dominar e controlar esse bem natural para a continuidade da cidade episcopal. Ainda que, este domínio, pautado por tentativas de adequar as águas ao convívio social, tenha sido marcado também pela intervenção das forças naturais, nem sempre possíveis de prever e conter. Desta forma, procuramos demonstrar ao longo do capítulo que o espaço urbano foi uma imposição sobre a paisagem natural, e que as águas foram mais um personagem a pulsar neste organismo vivo e dinâmico, onde atores e agentes imprimiram novas cenas e produções no cotidiano. A trajetória desse personagem no espaço, na sua relação com os habitantes também variou ao longo do itinerário urbano de Mariana. Nos primeiros tempos, houve um movimento urbano próximo às águas; em seguida, com a reforma urbana, um movimento de fuga e tentativas de controle: à ocupação cômoda, próxima as água do ouro, seguiu-se ao

¹¹¹ APM. SC. Códice 45. 30/04/1745. fls. 59v.

¹¹² SILVEIRA. *O universo do indistinto...*, p.25

incômodo das enchentes urbanas. As tentativas do governo local foram no sentido de permitir o convívio, procurando domar e adequar as águas ao espaço urbano. Mas nem sempre foi possível contê-las, e por isso, um domínio limitado, adaptado às possibilidades urbanas e às contingências naturais acabou por configurar a relação entre as águas e os indivíduos da Mariana Setecentista.

Ademais, um terceiro movimento marcou o convívio entre os habitantes e as águas urbanas por toda a segunda metade do século XVIII: a canalização e a construção dos chafarizes públicos. A vulnerabilidade às águas do Carmo até meados do século era um entrave a estes tipos de obras públicas. Não era vantajoso investir nesse espaço constantemente arruinado pelas águas. Primeiro, porque as obras de canalização eram onerosas e poderiam ser destruídas na primeira enchente. As águas límpidas trazidas de fora dos limites da urbe poderiam ser corrompidas pelas águas impróprias do Carmo, que invadiam a cidade. Ademais, os esforços e recursos da Câmara estavam voltados para resolver as frequentes inundações. Com as estabilidades física, espacial e social conquistadas, o Senado poderia investir nas obras de canalização subterrânea de água para abastecer a população. Afinal, a capital religiosa das Minas não poderia padecer de falta d'água. Uma nova trajetória das águas se desenharia na paisagem; ao lado das visíveis águas do Carmo corria um itinerário invisível dos canos secretos: era preciso trazer água à cidade, matar a sede do povo. Tema do nosso próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

A rede de abastecimento de água

2. A rede de abastecimento de água

Com a criação da cidade de Mariana em 1745, uma série de obras se espalharam pelo sítio urbano, iniciando-se a constituição de um novo cenário na sede episcopal das Minas Gerais. No capítulo anterior, vimos os desdobramentos da escolha real pelo povoado, a apropriação do terreno dos pastos pela Câmara e as suas tentativas para domar as águas do Carmo. Era preciso, primeiramente, conquistar a estabilidade espacial para se instituir uma organização física mais sólida do centro aurífero ocupado.

Durante a segunda metade do século XVIII, a transformação física do corpo urbano foi dirigida, sobretudo, pelas irmandades e pelo órgão local. As primeiras iniciaram uma série de obras religiosas, entre passos, capelas e novas igrejas que representavam as diversas ordens e congregações leigas em território mineiro.¹ O governo local tratou de investir na infra-estrutura urbana e ordenar os espaços já constituídos. Pontes, chafarizes, calçadas, edifícios públicos e novos aforamentos integraram as políticas municipais na reconfiguração da morfologia espacial de Mariana. Conforme sintetizou Rodrigo Bastos acerca da atuação da Câmara nesse instante, os vereadores procuraram melhor acomodar os moradores da cidade, assim como proceder aos preparos e reparos para que ela estivesse adequadamente digna da instalação do bispado. “A solução mais prudente para Mariana seria mesmo aumentar a cidade em sítio livre das ameaças do rio carmelitano”.²

Desde a instalação da Câmara, com a criação da Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo em 1711, os membros do órgão local financiavam diversos tipos de obras e serviços urbanos na municipalidade. Contudo, foi a partir de 1749, com a reforma ordenada pelo Rei quatro anos antes, em 1745, que o governo local investiu na construção e

¹ A respeito das ordens e irmandades na Capitania de Minas Gerais, cf. BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986. Especificamente sobre os templos construídos na cidade de Mariana nesse período, cf. VASCONCELLOS, Salomão. *Mariana e seus templos*. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyner, 1938; TRINDADE, Raimundo. *Instituições de igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Mec/SPHAN, 1945.

² BASTOS, Rodrigo. *A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003, p. 130.

manutenção de um sistema de abastecimento de água, com a edificação de um aqueduto subterrâneo e o primeiro chafariz de repuxo da capital religiosa.³

A única cidade das Minas no Setecentos, até meados do século, não contava com uma rede hídrica que abastecesse de água seu núcleo urbano, conforme pudemos averiguar nos livros de contratos de obras públicas de todo o século XVIII.⁴

Foram encontradas algumas intervenções de caráter pontual, tanto em Mariana, como em Vila Rica, cabeça da Comarca. De acordo com Salomão de Vasconcellos, teria existido, na primeira metade do século XVIII, na então Vila de Nossa Senhora do Carmo, a Fonte dos Quartéis, situada no Largo da Carvalhada.⁵ Aventamos a possibilidade de a dita fonte ter sido edificada conjuntamente com o prédio do quartel, construído em 1720 com as rendas do Senado. A única evidência documental que nos aproxima dessa hipótese e da assertiva de Vasconcellos é a existência de um contrato de obra para o reparo de uma fonte, sem qualquer especificação quanto à sua localização, arrematado por Manoel Francisco Pereira em 1735.⁶

Em Vila Rica, para efeito comparativo, o primeiro chafariz de que se tem notícia foi construído em 1724. O responsável pela obra foi Antônio Silva, que conduziu a água desde um “nascedouro por baixo do chão na profundidade que fosse necessária”, devendo desviar um “anel d’água para a Casa da Moeda”.⁷

³ AHCMM. Auto de arrematação do Aqueduto. Códice 135. 22/02/1749. fls. 42-47. AHCMM. Auto de Arrematação do chafariz e fonte. Códice 135. 26/02/1749. fls. 50v-53v.

⁴ Foi realizado levantamento nos livros de arrematação de obras públicas do período de 1715 a 1863. TEDESCHI, Denise M. R.; ALFAGALI, C. Índice de Obras Públicas de Mariana (1715-1863). Inédito

⁵ VASCONCELLOS, Salomão. *Breviário Histórico e Turístico de Mariana...*, p. 38

⁶ Vale lembrar que as terras do Largo da Cavallhada, juntamente com o terreno dos quartéis e seus pastos, pertenceram à Fazenda Real até 1746, quando passaram às mãos do Senado, conforme vimos no primeiro capítulo deste trabalho. A evidência de que a Câmara arcou com a construção do quartel consta na resposta enviada aos oficiais da Vila de Nossa Senhora do Carmo em 1721, a respeito do pedido para se tornar sede da Comarca, na qual o Rei D. João V agradeceu “as grandes despesas que fizeram nos quartéis para alojamento das tropas dos Dragões” e também as despesas que tiveram com a “morada dos governadores dessas Minas”, mas escolhia Vila Rica por ter maior grandeza e [ser] mais opulenta”. APM. Seção Colonial. Códice 18. 28/02/1721. fls. 81-81v. Nos livros de contratos de obras da Câmara encontramos o “Auto de Arrematação da obra que se há de fazer na fonte desta vila”, única obra de chafariz da primeira metade do século XVIII. O conserto foi arrematado por Manoel Francisco Pereira, pelo valor de 50\$000. O contrato não traz informações acerca da localização da fonte ou dos reparos a serem realizados, mas confirma a existência dessa construção, que acreditamos ser a Fonte dos Quartéis mencionada por Salomão de Vasconcellos. AHCMM. Códice 180. fls. 52-52v. 14/08/1735.

⁷ O chafariz não existe mais. CVR. Chafariz da Casa da Câmara. Auto de arrematação do Chafariz no largo da Casa da Câmara. Códice 14. 10/07/1724. fls. 41v. *apud* CARVALHO, Feu de. *Pontes e Chafarizes de Vila Rica de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Edições Históricas, [s.d.], pp. 81-82.

Esses casos foram isolados e, mesmo que relevantes, não representavam a existência de um circuito de abastecimento das águas dentro de seus núcleos urbanos. Especificamente para Vila Rica, Fabiano Gomes da Silva constatou que as obras de canalização e construção de chafarizes concentraram-se entre as décadas de 1740 e 1760, movimentando cerca de 12:376\$566 réis dos gastos do Concelho nesse intervalo.⁸ Em Mariana, cotejando os contratos de obras com as listas de pagamentos efetuados pelo órgão local, constatamos que os mais altos investimentos no abastecimento de água também estiveram compreendidos nesse intervalo, com especial atenção para o ano de 1749.⁹ Essas evidências da instalação de uma rede hídrica em meados do século XVIII nos levam a questionar porque teria sido a partir desse período que as Câmaras Municipais investiram nesse tipo de serviço tanto em Mariana como em Vila Rica.

Um conjunto de fatores e personagens teria interferido e influenciado na promoção de obras públicas dessa natureza. Especificamente no caso de Mariana, chamamos atenção para o próprio processo de estruturação de seu espaço físico. A história urbana dessa localidade na primeira metade do Setecentos, como já demonstramos no primeiro capítulo, foi acompanhada pela instabilidade espacial de seu mobiliário urbano, sobretudo nas décadas de 1730 e 1740, quando as enchentes do Carmo consumiam as rendas e as audiências do Concelho. Dessa forma, a administração local estava voltada para trazer estabilidade espacial, e por consequência, social ao povoado arruinado. Nesta perspectiva, era cogente conter as águas e inviável investir em um sistema de distribuição, onde havia indefinição acerca dos próprios limites ou expansão urbana da cidade. Ainda por questões técnicas e financeiras seria imprudente construir um valo adutor das águas, seja porque as rendas do Concelho estavam comprometidas com os estragos deixados pelas enchentes, seja porque os canos estariam suscetíveis à destruição ou mesmo à infiltração das águas impróprias do ribeirão que tomavam a Vila do Carmo. Fica claro, portanto, que o caso de Mariana foi singular, uma vez que, em virtude das águas impróprias, a criação de um sistema de distribuição do líquido vital teve de esperar. Afinal, era necessário,

⁸ SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e Cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007, p. 58. Cf. também FONSECA, Alberto de F. C. *Controle e uso da água na Ouro Preto dos séculos XVIII e XIX*. Dissertação (Mestrado em Recursos Hídricos) – Escola de Minas Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2004, p. 50.

⁹ Os gastos da Câmara de Mariana com o abastecimento serão abordados no item 2.3 deste capítulo.

primeiramente, conquistar certa estabilidade espacial para alcançar a permanência e consolidação do convívio social, razão determinante para a constituição de uma infraestrutura urbana.

Entretanto, essa singularidade espacial, causada pela proximidade ao ribeirão e pelo desfavorecimento da topografia aplainada, cabe apenas para explicar a especificidade da formação urbana da cidade e sua interferência no estabelecimento da rede hídrica. Para Vila Rica, esses argumentos não se aplicavam. Sua topografia íngreme e a abundância de nascentes e rios que percorriam sua paisagem não impossibilitavam a instalação de uma rede hídrica, pelo contrário, deveriam servir de estímulo ao estabelecimento de um sistema condutor. Cláudia Fonseca, neste sentido, argumentou que a inexistência de um circuito de abastecimento até meados do século XVIII, nos povoados auríferos, estaria ligada aos conflitos entre os mineradores e a Câmara pela posse das águas nos centros urbanos e terrenos adjacentes. Os serviços de minerar teriam interferido não apenas na estrutura fundiária das vilas, mas também na utilização dos recursos hídricos da região. Nesta linha, Fonseca aventou a hipótese de que a implantação de um sistema de adução das águas somente se tornou possível nas vilas mineiras quando houve o “esgotamento das jazidas situadas no interior e nas proximidades das povoações”, o que teria ocorrido a partir da segunda metade do Setecentos. Esta exaustão permitiria então ao governo local canalizar as nascentes, antes empregadas nos serviços de minerar.¹⁰

Concordamos com a historiadora quanto à existência de disputas envolvendo a posse das águas. Ainda permanece confusa a imbricação ou mesmo sobreposição de datas minerais à sesmaria da Câmara na constituição dos núcleos auríferos, aspecto que nos possibilitaria entender a natureza e a resolução desses conflitos que envolviam particulares e esferas de poder distintas e autônomas – o Senado e a guardamoria – na repartição das águas urbanas. Entretanto, entendemos que a construção de uma rede hídrica em Mariana e Vila Rica resultou do fortalecimento das estruturas políticas e sociais nesses espaços, e não em virtude da diminuição das disputas pelas águas.

As fontes de água eram empregadas em variadas atividades econômicas. Além da mineração, agricultura, criação de animais, existiam os hábitos de consumo da população

¹⁰ FONSECA, Cláudia D. *Des terres aux villes de l'or: pouvoir et territoires urbains au Minas Gerais. Brésil, XVIIIe siècle*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

(cozinhar, beber, lavar). Essas múltiplas maneiras de se apropriar das águas no terreno urbano tornavam o líquido um bem natural precioso e disputado por diversos indivíduos e instituições. A historiadora Andréa L. Gonçalves argumentou que, em meados do século, quando a decadência da produção aurífera se fazia sentir, “os investimentos em técnicas de minerar se fizeram cada vez mais necessários, bem como se tornaram mais complexas as formas de extração do cascalho aurífero”. As buscas pelas pintas de ouro nos morros implicavam a condução de água, às vezes por longas distâncias, consumindo recursos e escravos. Na sua fábrica era preciso “romper penhascos, arrasar montes e mudar rios”.¹¹ Apenas mineradores mais poderosos podiam investir nestes mecanismos mais complexos de extração mineral, como o inconfidente Inácio José de Alvarenga, que poucos meses antes da Conjuração encontrava-se em situação financeira delicada, resultante dos altos investimentos “nas instalações hidráulicas que havia realizado em suas lavras auríferas, situadas na Comarca do Rio das Mortes”. A “busca de técnicas mais aprimoradas de mineração ocorreu até mesmo no período de declínio, tendo sido uma alternativa, ainda que infrutífera encontrada no sentido de reverter o já patente esgotamento das lavras de ouro localizadas até então”, como afirmou Gonçalves.¹² Na extração do ouro dos morros, a condução das águas era condição onerosa à persistência da atividade aurífera. Neste sentido, parece legítimo supor que mineradores poderosos como Alvarenga estavam à procura de propriedades que contavam com o líquido; buscavam prioritariamente as águas nos terrenos adjacentes, mas, se necessário, e em decorrência da ampla demanda, recorriam aos locais onde havia disponível e em volume apropriado, mesmo que próximos aos centros urbanos.

Dentro dos próprios limites urbanos de Mariana, os serviços de minerar próximos ao ribeirão do Carmo ainda perduravam na paisagem em meados do século. Como comprovou o caso ocorrido em 1748 que envolveu o minerador, o Mestre do Campo Agostinho Dias dos Santos, possuidor de um serviço mineral perto da Rua do Piolho, o qual, “querendo lavar as terras” onde estavam a morada de casas de Estevam Leite na mesma rua, requereu-lhe

¹¹LISLY, Andréa. As técnicas de mineração nas Minas Gerais do século XVIII. In: RESENDE; VILLALTA. (org.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, v. 2, p. 198.

¹² Traslado do sequestro feito a Inácio José de Alvarenga Peixoto. São João del-Rei, 05 de outubro de 1789. In: Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1982, v. 6, pp. 165-220 *apud* LISLY, As técnicas de mineração..., p. 202.

“deixar botar as casas abaixo” com a “condição de lhe mandar fazer outros da mesma forma em outra paragem”.¹³

Ao lado dos mineradores, conviviam ainda os proprietários de roças e fazendas na disputa pelo líquido. A existência de regos, córregos ou olhos d’água favorecia essas atividades, além de valorizar os terrenos. Em 1740, o Coronel Caetano Alves Rodrigues, solidário à órfã, filha do Capitão João da Silva Guimarães, concedeu-lhe a utilização dos dois regos de água de sua fazenda. As terras da dita órfã estavam à venda há alguns meses e o Coronel, condoído com a situação, fez um termo de concessão de suas águas, “que sem dúvida aumentaria o valor” da propriedade que contava com uma roda de moer mandioca. Ficou ainda estabelecido que a órfã ou os futuros proprietários poderiam utilizar as águas para “mover a tal roda de mandioca”. Neste caso, fica claro que as águas constituíam um elemento de valorização das terras e de fundamental relevância para outras atividades econômicas que conviviam com a mineração nas Minas.¹⁴ A coexistência das atividades agrícolas e minerais desde a primeira metade do século XVIII, conforme observou Ângelo Alves Carrara nos inventários do Termo de Mariana, vem reafirmar o uso contínuo que se fazia do líquido precioso nas Minas auríferas. A fortuna de João Lopes de Camargo é elucidativa neste sentido. Em 1743, deixou, além dos 71 escravos que cultivaram as lavouras de “65 alqueires de milho de planta, restingas de mato virgem, com casas de sobrado e senzala coberta de telha, engenho de moer cana corrente, roda de mandioca, um sítio em Águas claras de 30 alqueires de milho com sete cavalos, sete bois e doze porcos”, um “sítio com uma roda de minerar moente e corrente no veio d’água do rio Gualaxo Norte, com água por cima que tem em abundância, e com quarenta datas de terras no mesmo veio d’ água do mesmo rio”.¹⁵

¹³ Entretanto, o minerador não cumprira o acordo e Estevam Leyte, insatisfeito, notificava o Mestre de Campo para em tempo de um mês estarem “prontas e acabadas”. AHCSM. Notificação. Códice 178. Auto 4406. 2º ofício. 18/01/1748.

¹⁴ AHCSM. Ação Cível. Códice 467. Auto 10352. 1º ofício. 18/10/1740. No termo de conclusão, mesmo com a concessão das águas feita pelo Coronel Caetano Alves Rodrigues, a propriedade não teve “maior lance do que o de quatro mil cruzados” (1:600\$000). Outros critérios deveriam pesar na apreciação das propriedades, como a dimensão e o número de escravos, animais e materiais. Seria necessário comparar as várias propriedades agrícolas e também minerais para se compreender a interferência dos vários fatores no preço das referidas terras, questão que não desenvolveremos neste trabalho.

¹⁵ CARRARA, Ângelo. Paisagens rurais do Termo de Mariana. In: GONÇALVES, A. L.; OLIVEIRA, R. P. (org.) *Termo de Mariana II: História e Documentação*. Mariana: Imprensa UFOP, 2004, pp.31-37. Sobre as “águas metidas” para uso dos engenhos e serviços de minerar, ver também a descrição de Luis José Ferreira de Gouveia, que ressaltou o convívio das lavras e lavouras em Guarapiranga, uma das maiores freguesias do

Portanto, ao lado desses usos variados e meios empregados para conduzir as águas na primeira metade do Setecentos, em meados do mesmo século, um novo personagem se agregou à disputa, a Câmara Municipal. A inserção deste novo consumidor na trama das águas não surgiu, no entanto, da diminuição dos conflitos pela posse do líquido entre os mineradores, mas sim de um processo de sedimentação e complexificação política e social ocorrido nas vilas do ouro, como Mariana e Ouro Preto, que se refletiu na própria constituição urbana desses núcleos. Como observaram Marcos Magalhães Aguiar e Marco Antônio Silveira, as décadas de 1730 e 1740 foram “os momentos fulcrais de articulação do estado e das estruturas de sociabilidade responsáveis por formas mais estáveis de vida social”.¹⁶ Um conjunto de elementos respondia a este movimento de fixação dos centros urbanos: a instalação do Bispado em Mariana marcava a institucionalização do poder eclesiástico na Capitania das Minas, ao mesmo tempo que a estabilidade urbana oferecia um número cada vez maior de mecânicos para atender a crescente demanda por variados serviços urbanos. A estabilidade e o fortalecimento dos vínculos sociais justificavam a constituição mais sólida e organizada do espaço urbanizado. As estruturas urbanas tomavam aspectos mais perenes: as capelas eram substituídas por templos, os prédios públicos esqueciam o pau-a-pique e transformavam-se em construções de pedra e cal, conforme mencionamos no primeiro capítulo. Do mesmo modo, novos serviços surgiam nesse contexto de estabilização da sociedade aurífera. A implantação de um sistema de adução das águas correspondia a esse novo arranjo. A construção de uma rede de abastecimento dependia, em primeira escala, da existência de seus consumidores, que justificassem e reconhecessem o investimento do Estado.

A entrada do Senado na disputa pelos recursos hídricos em Mariana levou, assim, à intensificação dos conflitos pela água, sobretudo considerando-se a conjuntura de declínio da mineração, na qual poderosos mineradores não pouparam esforços para conduzir grande

Termo de Mariana. “Informação das antiguidades da freguesia de Guarapiranga”. Autoria: Luis José Ferreira de Gouveia. 10/12/1750. In: FIGUEIREDO; CAMPOS (org.). *Códice Costa Matoso...*, v. 1, pp. 255-260.

¹⁶ De acordo com Marcos Magalhães, a fase de 1708 a 1721 foi o período de introdução das estruturas políticas judiciais e administrativas que “delinearam os traços mais gerais da administração portuguesa em Minas”. As décadas de 1730 e 1740 foram de estabilização. AGUIAR, Marcos Magalhães. *Negras Minas Gerais: uma História da Diáspora africana no Brasil Colonial*. Tese (Doutorado em História) –FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999, p. 50. SILVEIRA, Marco A. *O universo do indistinto...*, p. 25.

volume de água para suas catas.¹⁷ Entrava em cena um novo ator que procurava dirigir as águas para dentro do espaço urbano. A iniciativa do poder local em 1745 esbarrou, logo de início, na posse da nascente localizada na data mineral de Antônio Botelho. Os oficiais camarários, em correspondência enviada ao Concelho Ultramarino, informavam a intenção de dar “princípios a uma fonte necessária para uso do povo e para ela não há outra água tão boa e tão fácil como uma que vem da Serra do Itacolomi”, de posse do referido minerador. Segundo os camaristas, o “dito possuidor pela sua utilidade particular” intentava prejudicar ao bem público impedindo a canalização das águas para o abastecimento do povo. Como os camarários não queriam enfrentar “contendas judiciais”, solicitavam a Vossa Majestade “passar provisão” para que pudessem tomar e conservar a água “necessária para a dita fonte ficando o mais para o mesmo Antônio Botelho”.¹⁸ Parece que neste caso a resolução foi favorável ao órgão local, que em 1749 trouxe as águas da Serra do Itacolomi para a cidade.¹⁹

Até o momento, procuramos elencar os diversos interesses que se mesclavam na apropriação das águas em Mariana. As mesmas águas que serviam mineradores, agricultores e animais, a partir de 1745, passaram a ter a atenção dos membros do poder local. As águas que há muito já se infiltravam rotineiramente pelos espaços da cidade, nas casas, nos rios, nos potes e moringas, a partir de meados do século XVIII, ganharam um

¹⁷ Marcos Magalhães de Aguiar, ao analisar o perfil das ações cíveis no Termo de Mariana, constatou que os conflitos envolvendo propriedades variavam de 30% entre 1730 e 1750 para 42% entre 1750-1769. AGUIAR. *Negras Minas Gerais...*, p. 77. Dejanira Rezende, ao analisar as ações cíveis relacionadas à mineração na primeira metade do XVIII, percebeu que, de um total de 50, essas se concentraram entre as décadas de 1730-1760, com especial atenção para as décadas de 1750-1760 (15 ações), portanto, quando a produção aurífera já começava a cair. RESENDE, Dejanira. *Mineração do ouro: direitos e práticas exploratórias na América Portuguesa. Relatório de Iniciação Científica*, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010.

¹⁸ Vimos no capítulo anterior que o mesmo minerador era acusado de se apossar da sesmaria da Câmara e que o cerco por ele construído para minerar “ao pé da cidade” acentuava as inundações provocadas pelo ribeirão do Carmo no núcleo urbano. APM. CMM. Códice 15. 25/09/1745. fls. 128-129.

¹⁹ De acordo com Kelly Benzoni, em acórdão de 1748 o procurador requereu ao Senado providências quanto à conduta do vereador João Botelho de Carvalho, tutor dos órfãos de seu irmão, o Capitão Antônio Botelho Sampaio, que tinha feito um “cerco de poder absoluto” no rio onde minerava. O procurador requeria vistoria, mas esta foi negada, pois o vereador possuía uma “provisão régia” que proibia qualquer “procedimento que houvesse ditar contra o serviço mineral”. Assim, nada pode ser feito a nível local. A querela foi levada ao Tribunal da Relação e não conhecemos o seu desfecho. Por esses dados é possível inferir que o dito Antônio Botelho faleceu antes mesmo de se solucionar a questão da nascente que a Câmara desejava canalizar, o que pode explicar a demora de quatro anos para se iniciar a construção do aqueduto subterrâneo, executado em 1749. AHCMM. Códice 660. fls. 92-93 *apud* BENZONI, Kelly Adriana de Campos. *O poder dos homens bons: aspectos da administração camarária em Mariana no século XVIII*. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2003, pp. 32-34.

novo espaço dirigido e produzido pelo Senado. Um lugar construído para correrem desde sua fonte natural até o espaço do homem urbanizado: uma rede de canos, caminhos e trajetos escondidos no solo.

Neste capítulo, nosso objetivo consiste em apresentar a configuração desse cenário das águas no espaço de Mariana: *como* se constituiu, *quem* o construiu e o *quanto* se gastou entre 1745 e 1800 na construção e conservação da rede de abastecimento de água na capital religiosa das Minas. Procuramos identificar como se instituiu uma produção ordenada das águas dirigida pela Câmara, considerando a interdependência que se estabelecia no enredo urbano entre os recursos hídricos disponíveis, as técnicas de adução e a amplitude de ações e atores envolvidos na sua fabricação.

2.1. O Aqueduto de Mariana e o sistema de condução das águas

As formas naturais

Na implantação da rede de adução das águas interferiam fatores de ordem geográfica e natural. As técnicas de adução se adequavam às potencialidades do sítio urbano e terrenos adjacentes. A topografia, a proximidade das nascentes, a escassez ou abundância das águas na região, bem como o volume necessário para atender ao povoado interferiram nos custos, nas técnicas e na disponibilidade de água no centro urbano. Vejamos as diferenças entre Vila Rica e Mariana.

No caso da sede da comarca, Vila Rica, construída sobre morros por onde escorriam olhos d'água, não faltaram elogios quanto à exuberância do líquido na municipalidade. Foi elemento de destaque entre os olhares observadores dos viajantes no século XIX. Saint-Hilaire afirmou que Vila Rica “gozava de uma vantagem inapreciável”: “por todos os lados uma água excelente brota de [seus] morros”.²⁰ John Mawe ressaltou que as fontes foram erguidas “nos lugares mais convenientes e centrais”, aproveitando-se, segundo George Gardner, da “excelente qualidade” das águas.²¹ A fartura do líquido, aliada à topografia íngreme do núcleo, propiciou a constituição de uma rede de canalização independente a

²⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*[1823]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 2000, p. 73.

²¹ MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil* (1807-1810). São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1978, p. 128; GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil* (1836-1841). São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 229.

cada chafariz. Ou seja, ao invés de um canal central, o aqueduto, que em certo ponto se ramificava em vários encanamentos periféricos, rateando o volume de água por várias partes do núcleo urbano, em Vila Rica predominou a composição de várias canalizações isoladas e independentes umas das outras, aproveitando-se da quantidade expressiva de minas d'água dentro de seus limites urbanos. Essas águas, em muitos casos, situavam-se em propriedades particulares e os seus donos, ao concederem o seu uso ao Senado, acabavam por gozar de privilégios como o fornecimento de água para dentro de suas casas e pequenas pias nos seus quintais. No Chafariz ao pé da Ponte de Antônio Dias, construído por Manoel Francisco Lisboa em 1758, foi necessário “encanar a água da mina de José da Motta” até o local do chafariz “que se havia de construir no fundo do quintal do Alferes Manoel Fernandes Carneiro”.²² A água que corria no encanamento deveria alimentar os terrenos de José da Motta e do Alferes Manoel Fernandes Carneiro. Na edificação de outra fonte em Vila Rica, a do Alto do Padre Faria, em 1742, o construtor João Domingues da Veiga canalizou água da mina d'água de Manoel Teixeira Pinto até o quintal do dito proprietário e construiu uma pia ali, onde “corresse um anel de água que tinha um centímetro de diâmetro” para servi-lo. A nova fonte foi edificada encostada ao muro do quintal do dito Teixeira Pinto com pedra do “Itapanhoacanga lavrada” e o mesmo foi nomeado pela Câmara como fiscal destas obras.²³ Nestes dois exemplos, fica claro que a disposição do terreno e a disponibilidade do recurso hídrico levaram à construção de encanamentos isolados, e não a uma rede interligada que se conectava e interferia em todos os pontos do sistema, comum em outras localidades do Reino e da América Portuguesa. Este sistema de canos isolados deveria trazer certas facilidades. Afinal, qualquer que fosse a intervenção no encanamento, afetaria apenas o chafariz correspondente, ao contrário do que ocorria no sistema em rede, onde todo o fluxo ou parte expressiva dele se comprometeria. Não

²² CARVALHO. *Chafarizes de Vila Rica de Ouro Preto...*, pp.149-155. No mesmo contrato, Manoel Francisco Lisboa se comprometeu também a fazer um Chafariz dos Cavalos, pelo valor de 1:060\$000, no prazo de oito meses, em 1758. Vários outros chafarizes foram construídos, atendidos cada um por uma nascente que brotava dos morros da cidade, como o Chafariz da Praça de Vila Rica (1744), Chafariz da Casa de Câmara (1724), Chafariz do Alto da Cruz do Padre Faria (1757) e Fonte ao Fundo do Padre Faria e do Beco de Antônio Lopes de Matos (1744).

²³ A Fonte do Alto do Padre Faria foi arrematada por João Domingues Veiga em 20 de julho de 1742, por 400\$000 réis, o qual em três meses também deveria “concertar todos os telhados dos quartéis de maneira que dentro não entrasse água, conservando-os assim por um ano”. CARVALHO. *Chafarizes de Vila Rica de Ouro Preto*, pp. 89-95. Itapanhoacanga ou canga de aspecto avermelhado é o minério de ferro misturado à argamassa ou à argila presente no terreno da região. BAZIN, Germain. *A Arquitetura Religiosa no Brasil*. Tradução de Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Record, 1956, v. 1, p. 60.

pudemos definir qual sistema de abastecimento era mais oneroso aos cofres municipais. Todavia, é preciso destacar que o processo de implantação do abastecimento em terreno colonial teve como característica fundamental e possibilitadora a acomodação às propriedades naturais do terreno, a adequação ao espaço natural que permeava a vida urbana.

A cidade episcopal de Mariana foi, também, elogiada por José João Teixeira Coelho na sua *Instrução pelo governo da Capitania de Minas Gerais*, a respeito dos “ares puros” e “águas excelentes” do sítio em que estava fundada.²⁴ A abundância talvez não fosse comparável à quantidade das nascentes da vizinha Vila Rica, mas o abastecimento de água foi garantido à povoação.²⁵ Na verdade, as propriedades naturais do sítio levaram à execução de uma rede de distribuição das águas que mesclou o aproveitamento das nascentes que brotavam no espaço urbano (como ocorreu na sede da Comarca) à construção de um cano geral (o aqueduto) que trazia água da Serra do Itacolomi para abastecer os chafarizes da cidade.

Se o tipo de rede de abastecimento respeitava as características naturais do terreno, o mesmo ocorreu com as estruturas materiais dos encanamentos. Na região de Ouro Preto e Mariana, a combinação do quartzo com o esteatito, conhecidos respectivamente por itacolomito e pedra-sabão e abundantes na Serra do Itacolomi,²⁶ foi empregada nos vários tipos de construções, sobretudo nos canos de repuxo e na edificação dos chafarizes. No Rio de Janeiro e nos outros núcleos do litoral, foi comum a política de importação de materiais mais refinados para as obras públicas, como o mármore e o lioz, provindos do Reino. Para Noronha Santos, a arquitetura foi demarcada por diferenças regionais, sobretudo se comparados os aspectos artístico-construtivos dos chafarizes cariocas e mineiros. No Rio,

²⁴ COELHO, J. J. Teixeira. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais* [1780]. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994, p. 69.(Coleção Mineiriana)

²⁵ No século XIX, John Luccock destacou: “o abastecimento de água é farto, auxiliando grandemente no cultivo de muitos belos jardins, entre-semeados de casas”. LUCOCK, John. *Notas Sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil* (1808-1818). São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 340.

²⁶ O esteatito e o quartzito são classificados geologicamente como rochas ornamentais. O quartzito, por ser encontrado em abundância na Serra do Itacolomi, ficou conhecido como itacolomito. Diferencia-se do esteatito por ser uma rocha mais resistente e, por isso, empregada nas partes estruturais das construções, como nas colunas de chafarizes, igrejas e prédios públicos. O esteatito, nome geológico da pedra sabão, também é uma rocha metamórfica. A sua consistência saponácea – daí a origem da nomenclatura pedra-sabão – justificou a sua alta facilidade de modelagem. Foi altamente empregado nas volutas e carrancas dos chafarizes Setecentistas mineiros. Para mais informações quanto ao emprego desses materiais, cf. TEIXEIRA, Wilson. *Decifrando a Terra*. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.; PEREIRA, Carlos A.; LICCARDO, Antônio; SILVA, Fabiano G. *A arte da Cantaria*. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

preponderou o uso de materiais e plantas trazidas da metrópole. Em alguns casos as peças chegavam prontas, cabendo ao construtor a única função de montá-las.²⁷ Para Fabiano Gomes da Silva, essa prática poderia ser uma resposta à falta de trabalhadores qualificados, à ausência de materiais pétreos, ou mesmo uma preocupação do Reino com as questões estéticas na região. Consideravam o mármore, entre as rochas, “a mais polida e nobre, qualidade que somado à natureza e tonalidade do material conferiam um sinal de distinção e nobreza”. Nas Minas, por motivos que ainda desconhecemos, os construtores experimentaram as rochas locais. O quartzito e o esteatito, materiais mais resistentes, exigiram dos próprios construtores portugueses novas habilidades, “levando-os a readaptações e recriações de modelos europeus”²⁸. Chafarizes, canos, prédios públicos, casas e Igrejas, hoje, expressam o uso em larga escala destes materiais.

Na tentativa de uma reconstituição aproximada do que teria sido o sistema de abastecimento financiado pela Câmara na segunda metade do século XVIII, reunimos tipologias documentais variadas, bem como as reminiscências materiais que ainda sobrevivem atualmente no espaço da cidade e os resultados de escavações arqueológicas ocorridas na Rua Nova (Rua D. Silvério) e na Casa Setecentista de Mariana. Os fragmentos materiais e documentais nos permitiram compreender parte expressiva da distribuição subterrânea das águas quando conectados aos vários elementos trazidos pela historiografia portuguesa sobre a construção do Aqueduto das Águas Livres em Lisboa, iniciada em 1731 pelo Rei D. João V, e a construção do Aqueduto da Carioca no Rio de Janeiro, também deste período.

O tema do abastecimento das águas na modernidade foi fortemente tratado pela historiografia portuguesa. Sobretudo, condensaram informações de variada natureza acerca dos mecanismos, construtores, incertezas e imprevistos enfrentados durante a edificação e manutenção do Aqueduto das Águas Livres de Lisboa no século XVIII.²⁹ A trajetória das

²⁷ SANTOS, Noronha. Fontes e Chafarizes do Rio de Janeiro. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 10, Rio de Janeiro, 1946, p. 24

²⁸ SILVA. *Pedra e Cal...*, pp. 138-140.

²⁹ MONTENEGRO, Augusto Pinto de Miranda. *Memória sobre as águas de Lisboa*. Lisboa: Imprensa, 1875.; ANDRADE, José Sérgio Veloso de. *Memória sobre Chafarizes, Bicas, Fontes e Poços Públicos de Lisboa, Belém e Muitos logares do Termo*. Lisboa: Imprensa Silvana, 1851; PINTO, Luís Leite. *Subsídios para a História do Abastecimento de Água da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1903; MOITA, Irisalva (org.) *D. João V e o abastecimento de água em Lisboa*. 2 v. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1990.; MADUREIRA, Nuno Luis. *Lisboa, Luxo e Distinção*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1990.; CONCEIÇÃO, Luis Filipe P. da. *A consagração da água através da Arquitectura: para uma Arquitectura da*

águas “artificiais” em terras de domínio lusitano se assemelhava em muitos aspectos às estratégias políticas e construtivas do Reino. A transposição das instituições político-administrativas e das formas de organizar a vida urbana levou a novos arranjos, que mesclaram o modelo português às particularidades socioculturais e naturais do outro lado do Atlântico. Na América Portuguesa, o Aqueduto da Carioca foi o único que alternou os altos suportes de conduta – os Arcos da Carioca – ao sistema de galerias subterrâneas.³⁰ Prevaleceu na colônia o sistema de distribuição subterrânea que tornava invisível – e talvez fosse essa a intenção – a distribuição dos canos para os chafarizes, o ponto final do itinerário criado para as águas.

Na reconstituição aproximada do caminho das águas urbanas, o objetivo é compreender a lógica construtiva desta prática urbanística, a forma de conduzir e cuidar das águas servidas pelas mãos do Senado. Essa conexão com outros caminhos das águas do Setecentos permitiu acrescentar relevantes aspectos à pesquisa, bem como traçar similitudes e particularidades sobre a própria constituição do aqueduto subterrâneo de Mariana, construído em 1749.

O Aqueduto

De acordo com Rafael Bluteau, o aqueduto consiste em “cano feito por arte, para lançar água fora de um lugar para outro”.³¹ A função desta construção era, portanto, transportar para dentro das vilas e cidades o líquido necessário ao consumo urbano, misturando funcionalismo e arte na sua estrutura. A condução poderia ser acima do solo (aérea) ou subterrânea. Geralmente, mesclavam-se as duas formas, como podemos perceber através das imagens do Aqueduto da Prata de Évora, Portugal³²:

água. 1997. Tese (Doutorado em Arquitetura). – Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1997.; FERNANDES, Lúcia. *A água na habitação em Lisboa antes e após a construção do Aqueduto das Águas Livres*. Tese (Mestrado em Arquitectura), Univ. Técnica de Lisboa, 2002.; TEIXEIRA, Armando. *Breve notícia sobre abastecimento de água a Lisboa no século XVIII*. Serviço de Museu e Aqueduto Águas Livres, Lisboa: EPAL, 1987.

³⁰ SANTOS, Noronha. Aqueduto da Carioca. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 4, 1940.

³¹ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*[1712]. Rio de Janeiro: UERJ/ Dinfo, p. 457 (digitalizado).

³² De acordo Luís Filipe Pires da Conceição, a extensão do Aqueduto da Prata é de 18 km, construído no reinado de D. João III em 1532, na altura da Rua dos Canos. Leva uma inscrição com data de 1701,

FIGURA 8
Aquaduto da Água da Prata, Évora, Portugal



Fonte: Acervo da autora, 2009.

As três imagens referem-se ao Aqueduto da Prata de Évora. A entrada do aqueduto, atravessando a muralha que a cerca ainda hoje; os arcos gradativamente diminuindo em solo urbano até o ponto em que a condução se torna totalmente subterrânea na Rua do Cano; e na terceira imagem, a maneira como os habitantes se apropriaram dos arcos do aqueduto na cidade, momento posterior, quando já não exercia mais sua função.

provavelmente fruto de alguma reforma realizada no governo de D. João V. CONCEIÇÃO. *A consagração da água através da Arquitectura...*, pp. 297-298.

³⁴ De acordo com Manuel Maia Ataíde, o Aqueduto Geral soma 18 km até chegar a Lisboa. Se acrescentada toda a rede constituída por ele e por todos os aquedutos seus tributários, chega-se a 48 km de extensão. Ainda integram o conjunto mais 12 km de condutas distribuidoras, elevando-se a 60 km, dos quais 4650 m são inteiramente subterrâneos. ATAÍDE, Manuel Maia. O Aqueduto das Águas Livres: descrição e alguns comentários técnicos a propósito. In: MOITA, Irisalva. *D. João V e o abastecimento de água em Lisboa...*, v.1, pp. 101-102.

No Aqueduto de Lisboa, os altos arcos, quando atravessavam os limites da cidade, dividiam-se em várias galerias subterrâneas, que por sua vez se distribuíam entre canos que desembocavam nos chafarizes públicos. Dos 60 km de extensão da obra das Águas Livres, 4,6 km eram subterrâneos.³⁴ Acreditamos, seja por questões técnicas e/ou naturais, que fora dos espaços das cidades as partes aéreas facilitariam a conservação e ampliação da rede que alimentava o aqueduto, enquanto as partes subterrâneas seriam mais adequadas aos espaços urbanos já constituídos, arruados e ocupados. Ao fundo da paisagem, nos arrabaldes, como ocorreu em Lisboa e no Rio de Janeiro, destacava-se a obra monumental, com sua arcaria, representação perene da ação do Estado e da engenharia humana. O volume de água a ser transportado e a extensão do aqueduto seriam fatores determinantes nessa escolha. O Rio de Janeiro e Lisboa eram cidades bem maiores, o que, por consequência, exigia uma obra em proporções e capacidade bem superiores.

Em Mariana, o aqueduto foi construído inteiramente abaixo da superfície e, da mesma forma, o canal geral das águas se desdobrava em vários canos secundários que distribuía o líquido pelos bairros da cidade.

O aqueduto ou canal geral das águas seria como um rio artificial. A fonte principal era uma nascente que marcava sua origem. Ao longo de seu percurso, novos afluentes se uniam a ele. Eram poços, cachoeiras, riachos encontrados nas suas adjacências ou mananciais trazidos de longas distâncias que complementavam seu caudal. O sistema era o mesmo aplicado desde a Antiguidade: as águas corriam entre os canos, apenas guiadas pela força da gravidade. De acordo com Luís Conceição, “a altitude do ponto de chegada condicionava a do ponto de partida”:

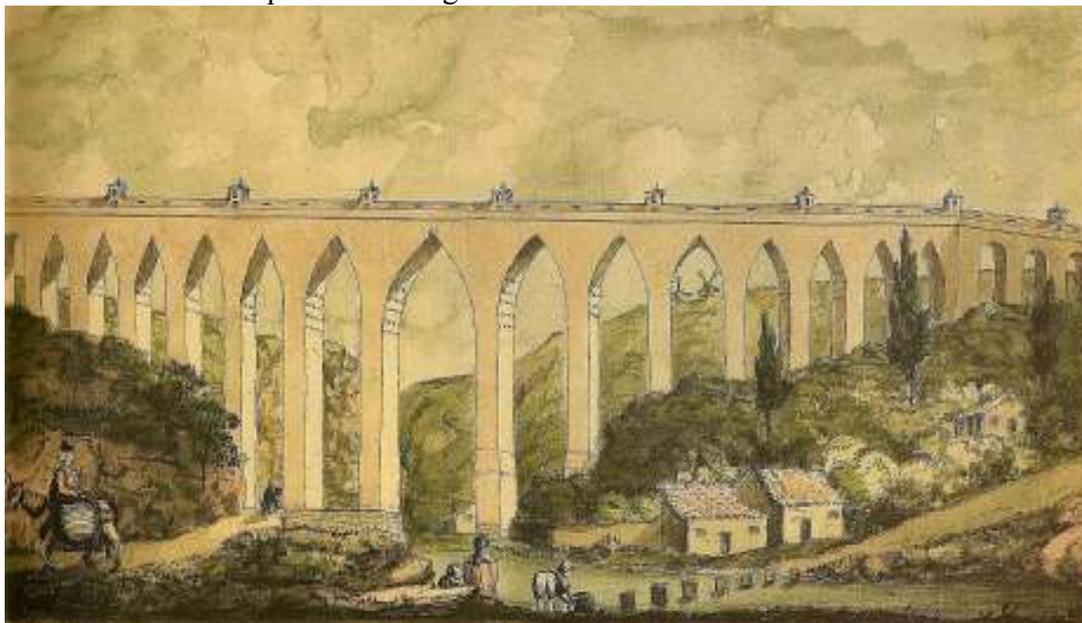
[...] havia que encontrar as pendentes adequadas, para que não criassem ponto de estagnação, nem que, pelo contrário, a velocidade da torrente, fosse de tal modo elevada, que excedesse a resistência dos materiais e processos construtivos então empregues, pondo em causa a estabilidade das estruturas.³⁵

A sobreposição de arcos no atravessamento de vales, técnica desenvolvida pelos romanos, permitia à construção suportar grandes alturas e dar continuidade ao caminho das águas artificiais. Para atravessar a Ribeira da Alcântara numa extensão de 941 m, foram

³⁵ CONCEIÇÃO. *A consagração da água através da Arquitectura...*, p. 286.

edificados os arcos de maior altura do Aqueduto das Águas Livres de Lisboa: 63m. de altura e 32,5 m. de abertura mede o maior arco da obra, que impressiona no conjunto da paisagem (FIG. 9).

FIGURA 9
Aqueduto das Águas Livres no vale de Alcântara



Fonte: Invº. 7163/614. Museu da Cidade de Lisboa. No Verso: “The Aqueduct of Alcântara at Lisbon. 17th Decemb, 1797. In: MOITA, Irisalva (org.) *D. João V e o abastecimento de água Lisboa...*, v.2, p. 195.

FIGURA 10
Reservatório das Amoreiras



Fonte: Coleção de José Edyardi Pisani Burnay. Autoria desconhecida, princípios do século XIX *apud* MOITA, Irisalva (org.) *D. João V e o abastecimento de água Lisboa*. v.2, p..., 192.

Depois de percorrer o conduto, as águas eram destinadas a um reservatório próximo ou dentro da cidade, que armazenava o líquido e se comunicava a um conjunto de galerias subterrâneas distribuídas pelos bairros da cidade (FIG.10). Nessas galerias, o volume de água era repartido entre os canos, conforme o número de chafarizes que alimentavam.

O aqueduto era um dos elementos, se não o principal que compunha a rede de abastecimento de água. O circuito das águas conectava ainda vários ramais e estruturas arquitetônicas adjacentes ao canal principal. Na composição da trama das águas estavam integrados a mãe d'água, os canais periféricos, os reservatórios, as galerias de distribuição e os chafarizes. Entendendo o sistema de abastecimento enquanto um circuito, fica claro que qualquer intervenção ou modificação interferiria em toda a rede. Neste sentido, a construção das redes hídricas exigia em si o frequente reparo e a conservação de toda a sua estrutura. A partir da leitura dos contratos de obras públicas firmados no Concelho de Mariana, nos foi possível mapear a trajetória construtiva do aqueduto, ou seja, as etapas do seu processo de edificação, bem como perceber os artifícios para sua manutenção.

A medição do caudal e a proteção da mãe d'água

Na construção de um aqueduto, a primeira providência consistia em averiguar a viabilidade dos recursos hídricos disponíveis na região. Os oficiais da Câmara, como nos referimos anteriormente, julgavam a nascente da data mineral do minerador Antônio Botelho, na Serra do Itacolomi, a mais capacitada, por “suas qualidades”, a atender o chafariz que desejavam construir no Largo da Praça. Como não conhecemos o fim pela disputa dessas águas, inferimos que as tais águas canalizadas “do córrego do defunto Bucão”, conforme consta no auto de arrematação da obra do aqueduto, eram as mesmas do também defunto Botelho.³⁶

Antes mesmo de se proceder a qualquer intervenção, era prática se efetuarem vistorias para medição do caudal. Afinal, era preciso confirmar se o volume de água disponível abasteceria o novo chafariz no Largo do Rossio, que a Câmara intencionava construir. No ano de 1746, Antônio Lourenço Pereira foi investido da função de “ver as

³⁶ AHCM. Auto de arrematação da condução da água para o chafariz que se há de fazer nesta cidade. Códice 135. 22/02/1749. fls. 42-47.

águas para a fonte”³⁷ e recebeu, como consta no rol de despesas da Câmara, 18\$000 réis. Não dispomos das impressões e informações acerca da profissão do referido Antônio Lourenço, também encarregado três anos depois de dar “vistas com muita freqüência por ser pessoa inteligente de boa conferência”³⁸ na execução do aqueduto subterrâneo. De acordo com os pesquisadores portugueses Irisalva Moita e Manuel Maia Ataíde, os métodos de medição das águas, os instrumentos e a conversão dos valores resultavam em opiniões diversas. Para o caso do Aqueduto das Águas Livres de Lisboa, o Rei D. João V enviou várias diligências à nascente das Águas Livres, receoso das discrepâncias entre os valores encontrados pelos renomados engenheiros Manuel da Maia e o italiano Canevari, que discordavam quanto ao volume das águas e, portanto, da viabilidade do aqueduto.³⁹

Segundo Ataíde, não havia um consenso no valor do anel d’ água.⁴⁰ A FIGURA 11, desenhada pelo mestre da Aula de Arquitetura Nicolau Frias, em 1558, ilustra o sistema do anel d’ água com suas variantes, a manilha e a pena d’ água. O diâmetro e a disposição dos canos permitiam, medir e dividir o volume da vazão das águas para os chafarizes e para os particulares, que conquistavam a concessão do líquido público no Senado.

³⁷ AHCMM. Lista de despesas de 1746. Pagamento a Antônio Lourenço Pereira, “pelo trabalho que teve de ver as águas para fonte”. Códice 679. fl. 80v.

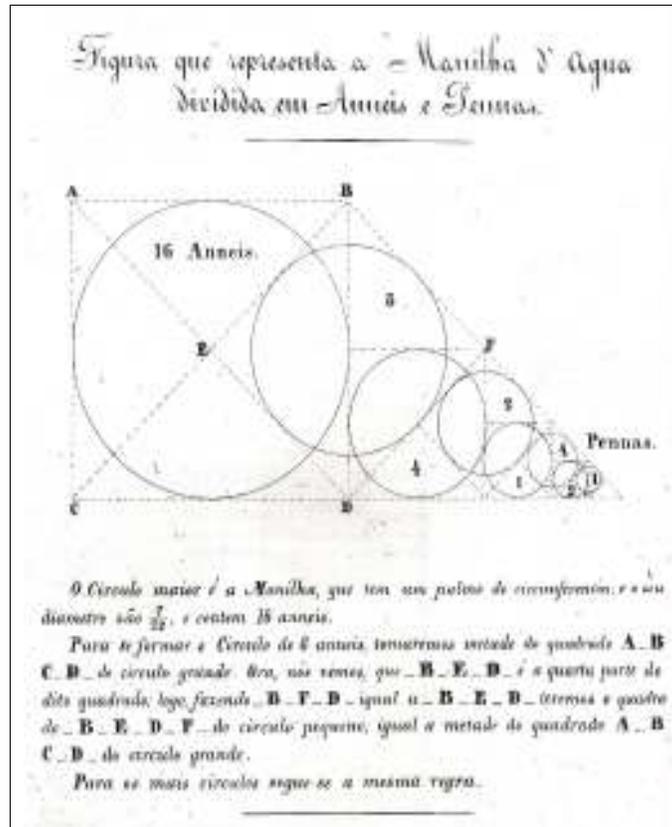
³⁸ Pelo dito serviço que consta no acórdão de 26/02/1749, Antônio Lourenço recebeu do Senado dois pagamentos, um de 96\$000 e outro de 96\$100, totalizando 192\$000 réis pelo referido serviço de administrar a condução das águas. AHCMM. Acórdão. Códice 660. 26/02/1749. fl. 123; AHCMM. Lista de despesas de 1749. Códice 201. fl. 126v.

³⁹ De acordo com Ataíde, enquanto Manuel da Maia mediu 240 anéis de água, Canevari chegou a 62 anéis de água. O último se opunha à execução do aqueduto, argumentando que a medição dos caudais não era suficiente. Já Manuel da Maia afirmava que o fornecimento do líquido à Capital estaria garantido mesmo nos períodos de estiagem. ATAÍDE, Manuel Maia. O Aqueduto das Águas Livres: descrição e alguns comentários técnicos a propósito. In: MOITA, Irisalva (org) *D. João V e o abastecimento de água em Lisboa...*, v. 1, pp.101-102.

⁴⁰ ATAÍDE. O Aqueduto das Águas Livres..., p. 102.

FIGURA 11

“Figura que representa a Manilha d’água dividida em Anéis e Penas”



Fonte: D. João V e o abastecimento de água Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1990, v.2, p.372.

Uma pena d’água, veio da grossura de uma pena de pato, corresponde a 3,308 litros; um anel de água equivale a 8 penas ou 26,4644 litros; uma manilha de água equivale a 16 anéis, o que corresponde a 4,234.304 litros.

Após as prospeções das nascentes, procedeu-se ao início do encanamento. O responsável pela obra foi Manuel Cruz de Macedo, que a arrematou nas audiências do Senado pela quantia de 3:200\$000 réis em 1749. De acordo com as condições de execução, a primeira providência foi canalizar “a água da mãe abrindosse lhe um valo” por cima da cachoeira “que tem no córrego da roça do defunto Bucão”. “Depois da dita água fora do córrego” seria feito “canal para cima da cachoeira”. Este canal deveria ser “emparedado de uma e outra parte com paredes de pedra solta [...] para correr a dita água das vertentes”.

Sobre as tais paredes “se assentarão as lajes bem ajustadas para cobrir o canal”. O construtor deveria fazer o canal acima do dito córrego para que toda a “água da maior chuva” não desaguasse “em todo o dito valo, que o arruinaria”.⁴¹

Especial atenção merecia a nascente principal, conhecida como mãe d’água, onde se principiava o encanamento. Para protegê-la, Manuel da Cruz Macedo deveria construir sobre ela uma “casa fechada e abobada” contendo:

[...] por dentro oito palmos formada em parede de pedra de cantaria com o lasto (sic) do mesmo ficando mais baixa do canal quatro palmos e subirá a parede de cantaria para cima do dito canal um palmo e da que para cima se fechará com parede de alvenaria obrada com cal e rebocado por fora com reboque que ature ao tempo cuja casa ficará com sua porta fechada para se abrir quando se entender haver na dita casa alguma areia que do canal tenha corrido, e se botar pela dita porta fora entrando uma pessoa dentro.⁴²

Era costume resguardar a mãe d’água de qualquer intervenção que pudesse infectar ou desviar as águas do canal. Afinal, era a principal fonte de abastecimento dos chafarizes da cidade. Prática construtiva trazida do Reino, também se fez presente em outras partes das Minas, como em Vila Rica, que protegia suas nascentes com porta e chave.⁴³

⁴¹ Não está muito claro na documentação, mas as águas das chuvas eram aproveitadas através de um sistema de vários canos que as recebiam e não sobrecarregavam o valo e o cano principal. AHCMM. Auto de arrematação da condução da água para o chafariz que se há de fazer nesta cidade. Códice 135. 22/02/1749. fls. 42-47.

⁴² AHCMM. Auto de arrematação da condução da água para o chafariz que se há de fazer nesta cidade. Códice 135. 22/02/1749. fls. 42-47.

⁴³ Sobre a proteção das minas d’ água em Vila Rica, cf. Arrematação da obra do chafariz da Praça de 1744, CARVALHO. *Pontes e Chafarizes de Vila Rica de Ouro Preto...*, p. 70. O Aqueduto das Águas Livres de Lisboa conta com duas nascentes principais: (1) a Mãe d’ Água Velha, onde brota a Água Livre. Foi construído um prédio cilíndrico com cerca de 6 m de diâmetro e coberto de abóbada, onde “encerra a grande pia que recebe a água da nascente”. (2) A Mãe d’ água nova, de autoria de Mardel, interiormente tem forma circular e desce cinco metros no interior do terreno, formando um poço de 5 m de diâmetro, do qual se abre uma pia. A obra é toda de cantaria e possui 8 m de altura. A fusão das duas condutas perfaz 428,8 m, depois de vencer as diferenças de nível entre as duas mães d’água. ATAÍDE. *O Aqueduto das Águas Livres...*, p. 108.

O material e o percurso

O aqueduto consistia num grande valo subterrâneo, com três palmos de altura por três palmos e meio de largo,⁴⁴ sobre o qual se assentava o canal de telhões de “bom barro e bem cozido que tenham grossura conveniente o vão que receba duas canoas de água”.⁴⁵ Estes telhões eram vidrados, “exceto no lugar dos rebocos donde hão de levar a algarmassa (sic)”, uma mistura de cal e azeite a que chamavam betume. Além da presença dos recursos naturais, interferia na escolha da matéria-prima dos canos a influência que poderia ter sobre as propriedades das águas. Vitruvius, na Antiguidade Clássica, recomendava o emprego dos tubos cerâmicos, pois além de serem facilmente consertados “por qualquer pessoa”, era o que melhor conservava a água “muito mais saudável e de melhor sabor”,⁴⁶ prática que se conservou entre os construtores modernos, do Reino e ultramar. Em Mariana, esses telhões de barro eram envidraçados e as lajes que cobriam esses canais e as caixas de pedra eram de itacolomito.

As pias de pedra, conhecidas por “registros”, “arcas” ou “caixas” de quartzito, eram formas construtivas similares aos reservatórios de Lisboa. Em escala e proporção bem menores, distribuídas pelos vários trechos do encanamento, eram imprescindíveis ao funcionamento e à conservação da rede de abastecimento subterrânea. Elas poderiam servir como distribuidoras de anéis d’água do cano geral, pontos de pressão das águas e pontos estratégicos do caminho subterrâneo na manutenção e limpeza do aqueduto. Para a reforma dos canos na Rua Nova, João Miguel Ferreira teve de deslocar uma pia “na mesma paragem” para cima “quarenta palmos para nela poder resistir e dar correnteza a água da

⁴⁴ Palmo: unidade de medida linear equivalente a 8 polegadas (22 cm). FIGUEIREDO; CAMPOS (org.). *Código Costa Matoso...*, v. 2, p. 112.

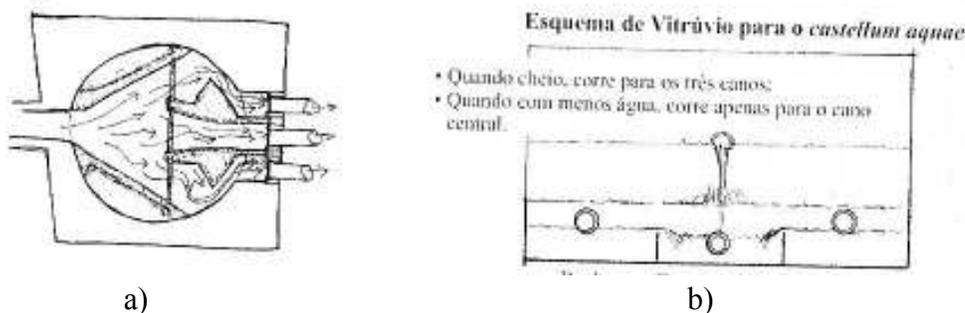
⁴⁵ Canoa: canal retangular cavado na terra de 1 a 1,5 m de comprimento, 0,5 a 0,7 m de largura e 0,1 a 0,6 m de profundidade, com fundo inclinado no sentido da corrente da água. FIGUEIREDO; CAMPOS (org.). *Código Costa Matoso...*, v.2, p. 81.

⁴⁶ Sobre a utilização dos vários materiais na fábrica dos canos d’água, os benefícios e prejuízos, cf. VITRÚVIO. *Tratado de arquitectura*. Tradução e notas de M. Justino Maciel; Thomas Noble Howe. Lisboa: IST Press, 2006, Capítulo 6, pp. 312- 315. Durante a execução do Aqueduto das Águas Livres, foram realizados vários debates sobre qual a melhor opção para a construção dos canos. Canos de cantaria, chumbo e alvenaria foram empregados em diferentes partes do aqueduto, em acordo com as especificidades dos trechos da condução. MOITA, Irisalva. O Aqueduto das Águas Livres e Abastecimento de Água a Lisboa. In: MOITA, Irisalva (org) *D. João V e o abastecimento e água em Lisboa...*, pp. 9-66.

fonte” da Confraria.⁴⁷ As caixas também serviam como marcadores do itinerário invisível das águas. Quando houvesse interrupção, diminuição do fluxo ou impurezas nas águas, os construtores recorriam a essas caixas para detectarem em qual intervalo do circuito estaria o desvio e, assim, proceder aos consertos. Vale lembrar que para, qualquer intervenção na canalização subterrânea, era preciso desfazer o calçamento e os entulhos, realizar o conserto e novamente calçar a parte descoberta. Desse modo, estes registros eram artifícios importantes na manutenção dos canos de toda a rede, pois viabilizavam a detecção e intervenção nos trechos necessários, evitando o dispêndio de tempo e serviço.

O desenho a seguir, do arquiteto romano Vitrúvio, esquematiza o processo de repartição das águas. Processo similar deveria ser seguido na divisão das águas nas caixas de pedra construídas ao longo do encanamento da cidade de Mariana.

FIGURA 12
Sistema de distribuição das águas



Fonte: VITRÚVIO. *Tratado de architectura...*, p. 320.

⁴⁷AHCMM. Auto de Arrematação da fatura da ponte do Vamos -Vamos conserto do caminho e calçada necessária na Rua dos Monsus entre as casas de Thomas da Roxa e as de Paulo Queirós. Códice 377. 31/10/1798. fls. 281-282v.

FIGURA 13
Caixa de pedra da Rua Nova (Mariana)



Fonte: BAETA, Alenice; PILÓ, H.; TEDESCHI, D. M. R. *Monitoramento do Patrimônio Arqueológico Rua Dom Silvério e Adjacências*. Mariana: Prefeitura Municipal de Mariana: ENCEL, 2008, p. 40.

Na caixa de pedra, a corrente das águas seguia da esquerda para a direita. Na parte inferior, há um corte de diâmetro menor e acima do corte central. Quando a caixa transbordava, procedimento similar ao indicado por Vitruvius devia acontecer: o líquido corria para o círculo menor, provavelmente levando água ao chafariz mais próximo.

FIGURA 14
Canaletas de cerâmica do Aqueduto de Mariana



Fonte: BAETA, et al. *Monitoramento do Patrimônio Arqueológico...*, p. 42.

O construtor deveria estar atento ao caminho subterrâneo e proceder às medições adequadas para o assentamento dos canos pertinentes aos declives do solo. Tudo deveria ser feito com bastante zelo e cuidado. As lajes que cobriam o valo do aqueduto deveriam estar bem assentadas e ajustadas, sem tocar nos telhões “para se não quebrarem” e “entupir o valo com a terra [que] se tirou”. “Por cima tudo [deveria] estar raso ou natural como estava”. O caminho das águas seguia do “pé da Casa do defunto Bucão e da dita porteira pela parte do córrego de São Gonçalo até ganhar o espigão da Rua de São João cuja Rua seguirá também até o fim do largo dos quartéis”. No percurso, o construtor deveria estar atento à segurança do encanamento, sobretudo se cortasse estradas ou “quebradas” de terreno que deveriam contar com “saídas de águas” para não arruinar o valo condutor. Quando adentrasse a cidade, se cruzasse ruas, deveria se encostá-lo “a um lado dela salvando a paragem por donde costumam andar carros”. Essas soluções construtivas eram medidas preventivas que visavam proteger e conservar parte do aqueduto escondido na área urbana.⁴⁸

Em síntese, a trajetória invisível das águas iniciava na mãe d’ água do Bucão e, a princípio, alimentaria apenas o Chafariz da Praça e a nova Fonte no Largo dos Quartéis⁴⁹. Interessante observar que as duas fontes foram arrematadas por Domingos Rodrigues quatro dias depois que Manoel Gomes Cruz havia firmado o contrato do aqueduto na Câmara. Enquanto Manoel Gomes Cruz construía o aqueduto, Domingos Torres procedia à edificação dos chafarizes. Os dois, de acordo com os contratos de obras, tinham exatos seis meses para executá-las. Ao tempo que o aqueduto estivesse concluído, o chafariz estaria pronto para receber suas águas.⁵⁰

⁴⁸ AHCMM. Auto de arrematação da condução da água para o chafariz que se há de fazer nesta cidade. Códice 135. 22/02/1749. fls. 42-47.

⁴⁹ Entendemos que a Fonte dos Quartéis, construída em 1749, teria sido outra obra pública e não a mesma mencionada por Salomão de Vasconcellos no Largo da Carvalhada, também chamada de Fonte dos Quartéis, a qual encontramos obras de reparo realizadas pelo governo local em 1735. A segunda Fonte dos Quartéis de 1749 foi construída nas imediações do Quartel e alimentada pelo aqueduto subterrâneo, edificado no mesmo ano, diferente da anterior, que estaria próxima ao antigo Palácio de Assumar.

⁵⁰ As duas obras foram arrematadas nas audiências da Câmara no mesmo mês. AHCMM. Auto de arrematação da condução a água para o chafariz que se há de fazer nesta cidade. Valor: 8 mil cruzados (3:200\$000). Arrematante Manoel Gomes Cruz de Macedo. Códice 135. 22/02/1749. fls. 42-47. AHCMM. Auto de Arrematação do Chafariz e fonte que se há de fazer nesta cidade. Arrematante: Domingos Rodrigues Torres. Valor: 1: 090\$000 réis. Códice 135. 26/02/1749. fls. 50v-53v.

A obra do aqueduto deveria estar concluída ou quase em tempo de ser finalizada em agosto de 1749, pois neste mesmo mês Domingos Rodrigues Torres procedia ao assentamento dos alcatruzes de pedra para repuxar a água para a nova fonte e o novo chafariz da cidade.⁵¹ Para elevar a água ao chafariz, o construtor deveria “embocar” alcatruzes em “grossura suficiente que leve broca para levar três bicas de água” desde a “pia do Registro” até a fonte em distância de cinquenta palmos.⁵² Os alcatruzes ou manilhas eram canos de repuxo de quartzito, que, devido à sua maior resistência, transportavam água sob maior pressão desde as pias até o chafariz que se desejava alimentar.

Como última etapa desse percurso, estava a edificação do chafariz e de um canal para expedição das águas. Era imprescindível criar um destino ao líquido que corria continuamente pelas bicas dos chafarizes. A fim de evitar a estagnação das águas providas dos usos dos largos e dar vazão aos sobejos (sobras) d’ água, foram construídas valas que desembocavam no rio ou córrego mais perto.⁵³ Na obra do aqueduto, o pedreiro Manoel Gomes Cruz de Macedo ficou encarregado de proceder, próximo ao Chafariz da Praça, à construção de “sumidouros com ralo para nele receber todo o acréscimo da água” do aqueduto que “soterraneamente será conduzida para a parte mais conveniente” .⁵⁴

Em 1749 estavam construídos o canal geral das águas, o Chafariz do Rossio e a Fonte dos Quartéis, alimentados pela nascente do Bucão na cidade episcopal. Estava formada a estrutura inicial do circuito das águas, o que não garantia o sucesso do empreendimento: obras de reparo, acrescentamento e limpeza passaram a fazer parte das listas de atribuições do governo local.

Na administração destas águas invisíveis, percebemos que as intervenções e ampliações da rede procuravam sanar três grandes conjuntos de problemas que interferiam no fluxo das águas. O primeiro resultava do crescimento populacional e, por consequência,

⁵¹ AHCMM. “Auto de Arrematação dos alcatruzes de pedra e mais obras para a fonte digo mais obra para repuxar água na fonte que se há de fazer nesta cidade para as obras”. Arrematante: Domingo Rodrigues Torres. Valor: 120 oitavas (180\$000 réis). Códice 135. 20/08/1749. fls. 70v-72v.

⁵² Os alcatruzes eram canos encaixados uns aos outros, como diziam “macho e fêmea”, betumados com cal e azeite.

⁵³ Em1751, Sebastião Pereira Leite deveria, próximo a Rua da Intendência, “encanar a água que vem do chafariz com cano de pedra que passará debaixo da rua com toda a segurança e fundo em termo que dê vazão a todas águas que estão empossadas no largo do dito chafariz”. AHCMM. Códice 135. 21/07/1751. fls. 127-128; Condições de obra, fls. 130-130v.

⁵⁴ AHCMM. Auto de arrematação da condução da água para o chafariz que se há de fazer nesta cidade. Valor: 8 mil cruzados (3:200\$000). Arrematante: Manoel Gomes Cruz de Macedo. Códice 135. 22/02/1749. fls. 42-47.

do número de chafarizes e do volume necessário para abastecer o centro urbano. Era preciso ampliar o caudal do aqueduto, que inicialmente alimentava apenas duas fontes.

Geralmente, os aquedutos monumentais, como o da capital da metrópole, eram abastecidos por uma rede de nascentes, poços, cisternas e mananciais que se uniam a ele durante o seu percurso. O encanamento iniciava na “mãe d’ água” e conforme o Rei ordenou em 1731, a condução contava com a nascente da Água Livre e com outras que se podiam recolher, e por isso, concedeu ao Senado da Câmara a prerrogativa de “tomar todas as fontes que se puderem ajuntar e agregar as ditas águas, assim as que estão descobertas ou declaradas nas traças, como por descobrir [...] pagando a seus donos pelos justos preços”.⁵⁵ Assim, o monarca resguardava a precedência do bem comum, mas também não feria de todo os interesses dos particulares. Talvez o mesmo possa ter ocorrido na desavença da Câmara de Mariana com o minerador Botelho, que detinha a posse da nascente, com a diferença que para tal obra não foi criado nenhum imposto à população.⁵⁶

A grande intervenção dirigida pelo arrematante José Soares Monteiro em 1754, em Mariana, visava – além de reconstruir parte do aqueduto, que estaria sendo corrompido pelas águas “infectas do córrego” – adicionar água de uma cachoeira próxima ao aqueduto, por não “dar por sua corrente a precisa água” que vinha do Bucão. Neste caso, vemos que o crescimento da demanda e/ou esgotamento da nascente levaram ao acrescentamento do caudal da água que se dirigia à cidade.⁵⁷ No final do século XVIII e início do XIX, o mesmo aqueduto abastecia, além da Fonte dos Quartéis e Chafariz da Praça, o Chafariz de São Pedro, São Francisco dos Pardos, São Francisco dos Brancos e dos Cortes.⁵⁸

⁵⁵ “Alvará Régio de D. João V ordenando que se dê início à obra do Aqueduto das Águas Livres e que esta se faça através das terras, fazendas, moinhos, etc., sem qualquer impedimento e independente da condição dos seus proprietários.” AHCML. Livro VII de Registro de Consultas e Decretos de D. João V do Senado Ocidental, 1682-1731, fls. 67-68, cota 137. 12/05/1731. In: MOITA, Irisalva (org). *D. João V e o Abastecimento de água em Lisboa*, v.1..., pp. 213-214.

⁵⁶ Na construção do Aqueduto das Águas Livres e do Aqueduto do Rio de Janeiro foi, estipulado o real d’água, imposto destinado a custear as obras de condução das águas durante a sua execução. A cobrança desses impostos e as rendas investidas serão temas tratados no item 2.3 deste capítulo.

⁵⁷ AHCMM. Auto de Arrematação do conserto do Aqueduto das águas do Chafariz e fonte desta cidade. Valor: 790\$000 réis. Códice 135. 23/10/1754. fls. 200-204v.

⁵⁸ Em 1797, João Álvares Valente foi encarregado da “fatura da mina por baixo da Igreja de São Pedro para descobrir água”. Bem próximo à Igreja, já existia, desde meados do Setecentos, o chafariz que levava seu nome, alimentado pelo aqueduto subterrâneo. Não encontramos mais informações acerca dos resultados das prospecções, mas certamente a intenção da Câmara seria conduzir a água para o aqueduto subterrâneo, e assim aumentar o volume de seu caudal, ou construir um novo chafariz próximo à mina d’água. AHCMM. Auto de Arrematação da fatura da mina de água na forma das condições no caminho de Cônego Jacinto Ferreira dos Santos Arrematante: João Álvares Valente. Valor: 225\$040. Códice 377. 30/12/1797. fls. 275.

O segundo conjunto de problemas esteve ligado às interferências do espaço natural nesse ambiente artificial criado abaixo da terra. As “águas das enxurradas” eram os grandes obstáculos à manutenção dos condutos subterrâneos. Elas podiam efetivamente “inundar a água limpa que se espera[va]” nas bicas, como arruinar a própria estrutura do aqueduto. Dentre os artificios construídos para impedir a infiltração das águas indesejáveis, estavam a edificação de paredões de pedra, que protegia a canalização das águas do córrego, e a cobertura com lajes bem grossas “para que não passe abaixo água da chuva e suje o que vai limpo”, sobretudo, nos trechos mais suscetíveis, como os declives e ilhargas do encanamento. Na reforma de 1754 supracitada, José Soares Monteiro, para facilitar a limpeza dos canos, teve de assentar, ainda, a cada 50 braças pias para “servir de vigiar a água”. E para identificá-las:

[...] se lhe porão sinais na parte mais perto de sua linha reta ao pé da parede de cada casa sendo em rua ou de ribanceira sendo caminho para a parte superior esta será uma laje acomodada e afeiçoada para o intento em a qual se gravará a letra de forma A.⁵⁹

Em 1758, para ajudar a demarcar por onde passava o aqueduto subterrâneo, o pedreiro João de Caldas Bacelar, depois de esgotar toda a “arca de água ficando limpa até o fundo”, deveria a cada vinte passos colocar sobre a calçada “uma pedra da parte de cima do cano que servirá de demarcação e certeza do lugar onde existe o dito cano”.⁶⁰

Em 1750, ano seguinte à construção do aqueduto, Domingos Rodrigues Torres foi responsável por fazer duas “arcas ou pias no Rego da água que se meteu nesta cidade para o chafariz e fonte para ter mãos nas areias que vão aos repuxos, e também para servirem de

Cf. também. AHCMM. Lista de despesas de 1797, que comprova o pagamento do dito serviço. Códice 124. fl. 35.

⁵⁹ Ficava determinado que as pias tivessem fundo mais baixo palmo e meio, dois palmos a mais de largura do que a canalização e que fossem cobertas com laje, meio palmo acima do cano geral (aqueduto). Em cada caixa seria "chumbado dois cachimbos de ferro pequenos e lhe porão suas portinhas de tábuas de braúna com suas dobradiças e fechaduras em as quais [servirá] uma só chave" para evitar o furto das águas. AHCMM. Auto de Arrematação do conserto do Aqueduto das águas do Chafariz e fonte desta cidade. Valor: 790\$000 réis. Códice 135. 23/10/1754. fls. 200-204v.

⁶⁰ AHCMM. Condições para o conserto que se há de fazer no aqueduto em que vem a água para o chafariz e fonte desta cidade que arrematou João de Caldas Bacelar. Códice 220. 22/02/1758. fl. 43v.

divisão das águas que se repartirem para as fontes e chafariz”.⁶¹ Era natural que as areias, trazidas pela correnteza das águas, se acumulassem nos canos e nas caixas de pedra, impedindo o fluxo, situação que se agravava nos tempos de estiagem. As areias acabavam por entupir o caminho das águas, que, sem terem para onde ir, infiltravam-se pela terra, causando poças d’água no largo dos chafarizes e adjacências.

Além dos agentes naturais (folhas, bichos, areias, enxurradas, entulhos) que podiam obstruir a passagem ou corromper a pureza das águas trazidas pelo Senado, ainda havia um terceiro entrave na conservação da rede de abastecimento das águas: os habitantes, que comprometiam os canos das mais variadas formas no solo urbano. O Senado agia punindo os desvios, fiscalizando o uso do espaço urbano e administrando o fluxo subterrâneo das águas.⁶²

Em termos gerais, o sistema de aquedutos, herdado da tradição romana clássica,⁶³ foi a forma comumente empregada pelas instituições modernas para fornecer água a *civitates*. Com toda certeza, não constituiu o único ou exclusivo meio de se apropriar das águas nos centros urbanos. Para Mariana não encontramos referências sobre o uso de cisternas ou poços de água particulares ou públicos, ao contrário do que ocorreu em outras localidades, como em Belém, Rio de Janeiro e em Lisboa, cidades onde a disposição dos recursos hídricos possibilitava o emprego desses métodos paralelos para obter o líquido precioso.⁶⁴

Nem sempre o alto investimento garantia o êxito pretendido. O crescimento populacional, a transformação dos hábitos e o aumento do consumo acabavam por transformar a falta d’água em rotina da vida urbana. Como ocorreu com o Aqueduto das Águas Livres de Lisboa, iniciado em 1731, no reinado de D. João V, e que chegou à cidade em meados da década de 1740. Quase quinze anos depois, ao ser inaugurado, “trouxe um acréscimo de apenas 8 litros por habitante à cidade”.⁶⁵ Nos anos subsequentes, novas

⁶¹ AHCMM. Auto de Arrematação dos concertos do Palácio casa da câmara e audiência, cadeia e duas pias ou caixas para ter mão nas areais do rego da água que vem para o chafariz e fonte desta cidade, que rematou Domingos Rodrigues Torres. Códice 135. 08/04/1750. fl. 89v.

⁶² Os usos e desvios das águas do cano geral serão tratados no capítulo 3 deste trabalho.

⁶³ CONCEIÇÃO. *A consagração da água através da Arquitectura...*, p. 284.

⁶⁴ Cf. ANDRADE, José Sérgio V. *Memória sobre Chafarizes...*; SANTOS, Noronha. Fontes chafarizes do Rio de Janeiro...; SILVA, Ivo Pereira da. Em busca das boas águas: os aguadeiros de Belém e a Companhia das Águas do Gram-Pará. (1855-1885). *Anais da ANPUH*, Minas Gerais. Encontro Regional de História, Belo Horizonte, FAFICH, UFMG, 2008.

⁶⁵ CONCEIÇÃO. *A consagração da água através da Arquitectura...*, p. 318. Sobre a falta d’água no Setecentos, cf. MONTENEGRO, Augusto Pinto de Miranda. *Memória sobre as Águas de Lisboa*. Lisboa: Imprensa, 1875.

prospecções foram realizadas por engenheiros e mestres de obras, a fim de canalizar mais água ao Aqueduto Geral.⁶⁶ Se o volume já não era compatível com as práticas de uso e a crescente população, a situação se agravava com os furtos de água, os canos particulares, os desvios e as depredações.

Assim, a rede de abastecimento de água era sempre uma obra inacabável. A construção do aqueduto era apenas o início do percurso, em que se depositavam esperanças, de governantes e habitantes. Todavia, quando chegava ao seu destino, sem apresentar os efeitos satisfatórios, transformava-se em símbolo material, produzido à custa do povo e que o governo não soube administrar. Ao fim, obras tão extraordinárias como o Aqueduto de Lisboa e o do Rio de Janeiro, grandiosas nos custos, na arte e no apuro técnico, poderiam se transformar em símbolo material da própria incapacidade dos gestores urbanos. Neste sentido, os verdadeiros obstáculos não estiveram em iniciar ou terminar o aqueduto, mas justificar cotidianamente a sua existência e os investimentos nele despendidos. As águas, quando adentravam a *civitates*, não saíam mais das audiências dos oficiais municipais. O aqueduto precisava estar adequada e convenientemente ajustado e apto a executar a sua função. Os investimentos não cessavam e a manutenção era cotidiana. Dessa forma, a existência do aqueduto subterrâneo de Mariana fundava um novo e insistente assunto da administração urbana: era preciso fazer valer a sua função, levar água em abundância às bicas e chafarizes da cidade.

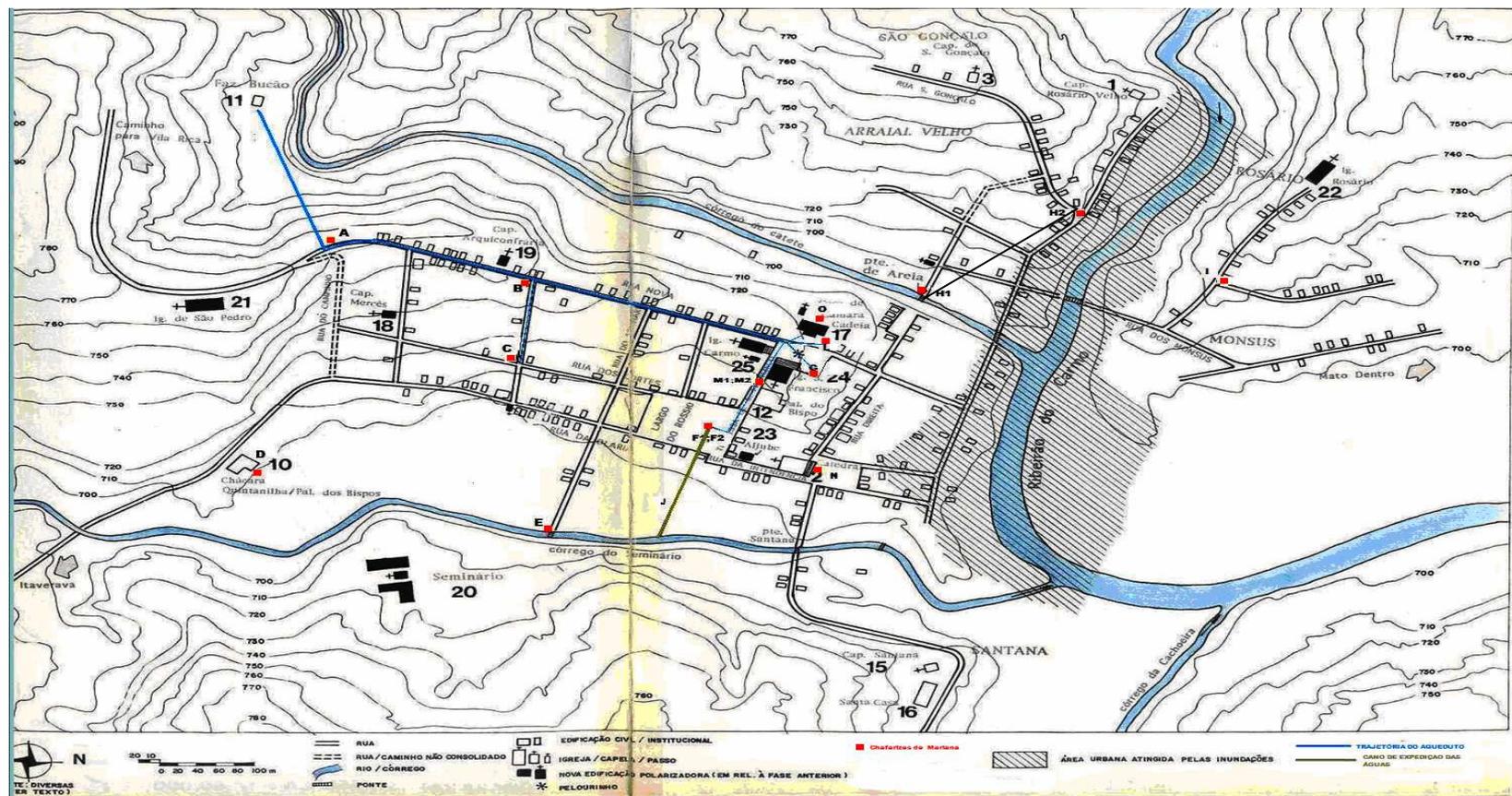
Na FIGURA 15, ilustramos o quadro geral do abastecimento de água, consolidado no intervalo de 1749 a 1802. Reunimos as informações trazidas pelos contratos de execução das obras públicas da Câmara, arrematadas na segunda metade do século XVIII, aos vestígios remanescentes dos chafarizes da cidade e das prospecções arqueológicas, para reproduzir o sistema de abastecimento da cidade. Acreditamos que em 1749 – 4 anos depois da elevação à cidade e um ano após a chegada do Bispo – o alinhamento e os calçamentos da parte nova, ao sul, não estavam concretizados. Todavia, nesta reconstituição aproximada, optamos por seguir a trajetória das ruas, utilizando o mapa-

⁶⁶ A exemplo disso, no ano de 1781, os engenheiros e arquitetos administradores das Águas Livres apresentavam a medição de novos caudais de águas para o aqueduto. AHCML. Águas-Livres, Cx. 95. “Representação do segundo Arquitecto da obra das águas Livres, do primeiro mestre da mesma, juntamente com o Sargento-Mor Francisco Rodrigues em virtude de um aviso da Junta, apresentando o levantamento das nascentes que poderão ser canalizadas para o Aqueduto Geral, especificando as suas medições em anéis”. 05/04/1781 *apud* MOITA, Irisalva (org.) *D. João V e o Abastecimento de água em Lisboa...*, pp. 313-314.

síntese produzido pela historiadora Cláudia Damasceno Fonseca para ilustrar o percurso das águas e chafarizes que abasteceram a cidade.⁶⁷

⁶⁷ No mapa foram adicionados a localização dos chafarizes e o percurso do Aqueduto, demarcados pelas cores vermelho, azul e marrom. A legenda em ordem alfabética foi escolhida para se diferenciar da legenda em números, de autoria de Cláudia Damasceno Fonseca.

FIGURA 15: A trajetória das águas: o Aqüeduto e os Chafarizes de Mariana (1749-1802)



Legenda: (1) Capela de Nossa Senhora do Carmo, (2) Igreja da Sé (3) Primeira Câmara, (10) Palácio dos Bispos; (12) Palácio do Conde de Assumar, (17) Casa de Câmara e Cadeia, (18) Capela das Mercês, (19) Capela da Arquiconfraria, (21) Igreja de São Pedro, (22) Igreja do Rosário, (23) Aljube, (24) Igreja de São Francisco, (25) Igreja do Carmo.

Chafarizes: (A) Chafariz de São Pedro, (B) Chafariz de São Francisco dos Pardos, (C) Chafariz dos Cortes, (D) Fonte e Tanque da Samaritana do Palácio dos Bispos, (E) Fonte do Seminário, (F1) Chafariz do Rossio, 1749-1795; (F2) Chafariz da Praça, 1795; (G) Chafariz de São Francisco dos Brancos, (H1 e H2) Possíveis localizações do Chafariz de São Gonçalo, (I) Fonte dos Monsus, (J) Cano de expedição das águas, (L) Fonte dos Quartéis, (M1) Chafariz de Tomé Dias, 1795-1801; (M2) Chafariz do Conde de Assumar (1801), (N) Chafariz da Sé, (O) Chafariz da Câmara.

Fonte: FONSECA, Cláudia D. *Mariana: Gênese e transformação...*, p. 84 (Adaptado).

No mapa elaborado por Cláudia Damasceno Fonseca, que contemplou o desenho urbano da cidade entre 1745-1800, acrescentamos o percurso da canalização subterrânea e os chafarizes edificadas, o que nos levou a ampliar o recorte inicial para o período de 1749-1802. Procuramos abranger a trajetória da rede de abastecimento, desde a construção do aqueduto subterrâneo (1749) até a data de construção do Chafariz dos Cortes (1802), último chafariz identificado na documentação camarária próximo ao recorte proposto para esta pesquisa. As linhas azuis indicam a trajetória do aqueduto e os chafarizes distribuídos pela rede urbana. Desconhecemos a paragem chamada Bucão (11) e por isso optamos por considerar a localização indicada no mapa de Fonseca. Vale lembrar, que a nascente do Bucão deveria estar localizada em ponto mais alto do que o Chafariz de São Pedro, primeiro a ser abastecido pelo aqueduto, visto que o sistema de condução das águas era guiado pela força da gravidade. O cano geral seguia próximo ao córrego de São Gonçalo até ganhar a Rua Nova, onde abastecia os Chafarizes de São Pedro (A) e São Francisco dos Pardos (B) até atingir o largo dos Quartéis, onde abastecia além da Fonte dos Quartéis (L), o Chafariz de São Francisco dos Brancos (G) e o Chafariz e registros da Casa de Câmara e Cadeia (O). Pela Travessa de São Francisco, seguia um cano subsidiário que alimentava o Chafariz do Rossio no Largo da Praça (F1 e F2)¹⁹¹. Inicialmente, o aqueduto abastecia o Chafariz da Praça (F1) e a Fonte dos Quartéis (L), ambos de 1749, e ao longo da segunda metade do século XVIII novos ramais foram sendo construídos, rateando água para atender aos novos pontos de fornecimento de água à população.

Os Chafarizes de São Pedro (A), São Francisco dos Brancos (B) e São Francisco dos Pardos (G) já estavam edificadas em 1769, data em que encontramos o primeiro reparo nestas obras públicas. Em 1802 foi edificada o Chafariz dos Cortes (C); em 1801 um novo Chafariz foi construído nas imediações da Estalagem de Tomé Dias, o Chafariz do Conde de Assumar (M2), o qual veio substituir a Fonte de Tomé Dias (M1) que havia ali desde 1795. Também foram edificadas o Chafariz da Sé (N), do século XIX, de data desconhecida, no largo da Matriz e ainda foram construídos a Fonte de São Gonçalo (H) em 1759, a Fonte dos Monsus (I) em 1768 e a Fonte do Seminário (E) em 1757, alimentados por nascentes próximas a eles. No Palácio dos Bispos (10), entre fins do século XVIII e

¹⁹¹ Foram construídos dois Chafarizes no Rossio. O Chafariz de Repuxo (F1), construído em 1749, foi demolido em 1795, quando foi construído um novo Chafariz (F2). Trataremos detalhadamente do desmonte e construção do Chafariz do Rossio no terceiro capítulo deste trabalho.

início do século XIX, foi edificada a Fonte da Samaritana e um tanque no jardim (D). O tracejado em marrom (J) representa uma possível suposição do caminho criado para o despejo dos sobejos de água da rede, que terminava no córrego do Seminário, também denominado córrego da Olaria.¹⁹²

Ainda resta identificar vários elementos da trajetória e da localização dessas obras. Realçamos uma imagem aproximada do quadro de abastecimento das águas, a qual nos permite compreender a dinâmica desse sistema no contexto urbano. No terceiro capítulo apresentaremos a política de distribuição e o uso destas obras públicas no cenário de Mariana Setecentista. Veremos agora como a Câmara administrou a construção dessa rede e os indivíduos responsáveis por executá-la.

2.2 Oficiais construtores: a arte de conduzir e conservar as águas

Os oficiais mecânicos nas Minas Gerais, assim como em outras partes do Reino português, ao fazerem “o uso das mãos”, proviam os serviços banais dentro dos centros urbanos, conforme ressaltou José Newton Meneses. A banalidade a que o autor se referiu associava-se à “essencialidade que passa despercebida por ser comum e corriqueira” no cotidiano urbano.¹⁹³ Assim, alfaiates, sapateiros, oleiros, barbeiros, entre outros, viveram do exercício de sua especialidade servindo aos habitantes. Dentro do conjunto desses oficiais, uma parcela específica esteve envolvida no fornecimento das águas na cidade de Mariana. Pedreiros, carpinteiros, canteiros e calceteiros promoveram no espaço urbano uma variedade de obras, atendendo às irmandades, aos particulares e ao Senado. Cada um desses

¹⁹² Foram consultados as listas de despesas (AHCMM. Códices 679, 201, 176, 151, 649, 701, 382, 141, 277, 124) e os livros de arrematação de obras públicas. (AHCMM. Códices 160, 180, 122, 135, 220, 377, 210). Utilizamos ainda os relatórios do IPHAN/Mariana acerca dos vestígios remanescentes da canalização encontrados na Rua Nova, Travessa de São Francisco e na Casa Setecentista de Mariana. (BAETA, Alenice; PILÓ, H.; TEDESCHI, D. M. R. *Monitoramento do Patrimônio Arqueológico Rua Dom Silvério e Adjacências*. Mariana: Prefeitura Municipal de Mariana: ENCEL, 2008; BAETA, A et al. *Evidenciação e Resgate do Patrimônio do quintal do imóvel identificado como Casa Setecentista município de Mariana- MG*. Relatório Final. Mariana, 13ª SR/IPHAN, Novelis, 2006.) O suporte historiográfico principal pesquisado: FONSECA. *Mariana: gênese e transformação...*; VASCONCELLOS, Salomão. *Breviário histórico e Turístico de Mariana...*; VASCONCELLOS, S. *Mariana e seus templos...*; MAIA, Moacir R. de Castro. Uma quinta portuguesa no interior do Brasil ou A saga do ilustrado dom Frei Cipriano e jardim do antigo Palácio Episcopal no final do século XVIII. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. v. 16, n, 14, out-dez. Rio de Janeiro, 2009.

¹⁹³ MENSESES, José. N. C. *Artes Fabris e Serviços Banais: ofícios e as Câmaras no final do Antigo Regime*. Minas Gerais e Lisboa (1750-1808). Tese (Doutorado em História) – Instituto em Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003, p. 173.

ofícios apresenta particularidades quanto à formação e ao tipo de execução de seus trabalhos, que estavam diretamente ligados à produção da arquitetura no espaço urbano colonial.¹⁹⁴ Todavia, agruparemos esses oficiais pelo aspecto em comum, o exercício na atividade construtiva, denominando-os como *oficiais mecânicos construtores*.

As obras para o abastecimento público de água eram de responsabilidade do governo local, que por meio de prática administrativa – a arrematação – contratava o serviço desses construtores. Cabe, entretanto, estabelecer duas ressalvas. Primeiramente, os oficiais construtores ofereciam seus préstimos também aos particulares e às irmandades, clientes que contratavam esses oficiais para conduzirem água até suas residências ou templos religiosos. O círculo de atuação desses construtores no abastecimento de água, portanto, difundiu-se por outros espaços da cidade que não serão nosso foco de análise. Neste sentido, nossa segunda ressalva condiz com o eixo de abordagem que priorizaremos: como os oficiais construtores foram fundamentais ao Senado de Mariana na empreitada de fornecer água aos habitantes da capital religiosa das Minas.

A arrematação das obras públicas: a construção e a conservação das águas

A Câmara Municipal, para executar qualquer obra pública, deveria obedecer aos trâmites da arrematação. Conforme ditavam as Ordenações do Reino, “não se fará obra alguma, sem primeiro andar em pregão para se dar de empreitada a quem a houver de fazer melhor e por menor preço”. Apenas as obras inferiores à quantia de mil réis poderiam ser feitas a jornal, mas todas deveriam ser lançadas em livro, “em que se declare a forma de cada uma, lugar em que se há de fazer, preço e condições do contrato”.¹⁹⁵ Dessa forma, o processo de arrematação visava resguardar, entre aqueles que oferecessem seus lances, a

¹⁹⁴ A respeito das atividades que competiam a cada um desses ofícios construtores e outros ofícios mecânicos nas cidades da América Portuguesa e do Reino, cf: LANGHANS, Franz-Paul de Almeida. *As Corporações dos Ofícios Mecânicos*: subsídios para sua história. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943. 2 v.; LIMA, Carlos A. M. *Artífices do Rio de Janeiro* (1790-1808). Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, pp. 53-92.; VASCONCELLOS, Salomão de. Ofícios Mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 4, 1940; GODOY, Marcelo Magalhães; SILVA, Leonardo Viana da. As artes manuais e mecânicas na província de Minas Gerais: um perfil demográfico de artífices e oficiais. *LPH: Revista de História*, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, n. 9, 1999.

¹⁹⁵ *Ordenações Filipinas*. Livro 1. Título LXVI. Dos Vereadores. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Edição de Cândido Mendes de Almeida, 1985, p. 151. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>. Acesso em: 10 out. 2010

melhor oferta para executar obra pública indicada pelos membros do Senado. O auto de arrematação era presidido por um juiz (ordinário ou de fora) com seu corpo de Câmara. Ao lado das obras públicas, cargos anuais também eram arrematados nas audiências da Câmara, devendo ambos seguir os mesmos procedimentos.¹⁹⁶

Em 1754, por ordem do ouvidor Francisco Ângelo Leitão, em virtude da frequente falta de água e reclamação dos habitantes de Mariana, foi criado o cargo de “conservador das águas”. O cargo, de duração anual, “que se costuma em muitas partes do Reino”, seria arrematado por aquele que menor oferecesse na “empresa da dita conservação com as condições que parecerem mais convenientes”, com a função de administrar a “água que sair da arca principal”, limpando e conservando os canos do sistema subterrâneo.¹⁹⁷

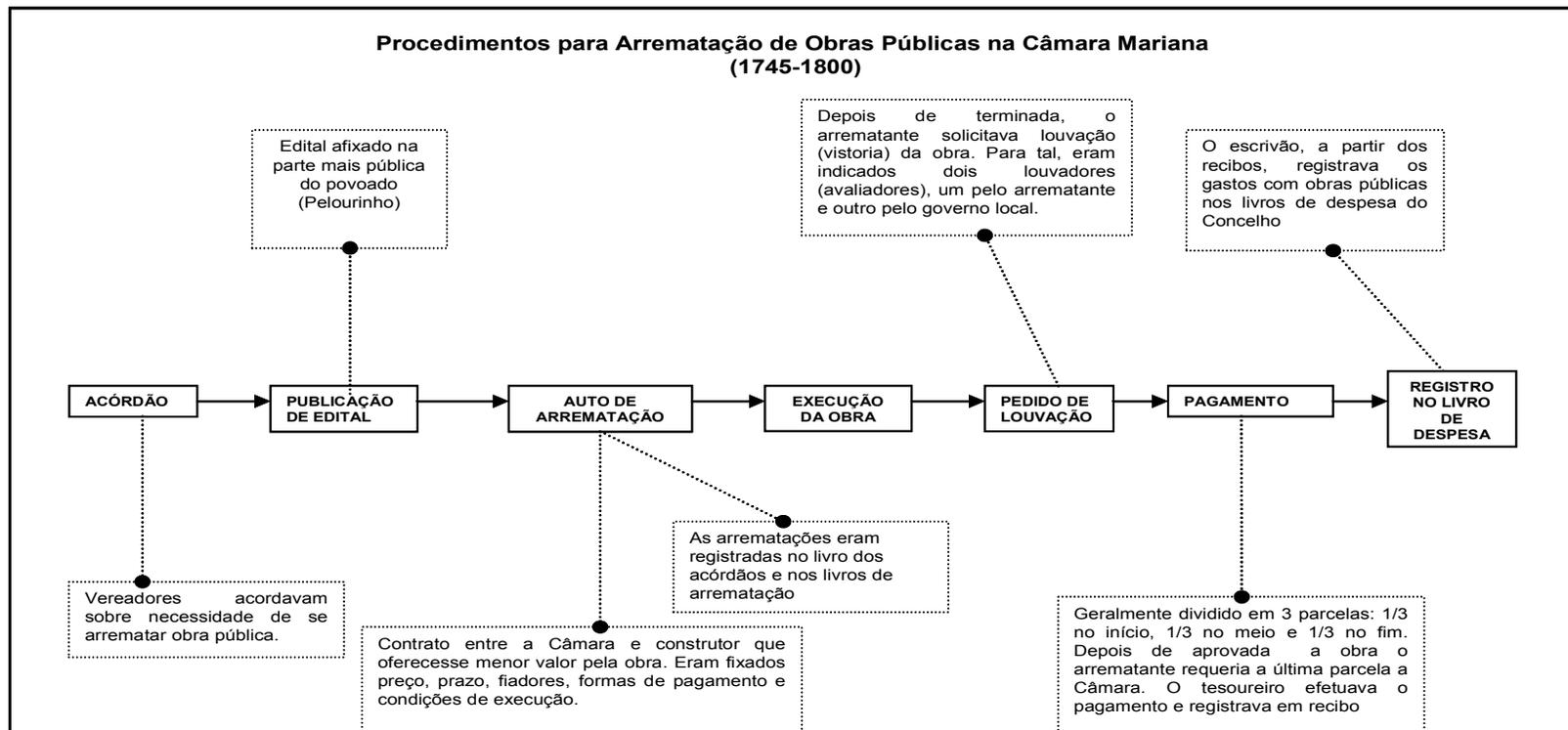
Dessa forma, para garantir o contínuo abastecimento das águas na cidade de Mariana, o Senado procedia à promoção de dois tipos de arrematação durante as suas audiências: a arrematação das obras públicas para a construção e ampliação da rede adutora das águas e a arrematação do cargo de conservação das águas. Os autos de arrematação deveriam ser registrados nos livros da Câmara e cada arrematação corresponderia a um contrato firmado entre o arrematante e o governo local. Nos livros de arrematação que compreendem o período de 1745 a 1800, não encontramos nenhum contrato para o cargo de conservação das águas, ao contrário do que ocorreu com as obras públicas. Voltaremos a este ponto mais adiante, mas foi com base no cruzamento das informações trazidas pelos autos de arrematação das obras públicas, acórdãos, editais e listas de despesas, encontrados no arquivo da Câmara de Mariana, que conseguimos mapear e reconstituir as etapas que

¹⁹⁶ A arrematação de cargos na Câmara Municipal visava atender as demandas do órgão para melhor administrar a urbe. Russell-Wood denominou esse conjunto de arrendatários como delegados da autoridade municipal, que incluíam os arrematantes dos contratos de pesos e medidas, de inspeção, meias patacas e cadeia. RUSSELL-WOOD, A. J. R. O Governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História*, São Paulo, n.109, v.LV, 1977.

¹⁹⁷ AHCMM. Correição das contas de 1753. Códice 176. fl. 55. De acordo com Fabiano Gomes da Silva, a partir de 1730, a Câmara de Vila Rica passou a fazer a arrematação anual das “conservações das calçadas, fontes e pontes”. Como exemplo, o historiador citou o caso do renomado construtor Diogo Alves de Araújo, que arrematou a conservação anual de todas as calçadas da vila pelo valor de 1:360\$000 no ano de 1737, conseguindo manter-se até 1746. Dessa forma, inferimos a possibilidade de que a conservação do mobiliário urbano tenha sido uma prática político-administrativa do governo local comum a outras localidades do Reino e ultramar, em que pesaram as necessidades e especificidades presentes em cada sítio urbano. Para Mariana, o ouvidor solicitou a criação do cargo de conservação das águas. Não encontramos referências para a conservação de outros equipamentos urbanos, aspecto que denota a retomada frequente da falta d’água na cidade e, portanto, da necessidade do cargo para administrar o fluxo do líquido precioso. SILVA. *Pedra e Cal...*, pp. 52, 103.

envolviam a execução de uma obra pública no espaço urbano de Mariana, conforme apresentamos na FIG. 16:

FIGURA 16: Procedimentos para Arrematação de Obras Públicas na Câmara de Mariana (1745-1800)



Fonte: Para elaboração deste quadro cruzamos uma série de tipologias documentais: acórdãos, autos de arrematação, recibos, petições de pagamento, juramento de louvados, listas de receitas e despesas, que nos permitiu reconstituir todo o trâmite de arrematação de obra pública. AHCMM: Acórdãos (Códices 209, 660, 705, 674). Editais (Códices 462, 554, 660). Recibos (Código 687). Petições (Códices 740, 703, 682). Livros de Arrematação (122, 135, 220, 377). Receitas e despesas: Cód. 572 (1745); Cód. 679 (1746, 1747, 1750); Cód. 201 (1748-1749); Cód. 660 (1751); Cód. 176 (1752, 1753, 1754, 1755, 1756, 1757, 1758, 1759, 1760, 1761, 1762,); Cód. 151 (1766, 1767, 1768); Cód. 649 (1769); Cód. 73 (1770); Cód. 75 (1771); Cód. 384 (1774); Cód. 701(1775); Cód. 382(1776); Cód. 141 (1777, 1778, 1779, 1780, 1781, 1782, 1783); Cód. 202 (1784,1785, 1786, 1787, 1788); Cód. 277 (1789, 1790, 1791, 1792,1793, 1794, 1795); Cód. 124 (1796, 1797, 1798, 199, 1800).

O *acórdão* antecedia ao próprio pregão. Nos livros dos acórdãos eram registradas todas as ações dos oficiais camarários ocorridas nas vereações, que tratavam dos mais variados temas concernentes à vida da localidade. Entre os aspectos acordados estava a necessidade das novas obras públicas, bem como o reparo das existentes. Em 1749, os membros do Senado “acordaram mandar por em praça a fonte que se há de fazer nesta cidade”.¹⁹⁸ Como etapa seguinte, ocorria a publicação do *Edital*, “na parte mais pública de Mariana”, colocando a obra em pregão e convocando “a toda pessoa que quer ir lançar nas ditas obras” para “ver as condições que se acham em poder do escrivão deste Senado e dar seu lanço”. O porteiro da Câmara era encarregado de ouvir os lances da obra e no dito processo do novo Chafariz da Praça, depois de ouvir a oferta de Domingos Rodrigues Torres “em preço e quantia de um conto de réis” e se dirigir a praça “passando de baixo para cima e de uma banda para outra dizendo em voz alta e inteligível” se havia quem oferecia menos, “e por não haver quem menos lançasse” entregava um ramo verde nas mãos de Domingos Torres, confirmando o arremate.

O *auto de arrematação* no qual estão descritos todos os aspectos deste ritual constituía uma espécie de peça jurídica, firmada entre o arrematante e a municipalidade. Presentes as autoridades locais e o arrematante, era firmado um contrato em que o construtor se obrigava a cumprir a obra segundo as “condições de execução” e o prazo estabelecidos. No auto, eram firmados, além do tempo de execução, fiadores, valor, formas de pagamento, apontamentos de medidas, materiais e natureza da obra. Nesta arrematação, Domingos Rodrigues Torres se comprometeu a executar a obra no prazo de seis meses, com a fiação de Manoel de Oliveira e Antônio Rodrigues Mendes.¹⁹⁹ Nos vários autos de arrematação das obras públicas consultados, não encontramos qualquer risco (desenho) das obras a serem executadas. Aventamos que os desenhos eram entregues ao arrematante no ato de assinatura do contrato, pois, dentre as exigências firmadas, consta a recomendação de executarem a obra “a imitação deste modelo.”²⁰⁰

¹⁹⁸ AHCMM. Acórdão. Códice 660. 20/01/1749. fl. 120v.

¹⁹⁹ AHCMM. Auto de Arrematação do chafariz e fonte que se há de fazer nesta cidade. Códice 135. 26/02/1749. fls 50v-53v.

²⁰⁰ Sobre as técnicas construtivas e a utilização dos desenhos em escala natural nos canteiros de obras, cf. LEAL, Daniela V. A análise e o estudo histórico das técnicas construtivas do século XVIII - A cantaria na Arquitetura mineira. In: *Atas do IV Encontro de História da Arte: entre a produção e a reflexão*. Campinas: Unicamp, 2008; COSTA, Lúcio. Risco Original de Antônio Francisco Lisboa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 17, Rio de Janeiro, 1969.

No contrato da nova fonte da cidade, o arrematante Domingos Torres deveria cumprir uma lista de apontamentos construtivos que constituíam as “condições de execução”, uma relação anexada ao auto. No extenso conjunto das determinações que envolviam termos técnicos, destacam-se:

[...] tanque em vazio treze palmos e de alto quatro e meio, e as mais peças se acomodarão todas em suas medidas, a taça terá de vão em quadra seis palmos e (?) fazendo nela as guarnições e moldura da arte [...] há de deitar água a bola pequena e na grande, a bola grande levará quatro bocais de bronze para que estes deite água na taça e a taça levar um em cada canto [...].²⁰¹

Era comum a divisão do *pagamento* em três parcelas: a primeira no momento da arrematação, o segundo terço durante a execução da obra e, por fim, a última parte após a *louvação* (vistoria) da obra. A louvação ocorria por requerimento do arrematante, que solicitava à Câmara a avaliação do produto final. Geralmente, um dos louvados era indicado pelo arrematante e outro pelo Senado. Não conseguimos localizar o processo de louvação do chafariz construído por Domingos Rodrigues Torres, entretanto, a petição do construtor Francisco Álvares Quinta para o conserto da calçada na Rua Nova da Confraria até o Chafariz de São Pedro, em 1796, é elucidativa desta prática.²⁰²

Diz Francisco Álvares Quinta que ele tem feito os concertos da calçada da rua da Confraria até o chafariz de São Pedro que arrematou neste Senado e como o quer entregar nomeia a João Miguel Ferreira e Francisco Ferreira dos Santos para vm^{es} aprovarem um e nomearem outro para a examinarem a dita obra a vista das condições.²⁰³

No mesmo dia, os oficiais da Câmara aprovaram os dois louvados indicados pelo construtor.²⁰⁴ Os mesmos juraram examinar diante do Santo Evangelho a dita obra “para

²⁰¹ AHCMM. Auto de Arrematação do chafariz e fonte. Códice 135. 26/02/1749. fls. 50v-53v.

²⁰² AHCMM. Auto de Arrematação dos concertos da calçada da Rua Nova da confraria até o chafariz de São Pedro, na Cadeia Velha e na Ponte do Seminário por cada braça do paredão 3 oitavas e $\frac{3}{4}$ e 1 oitava cada braça. Códice 377. 27/08/1796. fls. 268-269v.

²⁰³ AHCMMM. Termo de Juramento dos Louvados. Códice 740. 30/12/1797. fls. 112-113v.

²⁰⁴ Em 1767, para a louvação das obras nas calçadas e saída das águas na Baixa da Olaria junto ao Palácio, o arrematante João de Caldas Bacelar indicou João Esteves e Bento Marinho. O Senado escolheu Bento

darem suas determinações de baixo de suas consciências” .²⁰⁵ Na louvação, ocorrida no dia seguinte:

[...] foi dito que medindo a dita calçada acharam ter trinta e seis braças e meia de calçada e o paredão encostado à dita calçada vinte e sete braças tudo feito na forma das condições e em termo do arrematante receber o seu pagamento a que tudo afirmavam debaixo do juramento que haviam recebido, e em suas consciências e de como assim o disseram, e afirmaram, e assinaram sua determinação.²⁰⁶

O então arrematante Francisco Álvares Quinta solicitou aos vereadores, no dia 31 de dezembro de 1797, a quantia de trezentas e trinta e sete oitavas e três quartos de ouro (337/8 e $\frac{3}{4}$ de ouro), visto que a obra se achava já “louvada e examinada” pelo Senado.²⁰⁷ No mesmo dia, o suplicante foi atendido.²⁰⁸

Os *pagamentos* eram registrados em recibos, em poder do tesoureiro, que no fim do ano delegava ao escrivão transcrever para *as listas de despesas* os gastos do Concelho. Dessa forma, fechava-se o ciclo da arrematação de uma obra pública. De um lado estavam os administradores que indicavam as obras necessárias ao cenário urbano e, de outro, os oficiais construtores interessados em arrematá-las. O processo de arrematação regulamentava a atuação dos funcionários locais em benefício da melhor oferta. No entanto, não faltaram tentativas de burlá-lo, tanto para a execução das obras públicas como para a função de conservação das águas.

Nas correições das contas do Concelho realizadas anualmente pelo ouvidor, não faltaram repreensões quanto à execução de obras públicas que não passaram pelo procedimento da arrematação. Em 1754, o ouvidor Francisco Ângelo Leitão observou que os pagamentos das obras públicas foram incorporados às listas das despesas miúdas para encobrir a ausência do auto de arrematação. As despesas miúdas eram pequenos gastos cometidos pelo procurador diante das cotidianas contingências

Marinho e nomeou João Afonso, como consta no Termo de Juramento dos Louvados. AHCMM. Códice 73. fls. 33-33v.

²⁰⁵ AHCMM. Termo de Juramento dos louvados. Códice 740. fls. 112-113.

²⁰⁶ AHCMM. Determinação dos Louvados. Códice 740. fls. 112-113.

²⁰⁷ AHCMM. Códice 740. fls.111-111v.

²⁰⁸ AHCMM. Códice 740. fls.111-111v.

administrativas do Senado. Os pequenos gastos eram descritos como “miúdos” sem que fosse apresentada qualquer especificação ou descrição da natureza dos dispêndios. Por observar que entravam “nelas várias obras de carpinteiro e pedreiro que juntas se deviam arrematar a quem menos lançasse pondo-se em praça na forma da lei”²⁰⁹ em 1757, o mesmo corregedor, que novamente vinha repreender a “grande quantia” declarada como miúda, determinou que pagamentos acima de quatro oitavas de ouro (4\$800) não mais seriam realizados diretamente e ao arbítrio do procurador e, sim, por carta ou petição do requerente, e mesmo as despesas inferiores ao valor deveriam ser especificadas quanto à sua necessidade pelo funcionário municipal.²¹⁰

A imposição de novas exigências não impediu que irregularidades continuassem a ocorrer no sistema das arrematações. Em 1762, as obras aparecem nas listas de despesas do Senado como pagas a jornal sem “haver arrematação como devia haver” e, conforme afirmou o ouvidor “não [era] lícito fazer obras a jornal”.²¹¹ Apenas obras de valor inferiores a mil réis, conforme previam as Ordenações, poderiam ser excluídas do procedimento de arrematação. Em 1764, João de Caldas Bacelar recebeu 77\$362 réis e ½ meia oitava de ouro por “conta das várias obras que fez por ordem do Senado no aqueduto das fontes desta cidade”, sem o devido procedimento de arrematação pública.²¹²

Quanto ao cargo de “conservação das águas”, o mesmo construtor João de Caldas Bacelar solicitou o pagamento de 10 oitavas e ½ e 7 vinténs por conservar “água no Chafariz e fonte desta cidade em cujo exercício trabalhou com os seus escravos” “por ordem do procurador deste nobre Senado”. O cargo que deveria ser arrematado anualmente, na prática, acabou por ser indicado pelo procurador do Concelho.²¹³

²⁰⁹ AHCMM. Correição das contas de 1754. Códice 176. fl. 73.

²¹⁰ AHCMM. Correição das contas de 1757. Códice 176. fl. 116.

²¹¹ Na correição das contas de 1762, o ouvidor José Pio Ferreira Souto glosou pagamentos a obras públicas que não foram arrematadas. A glosa consistia em repreensão do ouvidor, que exigia o retorno das quantias irregulares aos cofres do Concelho. Foram glosados os gastos de João de Caldas Bacelar “das varias obras que fez pertinentes ao Senado no valor de 154\$050 réis” e a quantia de 15\$525 réis do pagamento a Cosme Fernandes Guimarães pelo conserto da Ponte dos Monsus. AHCMM. Correição de 1762. Códice 176 e 151. fls. 180-180v.

²¹² AHCMM. Glosa das contas do Concelho do ano de 1764. Códice 151. fl. 202.

²¹³ AHCMM. Códice 703. fls. 25-26. Em 1771, João Caldas Bacelar recebeu 9 oitavas e dois vinténs de ouro por conservar o aqueduto de Mariana. AHCMM. Códice 703. 31/12/1771. fl. 28. Em 1793, José Pereira Arouca também foi indicado para conservar os canos da cidade. AHCMM. Códice 736. fl. 17. “Conta dos consertos que fiz na ponte dos Monsus pinguela de Mata Cavalos canos das águas desta Cidade e no caminho do Itacolomi e na calçada de Domingos Velho e por Ordem do procurador desta cidade o corrente ano de 1793”.

As infrações ou negligências cometidas pelos membros da Câmara indicam o descumprimento das normas que regulavam o provimento dos serviços urbanos na municipalidade. Nos arranjos cometidos, os maiores beneficiados eram os construtores, que alcançavam as obras públicas sem concorrer à arrematação. Ao contabilizarmos o conjunto das arrematações firmadas e os construtores que as conquistaram, percebemos que os nomes que frequentemente apareceram nas glosas do ouvidor foram os mesmos que arremataram quantidade expressiva de obras públicas nas audiências do poder local. Ou seja, estes homens conseguiram monopolizar os contratos lícitos e ilícitos no cenário local, dado que nos leva a um duplo questionamento: quem eram estes homens e por que conquistaram tais privilégios no Senado.

De acordo com os livros de arrematação do período de 1745 a 1800, nas 240 obras públicas arrematadas (canos, chafarizes, calçadas, prédios públicos, pontes, caminhos, entre outros), atuaram 85 oficiais diferentes. Entretanto, um conjunto de 95 obras (35%) se concentrou nas mãos de um grupo restrito de sete oficiais mecânicos construtores reinóis. Entre os nomes, José Pereira Arouca e João de Caldas Bacelar aparecem, respectivamente, como os maiores arrematadores. No intervalo de 1768-1794, datas da sua primeira e última arrematação, Arouca arrematou 25 obras, enquanto Bacelar, entre 1758-1773, firmou 15 obras públicas com o Senado.²¹⁴

Nas listas de despesa, em que consta o gasto de 74:585\$978 réis com obras públicas (1745-1800), 19:756\$214 réis (26%) foram pagos a José Pereira Arouca e 7:225\$052 (10%) a João de Caldas Bacelar pela execução das construções urbanas.²¹⁵ Estes dados – os contratos de arrematação e as listas de despesas – vêm confirmar o que Silva observou para

²¹⁴ Danielle de Fátima Eugênio analisou o perfil destes sete construtores: Sebastião Pereira Leite, que arrematou 14 obras entre 1746-1756; Sebastião Martins da Costa, 6 obras entre 1746-1753; Francisco Álvares Quinta, 14 obras entre 1790-1806; Bento Marinho de Araújo, 7 obras entre 1755 e 1769; João de Caldas Bacelar, 15 obras entre 1758-1773; Cosme Fernandes Guimarães, 14 arremates entre 1753 e 1778; e José Pereira Arouca, 25 obras entre 1768-1794. EUGÊNIO, Danielle de Fátima. *Arrematantes de obras públicas: oficialato mecânico na cidade de Mariana (1745-1800)*. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010, p. 42.

²¹⁵ Foram consultados os livros de receita e despesa da Câmara no intervalo de 1745 e 1800, com exceção dos anos de 1751, 1772, 1773, não encontrados no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. AHCMM. Cód. 572 (1745); Cód. 679 (1746, 1747, 1750); Cód. 201(1748-1749); Cód. 660 (1751); Cód. 176 (1752, 1753, 1754, 1755, 1756, 1757, 1758, 1759, 1760, 1761, 1762,); Cód. 151 (1766, 1767, 1768); Cód. 649 (1769); Cód. 73 (1770); Cód. 75 (1771); Cód. 384 (1774); Cód. 701 (1775); Cód. 382 (1776); Cód.141 (1777, 1778, 1779, 1780, 1781, 1782, 1783); Cód. 202 (1784,1785, 1786, 1787, 1788); Cód. 277 (1789, 1790, 1791, 1792,1793, 1794, 1795); Cód. 124 (1796, 1797, 1798, 199, 1800).

Vila Rica: a existência de uma prática monopolista dos contratos de obras, dirigida por um grupo de renomados construtores reinóis.²¹⁶ De acordo com o historiador, enquanto esses oficiais assumiam a maioria das obras públicas no Senado, outros mecânicos optaram estrategicamente por servi-los, trabalhando a jornal, “circulando ao sabor das oportunidades” nos canteiros das construções.²¹⁷

As trajetórias de Arouca e Bacelar são bastante significativas neste sentido. Estes construtores, ao mesmo tempo em que monopolizaram as obras públicas e os serviços de conservadores das águas, atendiam simultaneamente às irmandades e aos particulares na cidade.²¹⁸ Para o convívio dessas atividades, dois fatores foram fundamentais a esses indivíduos: as redes de sociabilidade e a constituição de uma fábrica construtiva capacitada. Tanto as estratégias sociais quanto as habilidades construtivas lhes conferiam credibilidade e os consagravam como homens renomados no seu ofício.

Cabe lembrar que o exercício dos ofícios mecânicos não foi regulado pelas corporações ou foi amparado dentro das Câmaras Municipais mineiras, tal como a Casa dos Vinte e Quatro em Lisboa.²¹⁹ Restaram nas Minas os cargos de juiz e escrivão de cada ofício, os quais expediam as cartas de exame e as licenças semestrais para o exercício dos diversos ofícios mecânicos na municipalidade. Sem a presença dessas instituições,

²¹⁶ SILVA. *Pedra e Cal...*, p. 82. A respeito da inserção social e atuação profissional de homens livres, libertos e pardos nos ofícios mecânicos, cf. PRECIOSO, Daniel. “Artes mecânicas” em Vila Rica Setecentista: os pardos, forros e livres. *Histórica - Revista do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 32, 2008.

²¹⁷ SILVA. *Pedra e Cal...*, p. 82.

²¹⁸ Para conhecimento das obras de autoria destes construtores nas várias esferas da construção em que atuaram, cf. MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais...*, 2 v., 1974,.; MENEZES, Ivo Porto de. José Pereira Arouca. *Anuário do Museu da Inconfidência*, Ouro Preto, v. 5, 1978, pp.59-95.

²¹⁹ Os oficiais mecânicos eram organizados em corporações ou agremiações de acordo com as atividades que exerciam. Cada corporação regulava a prática profissional em estatuto: regras de produção, hierarquia, disciplina, aprendizagem, preços e serviços oferecidos. Nas Câmaras Municipais estas corporações possuíam “direito de voz e voto”. Formavam a Casa dos Vinte e Quatro em Lisboa, composta pelo Juiz do Povo, um escrivão e representante de cada um dos ofícios. A função destes oficiais era defender as demandas e benefícios para os corpos de ofício, examinar os candidatos a ofício mecânico, além do “direito de assistir a todas as reuniões do Concelho, a votar em todas as questões que afetassem as guildas e corporações de artífices e a vida econômica da vila ou cidade”. BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 287-288. Sobre o estabelecimento das corporações de ofício em outras localidades da América Portuguesa, cf. FLEXOR, Maria Helena O. *Oficiais Mecânicos da cidade de Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1974.; FLEXOR, Maria H. O. Oficiais Mecânicos e a vida cotidiana no Brasil. In: *Oceanos*, Lisboa, n. 42, pp.77-84, abr./jun. 2000.

indivíduos como Arouca e Bacelar trataram de se estabelecerem no ramo construtivo, tecendo laços de apoio dentro e fora do poder local.²²⁰

José Pereira Arouca nasceu em 1731, na freguesia de São Bartolomeu da Vila de Arouca, Bispado de Lamego, comarca do Porto²²¹. Atravessou o Atlântico e chegou às Minas por volta de 1753, quando atuou como fiador do construtor José Pereira dos Santos na edificação da Capela de São Pedro de Mariana.²²² Desconhecemos o momento em que João de Caldas Bacelar – nascido na freguesia de São Pedro de Cima, Termo de Valadares, Arcebispado de Braga – chegou às Minas, mas sabemos que atuou ao lado de Arouca.²²³ Em 1770, em parceria com José Pereira Arouca, construiu a Casa Capitular de Mariana pela quantia de 16.000 cruzados e 150\$000 réis.²²⁴ A sociedade e a fiação nos contratos de obras consistiam em práticas de apoio comum entre os renomados construtores. Estes artificios, por um lado, mantinham o circuito de arrematações das obras urbanas restrito a um limitado número de construtores e, por outro, reforçava a própria credibilidade do grupo, já que contavam uns com os outros nas atribuições financeiras e profissionais para o cumprimento das obras.²²⁵

²²⁰ Os juizes e os escrivães de officio, eleitos entre os officiaes mecânicos que compareciam à Câmara, examinavam e certificavam a aprendizagem do officio através da concessão das cartas de licença ou exame. Sobre o processo de certificação e autorização da Câmara para exercer officio mecânico na cidade, cf. MENESES, José Newton C. Homens que não mineram: officiaes mecânicos nas Minas Gerais Setecentistas. In: RESENDE; VILLALTA (org.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*, Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v.1, pp.379-384.

²²¹ No testamento de 1793, Arouca instituiu a “alma por herdeira”. Em 1805, o testamento foi julgado nulo e foi realizado inventário da testamentária. Agradeço à historiadora Kelly Eleutério Oliveira, que cedeu gentilmente a transcrição do inventário de José Pereira Arouca. AHCSM. Livro e Registro de testamentos, Livro 44, fls. 74v-75. O testamento de Arouca, de 1793, foi transcrito por Ivo Menezes. MENEZES, Ivo Porto de. José Pereira Arouca..., pp. 81-95.

²²² A respeito do construtor José Pereira Santos, mestre pedreiro português, cf. “Testamento de José Pereira dos Santos (1762)”. *Anuário do Museu da Inconfidência*, ano III, pp. 140-148, 1954. Em 1762, o construtor recebeu da Câmara de Mariana o valor de 33\$600 réis pelo risco da nova obra de Câmara e Cadeia De Mariana. AHCSM. Livro de receitas e despesas. Códice 176, fl. 179. Sobre a vida de José Pereira Arouca, cf. OLIVEIRA, Kelly Eleutério M. José Pereira Arouca: sujeito histórico e projeto urbanizador em Mariana Setecentista. In: *Anais eletrônicos do XVI Encontro Regional de História*. Cidade: ANPUH-MG, 2008, p. 4. Cf. também VEIGA, Afonso Costa Santos. *José Pereira Arouca, mestre pedreiro e carpinteiro: Mariana - Minas Gerais séc. XVIII*. Arouca: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1999.

²²³ AHCSM. Inventário de João de Caldas Bacelar. Códice 92. Auto 1928, 1º officio.

²²⁴ VEIGA. *José Pereira Arouca...*, p. 41

²²⁵ O historiador Fabiano Gomes da Silva encontrou para Vila Rica o estabelecimento de fiação e sociedade nos contratos de arrematação em que os próprios membros da Câmara estiveram envolvidos, como o caso do pedreiro canteiro Francisco Lima Cerqueira, que arrematou a construção do chafariz e encanamento no Alto das Cabeças e teve como fiadores os pedreiros João Alves Viana e Martinho Fernandes, “pessoas bem conhecidas do escrivão José Antônio Guimarães”; e o caso de Manoel Álvares de Azevedo, procurador da Câmara em 1744, que atuou como fiador do construtor João Domingues da Veiga em várias obras públicas. SILVA. *Pedra e Cal...*, pp. 100-102.

Além de reforçar vínculos de solidariedade dentro do grupo, estes indivíduos trataram de se envolver dentro dos espaços de poder onde atuavam. Tanto José Pereira Arouca como João de Caldas Bacelar ocuparam postos e cargos importantes nas irmandades, na esfera militar e no Senado, seus principais clientes. Na Câmara, Arouca, com cerca de 31 anos, ocupou os cargos de juiz de ofício de pedreiro e carpinteiro nos anos de 1762, 1772 e 1774; tesoureiro da Câmara em 1780; e arrendatário das aferições e meias patacas nos anos de 1787 e 1788. Durante a década de 1780, portanto, Arouca esteve envolvido nas redes do poder local, e foi neste período, por coincidência, que arrematou a obra pública mais cara ao Senado, a nova Casa de Câmara e Cadeia (14:800\$000).²²⁶ João de Caldas Bacelar atuou como juiz de ofício de pedreiro em 1778 e procurador nos anos de 1778 e 1783.²²⁷ Esses oficiais mecânicos ocuparam cargos da vereação importantes e diretamente relacionados ao provimento de obras públicas. O procurador era responsável por requerer todos os reparos e consertos das “casas , fontes, pontes, chafarizes, poços, calçadas, caminhos, e todos os outros bens do Concelho”, bem como levar aos camaristas as demandas dos moradores da localidade. De acordo com Maria do Carmo Pires, era eleito segundo o mesmo sistema de pelouro dos vereadores e “colocava-se no patamar desses”.²²⁸ O tesoureiro administrava o cofre do Concelho e registrava as entradas e gastos, efetuando os pagamentos e contabilizando as receitas. Arouca e Bacelar, oficiais mecânicos que, em tese, não deveriam ocupar cargos nas vereações, estiveram diretamente envolvidos na promoção e no pagamento de obras que eles mesmos executaram para o Concelho.²²⁹

²²⁶ AHCM. Auto de Arrematação da fatura da nova da Cadeia e Casa da Câmara que determinou fazer no lugar dos quartéis. Códice 377. 23/10/1782. fls. 191v-198v.

²²⁷ Vereações do Século XVIII (1711-1800). In: CHAVES, C.; PIRES, M. do; MAGALHÃES, S. *Casa de Vereação de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: UFOP, 2008, pp. 209, 211.

²²⁸ PIRES, Maria do Carmo. *Câmara Municipal de Mariana no século XVIII: formação, cargos e funções*. In: CHAVES; PIRES; MAGALHÃES. *Casa de Vereação de Mariana...*, p. 52.

²²⁹ *Ordenações Filipinas...*, Livro I. Títulos LXVII, LXIX, LXX, pp. 152-163. Segundo Pires, algumas vezes o cargo de tesoureiro era preenchido rotativamente pelos vereadores. Em outros casos, ou foi eleito juntamente com os vereadores no momento da abertura do pelouro ou o cargo foi preenchido pelo procurador da Câmara. PIRES. *Câmara Municipal de Mariana...*, p. 47. Para uma discussão sobre a elegibilidade dos cargos camarários no Reino e ultramar, cf. GODINHO, Vitorino Magalhães. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Editora Arcádia, 1977.; RUSSELL-WOOD. *O Governo local na América Portuguesa...*; RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Centro e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808*. Tradução de Maria de Fátima Gouveia. *Revista de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.; BICALHO, Maria Fernanda B. *As Câmaras Ultramarinas e o governo do Império*. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVEIA, Maria de Fátima S. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 213-217.

Não desconsideramos que a ocupação desses cargos camarários, bem como nas ordens terceiras e na esfera militar, serviram a esses homens, acompanhados pelo estigma mecânico, para ascender socialmente na sociedade mineradora. Entretanto, não compete a este trabalho aprofundar sobre esta temática. Abordamos apenas um fragmento do universo relacional desses indivíduos. Homens como Arouca e Bacelar trataram de estender suas redes de relação social e profissional para além do mundo mecânico. A diversidade de atividades econômicas em que estiveram envolvidos é um indicativo neste sentido. Arouca foi proprietário de várias moradas de casas na cidade e de lavras minerais;²³⁰ Bacelar estabeleceu uma ampla rede de créditos, contava ainda com uma sesmaria, casas de vivenda, moinhos e um engenho de moer cana.²³¹ É evidente que estes elementos se entrecruzavam e influenciaram no próprio espaço de atuação de seu ofício mecânico nas esferas públicas, particulares e religiosas da cidade. Entretanto, nosso foco é particularmente sobre a função que desempenharam e o espaço que conquistaram como construtores da rede de abastecimento de água a serviço da Câmara em Mariana.

Enquanto oficiais construtores, além das estratégias de sociabilidade, as condições para executar as obras constituíam o outro requisito fundamental para alcançarem prestígio e privilégios no órgão local. Neste sentido, os renomados construtores deveriam contar com uma fábrica construtiva capacitada. A fábrica englobava o espaço físico, casa ou oficina, as ferramentas, a matéria-prima e a mão-de-obra necessárias. Como informou Silva, ela poderia ser deslocada ou dividida entre os canteiros de obras”.²³² Nos inventários de Arouca e Bacelar, constam martelos, enxadas, alavancas, serras, bigornas, pregos, caixões

²³⁰ Arouca deixou uma morada de casas, uma roça que vendeu na freguesia do Pomba a Francisco Antunes Moreira, uns serviços de minerar, de casas com seu quintal e bananal em sociedade com o Sargento-mor Lizado Coelho e com Manoel Jorge de Carvalho, várias datas de terras, uma rocinha com terras minerais, e uma lavra na Vargem em sociedade com o Guardamor José Correa e o Tenente Antônio Mendes da Fonseca. AHCSM. Livro e Registro de testamentos, Livro 44, fls. 74v-75; MENEZES. José Pereira Arouca..., pp. 82-83.

²³¹ No caso de João de Caldas Bacelar, a rede de crédito deixou uma dívida ativa de 3:595\$059 e ½. Entre as propriedades constam uma sesmaria de terras brutas no valor de 800\$000, um canal, uma fazenda com terras de cultura, capoeiras e matos virgens, casas de vivenda, moinhos, um engenho de moer cana em Boa Vista do Turvo Sujo, no valor de 2:300\$000, em sociedade com João Rodrigues de Carvalho Domingos Ferreira. Depois de quitadas as dívidas e a sociedade, Bacelar deixou ao seu sobrinho a quantia de 12:505\$074 réis. AHCS. 1º ofício. Códice 92. Auto 1928.

²³² SILVA. *Pedra e Cal...*, p. 91.

de pedra e carros de boi, que serviam ao transporte de madeira e pedras extraídas próximo à cidade.²³³

No exercício do ofício, Arouca e Bacelar deveriam contar com o emprego de seus cativos nas construções. No seu testamento, o primeiro declarou possuir para mais de cinquenta escravos. Entretanto, no inventário da testamentária constam 26 cativos, dos quais 25 homens e uma mulher. Ao todo, 20 escravos foram declarados especializados em algum ofício mecânico (3 oficiais de carpinteiro, 2 oficiais de pedreiro, 8 serradores, 1 oficial de ferreiro, 3 cabouqueiros, 2 Carreiros, 1 capineiro e 1 servente), mas apenas 16 foram avaliados, totalizando 1:735\$000.²³⁴ O mais valioso era Miguel Angola Candimba, de 45 anos, oficial ferreiro avaliado em 200\$000 réis.²³⁵ No inventário de Bacelar, a nenhum de seus 30 escravos (19 homens e 11 mulheres) arrolados foi atribuída qualquer especialização mecânica. No entanto, a julgar pelos altos valores de seus cativos, não descartamos que alguns deles fossem conhecedores das atividades construtivas.²³⁶

²³³ A respeito da extração dos materiais de construção, indicamos o capítulo 8 do estudo de Carlos Caetano, que abordou também o consumo, armazenamento e produção da cal, madeira e telhas nas construções portuguesas dos séculos XV a XVIII. CAETANO, Carlos. *A Ribeira de Lisboa na época da Expansão Portuguesa* (Séculos XV a XVIII). Lisboa: Pandora, 2004.

²³⁴ João Caetano Crioulo, 30 anos, Oficial de Carpinteiro, 160\$000; João Angola, 40 anos, Oficial de Carpinteiro, 150\$000; Matheus Cabinda, 45 anos, Oficial de Pedreiro, 140\$000; Antônio Carioca, 65 anos, Pedreiro, 70\$000; Antônio Grande Angola, 50 anos, Serrador, 160\$000; Domingos Angola, 58 anos, Serrador, 80\$000; Domingos Angola, 60 anos, Serrador, 75\$000; Caetano Angola, 35 anos, Carreiro, 140\$000, Miguel Angola Candimba, 45 anos, Oficial Ferreiro, 200\$000; Joaquim Angola, 42 anos, Cabouqueiro, 130\$000; André Angola, 45 anos, Cabouqueiro, 150\$000; Pedro Angola, 65 anos, Capineiro, 30\$000; Antônia Mulata, 56 anos, 50\$000; Lourenço Angola, 55 anos, sem ofício declarado, 80\$000. Os demais escravos não foram avaliados: Antônio Cabinda, Joaquim Bitanemt (Servente); Damião Angola (Cabouqueiro); João Angola Velho (Carpinteiro); Miguel Angola (Companheiro do Carreiro); Antônio Carioca Crioulo (Carreiro), Jacinto Cabinda (Serrador), Domingos Angola Velho, Pedro Angola (Serrador); José [Guipamá] (Serrador). AHCSM. Livro e Registro de testamentos, Livro 44, fl. 52v.

²³⁵ Sobre a importância do ferreiro nas Minas, cf. ALFAGALI, Crislayne G. M. *Ferro em obras: oficiais do Ferro. Vila Rica (1750-1795)*. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2009.

²³⁶ Silverio Cabra, 36 anos, 180\$000; Felisberto Cabra, 25 anos, 200\$000; Antônio Crioulo, 30 anos, 100\$000; Joaquim Cabra, 40 anos, 100\$000; Luciana Crioula, 28 anos, 120\$000; Maria Crioula filha da anterior, 18 anos, 80\$000; Claudina também filha daquela, 3 anos, 50\$000; Joana Crioula, 40 anos 105\$000; Romana Crioula também filha, 4 anos, 60\$000; Emerenciana crioula filha também, 7 anos 70\$000; Leonor crioula filha também, 12 anos, 100\$000; Pedro (congo?) 55 anos doente de gota sem valor; José Mina, 45 anos, 100\$000; João Carapina Benguela, 42 anos, 130\$000; Fulgêncio Crioulo, 23 anos, 140\$000; Joaquim Bunba Benguela, 60 anos, 10\$000; Domingos Crioulo, 31 anos, 120\$00; Andre Benguela, 50 anos, 70\$000; Bento Crioulo, 60 anos, 12\$000; Manoel Crioulo, 32 anos, 130\$000; Clemente Benguela, 70 anos, 12\$000; João Rebolo, 20 anos, 180\$000; Maria Monjolo, 50 anos, 70\$000; Paula Crioula, 36 anos, 130\$000; Luciano Crioulo filho da dita, 5 anos, 70\$000; Joaquina Crioula filha da dita, 20 anos, 135\$000; Maria Crioula, 16 anos, 95\$000; Sebastião Benguela, 45 anos 70\$000; Pedro Crioulo, 26 anos, 180\$000; Domingos Crioulo, tropeiro, 30 anos, 110\$000.

Outrossim, o uso de cativos e jornaleiros a serviço dos renomados construtores apareceu explícito nos requerimentos destes para o pagamento dos serviços de conservação das águas, como em 1792, quando José Pereira Arouca solicitou ao órgão local a quantia de 37 oitavas $\frac{1}{4}$ de ouro e 7 vinténs:

“Conta dos consertos que fez por ordem do Procurador do Senado desta Cidade deste presente ano de 1792 o Alferes José Pereira Arouca que é o seguinte.”²³⁷

Em Fevereiro de 92	<i>No conserto do cano de água junto a São Pedro</i>	
	Para 4 dias de pedreiro negro a $\frac{1}{4}$	1 - -
	Para 4 dias de serventes a 4vinténs	- $\frac{1}{2}$ -
	Para 8 telhões(sic) a 3 vinténs	- $\frac{3}{4}$ -
	Para cal azeite para betume (sic)	- $\frac{1}{2}$ -
	Para 1 carrada (sic) de Lages	- $\frac{3}{4}$ -
		3 - $\frac{1}{2}$ -
Em Março 23 de 92	<i>No cano dos Monsus</i>	
	Para 8 dias de Pedreiro	2 - -
	Para 8 dias de servente	1 - -
	Para 1 dia de carro [acariar] pedra	1 - -
	Para 2 caradas (sic) de Lages	1 $\frac{1}{4}$ -
	Para 3 caradas(sic) de Lages do Marinho	1 $\frac{3}{4}$ 4
		7 - 4
Maio do dito ano	<i>No conserto da ponte dos Monsus</i>	
	Para 3 tabões de braúna (sic) a $\frac{1}{8}$ e $\frac{1}{4}$ (sic)	3 $\frac{3}{4}$ -
	Para 2 dias de carapina	1 - -
	Para 2 dias servente	- $\frac{1}{4}$ -
	P. 3 pregos grandes	- $\frac{1}{4}$ - 4
	P. 8 mesmo dita a consertar calçada	- $\frac{1}{4}$ 4
		5 $\frac{3}{4}$ -
Outubro do dito ano	<i>No cano das águas da Rua nova</i>	
	Para dois de pedreiro branco a $\frac{1}{2}$	1 - -
	Para 3 dias de pedreiro negro	- $\frac{3}{4}$ -
	Para 13 dias de servente a 4 vinténs	1 $\frac{1}{2}$ 4
	P. 10 telhões a 2 vinténs	- $\frac{3}{4}$ 6
	Para 1 carrada (sic) de pedra	- $\frac{1}{4}$ 3
	Para cal e azeite para betume	- $\frac{1}{4}$ 4
	Para 2 dias de pedreiro negro	- $\frac{1}{2}$ -
	Para 2 dias de serventes	- $\frac{1}{4}$ -
		[5] $\frac{3}{4}$ [-]
Outubro do dito ano	<i>No conserto da ponte dos Monsus</i>	

²³⁷ AHCM. Miscelâneas. Códice 687. fl. 1792. (Grifo nosso). Os dados foram apresentados em tabela para melhor visualização do conteúdo.

Para 1 travessão de braúna(sic)	3- -
P. 5 tabuas de braúna(sic)de 24 p ⁸	4- -
P.4 dias de capinas a ½	2- -
Para 4 corrimões novos de 20 p ⁸	2- -
P.50 pregos pau a pique	- ¼ 2
	11 ¼ 2
Na [chácara] do Bucão	
Para 32 dias de negros para várias vezes a limpar o rego da água do chafariz a 4 vinténs	4--
Soma	37 ¼ 7 ⁸

Na relação da “conta dos consertos” apresentada ao procurador, o jornal do serviço de pedreiro negro custou ¼ de oitava de ouro (\$300), enquanto o do pedreiro branco, ½ oitava de ouro (\$600). Portanto, a cor (branco ou negro) e/ou a condição (cativo ou liberto) interferiam no valor de seus jornais. O nível de aprendizagem também era outro fator determinante: o servente, que não foi caracterizado como branco ou negro, recebia 4 vinténs (\$80) pelo dia de trabalho.

Quando cativos, suas jornadas alimentavam os cofres de seus próprios senhores/construtores. Ademais, nos canteiros de obras foram recorrentes o emprego de homens livres e/ou o aluguel de escravos. No rol de dívidas de José Pereira Arouca, sobressaem as jornadas de mestres carpinteiros, pedreiros e canteiros, como o caso de João Moreira, para o qual o construtor devia a quantia de noventa e nove oitavas, três quartos e um tostão, “procedidas de jornais de seu ofício de carpinteiro e de um seu escravo”.²³⁸

Ao compararmos o número de dias trabalhados, vemos que enquanto pedreiros negros atuaram durante 17 dias, pedreiros brancos trabalharam 2 dias e os serventes, 29 dias. No mês de outubro, no serviço “para limpar o rego da água do chafariz”, foram empregados “32 dias de negros” no dito ano, que não tiveram sua especialização definida, mas que supomos integrarem o grupo de serventes, já que o serviço da jornada cobrada era o mesmo (\$80). Desta forma, o trabalho de serventes na conservação das águas chegaria a 61 dias. Diante de tais números, conjecturamos que o pedreiro branco, que atuou durante 2 dias, teria sido o próprio Arouca, que assumia a função de gerir seus escravos e outros jornaleiros nesse serviço.

²³⁸ MENEZES. José Pereira Arouca..., pp. 82-83.

Em virtude das inúmeras obras que arrematavam pelo Termo de Mariana, acreditamos que esses construtores renomados agiam como fiscalizadores. No serviço de conservação das águas, assim como na construção dos chafarizes e canos pela cidade, os oficiais construtores administravam os serviços de seus cativos e dos jornaleiros que contratavam.

Na lista supracitada, além da mão-de-obra empregada, outros elementos que merecem destaque são a natureza e as formas de serviços prestados para conservar as águas da cidade. Primeiramente, vemos que as intervenções no sistema adutor das águas eram praticamente mensais, com o objetivo de manter o fluxo do líquido pelos canos subterrâneos. Dessa forma, conservar designava cuidar das estruturas construtivas de abastecimento de água, tarefa que variava entre pequenos reparos, consertos e limpeza dos condutos e chafarizes. No mês de março, por exemplo, pedreiros negros e serventes realizaram consertos no cano próximo à Igreja de São Pedro. Foram colocados telhões, betumes e lajes. Já na chácara do Bucão, durante o mês de outubro, 32 negros foram “várias vezes limpar o rego d’água” que corria para o chafariz.

Na Capitania das Minas, os oficiais construtores desempenharam, com o auxílio de seus cativos e jornaleiros, todas as funções do setor construtivo, desde a elaboração dos riscos à execução dos diversos tipos de obras ligadas ao abastecimento de água e ao mobiliário urbano. Mas além dos oficiais mecânicos, cabe lembrar que, em outras localidades da América Portuguesa, a figura do engenheiro militar também contribuiu para o estabelecimento de um sistema de distribuição das águas. Concomitantemente à sua função militar, esta “elite técnica” do setor construtivo confeccionou mapas, elaborou plantas e riscos para centros urbanos coloniais.²³⁹ Conforme vimos no primeiro capítulo

²³⁹ De acordo com Roberta Delson, por “terem recebido uma distinção acadêmica de nível superior, também constituíam automaticamente uma elite intelectual dentro da colônia”. A respeito da formação, prática e aulas militares na colônia, cf. ARAUJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no Século XVIII*: Belém, Macapá e Mazagão. 2. ed. Porto: FAUP Publicações, 1998.; BUENO, Beatriz P. S. O Engenheiro artista: as aquarelas e as tintas nos mapas do Novo Mundo. In: FURTADO, Júnia F. *Sons, Formas, Cores e Movimentos na Modernidade Atlântica*: Europa, América e África. São Paulo: Annablume, 2008. Outra figura importante, mas que perde espaço com o triunfo da Engenharia em fins do século XVI, foi o arquiteto. Segundo Menezes, o engenheiro invadiu as competências dos arquitetos e assumiu as obras “hidráulicas, a arte dos jardins e arquitetura efêmera”. Cf. MENEZES, José Luís M. Instrumentos para a percepção do espaço da “Escola portuguesa de urbanismo”. Geometria prática. In: ARAUJO; CARITA; ROSSA. (coord.). *Actas do Colóquio...*, pp. 359-368. Sobre a formação e atuação dos arquitetos portugueses, cf. TEIXEIRA, Manuel. C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português*. Séculos XIII-XVIII. Portugal - Brasil. Lisboa: Livros

desta dissertação, foram raras as passagens destes funcionários régios na Capitania de Minas Gerais, o que levou à concentração de todas as atividades construtivas nas mãos dos renomados mecânicos.²⁴⁰ José Fernandes Alpoim,²⁴¹ a quem foi atribuído o projeto de reforma urbana de Mariana em meados do século XVIII, é um dos poucos nomes que estiveram em terreno mineiro. Nas várias obras em que atuou, interessa-nos, particularmente, as intervenções no Aqueduto da Carioca e no Chafariz do Largo do Carmo, no Rio de Janeiro, bem como sua passagem pelas Minas, quando participou das obras no Palácio dos Governadores e na Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica.²⁴² Pelo fato de ter se dedicado a estes dois últimos projetos na Capitania, entre os anos de 1740-1745, os historiadores acabaram por lhe conferir a autoria do plano urbano de Mariana.

Nas obras ligadas ao abastecimento de água, Alpoim teria participado nos reparos e acrescentamento dos Arcos da Lapa, atuando como fiscal das obras arrematadas por Luis dos Santos. Já na edificação da obra do Chafariz do Carmo, o engenheiro enfrentou uma situação embaraçosa. O risco por ele elaborado foi recusado pelo Conselho Ultramarino, pois “além de não ser de tão bom gosto, como se poderá fazer nesta Corte, é de obra muito mais miúda do que convém para uso dos negros, que brevemente a destruirão”. De acordo

Horizonte, 1999; BERGER, Francisco José G. *Lisboa e os architectos de D. João V*: Manuel da Costa Negreiros no estudo sistemático do barroco joanino na região de Lisboa. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.

²⁴⁰FONSECA. Do arraial à cidade..., p. 286.

²⁴¹ O engenheiro José Fernandes Alpoim (1700-1765) chegou ao Rio de Janeiro em 1739, para dirigir o 3º Batalhão de Artilheiro e a Aula de Fortificação e Artilharia da cidade. Português, proveniente de uma família de reconhecidos engenheiros militares, o funcionário régio se dividiu entre a prática e o ensino, movimentando-se pela colônia, “projetando, ampliando, reformando, inspecionando obras urbanas de caráter civil e militar”. PEREIRA, Margareth da S. Visão da cidade e do território no período joanino: a ação do brigadeiro Alpoim. In ARAUJO; CARITA; ROSSA. *Actas do Colóquio...*, p. 377. De acordo com Paulo Pardal, entre 1752 e 1759, o engenheiro esteve na campanha do Sul e, em sua volta, com 59 anos, continuou como chefe do regimento até sua morte em 1765. Alpoim escreveu o “Exame de Artilheiros” em 1744, o qual teve sua circulação embargada, “sob alegação de não respeitar os devidos tratamentos às personalidades citadas no texto”. ALPOIM, José Fernandes Pinto. *Exame de artilheiros..* 2. ed. Nota biográfica e análise crítica de Paulo Pardal. Prefácio de Lygia Fonseca Fernandes da Cunha. Rio de Janeiro: Xérox do Brasil, 1987. Edição fac-similar, p. 11. ANTT. Registro Geral de Mercês. D. João V. Livro 29. fls. 358 ou 457 (duas numerações).

²⁴² De acordo com Francisco Antônio Lopes, o governador Gomes Freire de Andrade incumbiu o Sargento-mor de “organizar o projeto e os Apontamentos para a obra que se pretende fazer por conta da Real Fazenda em Vila Rica no Palácio dos governadores”. Para a obra da nova Cadeia de Vila Rica, Alpoim recebeu 150\$000 pelo risco e mais 96\$000 pelo recalco (cópia) do mesmo, os apontamentos e condições da obra e o risco da fonte junto a Santa Ana. A obra, conforme informou Lopes, foi arrematada pelo valor de sessenta mil cruzados por Manuel Francisco Lisboa. A Câmara se comprometia a dar “vinte negros aos arrematantes durante a obra”, cabendo aos mestres o “mantimento necessário a sua sustentação”, como ainda se comprometia “a dar guardas que andem com os negros, e os façam trabalhar, e juntamente as correntes de ferro” na obra. A arrematação do que viria a ser o novo prédio, de acordo com Francisco Lopes, ficou sem nenhum efeito e não foi levada adiante. LOPES, Francisco A. *Os Palácios de Vila Rica*: Ouro Preto no ciclo do ouro. Belo Horizonte, 1955, pp. 15-36; 113-114.

com Maria Fernanda Bicalho, o Concelho ainda determinou que do “Reino deve ir lavrada a pedraria das duas fontes e das pias dos registros, por não haver no Rio de Janeiro oficiais com bastante perícia, nem pedra suficiente para esta obra se fazer com a devida perfeição”.²⁴³

Nos dois exemplos citados, o engenheiro agiu como planejador e administrador das obras. Nestas localidades, deveria se estabelecer uma hierarquia entre este funcionário do Rei e os mecânicos construtores. Neste sentido, a construção do Aqueduto das Águas Livres de Lisboa, analisada pelos historiadores portugueses, trouxe aspectos relevantes acerca das práticas e conflitos que se estabeleciam nesse universo laboral. Não compete ao nosso estudo tratar das relações e hierarquias de trabalho, tampouco confrontar estas práticas do Reino com as de ultramar. Apenas buscamos salientar que os canteiros de obras eram palco de disputas e conflitos de poder e que esse tema ainda está por ser devidamente investigado em relação ao processo de formação urbana do território colonial. Entre as discórdias citadas por Irisalva Moita, destaca-se o conflito que envolveu o engenheiro Manuel da Maia e o arquiteto italiano Canevari no início das obras do aqueduto em 1732. Anterior à própria inauguração das obras pelo Rei D. João V, Maia e Canevari já se desentendiam acerca de vários aspectos e pareceres para a edificação do aqueduto. No ano de 1732, o Rei D. João V nomeou o arquiteto como diretor geral das obras, cargo em que permaneceu por sete meses. No decorrer da evolução das obras, Canevari foi acusado de cometer erros graves de medição. Por sua vez, o italiano acusava os mestres de obras de não cumprirem o que lhes era designado e, por isso, as falhas encontradas. Descontente com os atrasos, D. João V ordenou que uma comissão de peritos, formada pelo engenheiro Manuel de Azevedo Fortes, o Coronel José da Silva Paes e o Sargento-mor Custódio Vieira, desse o parecer.²⁴⁴ Os engenheiros entenderam que os oficiais construtores apenas cumpriam as ordens de Canevari, situação que terminou com o afastamento do italiano e a nomeação de Manuel da Maia, seu principal oponente.

²⁴³ AHU, RJ, Avulsos, Cx. 42, Doc. 44; Cx. 45, Doc. 80 *apud* BICALHO, Maria Fernanda B. *A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro na dinâmica Colonial Portuguesa. Século XVII e XVIII*. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 417.

²⁴⁴ MOITA, D. *João V e o abastecimento de água...*, pp.28-32.

Estes conflitos acabavam sempre por respingar nos oficiais mecânicos, subordinados aos engenheiros nos canteiros de obras.²⁴⁵ As frequentes alterações nas plantas, a mudança dos traçados ou mesmo a morte ou designação de outros engenheiros colocavam os construtores em situação desvantajosa. De acordo com Joaquim Oliveira Caetano, após a morte do diretor geral das obras Custódia Vieira, em 1746, a sociedade de mestres pedreiros foi à Junta das Águas Livres solicitar o pagamento, após cumprirem “os vãos dos arcos cheios, devido à grande altura da arcaria de Alcântara”, ordenada pelo falecido engenheiro. Com a recusa da Junta, os mestres recorreram ao Rei. No parecer, foram descritos aspectos do cotidiano dos jornaleiros na construção do extenso aqueduto.²⁴⁶

Senhor, dizem os mestres empreiteiros da Obra das Águas Livres que se mandão vir a esta cidade, que eles suplicantes tem em trabalho atualmente na obra, mil e trezentas pessoas, a que se devem mais de trinta semanas, em que importa a folha de cada uma, de um até dois contos de réis, não tendo os oficiais, e trabalhadores para o seu sustento, de suas mulheres, e filhos mais que seus jornais, por cuja falta se acham endividados, alguns em prisão, e todos em penúria extrema, com o perigo de a deixarem, com escândalo do Povo, e ser a fome, e necessidade causa de algum motim.²⁴⁷

Diante de tais exemplos, fica claro que os espaços de produção do abastecimento eram lócus de conflitos de poder. Na edificação desta obra monumental, que levou cerca de 15 anos, o cotidiano dos oficiais e funcionários régios esteve marcado pela insegurança e trabalho árduo dos primeiros e reafirmação das hierarquias e do conhecimento técnico dos últimos. As disputas e desentendimentos permearam a construção dos vários canos, arcos e

²⁴⁵ Enquanto uma comissão de renomados engenheiros militares discutia os pareceres técnicos, o percurso, as possibilidades e material mais apropriado para a obra, uma sociedade de mestres construtores se encarregava da execução. Segundo Francisco José Gentil Berger, um grupo de 20 mestres se reuniu e formou uma sociedade em escritura notarial. Cada um deles deveria contribuir com 400\$000 réis para um fundo comum, administrado por um mestre de obra sócio indicado dentro do grupo. Os mestres pedreiros somente receberiam pelas obras executadas após a vistoria dos engenheiros, fator que justificava a formação de um fundo para o investimento nas construções. BERGER. *Lisboa e os arquitectos de D. João V...*, p. 24.

²⁴⁶ CAETANO, Joaquim O. Arquitectos, Engenheiros e Mestres de Obras do Aqueduto das Águas Livres. In: MOITA. *D. João V e o abastecimento...*, p. 100.

²⁴⁷ Biblioteca Nacional de Lisboa. Memórias Históricas relativas ao Magnífico Aqueduto das Agoas Livres. Seção Reservada, cx. 189, nº 13, fls. 8-11v. Parecer resultante da uma conferência feita para exame da pretensão dos mestres empreiteiros da obra das Águas Livres, em que requererem os pagamentos dos “vão cheios” dos arcos de Alcântara e outras regalias na medição e pagamento das obras. *Apud*: MOITA. *D. João V e o abastecimento...*, pp. 266-268.

chafarizes. Na constituição do caminho das águas, a construção de seus alicerces materiais esteve caracterizada pelo estabelecimento de relações sociais, laços de cumplicidade, apoio e solidariedade. Nos canteiros das obras ou nos gabinetes da elite técnica, os conflitos, hierarquias e ordens foram tecidos no cotidiano, a partir de um objetivo central: trazer água para a capital do Reino. Dessa forma, as águas que chegaram aos chafarizes estavam imersas de significados daqueles que produziram seu caminho. Neste sentido, a apropriação ordenadora das águas dirigida pelo Estado foi marcada pelo estabelecimento de interesses, de conflitos e desordens, provocados pelos vários indivíduos que nela atuaram.

Quando atravessamos o Atlântico, constatamos na cidade de Mariana um cenário aproximado, no qual um grupo de indivíduos tratou de tecer dentro e fora de seu círculo um conjunto de estratégias e artifícios que os levou à monopolização, tanto dos contratos lícitos e quanto dos contratos ilícitos das obras e conservação das águas.

Conforme demonstramos, o Senado se apoiava em duas medidas para fornecer o líquido à cidade: a arrematação das obras públicas e o serviço de conservação das águas. Mesmo que essas práticas administrativas tenham sido permeadas por irregularidades cometidas pelos governantes locais e os construtores/arrematadores, foi por meio delas que se instituiu na cidade o abastecimento de água. Através da promoção desse serviço urbano, membros do Concelho e arrematadores firmaram um campo estratégico de relações que permitiu, especialmente ao segundo grupo, conquistar prestígio e privilégios no cenário local. Homens como Arouca e Bacelar se infiltravam pela fabricação de um espaço ordenado das águas em Mariana e tornaram-se os personagens fundamentais da sua constituição. Na arquitetura das águas, portanto, estava o Senado, instituição político-administrativa local que deveria fornecer o líquido ao povo, mas que na prática era formado pelos interesses dos diversos indivíduos que o compunham, por vezes os próprios mecânicos, que davam forma aos (des) usos que faziam de suas normas. Nem sempre nas audiências os interesses convergiam, como ocorreu no caso envolvendo um arrematante e o procurador da Câmara de Vila Rica. O construtor Miguel Gonçalves de Oliveira se indispôs com o procurador Domingos de Carvalho em virtude de o chafariz da Ponte de Antônio Dias não estar concluído, obra a que estava obrigado como fiador. A rixa, entretanto, tinha como fundo o arremate das calçadas da vila, cujo contrato Oliveira venceu, oferecendo lances inferiores aos do afilhado do procurador. O dito procurador conseguiu com seu

apaniguado, o juiz ordinário Matias Francisco de Melo e Albuquerque, carta de prisão de Oliveira. Três oficiais da Justiça, acompanhados de um escravo e crioulo forro espancaram o construtor em pleno dia e depois o conduziram à cadeia, onde o procurador foi vangloriar-se pelo sucedido. O processo chegou às mãos do ouvidor, que poupou os mandantes e puniu os agressores diretos.²⁴⁸

O espaço de produção das águas abrigava, outrossim, os canteiros das obras. Desconhecemos vários dos aspectos que minaram as relações de trabalho entre os oficiais mecânicos e seus subordinados nas Minas.²⁴⁹ Ainda restam várias interrogações acerca desse cotidiano laboral, como do sistema de aprendizagem dos cativos especializados e da oferta aos libertos, pardos e brancos.²⁵⁰ O uso dos cativos (oferta, compra, aluguel), a relação com seus senhores/arrematadores e a distinção que alcançavam, se especializados, possivelmente configuraram essa relação laboral. O próprio José Pereira Arouca, em seu testamento, deixou coartados quatro escravos – Joaquim Minas, Bernardo Mina, Tomás Mina e Sebastião Mina –, libertados após cumprirem quatro anos de trabalho em suas obras depois de seu falecimento²⁵¹ e uma lista extensa de jornaleiros a quem devia.²⁵²

²⁴⁸ AGUIAR. *Negras Minas Gerais...*, p. 61.

²⁴⁹ As competências de cada ofício construtor não eram seguidas de forma rígida na Minas. SILVA. *Pedra e Cal...*, pp. 136-137. Para o Rio de Janeiro cf. SANTOS, Noronha. Um litígio entre marceneiros e entalhadores no Rio de Janeiro. Autos de Execução de 1759-1761. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional*, Rio de Janeiro, v. 6, 1942, pp. 295-317.

²⁵⁰ Sobre a questão do sistema de aprendizagem regulado pelas corporações de ofício em Portugal, cf. MENESES, José Newton C. Ensinar com Amor uma geometria prática, despida de toda a teoria da ciência e castigar com caridade: aprendizagem do artesão no mundo português, no final do século XVIII. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, jan./jun., 2007, pp.167-183.; Numa outra perspectiva, sustentada por Jaelson B. Trindade, os escravos não tiveram participação expressiva, exercendo trabalhos mais simples, como serventes. Cf. TRINDADE, Jaelson B. *A produção da Arquitetura nas Minas Gerais na província do Brasil*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 39.; RIOS, Wilson de Oliveira. *A lei e o Estilo: a inserção dos ofícios mecânicos na sociedade colonial brasileira*. Salvador e Vila Rica (1690-1790). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000. SILVA FILHO, Geraldo. *O oficialato mecânico em Vila Rica no século XVIII e a participação do escravo e do negro*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

²⁵¹ MENEZES. José Pereira Arouca...,p. 83.

²⁵² A João Moreira pelas suas jornadas de carpinteiro e de seu escravo, 99 $\frac{3}{4}$ e 1 tostão; a Francisco Ferreira dos Santos dos trabalhos no ofício de canteiro 1\$000 réis; a Hilário José da Fonseca Cabeça, oficial de pedreiro, 21oitavas e 3 vinténs; a Manoel Dias da Silva e Souza do ofício de entalhador, 22 oitavas e 2 vinténs; a José Esteves do Santos, ofício de pedreiro, 58 oitavas e 4 vinténs; Francisco Machado da Luz, ofício de carpinteiro, 154 oitavas e 6 vinténs; Manoel Barbosa da Cruz pelos jornais de seu ofício de Carapinas, 38 oitavas, $\frac{1}{4}$ e 1 vintém; José Pereira da Silva pelos serviços de ferreiro, 6 oitavas e $\frac{1}{2}$ e 7 vinténs. MENEZES. José Pereira Arouca..., pp. 87-92.

No seio do fornecimento das águas na cidade, especificamente na fabricação e conservação de um espaço financiado pela ordem para o consumo do líquido, estiveram envolvidos diversos interesses de diferentes indivíduos e grupos sociais. As águas que ocupavam as audiências da Câmara se tornaram um instrumento poderoso para aqueles que sabiam fabricar seu caminho pelo sítio urbano. A arte de saber manejá-las e conduzi-las possibilitou aos construtores se infiltrarem nas redes do poder local. O processo de tornar as águas apropriadas ao consumo urbano deu aos engenhosos arrematantes que as dirigiam um espaço de ação nas tramas dessa instituição de poder.

2.3 Do quanto custa cuidar das águas: as despesas da Câmara na rede de abastecimento das águas em Mariana

Em Mariana, o sistema de abastecimento de água foi construído, ampliado e conservado com as rendas municipais. No Rio de Janeiro, houve a imposição de um tributo especificamente destinado à construção de seu aqueduto, administrado pela Fazenda Real. No Reino, a cobrança do imposto, o real d'água, foi autorizada em 1729 pelo Rei D. João V, que nomeou a Junta das Águas Livres para administrar as arrecadações e os gastos na construção ao Aqueduto e dos chafarizes de Lisboa.²⁵³ No Rio de Janeiro, o tributo cobrado desde o governo de Miranda Henriques (1633-37) incidia sobre o vinho: cada canada correspondia a 160 réis.²⁵⁴

Não descartamos a hipótese de que outras esferas do poder e os próprios habitantes da cidade tenham contribuído para as obras de abastecimento público da água em Mariana. Particulares podiam, por iniciativa, com autorização do Senado, edificar pontes, chafarizes

²⁵³ A primeira imposição do real d'água veio no reinado de Felipe II, desejoso de construir o aqueduto para Lisboa. Mas as rendas foram desviadas para outras obras e finalidades. O projeto do Aqueduto das Águas Livres, assim como a cobrança do real d'água, foi retomado pelos vários monarcas no Seiscentos, até que no governo de D. João V a obra foi executada. No decreto do Rei de 1729, o imposto, que deveria ser exclusivamente para a condução das águas e construção das fontes e chafarizes em Lisboa, era cobrado da seguinte forma: 6 réis por canada de vinho; 5 réis no arrátel da carne; 10 réis na canada do azeite; 3 réis em cada alqueire de sal e meio tostão em cada pano de palha. No ano seguinte, 1730, foi extinto o imposto sobre o sal. E em 1734, o imposto sobre a palha. AHU- Reino. Caixa 31, Pasta 17. O documento sem assinatura e data retoma toda a trajetória da implantação do real d'água desde a primeira cobrança, estabelecida por Felipe II, em 1589.

²⁵⁴ O imposto arrecadado pela Câmara era administrado pela Fazenda Real para a execução das obras. SANTOS, Noronha. Aqueduto da Carioca. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 4, 1940, p. 8.

ou qualquer outro tipo de equipamento urbano. Em 1749, a Provedoria da Fazenda Real gastou 1:630\$312 réis com serviços de pedreiro e carpinteiro na Capitania.²⁵⁵ Em 1778, a Câmara de Mariana esclarecia aos habitantes as diminutas rendas que a impossibilitavam de “consignar alguma parte dos ditos rendimentos para a fatura de cadeia tão precisa como necessária” e “as mais despesas para conservar pontes, fontes e calçadas que se compreendem nesta cidade e seus subúrbios”. Os camarários informavam aos moradores para:

ocorrerem prontamente a sua custa qualquer ruína que ameaçarem as pontes públicas edificadas no âmbito da mesma, para que a despesa de conservação e que lhes seja mais crescida certificando se que pelo diminutos em diminutos do Concelho não podem ser socorrido na forma que antecedentemente se praticava.²⁵⁶

Em 1745, os moradores do Rosário solicitavam ao procurador da Câmara de Vila Rica que, por “grave detrimento na falta de água” e por “ser preciso conduzi-la de longe”, desejavam “remediar tão urgente necessidade determinando fazer uma fonte à sua custa, de trás do quintal da Igreja do Rosário por ser cômodo para toda a vizinhança sem prejuízo de algum, nem deste Senado”.²⁵⁷

Também vale ressaltar que o sistema de abastecimento das vilas do ouro eram bem mais modestos que os dos Arcos da Lapa, no Rio de Janeiro, e do Aqueduto das Águas Livres de Lisboa. Estas obras de caráter monumental transportavam um volume de água bastante superior à rede de adução das águas de Mariana. De acordo com Francisco José Gentil Berger, entre 1736 e 1752, quando o Aqueduto de Lisboa havia chegado ao Rato, já tinham sido gastos cerca de 1.580:450\$562 réis. Enquanto Noronha Santos encontrou cerca de 24:000\$000 réis despendidos até 1731, no primeiro trecho do Aqueduto da Carioca.²⁵⁸

²⁵⁵ Relação do rendimento que teve a Fazenda Real das Minas Gerais no ano de 1749. In: FIGUEIREDO; CAMPOS (org.). *Códice Costa Matoso...*, v. 1, pp. 427.

²⁵⁶ AHCMM. Códice 554. fl. 41v. 1778 *apud* BORSOI, Diogo. *Por dentro de mapas e planos: práticas, cotidiano e dinâmica urbana em Mariana, MG (1740-1800)*. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2008, p. 58.

²⁵⁷ CMOP-DNE, Caixa 16; doc. 44 *apud* SILVA, *Pedra e Cal...*, p. 59.

²⁵⁸ BERGER. *Lisboa e os Arquitectos de D. João V...*, p. 102. Em um primeiro momento o Aqueduto do Rio de Janeiro atingia o Morro de Nossa Senhora da Ajuda. Posteriormente, no governo de Gomes Freire de Andrada, foram realizadas reformas e a ampliação do canal até o morro de Santo Antônio, finalizadas em 1744. SANTOS. *Aqueduto da Carioca...*, pp.21-23.

Aliadas à dimensão das obras pretendidas, estiveram as diminutas arrecadações municipais, fator que pesava na imposição do real d'água nestas localidades. Nuno Gonçalo Monteiro constatou, para os municípios sedes de comarcas de Portugal, como Barcelos, Bragança, Miranda, Viana, Vila Real e Viseu, que até o fim do século XVIII as receitas municipais não chegavam a dois contos de réis.²⁵⁹ De acordo com Teresa Fonseca, as despesas com obras públicas “não passaram de 4% nas Vilas e Cidades do Minho, 6,5% na Câmara de Montemo-o-Novo e 2,2% na cidade de Évora”.²⁶⁰

Em Mariana encontramos um cenário diverso, sobretudo em meados do Setecentos, que levou à configuração de um sistema de provimento das águas a partir dos cofres municipais. As obras eram de bem menor amplitude, seja em extensão seja pelos objetivos, e a cidade ainda contava com consideráveis receitas. Nos livros de receitas e despesas das Câmaras Municipais, deveriam ser declarados todos os gastos e arrecadações do órgão local ao longo do ano na sede e termo da municipalidade. O tesoureiro era responsável por receber os pagamentos e controlar as saídas dos cofres do Senado. Ao fim de cada ano, entregava os recibos ao escrivão, que transcrevia a natureza e o valor das entradas e gastos. Em meados do ano seguinte, o ouvidor fiscalizava a contabilidade, requerendo a apresentação de recibos, avaliando os estipêndios e, caso “julgasse alguma despesa desnecessária excessiva ou não condizente com as funções do Senado, glosava-a requisitando [o valor] dos oficiais da Câmara”.²⁶¹ A partir desse conjunto documental, inventariamos as receitas e despesas anuais para compreendermos a variação das rendas municipais ao longo da segunda metade do século XVIII. Das extensas listas de despesas, levantamos somente aquelas de natureza relacionada às obras públicas, ou seja, os pagamentos descritos pelo Senado na construção e manutenção de pontes, chafarizes, caminhos, calçadas, prédios públicos e louvações. Em seguida, analisamos os exames de contas anuais (autos de contas) realizados pelo ouvidor, a fim de apurar se as repreensões do funcionário régio estiveram associadas ao investimento inadequado das obras públicas, sobretudo àquelas associadas às águas. Neste sentido, ao inventariar o rol de arrecadações e

²⁵⁹ Nas vilas do norte de Portugal os rendimentos eram inferiores a 30\$000 réis. MONTEIRO, Nuno G. Os Concelhos e as comunidades. In: HESPANHA, A. M. (coord.). *História de Portugal: Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1993, pp. 322-323.

²⁶⁰ FONSECA, Teresa. *Absolutismo e Municipalismo: Évora, 1750/1820*. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p.390 *apud* SILVA, Fabiano G. da. A construção da urbe. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLV, 2009.

²⁶¹ SANTIAGO, Camila F. G. *A Vila em Ricas Festas: celebrações promovidas pela Câmara de Vila Rica, 1711-1744*. Belo horizonte: Editora C/ Arte, 2003, p. 89.

despesas da Câmara no intervalo de 1745-1800, nosso objetivo foi observar o quanto foi gasto na construção e manutenção da rede de abastecimento das águas, privilegiando, sobretudo, três aspectos: a relação das arrecadações e dispêndios em conexão com a trajetória dos investimentos no mobiliário urbano ao longo da segunda metade do século XVIII, a distribuição dos gastos entre os diversos tipos de obras públicas e, por último, o perfil e a dinâmica da administração do circuito das águas na cidade.

As receitas e despesas da Câmara de Mariana

Somadas todas as receitas anuais, correspondentes ao período de 1745 a 1800, o volume total arrecadado nestes 53²⁶² anos chegou a 325:320\$479 réis, com uma receita média anual de 6:246\$163 réis. O menor valor encontrado foi em 1788 (2:946\$442) e o máximo em 1745 (15:257\$958 réis).²⁶³ As fontes de renda provinham dos foros cobrados no terreno de sua sesmaria, dos tributos das licenças dos oficiais mecânicos e das lojas, das multas e dos arrendamentos dos contratos de aferição, rendeiro do ver, meias patacas e carceragem.²⁶⁴ Um terço pertencia ao soberano e o restante era aplicado na administração da municipalidade.²⁶⁵

A Câmara despedia com obras públicas, expostos, diligências, emolumentos (aposentadorias, ordenados) e festividades (propinas, músicos, ornamentos, festejos, ceras, sermões etc.).²⁶⁶ O volume de despesas anuais somados chegou a 293:123\$132 réis, com os

²⁶² Cabe lembrar que, para contabilização da média anual, não foram considerados os anos de 1751, 1772 e 1773, cujos documentos não foram encontrados.

²⁶³ AHCMM. Miscelâneas. Cód. 572 (1745); Cód. 679 (1746, 1747, 1750); Cód. 201(1748-1749); Cód. 660 (1751, incompleto); Cód. 176 (1752-1762); Cód. 151(1766-1768); Cód. 649 (1769); Cód. 73 (1770); Cód. 75 (1771); Cód. 384 (1774); Cód. 701 (1775); Cód. 382 (1776); Cód.141 (1777-1783); Cód. 202 (1784-1788); Cód. 277 (1789-1795); Cód. 124 (1796-1800). Não foram encontrados os dados para os anos de 1751, 1772 e 1773. A respeito da conversão de valores, ver tabela em anexo.

²⁶⁴ SILVA, Fabiano G. da. A construção da urbe. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. XLV, 2009.

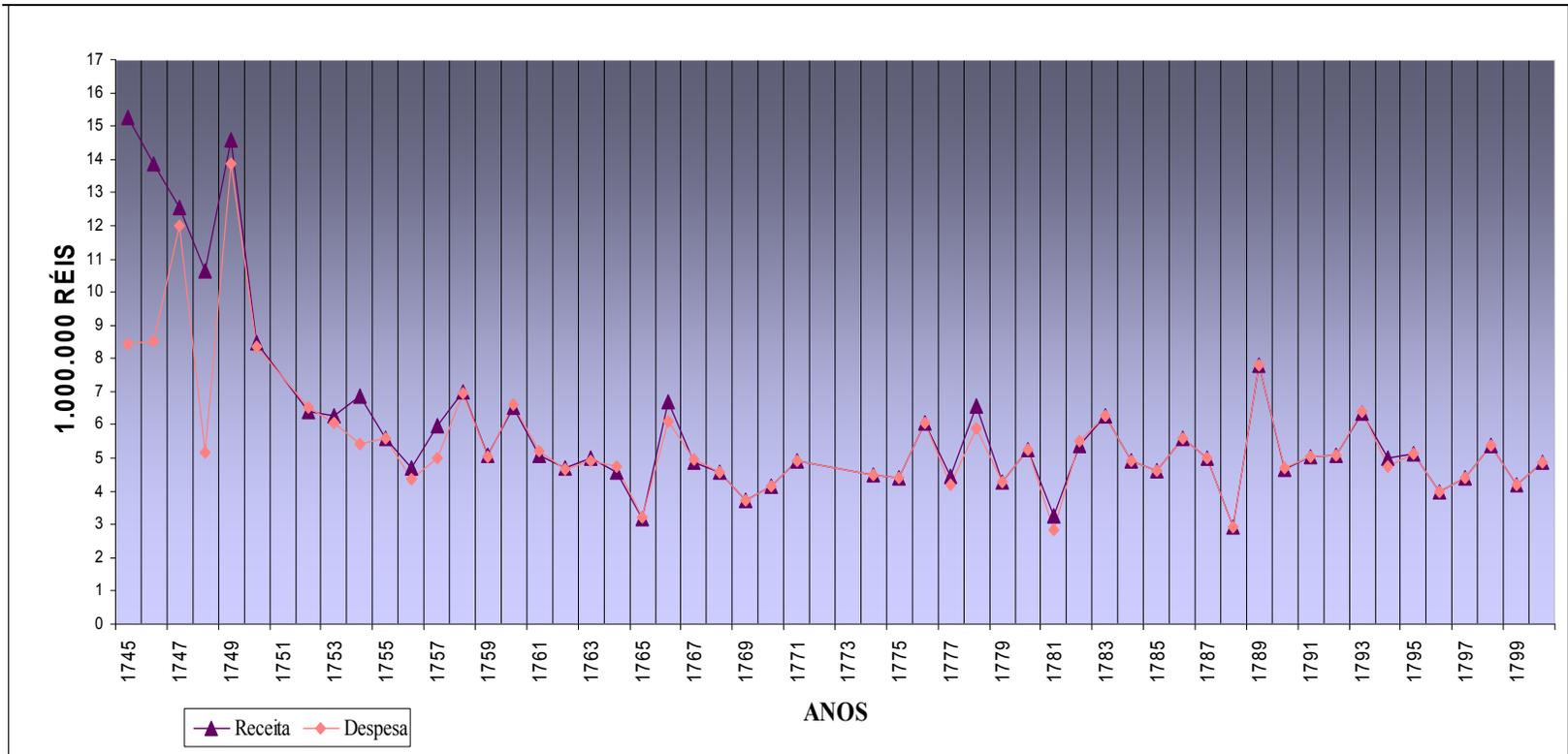
²⁶⁵ FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5 ed. Porto Alegre: Globo, 1979, p. 186.

²⁶⁶ O historiador Fabiano Gomes da Silva recolheu para Vila Rica, entre os anos de 1726 e 1760, as receitas e despesas da Câmara. Nestes 34 anos a receita total chegou a 312: 960\$000, dos quais 87:958\$ 719 foram investidos em obras públicas. A Câmara de Vila Rica arrecadou em 30 anos quase o valor que o Senado de Mariana (325:320\$479 réis) levou 52 anos para arrecadar. O valor empregado no mobiliário urbano vilarriquenho foi superior ao de Mariana em 13:532\$869 réis. Há que se considerar que falamos de períodos e contextos urbanos diferenciados. A primeira metade do século XVIII foi marcada pelo auge minerador, enquanto a segunda já apontava o declínio na produção do ouro. Todavia, o historiador também constatou que, a partir de 1751, as arrecadações do Concelho diminuíram significativamente.

valores mínimo e máximo, respectivamente, nos anos de 1781 (2:823\$961) e 1749 (13:850\$048), e uma média anual de despesa de 5:636\$983 réis.²⁶⁷ No GRÁFICO 1 e TABELA 1, apresentamos a trajetória anual das contas da Câmara de Mariana durante toda a segunda metade do XVIII.

²⁶⁷ Michelle Cardoso Brandão, ao analisar os livros de receita e despesa da Câmara de Mariana chegou à média anual para a receita de 5:200\$000 para a primeira metade, correspondente ao arrolamento dos anos de 1711, 1712, 1713, 1714, 1715, 1720, 1725, 1739, 1742. Para a segunda metade do século XVIII, analisou os anos de 1752, 1755, 1760, 1765, 1771, 1776, 1780, 1785, 1790, 1795 e 1800 e encontrou uma receita média anual de 4:800\$000 réis. Ao todo, segundo a autora, 110:514\$438 para receita total e 98:188\$257 réis para despesa total. Os valores encontrados por Brandão divergem dos nossos em virtude do número de anos analisados. Ao todo, consultou 21 anos que se distribuem entre a primeira e a segunda metade do século XVIII, ao passo que consultamos toda a segunda metade do Setecentos. Também devem ser consideradas possíveis diferenças metodológicas na sistematização dos dados. BRANDÃO, Michelle C. *Estado e quadro fiscal na Era Moderna: Portugal e Brasil*. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2005, pp. 46-49.

GRÁFICO 1
 Receitas e despesas da Câmara de Mariana (1745-1800)



Fonte: AHCMM. Miscelâneas. Cód. 572 (1745); Cód. 679 (1746, 1747, 1750); Cód. 201 (1748-1749); Cód. 660 (1751, incompleto); Cód. 176 (1752-1762); Cód. 151 (1766-1768); Cód. 649 (1769); Cód. 73 (1770); Cód. 75 (1771); Cód. 384 (1774); Cód. 701 (1775); Cód. 382 (1776); Cód.141 (1777-1783); Cód. 202 (1784-, 1788); Cód. 277 (1789- 1795); Cód. 124 (1796-1800). Não foram encontrados os dados para os anos de 1751, 1772 e 1773.

TABELA 1
 Receitas x Despesas x Saldos anuais da Câmara de Mariana (1745-1800)

ANO	RECEITA	DESPESA	SALDO
1745	15257958	8432159	6825799
1746	13856221	8514997	5341224
1747	12553133	11979624	573509
1748	10633835	5170336	5463499
1749	14593066	13850048	743018
1750	8480444	8357407	123037
1751	0	0	0
1752	6394880	6514570	-119690
1753	6262674	6043457	219217
1754	6862228	5441812	1420416
1755	5584084	5593722	-9638
1756	4725330	4363122	362208
1757	5987593	4999792	987801
1758	7009766	6973493	36273
1759	5107871	5029182	78689
1760	6516749	6611182	-94433
1761	5089524	5213530	-124006
1762	4722878	4656341	66537
1763	4992279	4915288	76991
1764	4566814	4741385	-174571
1765	3194473	3229776	-35303
1766	6681506	6084789	596717
1767	4888123	4954135	-66012
1768	4593493	4594293	-800
1769	3725362	3725362	0
1770	4140600	4140600	0
1771	4923787	4923787	0
1772	0	0	0
1773	0	0	0
1774	4480973	4480973	0
1775	4429293	4429293	0
1776	6046387	6046387	0
1777	4449384	4216090	233294
1778	6562265	5909973	652292
1779	4288526	4288526	0
1780	5267259	5267259	0
1781	3250463	2823961	426502
1782	5400526	5500242	-99716
1783	6262250	6263906	-1656
1784	4913496	4913496	0
1785	4621828	4621828	0
1786	5578475	5595612	-17137
1787	5017060	5011635	5425
1788	2946442	2946442	0

1789	7809877	7809877	0
1790	4669913	4699913	-30000
1791	5054767	5054767	0
1792	5078146	5086927	-8781
1793	6371172	6395406	-24234
1794	5009704	4746812	262892
1795	5118620	5125085	-6465
1796	3991494	3991494	0
1797	4414687	4414687	0
1798	5389451	5389451	0
1799	4197738	4197738	0
1800	4874163	4874163	0
Total	325320479	293156132	

Fonte: AHCMM. Miscelâneas. Cód. 572 (1745); Cód. 679 (1746, 1747, 1750); Cód. 201 (1748-1749); Cód. 660 (1751, incompleto); Cód. 176 (1752-1762); Cód. 151 (1766- 1768); Cód. 649 (1769); Cód. 73 (1770); Cód. 75(1771); Cód. 384 (1774); Cód. 701(1775); Cód. 382(1776); Cód. 141 (1777-1783); Cód. 202 (1784-, 1788); Cód. 277 (1789- 1795); Cód. 124 (1796-1800). Não foram encontrados os dados para os anos de 1751, 1772 e 1773.

Conforme ilustra o GRÁFICO 1, entre os anos de 1745 e 1750, houve as maiores arrecadações da Câmara, período marcado pela alta produção aurífera, implantação do Bispado e início das reformas da cidade. A partir de 1750 houve um declínio substancial, com uma diminuição abrupta de 6:112\$622 réis na arrecadação. Entre os anos de 1750 e 1788 as rendas variaram de 3:194\$473 réis (1765) a 7:009\$766 réis (1758), prevalecendo no intervalo entre 4:000\$000 e 6:000\$000 réis. Em 1788 (2:946\$442) houve uma nova diminuição das rendas, seguida por uma nova ascensão no ano seguinte, 1789 (7:809\$877), e retornando à variação anterior entre 4:000\$000 e 6:000\$000 réis, entre 1790 e 1800.

Nos anos 1747, 1749 e 1750 houve as maiores despesas, acompanhadas das altas arrecadações marcantes deste período. A partir de 1759, vemos uma maior equidade entre o que foi arrecadado e gasto, prevalecendo os saldos nulos. Nos anos de 1752, 1755, 1760, 1761, 1762, 1765, 1782, 1783, 1786, 1792, 1793, 1794, 1795, ao todo 17 anos, ocorreram déficits nas contas da Câmara, ou seja, o governo local gastou mais do que arrecadou durante o ano. Todavia, esses valores não foram significativos, conforme demonstra a TABELA 2:

TABELA 2
Superávits e déficits nas contas da Câmara de Mariana (1745-1800)

Ano	Saldos negativos	Ano	Saldos nulos	Ano	Saldos Positivos
1752	(119\$690,00)	1769	-	1745	6:826\$399,00
1755	(9\$638,00)	1770	-	1746	5:341\$224,00
1760	(94\$433,00)	1771	-	1747	573\$509,00
1761	(123\$256,00)	1772	-	1748	5:463\$499,00
1764	(174\$571,00)	1773	-	1749	743\$018,00
1765	(36\$053,00)	1774	-	1750	123\$637,00
1767	(66\$012,00)	1775	-	1753	218\$467,00
1768	(8\$00,00)	1776	-	1754	1:420\$416,00
1782	(98\$966,00)	1779	-	1756	362\$958,00
1783	(2\$406,00)	1780	-	1757	987\$801,00
1786	(17\$137,00)	1784	-	1758	36\$273,00
1790	(30\$000,00)	1785	-	1759	78\$689,00
1792	(8\$031,00)	1788	-	1762	66\$537,00
1793	(23\$484,00)	1789	-	1763	76\$241,00
1795	(7\$215,00)	1791	-	1766	596\$717,00
		1796	-	1777	234\$044,00
		1797	-	1778	651\$542,00
		1798	-	1781	427\$252,00
		1799	-	1787	5\$425,00
		1800	-	1794	263\$642,00
Saldo total acumulado					32:164\$347,00

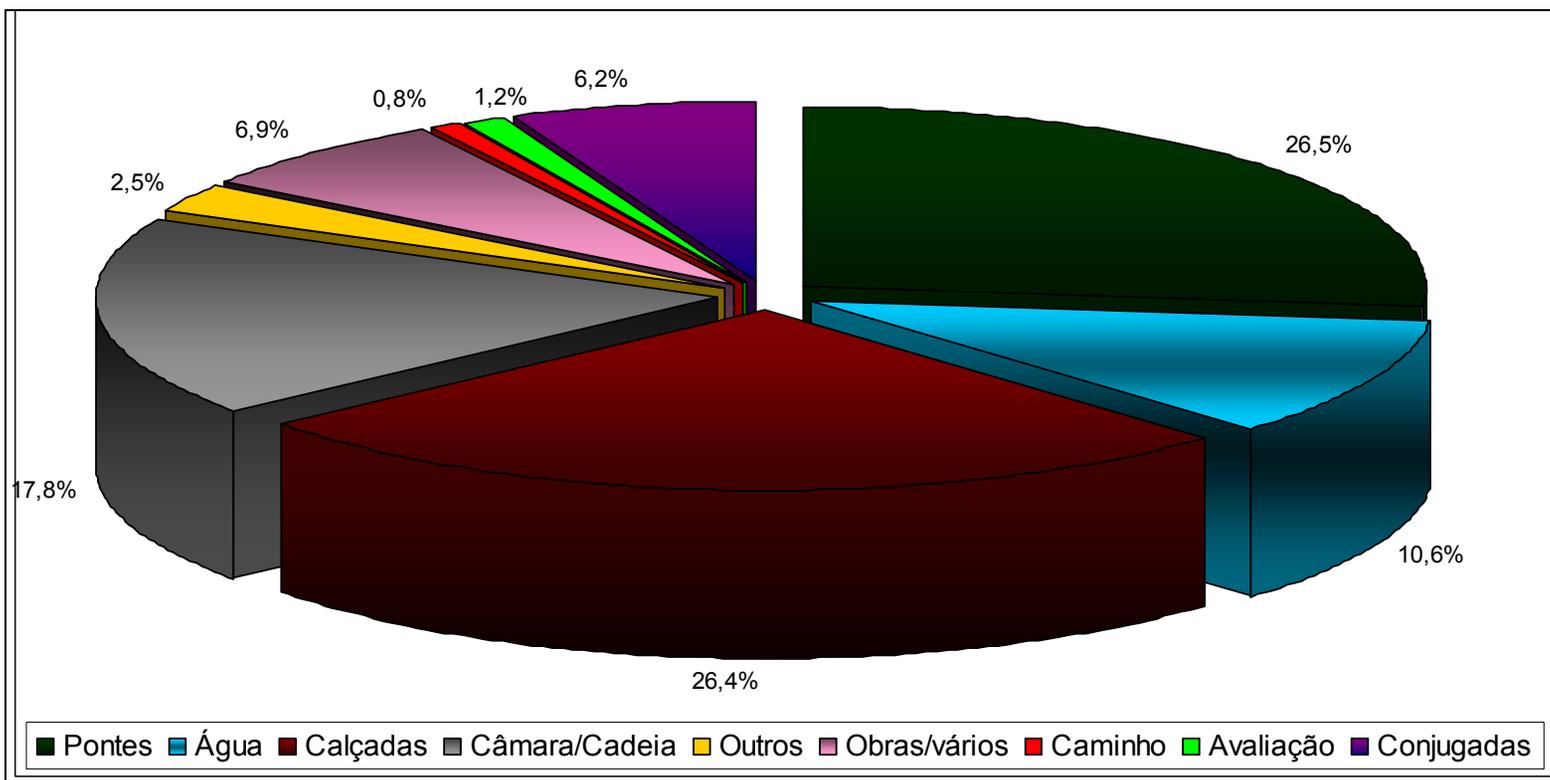
Fonte: AHCMM. Miscelâneas. Cód. 572 (1745); Cód. 679 (1746, 1747, 1750); Cód. 201 (1748-1749); Cód. 660 (1751, incompleto); Cód. 176 (1752-1762); Cód. 151 (1766- 1768); Cód. 649 (1769); Cód. 73 (1770); Cód. 75 (1771); Cód. 384 (1774); Cód. 701(1775); Cód. 382 (1776); Cód.141 (1777-1783); Cód. 202 (1784-, 1788); Cód. 277(1789- 1795); Cód. 124 (1796-1800). Não foram encontrados os dados para os anos de 1751, 1772 e 1773.

Prevaleceram, portanto, os saldos nulos e os superávits. O maior saldo negativo chegou a -174\$571 réis em 1764 e os maiores saldos positivos se concentraram entre 1745-1749, período das maiores arrecadações do Concelho. O superávit acumulado chegou a 32:164\$347 réis em fins do século.

As obras públicas

Do conjunto da despesa total da Câmara (293:123\$132) ao longo de toda a segunda metade do Setecentos, 74:585\$978 réis foram investidos no mobiliário urbano da cidade, o que representou 25% dos gastos da municipalidade. No GRÁFICO 2, apresentamos a distribuição dos gastos entre as diversas obras públicas promovidas pelo Senado.

GRÁFICO 2
 Percentual de despesas por tipos de obras públicas no Termo de Mariana (1745-1800)



Fonte: AHCMM. Miscelâneas. Cód. 572 (1745); Cód. 679 (1746, 1747, 1750); Cód. 201 (1748-1749); Cód. 660 (1751, incompleto); Cód. 176 (1752-1762); Cód.151 (1766- 1768); Cód. 649 (1769); Cód. 73 (1770); Cód. 75 (1771); Cód. 384 (1774); Cód. 701(1775); Cód. 382 (1776); Cód. 141 (1777-1783); Cód. 202 (1784-, 1788); Cód. 277 (1789- 1795); Cód. 124 (1796-1800). Não foram encontrados os dados para os anos de 1751, 1772 e 1773. Foram criadas as seguintes categorias de acordo com os tipos de obras descritas nas listas de despesas: Pontes (construções e reparos); Águas (construções e reparos da rede de abastecimento); Calçadas; Câmara e Cadeia; Outros (obras que raramente apareceram nas listas, como: palácios, paredão, risco e pelourinho); Obras/vários (descrição que não especifica o tipo de obra paga); Caminho; Avaliação (pagamentos pelos serviços de exame das obras e bens do Concelho); Conjugadas (obras arrematadas e pagas em conjunto, para as quais não foi possível estabelecer o pagamento individual por tipo de obra executada).

TABELA 3

Relação da Despesa total x Despesa com obras x Despesas por tipos de obras públicas anualmente no Termo de Mariana (1745-1800)²⁶⁸

Ano	Despesa Anual	Despesa com obras	Pontes	Água	Calçadas	Câmara/Cadeia	Outros	Obras/vários	Caminho	Avaliação	Conjugadas
1745	8432159	249.750,00	44.250,00			150.000,00	55.500,00				
1746	8514997	987.250,00	540.000,00	18.000,00	400.000,00			29.250,00			
1747	11979624	4.472.108,00	1.638.000,00		2.834.108,00						
1748	5170336	205.918,00	117.000,00				73.918,00			15.000,00	
1749	13850048	8.312.608,00	2.448.998,00	4.581.110,00	714.000,00	246.000,00	100.500,00				222.000,00
1750	8357407	994.892,00		205.855,00	456.375,00		332.662,00				
1751	0	574.000,00	30.000,00				524.500,00				19.500,00
1752	6514570	2.386.512,00	625.400,00		1.538.812,00						222.300,00
1753	6043457	726.325,00	60.000,00	17.325,00	504.000,00	115.000,00	30.000,00				
1754	5441812	703.612,00			703.612,00						
1755	5593722	1.826.259,00	358.725,00		1.394.447,00	73.087,00					
1756	4363122	1.000.000,00	1.000.000,00								
1757	4999792	334.700,00	328.400,00	6.300,00							
1758	6973493		329.400,00	48.000,00	1.056.275,00	14.887,00	202.800,00				252.000,00

²⁶⁸ Fonte: AHCMM. Miscelâneas. Cód. 572 (1745); Cód. 679 (1746, 1747, 1750); Cód. 201 (1748-1749); Cód. 660 (1751, incompleto); Cód. 176 (1752-1762); Cód.151 (1766-1768); Cód. 649 (1769); Cód. 73 (1770); Cód. 75 (1771); Cód. 384 (1774); Cód. 701 (1775); Cód. 382 (1776); Cód.141 (1777-1783); Cód. 202 (1784-, 1788); Cód. 277 (1789- 1795); Cód. 124 (1796-1800). Não foram encontrados os dados para os anos de 1751, 1772 e 1773. Foram criadas as seguintes categorias de acordo com os tipos de obras descritas nas listas de despesas: Pontes (construções e reparos); Águas (construções e reparos da rede de abastecimento); Calçadas; Câmara e Cadeia; Outros (obras que raramente apareceram nas listas, como: palácios, paredão, risco e pelourinho); Obras/vários (descrição que não especifica o tipo de obra paga); Caminho; Avaliação (pagamentos pelos serviços de exame das obras e bens do Concelho); Conjugadas (obras arrematadas e pagas em conjunto, para as quais não foi possível estabelecer o pagamento individual por tipo de obra executada).

		1.903.362,00									
1759	5029182	1.926.040,00	235.762,00		1.647.228,00	7.050,00					36.000,00
1760	6611182	1.525.587,00	234.700,00	1.270.712,00							20.175,00
1761	5213530	1.258.502,00	372.110,00		672.000,00	115.992,00	60.000,00		38.400,00		
1762	4656341	463.925,00	136.025,00	39.600,00	236.700,00		33.600,00		18.000,00		
1763	4915288	518.562,00	371.825,00	74.700,00		72.037,00					
1764	4741385	985.312,00	483.200,00	78.112,00	410.800,00				13.200,00		
1765	3229776	565.500,00	495.000,00			16.800,00					53.700,00
1766	6084789	180.450,00	99.600,00								80.850,00
1767	4954135	864.674,00	184.800,00	30.187,00	61.200,00			351.487,00	210.600,00	7.200,00	19.200,00
1768	4594293	1.426.615,00	958.450,00	41.125,00							
1769	3725362	544.287,00	135.075,00	36.000,00	343.212,00						30.000,00
1770	4140600	1.253.182,00	418.666,00		580.791,00	13.725,00					240.000,00
1771	4923787	1.373.599,00	342.833,00		986.366,00						44.400,00
1772	0										
1773	0										
1774	4480973	1.433.410,00	289.530,00		308.400,00			62.400,00		761.305,00	11.775,00
1775	4429293	1.214.834,00	79.950,00	24.487,00	1.023.300,00	32.400,00	9.000,00				
1776	6046387	1.920.235,00	133.200,00	78.824,00	899.056,00			809.155,00			
1777	4216090	328.724,00	208.724,00		120.000,00						
1778	5909973	3.279.019,00	822.525,00	19.275,00	443.362,00		48.262,00	1.626.208,00			19.387,00
1779	4288526	546.500,00	513.200,00	25.125,00		8.175,00					
1780	5267259	347.062,00									347.062,00
1781	2823961	404.253,00	116.666,00	32.062,00					255.525,00		
1782	5500242	2.532.200,00	365.400,00			2.000.000,00			60.000,00		106.800,00
1783	6263906	2.537.150,00	345.000,00		116.700,00	2.003.225,00				26.400,00	45.825,00

1784	4913496	1.823.938,00				1.641.463,00		82.275,00			100.200,00
1785	4621828	471.311,00	54.000,00			360.237,00		42.112,00			14.962,00
1786	5595612	1.302.600,00			978.600,00			324.000,00			
1787	5011635	1.615.774,00	170.400,00			1.416.724,00					28.650,00
1788	2946442	196.516,00	166.666,00								29.850,00
1789	7809877	1.951.075,00	258.000,00		183.112,00	1.305.326,00		41.437,00		1.200,00	162.000,00
1790	4699913	1.479.288,00	680.000,00			799.288,00					
1791	5054767	1.243.200,00			78.300,00	1.119.300,00	6.000,00			3.600,00	36.000,00
1792	5086927	2.001.988,00	264.000,00	113.962,00		1.453.989,00				9.200,00	160.837,00
1793	6395406	1.767.022,00	742.737,00	165.900,00		306.123,00		58.012,00		23.650,00	470.600,00
1794	4746812	1.018.825,00	840.000,00	13.500,00	160.000,00					5.325,00	
1795	5125085	1.540.987,00	37.800,00				60.000,00	576.187,00			867.000,00
1796	3991494	973.844,00	375.232,00		173.025,00			38.400,00		9.600,00	268.650,00
1797	4414687	1.320.194,00		251.600,00	148.350,00		316.533,00	541.499,00			62.212,00
1798	5389451	1.808.637,00	342.000,00	602.400,00	268.500,00			92.400,00		13.437,00	489.900,00
1799	4197738	819.599,00	206.925,00					479.587,00		750	132.337,00
1800	4874163	1.144.262,00	749.324,00	132.888,00	223.200,00						38.850,00
Total	293.156.132	74.585.978	19.749.498	7.907.049	19.663.831	13.270.828	1.853.275	5.154.409	595.725	876.667	4.633.022
Porcentagem			26,5%	10,6%	26,4%	17,8%	2,5%	6,9%	0,8%	1,2%	6,2%

Em primeiro lugar estiveram as pontes com 19:749\$498 réis, em seguida as calçadas, 19:663\$831 réis, Casa de Câmara e Cadeia (13:270\$828), e em quarto lugar as obras públicas relativas ao abastecimento de água, com 7:907\$049 réis. As pontes do Termo de Mariana foram os equipamentos urbanos que mais requereram reparos e construções. Foram edificadas utilizando a madeira braúna, comum na região. Entretanto, esse material parecia mais vulnerável à fúria das águas do Carmo e seus afluentes e por isso as pontes foram alvo de constantes consertos. Na cidade, foram construídas a Ponte do Seminário, Ponte de Santa Ana, Ponte de São Gonçalo e Ponte dos Monsus. A Ponte de São Gonçalo, mencionada no primeiro capítulo deste trabalho, também conhecida como Ponte da Rua Direita, foi a única construída toda em pedra, somente em 1796, por João Miguel Ferreira, no valor de 2:599\$000 réis, a ponte mais cara aos cofres da municipalidade na segunda metade do Setecentos.²⁶⁹ Há que se considerar, neste caso, que o montante investido nas pontes refere-se ao conjunto edificado dentro da cidade e também àquelas outras construídas no território do termo. No período analisado, encontramos pagamentos de pontes edificadas nos povoados de Bento Rodrigues, Mainarde, São Sebastião, Catas Altas, São José da Barra, Passagem de Mariana, Guarapiranga, no Rio Perapetinga, Belchior, São Caetano e no Rio Gualaxo do Norte.²⁷⁰

O mesmo ocorreu com as obras de calçada, que perfizeram 26,4% (19:663\$831). Obras de calçamento também foram executadas em algumas das localidades do termo, entretanto, em menor escala do que dentro da cidade de Mariana. Essas obras eram pagas conforme o número de braças executadas no terreno, ou seja, a extensão a ser calçada. O valor mínimo investido foi de 61\$200 em 1767 e o máximo de 2:834\$108 réis em 1747.²⁷¹ No caso de Mariana, toda a parte ao sul, atrás da Sé, que compunha os novos terrenos da municipalidade, teria sido calçada na segunda metade do Setecentos, acompanhando o movimento de reforma e expansão do sítio urbano. Como ressaltou Silva, esse tipo de obra

²⁶⁹ De acordo com Fabiano Gomes da Silva, em Vila Rica todas as pontes anteriores a 1740 foram de madeira. Somente a partir desta década começaram a ser utilizadas “rochas dos morros da Vila”. Durante todo o século XVIII foram erguidas 18 pontes. SILVA. *Pedra e Cal...*, p. 56. Sobre a Ponte de Areia de Mariana, cf. AHCMM. Auto de Arrematação da Fatura da Ponte de Pedra e cal chamada de São Gonçalo. Arrematante: 2:599\$000. Códice 377. fls. 265v-267.

²⁷⁰ Como exemplo, citamos a Ponte de São José da Barra, arrematada por José Crasto Ribeiro em 1754 pelo valor 1:530\$000. AHCMM. Códice 135. 06/11/1754. fls. 204v-206v. Em anexo, apresentamos as localidades que pertenciam ao Termo de Mariana.

²⁷¹ AHCMM. Lista de despesas de 1767. Códice 151. fl. 231; AHCMM. Lista de despesas de 1747. Códice 679. fl. 93v.

era fundamental ao cenário urbano: facilitava a circulação de pessoas, carroças, mercadorias e animais, “concorrendo para o aumento do comércio e para a comodidade e a conveniência dos moradores”. O calçamento dispunha o espaço público de forma decente às comemorações festivas, além de contribuir para a salubridade, “auxiliando no escoamento das águas pluviais e dos dejetos”.²⁷²

Nem toda obra arrematada nas audiências da Câmara chegou a ser executada. Neste sentido, as listas de despesas, onde estão descritos os pagamentos realizados pelos camarários, constituem um valioso indicativo da efetiva construção das obras. Como ocorreu no caso da nova Casa de Câmara e Cadeia, construída no antigo terreno dos pastos. Até 1763 não se tinham iniciado as obras do novo prédio público e a Câmara continuava a investir na manutenção do antigo edifício, até que Valentim de Sá Torres arrematou a obra pelo valor de 12:000\$000 réis. Todavia, a obra não foi executada. Além de não constar na lista de gastos da Câmara, novo arremate ocorreu em 1782, desta vez por José Pereira Arouca, no valor de 14:800\$000 réis.²⁷³

No caso das obras de abastecimento de água, foram gastos 7:907\$049 réis (10,6%), ocupando estas, portanto, o quarto lugar dentro do conjunto de obras públicas. Quanto ao uso das rendas municipais com águas, devem ser feitas três ressalvas. Em primeiro lugar, se considerarmos que os investimentos nas pontes da cidade e seu termo respondiam à sobreposição das águas e, sobretudo, especificamente, que dentro de Mariana as frequentes enchentes eram um problema urbano comum, os gastos com a administração das águas urbanas ganham uma nova representatividade. Somados os gastos com o abastecimento de água e os gastos com as pontes, chegamos ao valor de 27:656\$546 réis (37,1%) das despesas com obras públicas dedicadas à ordenação das águas em Mariana e seu termo.

Em segundo lugar, as obras de abastecimento financiadas pelo poder local se restringiram aos limites urbanos da cidade episcopal. Não foi encontrado nas listas de despesas da Câmara nenhum dispêndio com o abastecimento de água no termo. Enquanto o

²⁷² SILVA. *Pedra e Cal...*, p. 55.

²⁷³ AHCMM. Auto de Arrematação da Nova Cadeia. Códice 220. 17/09/1763. fls. 129-129v..; AHCMM. Auto de Arrematação da fatura da nova obra da Cadeia e Casa de Câmara que determinou fazer no lugar dos Quartéis. Códice 377. 23/10/1782. fls. 191v-198v. A obra foi finalizada em 1798, como informa a correição geral. AHCMM. Correição de 1798. Códice 173. fls. 84v-86

circuito de fornecimento das águas ficou restrito à sede,²⁷⁴ enorme quantia foi consumida em pontes e calçadas por toda a municipalidade. A última ressalva refere-se às despesas inventariadas como conjugadas, em que coexistiram dois tipos distintos de obras públicas para um só pagamento e foi impossível distinguir o valor correspondente a cada uma. Como, por exemplo, o pagamento a José Moreira de Matos de 19\$500 “para betumar o tanque do chafariz e o conserto da Cadeia” em 1751²⁷⁵ ou “o conserto nas fontes e canos de água, cadeia, ponte e Câmara dessa cidade” em 1786 por José Pereira Arouca.²⁷⁶ Na TABELA 4 apresentamos o conjunto de obras arrematadas juntamente com as águas.

²⁷⁴ Nas listas de despesa do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, não encontramos nenhum pagamento referente às obras relativas ao abastecimento de água fora da sede administrativa do Termo. No terceiro capítulo trataremos deste aspecto.

²⁷⁵ AHCMM. Lista de despesas de 1751. Códice 660. fl. 58v.

²⁷⁶ AHCMM. Lista de despesas de 1786. Códice 202. fl. 91.

TABELA 4
Obras conjugadas à rede de abastecimento das águas (1745-1800)

Ano	Tipo de Obra	Arrematante	Valor (réis)
1749	Administração da ponte e água	Antônio Lourenço Pereira	96\$000
1749	Calçada e cano	Manoel da Silva de Queirós	126\$000
1751	Betumar o tanque do Chafariz e conserto da Cadeia	José Moreira de Matos	19\$500
1778	Vários consertos que fez no Aqueduto da água dos chafarizes e fontes, conserto na ponte de São Gonçalo	José Pereira Arouca	18\$637
1784	A fatura do girão (sic) do rego do Tenente Coronel Bernardo Vasco Cardozo e o pontilhão no córrego do alto da passagem	José Pereira Arouca	100\$200
1786	Conserto nas fontes e canos de água, cadeia, ponte e Câmara dessa cidade	José Pereira Arouca	36\$675
1787	Consertos que fez nas pontes, fontes e aquedutos e casa de Câmara e Cadeia	José Pereira Arouca	28\$650
1793	Arrematação do conserto da ponte do [Bucão] [agoeiros] conserto do chafariz na praça e outras obras	José Pereira Arouca	470\$600
1797	Arrematação dos bueiros e sangradores no caminho da passagem	Manoel [Fernandes] Machado	62\$212
1800	Conserto do encanamento das águas dos chafarizes desta cidade conserto da ponte dos Monsus e calçada nova de frente da Porta da Cadeia e Casa da Câmara	João Miguel Ferreira	38\$850
Total			997\$324

Fonte: AHCMM. Miscelâneas. Cód. 572 (1745); Cód. 679 (1746, 1747, 1750); Cód. 201 (1748-1749); Cód. 660 (1751, incompleto); Cód. 176 (1752-1762); Cód.151 (1766- 1768); Cód. 649 (1769); Cód. 73 (1770); Cód. 75(1771); Cód. 384 (1774); Cód. 701 (1775); Cód. 382 (1776); Cód. 141 (1777-1783); Cód. 202 (1784-1788); Cód. 277 (1789- 1795); Cód. 124 (1796-1800). Não foram encontrados os dados para os anos de 1751, 1772 e 1773.

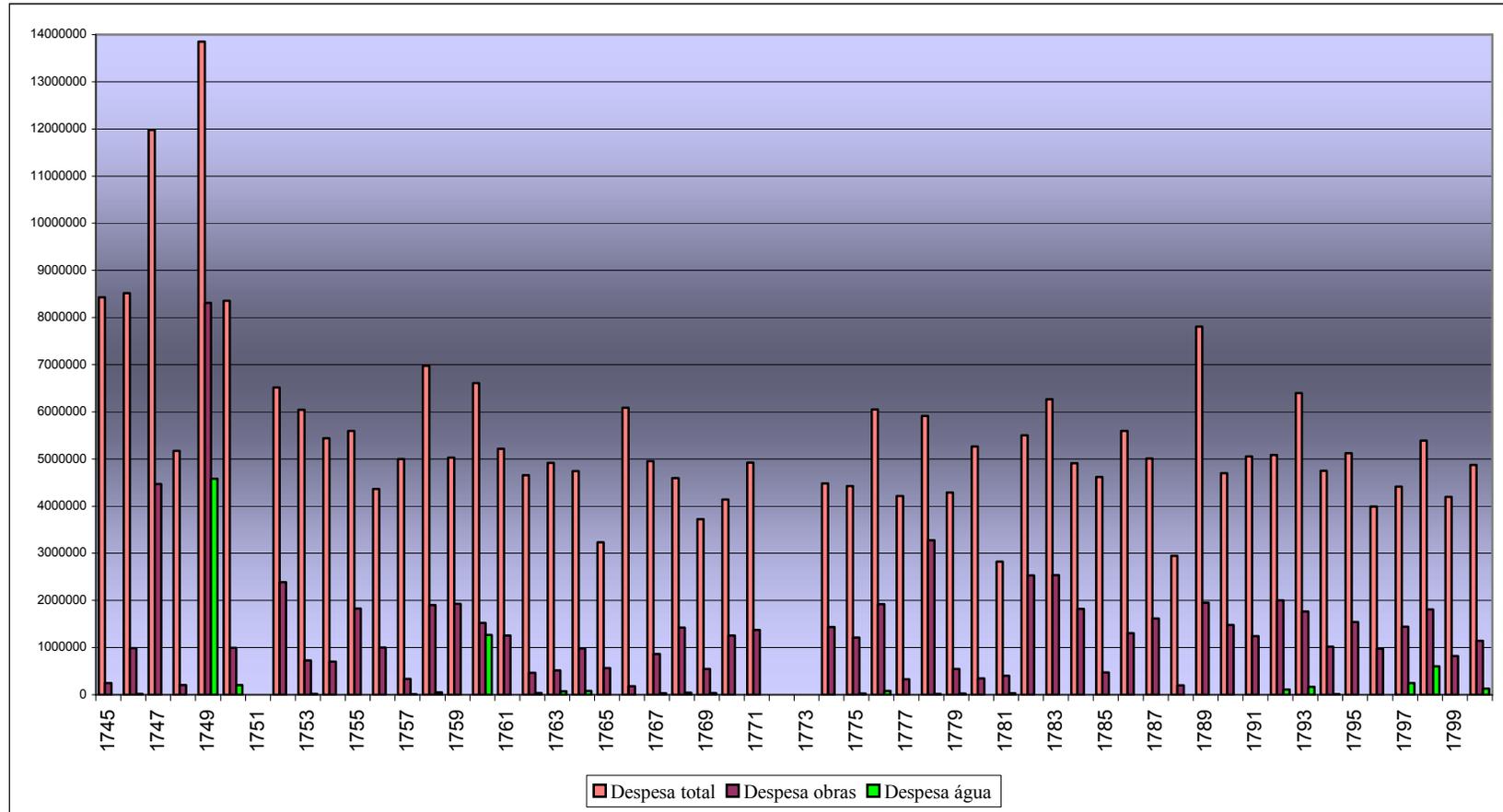
Dessa forma, o montante das obras conjugadas às águas chegou a 997\$324, o que amplia ainda mais o valor direcionado ao abastecimento das águas, variando do intervalo de 7:907\$049 réis a 8:904\$373 réis (7:907\$049 +997\$324).

Até o momento, apresentamos um quadro geral do investimento em obras públicas. Por um lado, foi possível averiguar como se distribuíram os gastos com os equipamentos urbanos de forma geral, revelando-se, portanto, qual obra pública exigiu, em um longo

intervalo de 53 anos, maior investimento da administração local. Por outro lado, esse panorama genérico exclui as particularidades inerentes à gestão de cada tipo de obra pública, bem como a relação com as oscilações das receitas municipais. Neste sentido, avaliamos o perfil dos gastos com as águas em dois níveis: a dinâmica dos investimentos com o abastecimento na sua relação com as rendas municipais e o que a trajetória desses custos podem informar acerca das formas de administrar esse serviço urbano. No GRÁFICO 3, ilustramos a relação entre a despesa geral, a despesa com obras e a despesa com a rede de abastecimento:

GRÁFICO 3:

Relação da Despesa geral x Despesa com obras públicas x Despesa com obras relativas à rede de abastecimento (1745-1800)



Fonte: AHCMM. Miscelâneas. Cód. 572 (1745); Cód. 679 (1746, 1747, 1750); Cód. 201 (1748-1749); Cód. 660 (1751, incompleto); Cód. 176 (1752-1762); Cód. 151 (1766- 1768); Cód. 649 (1769); Cód. 73 (1770); Cód. 75 (1771); Cód. 384 (1774); Cód. 701 (1775); Cód. 382 (1776); Cód. 141 (1777-1783); Cód. 202 (1784-1788); Cód. 277 (1789-1795); Cód. 124 (1796-1800). Não foram encontrados os dados para os anos de 1751, 1772 e 1773.

Entre os anos de 1745 e 1750, como pode ser observado no GRÁFICO 3, estiveram os gastos mais elevados do governo local, dado que também se confirma para as receitas neste período (GRÁFICO 1). Em 1749, quando a Câmara arrecadou 14:593\$066 réis, a segunda maior renda – a maior arrecadação foi em 1745 (15:257\$958) –, teve também a maior despesa de toda a segunda metade do Setecentos, 13:850\$048 réis. Deste montante, 8:312\$608 réis (60%) foram empregados em obras públicas, dos quais 4:581\$110 (55%) em obras relativas às águas. Estes dados demonstram que a fundação da cidade levou à concentração dos investimentos do Concelho na reforma do espaço urbano, sobretudo em 1749. Na TABELA 5, a seguir, especificamos detalhadamente como se distribuíram os gastos no referido quinquênio (1745-1750).

TABELA 5
Despesa Geral x Despesa com obras públicas x Despesa com obras relativas à água (1745-1750)

Ano	Receita	Despesa geral	Despesa com obras públicas	Despesa com obras relativas às águas
1745	15:257\$958	8:431\$559	249\$750	-
1746	13:856\$221	8:514997	18\$000	18\$000
1747	12:553\$133	11:979\$624	4:472\$108	-
1748	10:633\$835	5: 170\$336	205\$918	-
1749	14:593\$066	13:850\$048	8:312\$608	4:581\$110
1750	8:480\$444	8:357\$407	994\$892	205\$855

Fonte: AHCM. Miscelâneas. Cód. 572 (1745); Cód. 679 (1746, 1747, 1750).

Apesar das altas receitas e despesas nos anos de 1745, 1748 e 1750, os gastos não foram direcionados para as obras públicas, conforme explicitado na TABELA 5. Com relação à aplicação dos recursos municipais, aventamos que os membros do Concelho agiam com certa autonomia, absorvendo contingências e eventos da Cidade. Vale lembrar que neste quinquênio o Bispo D. Frei Manuel da Cruz chegou a Mariana e o Rei D. João V faleceu. Estes eventos trazem indícios acerca das próprias oscilações dos gastos com os equipamentos urbanos. Conforme referimos no capítulo anterior, em 1745 foi criada a cidade de Mariana, mas ainda havia indecisão quanto aos novos terrenos de expansão da

cidade, o que só veio a ser definido em 1746.²⁷⁷ Fato que explicaria o baixo investimento em obras públicas nestes dois anos, 1745 e 1746. Em 1747, no entanto, houve um substancial aumento das obras públicas, que se dividiram, sobretudo, entre a construção de pontes (1:638\$000 réis) e calçadas (2:834\$108). Apesar de considerarmos um volume razoável destinado às obras públicas neste ano – 4:472\$108 (37,33%) da despesa geral –, a maior parcela foi investida em outros gastos. Todavia, é válido destacar que as intervenções marcavam o início da reforma urbana, mas também preparavam a cidade para a chegada do Bispo. Em 1748, as despesas provavelmente se concentraram nas festividades para receber D. Frei Manuel da Cruz, já que neste ano vemos um ínfimo gasto com as obras públicas, apenas 205\$918 réis. Todavia, no ano de 1749 temos o maior dispêndio anual com infraestrutura urbana. Aventamos a tese de que a própria municipalidade aguardou a aprovação e as interferências da autoridade eclesiástica para a execução do plano urbano, o que explicaria os elevados investimentos em obras públicas no ano seguinte à entrada do religioso na cidade. Dos 8:312\$608 réis empregados em 1749, ou seja, 60% da despesa total, 4:581\$110 réis foram destinados à implantação da rede de fornecimento de água na cidade. Em 1750, vemos um forte declínio dos gastos com obras (994\$892), apesar de a despesa total do Senado ter chegado a 8:357\$407, provavelmente as rendas foram redirecionadas para atender as exéquias do Rei D. João V²⁷⁸.

O ano de 1749 foi determinante tanto na constituição do traço físico urbano em geral e, especificamente, no das águas. Acreditamos ser o ano marcante de intervenção na constituição física do espaço urbano da nova cidade episcopal da Minas. A partir de 1750, os picos com obras públicas deixam de existir, o que também ocorre para as obras de abastecimento de água. De 1750 a 1800, o gasto médio com obras públicas foi da ordem de 1:381\$221 réis, variando de 1:000\$000 a 2:000\$000. Nos anos de 1752, 1778, 1782, 1783, foram observados novos picos com obras públicas, variando entre 2:000\$000 e 3:000\$000. Em 1752, dos 2:386\$512 réis com obras públicas, 1:538\$812 foram investidos no

²⁷⁷ Conforme vimos no capítulo 1, em 1746, o Rei reafirmou a concessão dos terrenos dos pastos e quartel à Câmara Municipal e delimitou como deveria se proceder na construção deste novo espaço da cidade. APM. Seção Colonial. Códice 45. 02/07/1746. fls. 27v- 28.

²⁷⁸ Seria necessário o inventário das outras despesas do Concelho para compreendermos como se dividiram os gastos do Senado ao longo do século XVIII. Expostos, diligências, emolumentos, festividades e obras públicas formavam o eixo principal de dispêndios da municipalidade. Uma pesquisa inventariando todos esses tipos de gastos nos permitiria compreender melhor a dinâmica e as causas das oscilações das despesas do Concelho.

calçamento das ruas. Em 1778, o grande volume de 3:279\$019 réis foi distribuído entre a reforma das pontes da cidade (822\$525) e uma dívida do Concelho com o construtor João de Caldas Bacelar, de 1:626\$208 réis.²⁷⁹ Nos anos de 1782 e 1783, 2:000\$000 e 2:003\$225 réis foram pagos a José Pereira Arouca como parcelas do pagamento da construção do novo prédio da Casa de Câmara e Cadeia, arrematada em 1782.²⁸⁰

A distribuição dos gastos, por um lado, revelou um grande investimento inicial em 1749, seguido de recursos menores usados para a configuração e conservação da estrutura urbana. Nos cinco primeiros anos analisados, de 1745 a 1750, foram investidos 14:253\$276 réis dos 74:585\$978 réis, o que correspondeu a 19% dos gastos com as obras públicas somente neste quinquênio. Este dado indica que os anos iniciais da cidade episcopal foram fulcrais na reconfiguração urbana, nos quais o Concelho despendeu com as obras mais necessárias e onerosas da infra-estrutura urbana, como o abastecimento de água (4:581\$110 réis) e a reconstrução da Ponte dos Monsus (1:635\$000).²⁸¹ No período das maiores receitas da segunda metade do século XVIII, o Senado privilegiou, portanto, as obras mais caras. Assim, a reforma acontecia em um momento propício ao órgão local, que aproveitou de suas altas rendas para investir no espaço urbano. Por outro lado, neste mesmo intervalo de 5 anos (1745-1750), observamos uma variação abrupta nos investimentos do espaço físico, conforme demonstramos na TABELA 5. Essas oscilações seriam indicativos de que a Câmara se adequava às contingências da municipalidade, como a chegada de um Bispo em 1748 e as exéquias do Rei em 1750.

²⁷⁹ Em 1778, João Caldas Bacelar recebeu a quantia de 1:293\$877 réis “por sua sentença da Ouvidoria geral das várias obras que fez”. AHCMM. Lista de despesa de 1778. Códice 141. fl. 82.

²⁸⁰ AHCMM. Auto de Arrematação da fatura da nova obra da Cadeia e Casa da Câmara que se determinou fazer no lugar dos Quartéis. 23/10/1782. Códice 377. fls. 191v -198v. Outras parcelas de valor menor foram pagas até o ano de 1793.

²⁸¹ A Ponte dos Monsus cortava o ribeirão do Carmo, ligando o centro urbano ao bairro dos Monsus. Arruinada pela fúria das águas do Carmo, a ponte foi uma das obras mais caras e necessárias à municipalidade. AHCMM. Auto de arrematação da Ponte Grande que se há de fazer no Ribeirão junto à ponte velha que [vai] para a parte dos Monsus. Códice 135. 22/02/1749. fls. 43v- 45v. Arrematada por Sebastião Martins Costa no valor de 1:635\$000. O pagamento desta obra consta no AHCMM. Lista de despesas de 1749. Códice 201. fls. 123v, 125, 129v.

²⁸³ APM. CMM. Códice 15. 25/09/1745. fls. 125v-126. Em 1744, um decreto régio veio estabelecer os valores das propinas ordinárias e extraordinárias. As ordinárias correspondiam ao pagamento dos oficiais locais para assistirem aos festejos que integravam anualmente a localidade. As extraordinárias eram as celebrações de nascimentos, casamentos e exéquias reais. No regimento de 1744, ficou estabelecido que os senadores receberiam 10\$000 réis pelas ordinárias e 20\$000 pelas extraordinárias. Ainda sobre o gasto excessivo com as propinas, encontramos quantias glosadas pelos ouvidores nos anos de 1748, 1750, 1752, 1757, 1758, 1760, 1764, 1775, 1776, 1800. Sobre este assunto, cf. SANTIAGO. *Vila em Ricas Festas...*, pp. 107-109.

Resta lembrar as correições realizadas anualmente pelos ouvidores nas contas da Câmara. Preponderaram nas repreensões e quantias glosadas os gastos frequentes com as propinas, que correspondiam às quantias recebidas pelos funcionários locais para assistirem às festividades. Os abusos foram alvo de decretos régios, como o de 1744, que regulamentou os valores para as celebrações ordinárias e extraordinárias.²⁸³ Entre os excessos encontrados, esteve o ocorrido em 1775, quando os camarários, “com o aceitado pretexto de terem ido duas vezes a Igreja manhã e tarde assistir a ação de graças”, receberam em dobro pela celebração do nascimento da infanta Carlota Joaquina. O ouvidor José da Costa Fonseca ordenou que uma das propinas retornasse aos cofres. Afinal, como era “um só nascimento e uma só ação e solenidade”, não deveriam receber duas propinas.²⁸⁴ Nestas ocasiões, os ouvidores sempre reiteravam nos autos de contas que os membros da Câmara deveriam estar atentos à promoção das obras públicas, “as despesas mais necessárias deste Concelho”, sobretudo a Casa de Câmara e Cadeia: “obras as mais principais e necessárias e hão de levar despesa considerável”.²⁸⁵

O perfil da administração das águas

Conforme ilustra o GRÁFICO 3, no ano de 1749 foi observado o maior gasto com o abastecimento de água no período analisado. Este dado vem confirmar o fato de que as obras do aqueduto subterrâneo, do Chafariz de repuxo e da Fonte dos Quartéis, arrematadas nas audiências do Concelho no mesmo ano, foram executadas e totalizaram a quantia de 4:581\$110 réis.²⁸⁶ Neste ano, portanto, a única cidade das Minas já contava com o canal geral das águas, a segunda obra pública mais cara financiada pelo órgão local (3:200\$000), edificada pelas mãos de Manoel Gomes Cruz de Macedo. Em termos gerais, isso representava que a adução das águas, a obra de maior complexidade do sistema de distribuição, estava pronta a atender os dois chafarizes e os demais que se espalhariam pela cena urbana. O valo subterrâneo principal foi, dessa forma, construído nos anos iniciais da reconfiguração do traçado da cidade, período em que se concentravam as maiores receitas da municipalidade. A construção do aqueduto subterrâneo neste instante era duplamente favorável à Câmara, primeiramente porque o calçamento e a ocupação da parte nova

²⁸⁴ AHCMM. Correição das contas de 1775. Códice 176. 12/11/1776. fls. 14-15.

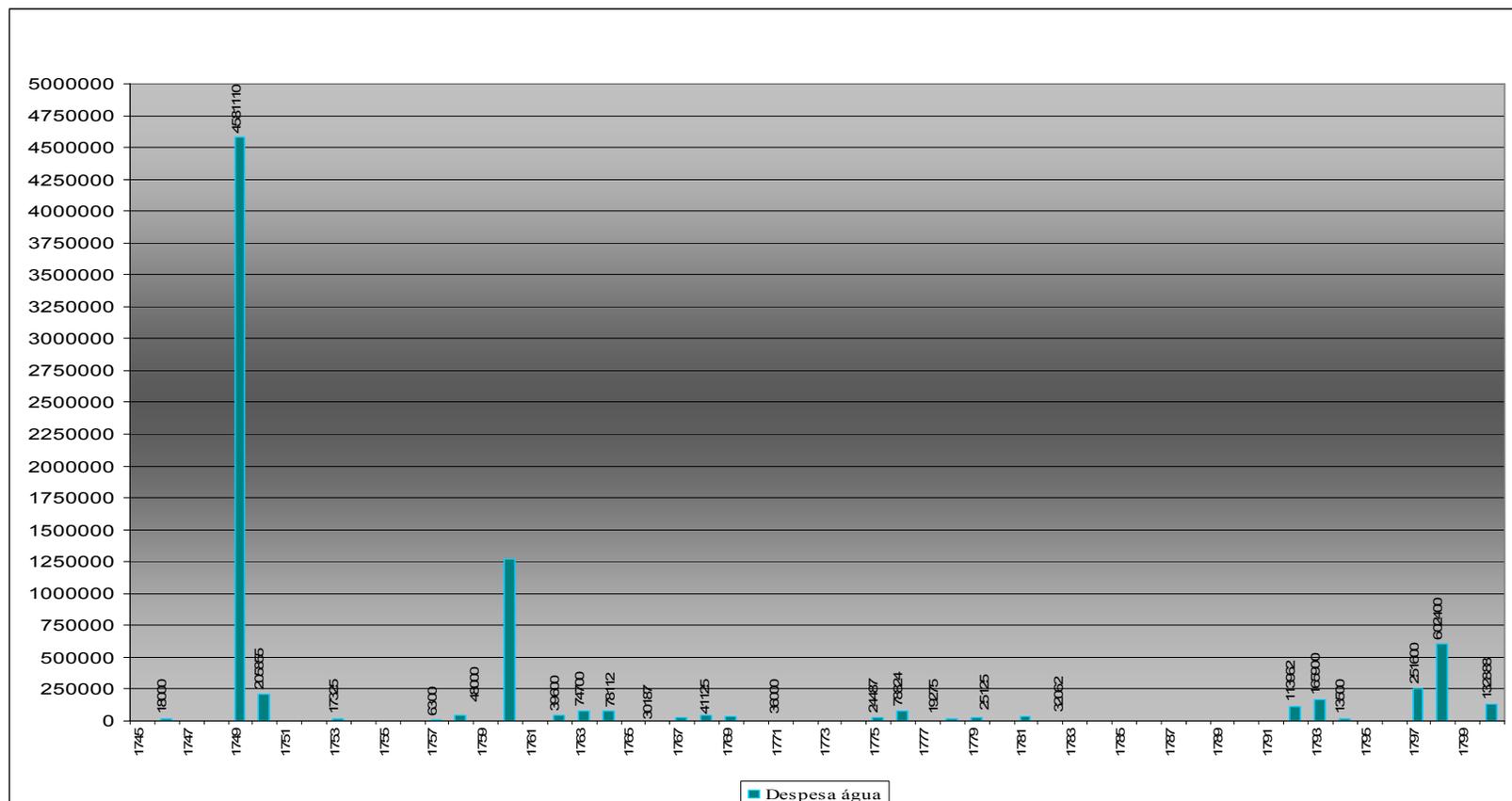
²⁸⁵ AHCMM. Correição. Códice 173. 1752. fls. 37v-39.

²⁸⁶ AHCMM. Lista de despesas de 1749. Códice 201. fls. 123v-129v.

deveriam ainda estar em processo, o que abreviava a construção do canal abaixo da superfície, e também porque havia recursos municipais para investir neste tipo de obra.

Ao longo da segunda metade do século XVIII, os investimentos na rede de abastecimento, no entanto, diminuíram significativamente e, em raros casos, ultrapassaram o valor de 250\$000 réis, conforme apresentamos no GRÁFICO 4:

GRÁFICO 4
A Despesa da Câmara na Rede de Abastecimento das Águas em Mariana (1745-1800)



Fonte: AHCM. Miscelâneas. Cód. 572 (1745); Cód. 679 (1746, 1747, 1750); Cód. 201 (1748-1749); Cód. 660 (1751, incompleto); Cód. 176 (1752-1762); Cód. 151 (1766- 1768); Cód. 649 (1769); Cód. 73 (1770); Cód. 75 (1771); Cód. 384 (1774); Cód. 701 (1775); Cód. 382 (1776); Cód. 141 (1777-1783); Cód. 202 (1784-, 1788); Cód. 277 (1789- 1795); Cód. 124 (1796-1800). Não foram encontrados os dados para os anos de 1751, 1772 e 1773.

A trajetória desses investimentos revelou a própria dinâmica de gestão das águas na cidade. Inicialmente, houve um grande investimento referente à construção do suporte principal desse sistema. Estruturado o aqueduto, as obras que se seguiram se alternaram entre a ampliação e a conservação da rede. Dos 7:907\$049 réis gastos entre 1745 e 1800, 4:581\$110 réis se concentraram em 1749 e os demais 3:325\$939 réis ao longo dos 51 anos restantes. A conservação das águas e os reparos da rede consumiam valores pequenos, mas constantes, das receitas municipais. As rendas do Concelho se dividiram entre o pagamento das obras de reparo, aumento e, sobretudo, conservação da rede estabelecida.

Nos anos de 1750, 1760, 1797 e 1798, foram observados novos picos nas despesas com as águas. Em 1750 foram realizadas intervenções no “rego principal das águas”, com reparos e novas pias de pedra, que totalizaram 205\$855 réis. Em 1797, João Alvarez Valente recebeu “da fatura da mina por baixo da Igreja de S. Pedro para descobrir” 251\$600 réis. Especial destaque merecem os investimentos nos anos 1760²⁸⁷ e 1798²⁸⁸ no circuito das águas, quando foram respectivamente gastos 1:200\$000 réis na Fonte de São Gonçalo e 588\$000 na Fonte dos Monsus. Esses chafarizes são exemplos de construções realizadas para aproveitar as nascentes descobertas em terreno urbano. Em muitos casos, conforme a medição do caudal e a distância que estavam dos aquedutos constituídos, eram feitos ramais que acabavam por alimentar o canal principal. A localização e o volume encontrado nas nascentes de São Gonçalo e dos Monsus não eram vantajosos. Teria de se vencer o córrego de São Gonçalo e o ribeirão do Carmo, respectivamente, além das questões técnicas relativas à topografia destes terrenos. Neste sentido, o sistema empregado nessas fontes, aproximou-se do formato isolado de abastecimento, característico de Vila Rica, onde se construiu um encanamento subterrâneo independente saindo da mãe d’água descoberta para um único chafariz. Quando analisados os autos de arrematação desses dois chafarizes, vemos que aos construtores foram dirigidas as mesmas exigências construtivas do aqueduto subterrâneo. Ou seja, o construtor Antônio Moreira Gomes deveria proteger a

²⁸⁷ Antônio Moreira Gomes recebeu 1:200\$000 pelas “fontes novas que se fez acima da ponte de São Gonçalo e encanamento da água”. No mesmo ano, Manoel Oliveira Campos recebeu 12\$400 “pelo conserto do aqueduto da água da fonte de São Gonçalo” e Manoel de Souza 4\$800 pelo “conserto que fez na água do chafariz de São Gonçalo” totalizando no ano de 1760, o valor de 1:217\$200 réis. AHCMM. Lista de despesas de 1760. Códice 176. fls. 153-155.

²⁸⁸ Neste ano, foram despendidos ao todo 602\$400 réis. Destes, 588\$000 a João Miguel Ferreira para execução do Chafariz dos Monsus,; 14\$400 a Caetano Menezes da Silva por limpar o rego da água nos anos de 1793, 1796 e 1798. AHCMM. Lista de despesas de 1798. Códice 124. fls. 54-60.

nascente, fazer o desaterro necessário, assentar e betumar os canos, atentar para os declives, caixas de pedra, providenciar o repuxo e a expedição das águas, além de reconstruir as estruturas e ornamentos do Chafariz de São Gonçalo.²⁸⁹ Todas essas providências se aproximavam em muitos aspectos daquelas do aqueduto, mas evidentemente em proporção e dificuldades menores. Se comparados aos chafarizes alimentados pelo aqueduto, essas obras eram mais complexas e demoradas. No caso do sistema em rede, depois de criado o canal geral, se o volume de água comportasse, ou se novas nascentes fossem incorporadas ao seu caudal, era possível abastecer novos chafarizes. Com a vazão adequada, medida pelos anéis d'água, encanamentos periféricos levavam o líquido a novos chafarizes.

A análise quantitativa dos livros de receita e despesa, aliada ao universo de informações trazidas pelos contratos de obras públicas, permitiu que compreendêssemos o universo das técnicas e dos custos das obras em questão, e, sobretudo, que as examinássemos de forma integrada. Ao longo deste capítulo, apresentamos e caracterizamos o processo de fabricação do circuito de abastecimento das águas em Mariana, de forma a compreendê-lo como um produto resultante dos recursos disponíveis, das capacidades técnicas, dos interesses daqueles que detinham o saber fazer e dos que governavam as rendas municipais.

Não era possível apreender a formação e a administração de um circuito das águas sem atentar para o contexto político-social e também econômico que o engendrou. As técnicas aplicadas dependiam dos recursos hídricos e da topografia do terreno, que de certo interferiram no próprio custo de construção e manutenção do sistema de abastecimento. Sem descuidar do fato de que por trás dessas obras atuavam sujeitos, envolvidos por interesses e normas administrativas que regulamentavam suas práticas. Nos canteiros de obras, renomados construtores, cativos e libertos não apenas trabalharam, mas usaram de seu ofício para tecer um espaço de novas relações estratégicas. Partimos de uma “cultura material das águas”, fabricada pela ordem: nas formas construtivas e nos modos de governar: demonstrou-se o formato invisível das águas urbanas, a maneira pela qual a Câmara tratou de se apropriar do líquido e torná-lo adequado ao espaço urbanizado. Entretanto, a produção de um espaço urbano das águas se fazia de forma contínua no

²⁸⁹ AHCMM. “Auto de Arrematação do encanamento das águas e fontes na Rua que sobe da Ponte do córrego de São Gonçalo”. Códice 220. fls. 63v-65v.

cotidiano da cidade. Um aqueduto era uma obra constante, assim como os outros elementos do circuito das águas. A oferta das águas trazia novas demandas. A construção de um espaço adequado suscitava outras apropriações, novas produções e adaptações, novos usos e sentidos para aqueles que buscavam o líquido. A fabricação de um espaço das águas seria resultante destes vários vetores que se cruzavam na cidade. Se até o momento apresentamos a estrutura ordenadora das águas, comporta ainda revelar a dinâmica do consumo, os usos, abusos, desvios e normas que davam outras formas ao líquido incolor e indolor na paisagem urbana, tema do nosso próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

O consumo das águas urbanas

3.1 Os chafarizes públicos e a distribuição das águas em Mariana

A partir de 1749, com o abastecimento de água, inaugurou-se na cidade de Mariana uma nova relação entre os habitantes e o espaço urbano. Em busca do líquido, cativos, forros, brancos, viajantes, desclassificados sociais, entre outros, passaram a se dirigir aos chafarizes públicos, que se espalharam pela cidade durante a segunda metade do século XVIII. O novo serviço trazia certa comodidade à população e marcava uma mudança de hábito no consumo das águas e no uso do ambiente urbano.

Nosso objetivo, neste tópico, é apresentar o uso dos chafarizes públicos construídos na Mariana Setecentista, atentando para as intenções do governo local na produção dessas obras públicas e no ordenamento do consumo das águas. Partimos da premissa de que os chafarizes e fontes públicas foram marcados por significados políticos e sociais dentro da cidade. Neste sentido, nossa abordagem se divide entre apreender os discursos urbanos que envolveram estas obras, analisar a disposição espacial desses equipamentos na cena urbana e, por último, apresentar os conflitos e desordens que marcaram o consumo das águas.

Cabe ressaltar que, no âmbito de nossa análise, optamos por não problematizar os aspectos estéticos e decorativos presentes nos chafarizes públicos Setecentistas. Compreendemos que tais aspectos assumiam uma função importante, tanto na conexão que se estabelecia entre as águas e seus consumidores, como na composição da arquitetura da cidade. Nosso enfoque, no entanto, privilegiou a organização da distribuição das águas no espaço urbano e os tipos de artificios utilizados para regular os consumidores na apropriação do líquido.

A distinção municipal: os chafarizes públicos nas representações urbanas

Em 1552, Francisco de Holanda ressentia-se pela falta de água de que padecia Lisboa, a qual era abastecida por “um chafariz para tanta gente e outro para os cavalos”. Aquela que teria “a presunção da maior e mais nobre cidade do Mundo” não poderia “morrer de sede”, afirmou Holanda, que tentava convencer o Rei D. Sebastião a canalizar as nascentes das Águas Livres para a capital metropolitana.¹ Séculos depois, em 1745, do outro lado do

¹ HOLANDA. *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa...*, pp. 9-10.

Atlântico, na América Portuguesa, na única cidade e sede do poder temporal da Capitania de Minas Gerais, os oficiais municipais se dirigiram ao Conselho Ultramarino para requerer o uso das águas das catas do minerador Antônio Botelho. Não havia “outra água tão boa e tão fácil” como aquela que vinha da Serra do Itacolomi e, dispostos a canalizá-la para a cidade, os governantes protestavam que o dito minerador, “possuidor pela sua utilidade particular”, continuava a prejudicar “o bem público” ao impedir o “uso da dita água ao povo”. A solicitação enviada ao Conselho Ultramarino surgia em um momento especial, meses após ser concedido à povoação o título de cidade.²

Em ambos os discursos, o abastecimento de água para dentro dos centros urbanos apareceu vinculado a dois elementos: 1) a preocupação em fornecer o líquido à população; 2) a oferta desse serviço atrelada ao status da povoação na hierarquia urbana. Deste modo, a constituição de um circuito de abastecimento, por um lado, conferia aos cidadãos o líquido vital e, por outro, instituíam certa distinção entre as localidades, servindo como parâmetro ou critério de nobilitação das mesmas.

De acordo com Cláudia Damasceno Fonseca, no modelo de organização espacial português, a ascensão aos patamares urbanos vigentes (arraial, paróquia, freguesia, vila, cidade) constituía uma forma de se enobrecerem as localidades e, por consequência, seus próprios habitantes.³ Nos pedidos de concessão de títulos municipais na Capitania de Minas Gerais durante o século XVIII, a autora percebeu que os chafarizes serviam, entre outros requisitos, de justificativa ao argumento dos moradores para conquistarem a emancipação municipal. No jogo das disputas e concorrências entre os povoados mineiros, em que a ascensão na hierarquia urbana e os privilégios e distinções advindos desta estavam em pauta, a menção aos chafarizes públicos apareceu como justificativa para pleitear a condição de vila. Segundo Fonseca, em alguns casos a existência dessas obras públicas reafirmava a capacidade e dedicação dos moradores de determinada aglomeração e, em outros, a inexistência dos chafarizes constituía razão para a criação da vila, que então passaria a ter Câmara e, assim, recursos próprios para investir no abastecimento de água à população.⁴ Em ambos os casos, interessa-nos perceber que o estabelecimento de uma rede de distribuição de água pesou nos discursos sobre as representações urbanas. Os chafarizes

² APM. CMM. Códice 15. fls. 128-129.

³ FONSECA. Funções, hierarquias e privilégios urbanos..., p. 43.

⁴ FONSECA. Funções, hierarquias e privilégios urbanos..., p. 49

públicos serviam como critério para enaltecer a capacidade dos aglomerados e, ao mesmo tempo, legitimavam o exercício de um corpo político-administrativo capaz de provê-los. A emancipação municipal implicava a instalação da Câmara e, porquanto, dos serviços que eram de sua responsabilidade administrar no terreno urbano. Neste sentido, o discurso tecido pelos interessados em emancipar a localidade se pautava pelos elementos singulares, próprios de um espaço urbano governado. A criação da municipalidade e a implantação de um sistema de distribuição público das águas se mostravam intimamente associados à imposição do órgão local.

Ao analisarmos os livros de gastos e arrematações do Concelho de Mariana referentes à segunda metade do século XVIII, constatamos que apenas dentro do limite urbano da cidade de Mariana foi construído um sistema de fornecimento de água, com canos e chafarizes públicos necessários ao abastecimento da população.⁵ Ou seja, o governo local não investiu suas rendas municipais em obras públicas ligadas ao provimento da água fora da sede político-administrativa do termo.⁶ Sendo assim, aventamos a hipótese de que, por trás do peso econômico, havia uma política de restrição no oferecimento desse serviço urbano pelo órgão local. O abastecimento de água apenas na cidade visava conferir ou resguardar certo status e distinção à sede do poder em dois níveis: tanto dentro do termo, pois reafirmava seu posto de “cabeça” da governabilidade, como em relação às outras sedes do poder político na Capitania. A oferta do serviço em terreno urbano parecia conferir prestígio às sedes do poder e simbolizava o reconhecimento do municipalismo.⁷

Nossas considerações vão ao encontro das observações de Kruguer Mourão, o qual afirmou que nas localidades mineiras, fora dos centros urbanos, predominaram na paisagem

⁵ Foram consultados os livros de arrematação (AHCMM. Códices 180, 122, 135, 220, 377, 210) e as listas de receita e despesa (AHCMM. Códices 572, 679, 201, 660, 176, 151, 649, 73, 75, 384,701, 382, 141, 202, 277, 124).

⁶ Não descartamos a possibilidade de que chafarizes e fontes públicas tenham sido construídos por particulares nas outras localidades do Termo e que a Câmara tenha custeado alguma deste porte em alguma povoação. Entretanto, a quantidade expressiva de documentos analisados e inventariados nesta pesquisa nos leva a considerar que, se houve a edificação de obras ligadas à adução das águas fora dos limites da cidade, teria sido fruto de uma prática excepcional e não propriamente uma ação recorrente do governo local. Há dois casos que merecem ser mencionados: a bica construída pela Câmara de Mariana no caminho para Vila Rica e a Fonte de Guarapiranga, as quais serão mencionadas ao longo deste capítulo.

⁷ De acordo com Noronha Santos, o chafariz, “no velho Portugal e nos países de origem romana”, foi “o primeiro marco do regime do municipalismo”. SANTOS. Fontes e Chafarizes do Rio de Janeiro..., p. 16, nota 8.

as “águas[s] carregada[s] diretamente dos córregos ou das fontes naturais”.⁸ A presença dessas obras públicas foi constatada pelo autor apenas nos terrenos das sedes municipais. Segundo Mourão, a Vila Real do Sabará era abastecida com três chafarizes; na Vila de São João del-Rei havia um “lindo chafariz, com imponente frontispício”; na Vila de São José del-Rei (Tiradentes), um chafariz com tanques laterais para lavadeiras e bebedouros para cavalos; e no Tejuco (Diamantina), três chafarizes. Todos construídos nas sedes administrativas e durante a segunda metade do século XVIII.⁹ No Reino, a construção dos monumentais aquedutos esteve concentrada, igualmente, nas sedes do poder.¹⁰ Indício de uma possível política urbana para o fornecimento, alicerçada em preceitos de distinção e prestígio urbano e que chegou à América Portuguesa.

Dessa forma, a “centralização” dos sistemas de fornecimento das águas nas localidades que exerciam funções políticas ou religiosas revela que, por trás da iniciativa de matar a sede do povo, estiveram investidos significados políticos e sociais, ligados à nobilitação e conservação da distinção dos espaços urbanos governados. Ademais, cabe lembrar que, conforme já foi apresentado pela historiografia, os chafarizes públicos se tornaram “o espaço ideal para perenizar a imagem de um Senado atuante na satisfação das demandas do povo”.¹¹ Essas obras públicas representavam a marca de um feito político, de um poder instituído e regulador do espaço da cidade.¹² Neste sentido, não faltaram lápides e emblemas heráldicos expressos na sua arquitetura, com a função de anunciar à memória dos habitantes as instituições de poder e os personagens políticos envolvidos na sua produção.

⁸ MOURÃO, Paulo Kruger C. O abastecimento de água em Minas nos tempos da Colônia. *Kriterion*. Revista da Faculdade de Filosofia da UFMG, Belo Horizonte, n. 35-36, jan./jun. 1956, p. 234.

⁹ MOURÃO. O abastecimento de água em Minas nos tempos da Colônia..., pp. 238-246.

¹⁰ A construção de aquedutos, encanamentos e chafarizes restritos às sedes do poder era uma prática urbanística trazida do Reino. Onerosos condutos foram construídos durante o século XVI, em Évora (Aqueduto da Prata), Coimbra (Aqueduto de São Sebastião), Elvas (Aqueduto das Amoreiras), Óbidos, Torre Vedras (Aqueduto do Convento de Cristo), e o no XVIII, em Vila do Conde (Aqueduto do Mosteiro de Santa Clara) e em Lisboa (Aqueduto das Águas Livres). REIS, José de Souza. Arcos da Carioca. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 12, 1955, pp. 43-57. De acordo com Luís Felipe da Conceição, no século XVI, Setúbal e Aveiro experimentavam um período de “surpreendente expansão, que as levaram a figurar entre as cinco cidades mais populosas do Reino”. Já Évora e Coimbra eram “de longa data, centros de poder” quando D. João III mandou reconstruir em 1532 o Aqueduto da Água da Prata e D. Sebastião, em 1570, fez o mesmo com o aqueduto romano de Coimbra. Neste período, os monarcas desejavam construir um aqueduto para Lisboa. Depois de várias retomadas e interrupções, somente no governo de D. João V, no ano de 1731, iniciaram-se as obras. CONCEIÇÃO, Luís Filipe P. da. *A consagração da água através da Arquitectura: para uma Arquitectura da água*. Tese (Doutorado em Arquitectura) – Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1997, pp. 297-299.

¹¹ SILVA. *Pedra e Cal...*, p. 63.

¹² LARA. *Fragmentos Setecentistas...* p. 48.

Como exemplos, citamos o Chafariz dos Contos, edificado em 1745 em Vila Rica, que traz ainda hoje na parte central superior a inscrição latina *Is quae potatum cole gens pleno ore Senatum, securi ut sitis nam facit ille sitis* (Povo que vais beber, louva de boca cheia o Senado porque tens sede e ele a faz cessar)¹³ e o Chafariz do Conde de Assumar de Mariana, que traz lapidados a coroa e as armas reais. Essas obras públicas, ao mesmo tempo em que ornamentavam o espaço das águas dentro da cidade, lembravam simbolicamente o zelo do Rei pelos seus súditos. As águas urbanas tornaram-se, assim, um líquido precioso também para aqueles que dirigiam cidade, como um instrumento de legitimação do poder do Estado em terreno urbano.

Por último, ressaltamos que o processo de constituição dos espaços coloniais visava configurar dentro de seus limites uma sociedade urbanizada. Enquanto a cidade era por excelência o lugar da urbanidade, do comedimento e dos bons modos, do *homme civilisé*, o espaço do rústico estaria entregue, às grosserias, às rudezas do campo e das aldeias, conforme definiu Rapahael Bluteau.¹⁴ A urbanização constituía uma maneira de policiar o corpo social, ordenar as estruturas físicas e agir na disciplinarização dos corpos, visando controlar e urbanizar o convívio social. Neste sentido, a implantação de uma rede de abastecimento adequava o líquido natural ao uso dos cidadãos. Em outras palavras, metaforicamente, a adução das águas para dentro das vilas e cidades constituía uma forma de afastar do convívio urbano o seu estado “natural”, rústico. Os aquedutos e chafarizes não eram apenas o veículo e o suporte das águas, demonstrativos da capacidade técnica e artística de uma sociedade, mas uma maneira de tornar as águas apropriadas a um espaço instituído e ordenado. A artificialização do líquido na paisagem urbana caminhava em companhia à dos corpos que habitavam a cidade, cada vez mais distantes da vida natural, selvagem. O transporte e o oferecimento do líquido eram signos de uma transformação material, visível, da urbanização do corpo físico e social da cidade.

Na trama das representações, a oferta das águas urbanas poderia ser percebida e apropriada de diferentes formas pelos consumidores. Para habitantes, viajantes, governados e governantes, por vezes, era a sensação de ter as mãos com maior ligeireza o líquido para o

¹³SILVA. *Pedra e cal...*, p. 62-63. Para ver outros dizeres lapidados, sobre os personagens políticos envolvidos nas obras relativas à adução das águas na América Portuguesa e no Reino, cf. SANTOS, Noronha. Aqueduto da Carioca. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 4, 1940.; MOITA (org.). *D. João V e o abastecimento de água Lisboa*.

¹⁴BLUTEAU. *Vocabulario Portuguez e Latino [1712])...*, p. 47.

alívio da sede que importava. Ao lado da significativa alteração na organização espacial, as bicas transformaram a rotina e o tempo dos cidadãos. Esses equipamentos urbanos eram símbolos da comodidade e da rearticulação dos costumes: as fontes dispostas pelas ruas da cidade facilitavam o acesso ao líquido e o gesto de ir e vir dos ribeiros mais próximos foi se distanciando dos homens da cidade. Havia uma *urbe* antes e depois dos chafarizes. Estes, privilégio dos urbanos.

Ao todo, nos foi possível identificar no espaço urbano de Mariana 15 chafarizes, construídos entre a segunda metade do século XVIII e o início do XIX. Destes, 14 eram públicos e um, a Fonte da Samaritana, pertencia ao Palácio dos Bispos.(FIG. 15, p. 88) Para chegar a esse número consultamos os livros de despesa e contratos de obras firmados pela Câmara Municipal no período, bem como a produção historiográfica referente à constituição urbana da Mariana colonial¹⁵. Vale lembrar que no atual centro histórico restam poucos vestígios materiais dos chafarizes públicos, resultantes da progressiva inutilização e das demolições, combinadas ao descaso das políticas de preservação no século XX.¹⁶ No sítio urbano atual de Mariana ainda existem 7 chafarizes públicos: Chafariz dos Cortes, Chafariz dos Monsus, Chafariz do Conde de Assumar, Chafariz da Sé, Chafariz de São Pedro, Chafariz de São Francisco dos Pardos e a fonte dos quartéis. Por último, ainda ressaltamos que chegamos ao número de chafarizes públicos construídos, mas não nos foi possível estabelecer para todo este conjunto por quanto tempo permaneceram atuantes no abastecimento da cidade. No século XVIII, em Mariana, enquanto algumas

¹⁵ A documentação utilizada e os referenciais historiográficos utilizados que nos permitiriam traçar uma imagem do circuito das águas em Mariana Setecentista foram descritas no segundo capítulo, nota 70, deste trabalho.

¹⁶ Para ver a localização dos chafarizes remanescentes no centro histórico de Mariana, conferir o mapa produzido em anexo, “O caminho das águas: aqueduto e chafarizes de Mariana”. Não discutiremos nesta dissertação as políticas públicas de preservação desses monumentos. Ressaltamos, entretanto, que o único tombado individualmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi o quadro esculpido da Samaritana, resquício da Fonte da Samaritana, que pertencia ao Palácio do Bispo e hoje se encontra no Museu Arquidiocesano da cidade. Os demais chafarizes de Mariana estão inclusos no acervo arquitetônico e paisagístico tombado da cidade. Referência: Processo nº 69, Livro de Belas Artes, folha 12, 14 de maio de 1938. In: Maria Elix Carrazzani (coord.). *Guia dos Bens Tombados*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1980, p. 171. Cf. versão atualizada: Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional. *Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio (1938-2009)*. 5. ed. rev. e atual.. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1356>. Acesso em: 09 out. 2010. Sobre o tema políticas de patrimônio conferir o capítulo 7 de FONSECA. *Mariana: gênese...*, pp.145-180; e FISCHER, Mônica. *Mariana: os dilemas da preservação histórica num contexto social adverso*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte,1993.

dessas obras foram demolidas, outras foram sendo edificadas. Desta forma, os 14 chafarizes públicos não abasteceram a cidade ao mesmo tempo. De acordo com Aires de Casal, na sua passagem pela cidade em 1817, havia sete chafarizes de boas águas.¹⁷ Não sabemos se, durante sua permanência, ele chegou a conhecer todas as fontes públicas, espalhadas por diferentes pontos, ou se a contagem condizia com o abastecimento do sítio urbano na segunda década do Oitocentos. De qualquer forma, é preciso considerar que tratamos de uma reconstituição aproximada do que teria sido a permanente reconfiguração, que caracterizava um circuito de abastecimento de água provido pela Câmara na cidade.

Nossa intenção não consiste em proceder a uma análise descritiva dos chafarizes e fontes públicas de Mariana, mesmo porque os referenciais urbanos encontrados na documentação e nos indícios arqueológicos existentes não nos permitem localizá-los com exatidão, tampouco descrevê-los, e ainda assim os que subsistem atualmente estão em péssimo estado de conservação e/ou foram deslocados do local de origem, como ocorreu com a Fonte dos Quartéis e o Chafariz da Sé, conforme apresentamos, a seguir:

¹⁷ CASAL, Aires. *Corografia Brasílica* [1817]. Prefácio de Mário G. Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1976, p. 169.

FIGURA 17. Fonte dos Quartéis, 1967



Fonte: IPHAN/Belo Horizonte, Pasta Mariana, Fotos, 1967

FIGURA 18
Fonte dos Quartéis, 2010



Fonte: Acervo da autora, 2010

As fotos da FIGURA 17, pertencentes ao arquivo do IPHAN, superintendência de Minas Gerais (Belo Horizonte), são registros da reconstrução da Fonte dos Quartéis ou dos Cavalos. As fotos (1) e (6) correspondem ao momento final da edificação da obra. Conforme descrito no verso das imagens, em julho de 1967, foram encontradas no beco de algumas residências pedras do Tanque dos Cavalos (5), transportadas para a Praça Gomes Freire, local onde foi montada a fonte, conforme demonstram as imagens (2), (3) e (4). Ainda presente na Praça (FIG. 18), é possível que esta fonte seja a antiga Fonte dos Quartéis, construída em 1749, no Largo dos Quartéis.

FIGURA 19
Chafariz da Sé



Fonte: (a) autoria e data desconhecidas;
(b) acervo da autora, 2006;
(c) acervo da autora, 2010

As fotos demonstram três momentos distintos da trajetória do Chafariz da Sé. A imagem (a), de autoria e data desconhecidas, demonstra o local original de sua edificação. Construído no Oitocentos, não sabemos quando o chafariz foi trasladado para atrás do edifício da Câmara, onde permaneceu até 2008 (b), quando retornou ao seu antigo local (c), após reforma ocorrida no Largo da Sé.

Do conjunto dos 14 chafarizes públicos, 11 foram construídos no século XVIII e três no século XIX,¹⁸ conforme QUADRO 6, a seguir:

QUADRO 6

Chafarizes de Mariana (1745-1802)¹⁹

Nome	Data de construção	
(1) Chafariz de São Pedro	(*) meados do século XVIII	Chafarizes abastecidos pelo Aqueduto de Mariana
(2) Chafariz de São Francisco dos Pardos	(*) meados do século XVIII	
(3) Chafariz de São Francisco dos Brancos	(*) meados do século XVIII	
(4) Fonte dos Quartéis	1749	
(5) Chafariz de Repuxo da Praça	1749	
(6) Fonte e Tanque da Câmara	1782	
(7) Chafariz de Tomé Dias	1795	
(8) Novo Chafariz da Praça	1795	
(9) Novo Chafariz de Tomé Dias ou Conde de Assumar	1801	
(10) Chafariz da Rua dos Cortes	1802	
(11) Chafariz da Sé	(*) século XIX	
(12) Fonte dos Monsus	1768	Chafarizes abastecidos por nascentes próximas
(13) Chafariz de São Gonçalo	1759	
(14) Fonte do Seminário	1757	
(15) Fonte e Tanque da Samaritana	(*) entre fins do século XVIII e início do século XIX	

Fonte: AHCMM. Auto de Arrematação. Códices 180, 122, 135, 220, 377, 210. Listas de receita e despesa. Códices 572, 679, 201, 660, 176, 151, 649, 73, 75, 384,701, 382, 141, 202, 277, 124.

Os (*) indicam os chafarizes que não localizamos a data exata de edificação, mas foram identificados reparos e intervenções, conforme consta nos contratos de obras do período analisado neste trabalho.

¹⁸ Cruzamos as informações trazidas pela historiografia urbana de Mariana, os relatórios das escavações arqueológicas ocorridas em 2008 e 2006 e os manuscritos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana pesquisados, conforme já descrito no segundo capítulo. Cf. nota. 70, capítulo 2.

¹⁹ Para ver a disposição destes chafarizes na cidade de Mariana, cf. FIGURA 15. Para saber quais chafarizes existem atualmente na cidade, ver o mapa em anexo.

De acordo com o QUADRO 6, 11 chafarizes foram alimentados pelo aqueduto subterrâneo, enquanto três fontes públicas da cidade foram guarnecidas por nascentes que lhe eram próximas, o que reforça, conforme mencionamos no capítulo 2, que a Câmara soube aproveitar os recursos hídricos presentes no interior do núcleo urbano, e que a construção do aqueduto subterrâneo foi fundamental para guarnecer a cidade de maior volume do líquido e, assim, mais fontes públicas no seu espaço urbano.

Para efeito comparativo, vale lembrar que o Rio de Janeiro contava com 11 chafarizes públicos, enquanto Vila Rica era alimentada por 18, provavelmente, a maior rede de abastecimento no Setecentos.²⁰ Tais chafarizes, enquanto espaços produzidos para ordenar as águas, estavam investidos de uma série de artificios dedicados a ordenar também seus consumidores. Entendemos que essas obras públicas eram produzidas segundo as intenções daqueles que as fabricaram e, por isso, analisamos a composição dos chafarizes de Mariana em dois níveis interdependentes: a forma de organização da estrutura interna desses equipamentos urbanos e os locais eleitos para abrigar esses suportes das águas no espaço da cidade.

A disposição interna e espacial

Os chafarizes públicos coloniais geralmente apresentavam um frontispício com uma ou mais bicas, metidas em carrancas ou ornamentos decorativos. A água caía continuamente pelos canudos em direção à taça (pia) e suas sobras eram reaproveitadas nos bebedouros para os animais e nos tanques para as lavadeiras. Nem todas as obras gozavam de todos esses elementos na sua estrutura interna. Raphael Bluteau definiu o chafariz como uma obra que resguardava em si um espaço apropriado ao consumo humano, enquanto a fonte era própria aos animais:

Chafariz: dizem alguns que é palavra arábica e que propriamente significa fonte com bicas e posto que algumas fontes, que não tem bica, como o chafariz dos cavalos se chamam chafariz, este nome foi introduzido por abuso. [...] o Chafariz dos cavalos não é chamado chafariz, mas fonte. Nas palavras de outros, chafariz é

²⁰ Cf. SILVA. *Pedra e cal...*, p. 58.; CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

palavra que nos deixaram os mouros, particularmente em Lisboa, e quer dizer: fonte pública alta e de bicas.²¹

Em Mariana, essa distinção entre chafariz e fonte para consumo dos homens e dos animais não esteve entre as preocupações dos contemporâneos. Em 1768, a Fonte dos Monsus, que “ficava da outra banda da ponte do Monsus”, apesar da denominação, contava com uma bica “de pedra lavrada”, com espaço reservado para caber “um barril bem à vontade por baixo”, “com parede de pedra e cal”.²² As águas escorriam da bica para uma pia de pedra e dali escoavam para onde “mais conveniente for para beberem os cavalos”.²³ Em 1797, nos registros dos reparos realizados pela Câmara, foi nomeada “Chafariz no Alto dos Monsus” e ganhava um tanque de pedra com dois “piões” de pedra “com uma laje em cima para assento dos barris”.²⁴ Nas duas obras foram preservados ambos os espaços, para animais e humanos. Isso sugere que a distinção entre fonte e chafariz não importava para os construtores e consumidores, ou então que os critérios de diferenciação eram outros, como o rebuscamento de seus ornamentos na estrutura artístico-construtiva.²⁵

A Fonte dos Quartéis, construída por Domingos Rodrigues Torres em 1749, levou o nome do antigo prédio do Quartel dos Dragões do Conde de Assumar, provavelmente por ter sido edificada nas imediações do edifício.²⁶ Com uma “pirâmida (sic) com três bicas e seu tanque de largura suficiente e seus bocais de bronze”, apresentava “balaustres de pedra

²¹ BLUTEAU. *Vocabulario Portuguez e Latino...*, p. 266. Sobre a origem da palavra chafariz, cf. também: *Fontes e chafarizes do Brasil*. São Bernardo do Campo, SP: Mercedes-Benz do Brasil, 1991, p. 57.

²² AHCMM. Condições com que se há de fazer a fonte que fica da outra banda da Ponte dos Monsus para baixo do Portão da Chácara do Capitão Domingos Pereira. Códice 377. 30/12/1768. fls. 60-61v. A fonte passou por reformas em 1792 (AHCMM. Códice 687. fl. 98) e foi reconstruída em 1797 (AHCMM. Códice 209. fls. 192v-199).

²³ AHCMM. Condições com que se há de fazer a fonte que fica da outra banda da Ponte dos Monsus para baixo do Portão da Chácara do Capitão Domingos Pereira. Códice 377. 30/12/1768. fls. 60-61v.

²⁴ Não encontramos o significado do termo “pião”, mas pelo contexto parece se tratar de um suporte adequado que acomodava os barris. AHCMM. Registro das condições do encanamento da água para o Chafariz no alto dos Monsus, que mandaram fazer os Senhores do Senado o presente ano de 1797. Códice 377. 02/07/1797. fls. 274-274v. Nesta obra foi utilizado o massame, resto de um tanque desmontado próximo à Igreja de São Francisco. O referido massame poderia se tratar da Fonte dos Quartéis ou da Fonte de São Francisco dos Brancos, no mesmo largo.

²⁵ Sobre o termo “estrutura artístico-construtiva”, cf.: BASTOS. *A arte do urbanismo conveniente...*, p. 91.

²⁶ O quartel já estava em desuso em 1749, quando foi construída a fonte que levou seu nome (cf. FIGURAS 17 E 18).

ou [piões] para assentarem os barris”. Formas construtivas as quais revelam que o espaço das fontes estava apto a atender também o consumo dos habitantes.²⁷

A preocupação com os diferentes usuários dos chafarizes e das fontes públicas revelou a existência de uma organização interna do ambiente dessas obras, visando ao próprio ordenamento do consumo das águas. A divisão por meio das estruturas arquitetônicas, por um lado, imprimia normas de consumo e preservava a salubridade nos equipamentos urbanos e, por outro lado, privilegiava o consumo humano na repartição das águas. O chafariz construído em 1749 na Vila de São José (Tiradentes) é elucidativo neste sentido. A obra pública atendia habitantes, animais e lavadeiras em distintos espaços de sua estrutura artístico-construtiva: à sua frente, uma mureta de pedra impedia o acesso dos animais, que por sua vez possuíam espaços próprios para a ingestão das águas. Atrás do corpo principal da obra, em cada lateral, havia um tanque, um para os animais e outro para as lavadeiras.²⁸ O líquido escorria primeiramente para os indivíduos, em seguida os sobejos deste consumo eram divididos por dois canos, um para cada cocho, o das lavadeiras e o dos animais. Neste mecanismo, fica claro que a prioridade era oferecer aos homens sedentos águas límpidas e livres de qualquer sujidade. Os volumes do líquido que sobravam caíam em ambientes onde os animais se lambuzavam e as lavadeiras misturavam roupas, louças e sabão.

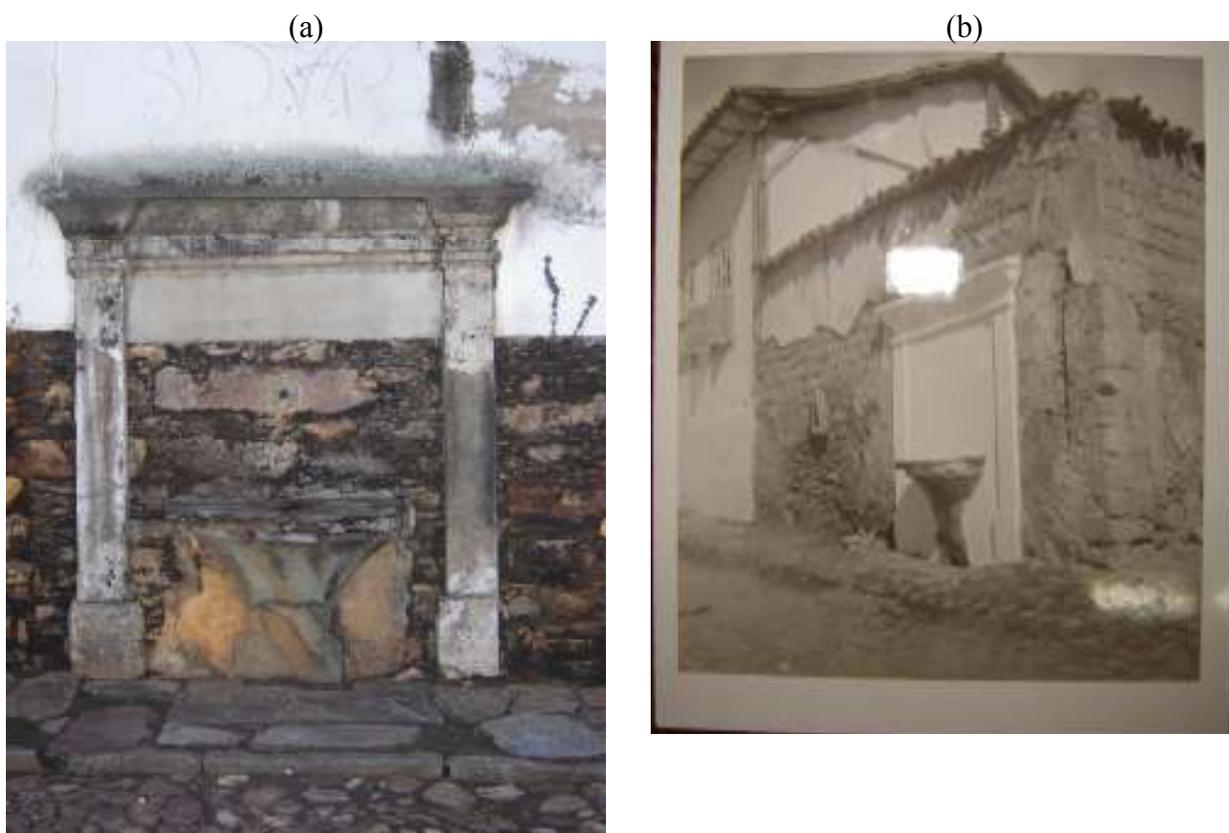
Em Mariana, predominou nos chafarizes públicos a existência de ambientes adequados ao consumo dos animais e dos homens. Os chafarizes de São Gonçalo, Seminário, Monsus, Rossio, Quartéis, São Pedro e da Praça contavam em seu complexo arquitetônico com tanques para os cavalos e bicas para servir aos habitantes. Além da disposição dos ambientes internos, os chafarizes eram investidos de artificios construtivos que traziam maior comodidade aos consumidores. O Chafariz dos Cortes (FIG. 20), edificado em 1802, na rua de mesmo nome, era uma construção simples, com uma pia e “copos de pedra para neles se *descansarem os barris*, quando estiverem enchendo” ,“toda esta obra feita e acabada de alvenaria fingida rebocada e caiada e com duas bicas de latão

²⁷AHCMM. Auto de arrematação do chafariz e fonte que se há de fazer nesta cidade que arrematou Domingos Rodrigues Torres. Códice 135. 26/02/1749. fls. 50v-53v. O Chafariz da Praça e a Fonte dos Quartéis foram arrematados em mesmo contrato. Em ambos recomendava-se ao construtor a colocação de balaustres para assentarem os barris.

²⁸ Sobre o chafariz de Tiradentes ver: MOURÃO, K. *op.cit.* pp. 243-244.

para por ela esgotar as águas”.²⁹ Os lugares próprios para assentos dos barris davam certo conforto aos usuários, que, enquanto esperavam encherem seus potes d’água, entretinham-se em conversas e murmurinhos, um tempo livre de espera nesse ambiente de convívio social. O filete de água que caía continuamente até encher o barril era habilmente aproveitado pelos homens que ali estavam.³⁰ A função cômoda dos copos de pedra, localizados abaixo das bicas, capazes de suportar o peso dos barris, além de uma finalidade prática e útil aos consumidores, impedia a água de se “esparrinhar (sic)”³¹ pelo largo, preservando, deste modo, a obra pública e a salubridade urbana.

FIGURA 20 - Chafariz dos Cortes



(a) Chafariz dos Cortes ; (b) reforma ocorrida no Chafariz dos Cortes em 1767

Fonte: (a) Acervo particular da autora, 2010; (b) IPHAN/Belo Horizonte, Pasta Mariana, Fotos, 1967.

²⁹ AHCMM. Códice 210. Registro das condições com que os senhores do Senado mandaram arrematar a fatura do chafariz da Rua dos Cortes. 23/12/1802. fl. 30 (grifos nossos)

³⁰ AHCMM. Registro das condições com que os senhores do Senado mandaram arrematar a fatura do chafariz da Rua dos Cortes. Códice 210. 23/12/1802. fl. 30.

³¹ AHCMM. Registro das condições do encanamento da água para o Chafariz no Alto dos Monsus, que mandaram fazer os Senhores do Senado o presente ano de 1797. Códice 377. 02/07/1797. fls. 274-274v.

A presença de certos elementos internos pode indicar, ainda, uma tentativa da ordem local não somente de orientar os frequentadores no ato de consumo das águas nas fontes públicas, mas também de distribuir práticas ligadas às águas por determinados chafarizes da cidade. Em Mariana, a Fonte do Seminário foi a única que contou com um espaço próprio para as lavadeiras, elemento que acabou por lhe agregar um perfil diferenciado de usuários. Além de ser usada pelos seminaristas, escravos e outros habitantes da cidade, a Fonte do Seminário possuía um espaço dedicado às lavadeiras.³² Não sabemos dizer porque especificamente esta fonte foi escolhida para abrigar tal função, mas não podemos desconsiderar que a instalação de um cocho para as lavagens conferia a essa obra um aspecto distinto na paisagem urbana. Esse foi o chafariz dentro do núcleo urbano designado e autorizado pelo Senado para atender as lavagens dentro do centro urbano de Mariana. Lavadeiras permaneciam horas a fio executando seu ofício diário no cocho público.³³

Em certos casos, a imposição de artificios construtivos, aliada aos editais proibitivos, visava restabelecer a ordem e evitar novos desvios nos chafarizes públicos. Merece destaque a reforma realizada por D. João II no Chafariz de El-Rei de Lisboa em 1551. Para evitar os distúrbios no dito chafariz, “o de maior caudal e o mais procurado”, a Câmara da capital metropolitana dividiu as seis bicas de acordo com a seguinte serventia:

Na primeira bica abasteciam os negros, forros e cativos, os mulatos e os índios; na segunda, os moiros das galés, e os da primeira bica, quando fosse necessário; a terceira e quarta estavam reservadas aos homens e moços brancos; na quinta enchiam as mulheres pretas e na sexta as mulheres e moças brancas. A quem infringisse esta ordem eram aplicados severos castigos – açoitamento com baraço (sic) e pregão, ao redor do Chafariz, sendo de cor; 2000 réis de multa e três dias de cadeia, sendo branco o prevaricador.³⁴

³² AHCMM. Registro das condições com que os Senhores do Senado mandaram arrematar a obra da Fonte do Seminário o presente ano de 1803. Códice 210. 23/07/1803. fls. 33-34.

³³ Até 1803, não encontramos qualquer referência à construção de espaços dedicados as lavagens na cidade. As lavadeiras se dividiam entre o uso dos rios e dos córregos próximos aos núcleos urbanos, e ainda entre as demais fontes públicas da cidade, o que era proibido pelo Senado, como veremos a frente. Somente em 1803, depois de vários editais proibitivos sobre o uso desses espaços para lavagens de roupas e louças que o governo local acabou por criar um espaço próprio ao exercício deste ofício na Fonte do Seminário. Para o Rio de Janeiro, Noronha Santos mencionou o espaço requerido pelos oficiais camarários para a lavagem das roupas no Chafariz do Largo do Carmo que desejavam construir em 1735 com as rendas da Fazenda Real. SANTOS. Fontes e chafarizes do Rio de Janeiro, p. 10.

³⁴ CAETANO, Joaquim Oliveira. *Chafarizes de Lisboa*. Lisboa: Distri Editora, 1991, p. 12.

Em Mariana, a Câmara Municipal foi obrigada a investir continuamente no reforço das estruturas construtivas. As depredações ocorridas nas fontes públicas pareciam resultar dos usos contínuos, distúrbios e tentativas de furtar água nos canos subterrâneos adjacentes. Em 1769, o governo local mandou colocar uma laje grossa “em termo que os vizinhos não a levantem, para tirarem água do cano” no registro próximo à Fonte de São Pedro.³⁵ Em 1776, ordenou que três pedras fossem metidas “por fora no tanque da Fonte de São Francisco dos Brancos, para segurar os [gatos] do mesmo tanque” por terem-no furtado.³⁶ Na construção da nova Fonte da Praça, em 1795, o construtor Francisco Álvares Quinta se comprometeu:

Na parte de trás no lugar da caixa adonde (sic) despedir a água dos alcatruzes, será esta caixa ou pia, coberta por cima em razão dos donos dos quintais não poderem bulir a água, como também os canudos serão metidos por dentro com azas e chumbados para os negros os não poderem arrancar.³⁷

Ademais, não podemos deixar de mencionar que nesse jogo entre a divisão das estruturas internas e a ordenação das águas e dos consumidores, os chafarizes públicos assumiam, simultaneamente, a função de “contribuir para o equilíbrio arquitetônico e urbanístico” da cidade.³⁸ Conforme resumiu Rodrigo Bastos, “os chafarizes deveriam satisfazer a uma necessidade ordinária, segura e permanente de água, decorando, através de obra extremamente necessária, o ambiente urbano da povoação”.³⁹ Funcionalidade,

³⁵ AHCMM. Registro das condições com que João Caldas arrematou o conserto da Cadeia e Casa da Câmara e Cadeia e calçadas no caminho do morro de Domingo Velho. Códice 377. 11/12/1769. fls. 74v-75.

³⁶ AHCMM. Registro das condições com que José Pereira Arouca arrematou os concertos no cano da água das fontes desta cidade. Códice 377. 14/12/1776. fls. 148v-149. Gato, conforme definiu Afonso Ávila, era uma peça de ferro que unia e segurava duas pedras de cantaria. ÁVILA, Afonso. *Barroco Mineiro: Glossário de Arquitetura e Ornamentação*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. (Coleção Mineiriana)

³⁷ AHCMM. Condições por donde se há de arrematar a fatura da fonte que se pretende fazer encostada a parede que divide o quintal de Dona Joana com a frente para o largo da Praça por ordem dos Senhores do Senado da Câmara que serve este presente ano de 1795. Códice 682. fls. 130-130v.

³⁸ CONCEIÇÃO. *A consagração da água através da Arquitetura...*, p. 346. A respeito das formas de classificação dessas obras públicas na Arquitetura, segundo a inserção urbana e a conformação espaço-formal, Conceição apresentou uma síntese das principais classificações existentes. Ver o item 4.3 da obra anteriormente citada. O estudo de Fabiano G. da Silva merece destaque pela sua original abordagem acerca da influência da mão africana nos adornos, carrancas e demais ornamentos nos chafarizes públicos coloniais mineiros. SILVA, Fabiano G. da. Chafarizes e Máscaras: pequena referência à participação africana na produção artística mineira. In: PAIVA, Eduardo F.; IVO, Isnara P. (org.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2008., pp. 139-159.

³⁹ BASTOS. *A arte do urbanismo conveniente...*, p. 109.

estrutura arquitetônica e estética se confundiam e completavam o sentido desta obra pública na configuração da morfologia urbana. Por um lado, o chafariz público constituía a forma de organizar e distribuir as águas no ambiente urbano e, por outro, sua arquitetura tanto a maneira de “consagrá-las”, como a de organizar seu consumo no espetáculo da cena urbana.⁴⁰ A organização interna e a disposição desses suportes da água pela cidade eram aspectos entrelaçados. Enquanto o arranjo interno do chafariz se adequava ao público pretendido e ao local em que foi edificado, o lugar eleito para a obra pública representava a maneira como o Concelho organizava o abastecimento de água pela cidade.

Em síntese, tais equipamentos assumiam na rede hídrica a função de “pontos terminais de uma conduta de abastecimento”.⁴¹ Ou seja, quando o governo local desejava edificar uma nova fonte pública em Mariana, determinava ao arrematante encarregado que construísse um canal emissário do aqueduto subterrâneo até o novo ponto escolhido para oferecer água à população. Neste sentido, o modelo de distribuição das águas consentia aos vereadores o poder de escolher os locais dentro da cidade a serem guarnecidos pelo líquido. Assim, os chafarizes e fontes públicas completavam o circuito das águas ao fazerem jorrar por suas bicas o líquido escondido pelo emaranhado de canos subterrâneos, o que nos leva à seguinte indagação: na medida em que os suportes das águas eram artefatos produzidos e colocados em locais previamente escolhidos pela Câmara, quais teriam sido os espaços considerados apropriados para os chafarizes ocuparem na paisagem urbana?

Partimos do pressuposto de que a construção dos pontos de abastecimento d’água na cidade envolveu um conjunto de estratégias e interesses do poder local. Como, por exemplo, as bicas d’água construídas no novo caminho de Mariana para Vila Rica em 1782, uma das exceções de fornecimento de água fora dos limites da cidade.⁴² Esta obra exercia uma função importante: provia o líquido precioso àqueles que transitavam no novo trecho do caminho construído para ligar as sedes do poder eclesiástico da Capitania e civil da

⁴⁰ De acordo com Luís Felipe da Conceição, os chafarizes constituíam um suporte edificado com recursos da arquitetura, da escultura e de enquadramento urbano, “uma arquitetura de consagração da água”. CONCEIÇÃO. *A consagração da água através da Architectura...*, p. 346.

⁴¹ CONCEIÇÃO. *A consagração da água através da Architectura...*, p. 339.

⁴² De acordo com Salomão de Vasconcellos, em 1782, o governador D. Rodrigo José de Menezes ordenou a construção de um novo caminho para ligar Mariana a Vila Rica. VASCONCELLOS, Salomão de. *Breviário Histórico e Turístico da cidade de Mariana*, p. 16. O novo caminho, assim como as bicas d’água, foi financiado com as rendas da Câmara de Mariana e executado por José Pereira Arouca. AHCMM. Auto de arrematação. Códice 377. 02/07/1782. fls. 90-90v. Sobre reparos no caminho, cf. também as obras realizadas: AHCMM. Auto de Arrematação. Códice 377. 04/08/1781. fls. 181-183v.

Comarca. Fora do limite urbano de Mariana, a posição estratégica destas bicas atraía os habitantes ao uso do itinerário criado pela Câmara para ligar esses centros urbanos. Afinal, a informação de que havia disponibilidade de água no trajeto certamente influenciava na escolha dos transeuntes. Neste caso, as bicas serviam como um atrativo estratégico na instituição e regulação do uso dos caminhos estipulados pela ordem local. Neste sentido, merece também atenção o Chafariz de São Pedro, construído entre os anos de 1749 e 1752, próximo à Igreja de São Pedro. A partir de 1782, a entrada de Mariana para quem vinha de Vila Rica foi deslocada para o Morro de São Pedro. Com isso, o chafariz passou a contar com um número cada vez maior de tropeiros e viajantes, além dos habitantes que habitualmente recorriam à obra pública situada no fim da Rua Nova. Vale lembrar que essa rua resultou da reconfiguração urbana da cidade e a Igreja de São Pedro, situada no fim dela, tornou-se um dos novos limites da povoação na segunda metade do século XVIII.⁴³

A Rua Nova, em toda sua extensão, era abastecida por três chafarizes, os quais levaram em sua denominação o nome dos templos religiosos adjacentes.⁴⁴ o Chafariz de São Pedro, São Francisco dos Pardos e São Francisco dos Brancos. A construção desses chafarizes na mesma rua do aqueduto subterrâneo deveria ser financeiramente favorável aos cofres do Concelho, uma vez que diminuiria os custos das obras e evitaria possíveis dificuldades técnicas na disposição e declive dos canos no terreno urbano. Outro fator que nos chamou atenção, acerca do local onde foram edificadas, foi a proximidade dos templos

⁴³ Desconhecemos a data de edificação do Chafariz de São Pedro, mas sua obra foi contemporânea à da igreja de mesmo nome. De acordo com Salomão de Vasconcellos, as obras da Igreja de São Pedro, onde anteriormente existia a forca do povoado, iniciaram-se por volta de 1752. Segundo Raimundo Cônego Trindade, as obras tiveram início em 1749. Acreditamos que o chafariz foi edificado após 1749, quando estava pronto o aqueduto subterrâneo que o alimentava. A primeira menção a essa obra foi encontrada em 1769, quando João de Caldas Bacelar foi encarregado de fazer um paredão “junto ou de frente da Fonte de São Pedro” e tapar um caminho que segue por baixo da rua, para evitar a passagem dos carros e dar segurança à mesma e ao cano d’água. AHCMM. Consertos dos catres, Casa da Câmara, aqueduto da água das fontes e chafarizes e calçadas no caminho de Domingos Velho. Códice 377. 31/12/1769. fls. 74v-75.

⁴⁴ A primeira evidência documental encontrada sobre os três chafarizes consta no contrato de arrematação firmado em 1769, citado em nota anterior. O mesmo contrato determinava que o arrematante era obrigado a consertar o cano da Fonte de São Francisco dos Pardos e a bica e tanques da Fonte de São Francisco dos Brancos. A respeito da Arquiconfraria de São Francisco, Salomão de Vasconcellos informou que o edifício atual foi construído em 1784 para atender aos irmãos pardos, mas que anteriormente (não citou data) existia no mesmo terreno a capela provisória de Nossa Senhora dos Anjos, que aguardava autorização régia da confirmação da Confraria dos Irmãos Pardos. A Ordem Terceira de São Francisco de Mariana data de 1758, inicialmente instalada na Capela de Sant’anna. Em 1761, comprou os terrenos onde atualmente se encontra a Igreja de São Francisco de Assis. A construção do prédio religioso na Praça da Câmara foi iniciada em 1762 e concluída em 1794. José Pereira Arouca, irmão da Ordem Franciscana arrematou as obras de pedra e Sebastião Martins as de madeira. VASCONCELLOS, Salomão. *Breviário Histórico e Turístico da cidade de Mariana...*, pp. 30-41.

religiosos. Tal proximidade pode ser indício da existência de uma prática urbanística a qual, ao mesmo tempo em que guarnecia os irmãos cristãos em seus rituais católicos, procurava combinar os espaços de abastecimento d'água aos locais associados à ordenação social na cidade. Aventamos a hipótese de que os espaços religiosos impunham certa ordem aos largos nos quais se situavam e, portanto, imprimiam certo respeito aos usuários que se dirigiam aos chafarizes adjacentes. Não podemos afirmar que o Estado se valia dessas alternativas urbanas para manter a ordem nos chafarizes públicos. Entretanto, se essa estratégia permanece no campo da hipótese, a concessão de penas d'água para dentro dos terrenos religiosos subsistia como prática comum em Mariana. Em 1797, na reconstrução do Chafariz dos Monsus e de seu encanamento, um dos canos seguia por um dos lados da Capela do Rosário e continuava pela mesma rua até chegar à obra pública.⁴⁵ Acreditamos que ao menos uma pena d'água deveria beneficiar o templo. Próximo aos chafarizes, fontes públicas e seus encanamentos, as instituições religiosas foram privilegiadas no acesso às águas dentro da cidade.

⁴⁵ AHCMM. Registro das condições do encanamento da água para o Chafariz no alto dos Monsus que mandam fazer os Senhores do Senado o presente ano de 1797. Códice 377. fls. 274-274v. Arrematante: João Miguel Ferreira; valor: 588\$000 réis.

FIGURA 21
Fonte dos Monsus



Fonte: Acervo da Autora, 2006

FIGURA 22. Chafariz de São Pedro



Fonte: Acervo da autora, 2006

FIGURA 23. Chafariz de São Francisco dos Pardos



Fonte: Acervo da Autora, 2010

A edificação de fontes e chafarizes próxima aos espaços de exercício da religiosidade sugere, ainda, a existência de uma preocupação do Estado com estas instituições. Em outras localidades da América Portuguesa, o exercício das ordens seculares e, por consequência, a clausura, justificavam o fornecimento de água para dentro de seus muros. Em João Pessoa, de acordo com André Cabral Honor, no século XVI, os frades de São Bento contavam com uma fonte abastecida pela terceira parte das águas que alimentavam o chafariz da cidade.⁴⁶ Na mesma localidade, o Convento dos Franciscanos, em 1717, foi guarnecido em seu interior com a Fonte de Santo Antônio, de uso exclusivo da congregação e alimentada com as águas do próprio terreno. Em raros momentos, ela foi aberta ao público, apenas em casos de “calamidade quando foram instalados hospitais de emergência no convento”.⁴⁷ Neste caso, parece-nos que os próprios franciscanos arcaram com os custos e com os benefícios da Fonte de Santo Antônio.

Não encontramos evidências de que o Estado era obrigado a fornecer água às instituições religiosas. A concessão de anéis e penas d’água aparece mais como uma situação oportuna e conveniente do que efetivamente um dever assumido pelas autoridades municipais e/ou reais⁴⁸. Em Portugal, a concessão de água aos prédios religiosos ocorreu em certos casos por mercê real⁴⁹ e, em outros, as instituições religiosas investiram com seus próprios recursos no abastecimento.⁵⁰

⁴⁶ HONOR, André Cabral. *Sociedade e cotidiano: as fontes d’água na formação da cidade de João Pessoa no período colonial*. (Bacharelado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006, pp. 38-55.

⁴⁷ HONOR. *Sociedade e cotidiano...*, p. 38.

⁴⁸ Noronha Santos mencionou o caso do Chafariz das Saracuras no Rio de Janeiro, alimentado por um anel de água do Aqueduto da Carioca concedido às religiosas do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda em 1799 pelo vice-rei do Brasil (1790-1801) D. José Luís de Castro. SANTOS, Noronha. *Fontes e Chafarizes...*, pp. 84-85.

⁴⁹ Em 1750, os moradores de Coimbra reclamavam sobre a diminuta água que corria pela cidade a sua Majestade. O conflito envolvia interesses e desafetos que não trataremos. Mas vale ressaltar, que o Mosteiro de Santa Cruz envolvido na querela se valia da prerrogativa “das grandes doações a fim da perpetuidade e uso das águas”, concedidas pelo Rei D. Sebastião sobre o aqueduto, construído para alimentar os cidadãos. AHU. Reino. Cx. 41; pasta 30.

⁵⁰ No Convento Franciscano de Varatojo, em Torres Vedras, os frades souberam se aproveitar de três minas d’água localizadas em seu terreno para garantirem a subsistência da comunidade religiosa. O edifício construído em 1474, no século XVIII foi aparelhado com um sistema de galerias subterrâneas que permitiu a irrigação de hortas e suas instalações. MASCARENHAS, José M. de.; ROUILLARD, J.; BERTHIER, K.; BENOÎT, P.; JORGE, V. A exploração dos recursos hídricos no convento Franciscano de Varatojo (Torre Vedras). Boletim Cultural da Assembléia Distrital, Lisboa, nº 95, v. 2, 2010. A respeito da utilização dos recursos hídricos nos conventos portugueses nos períodos medieval e moderno, cf.: MASCARENHAS, José Manuel; BECASIS, M. H.; JORGE, V. F. *Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*. Lisboa: Fundação Oriente, 1996.

Na capital religiosa das Minas, a Fonte do Seminário foi exemplo do aproveitamento de nascentes no terreno urbano. Tal fonte pública, próxima ao Seminário da Boa Morte, foi edificada “ao pé da ponte que vai para o Seminário” e servia aos seminaristas e habitantes da cidade.⁵¹ Arrematada em 1756, foi novamente a pregão em 1757, quando Bento Marinho se encarregou de executá-la.⁵² De acordo com o auto de arrematação, a obra pública contava com duas bicas de pedra lavradas “com alguma cantaria”, com espaços para “tomar águas e beber cavalos”.⁵³ Ao longo da segunda metade do século XVIII, a Fonte do Seminário sofreu vários reparos e ampliações em sua arquitetura para continuar a fornecer água à população: em 1767 ganhou uma bica de bronze “em uma forja de pouca obra ou carranca”⁵⁴; em 1775, novos alcatruzes de pedra sabão com objetivo de “juntar toda a água para subir tudo quanto for possível”;⁵⁵ e, em 1803, um tanque para as lavadeiras, como já mencionamos, o único na cidade, abastecido pelos sobejos das águas que enchiam os barris.⁵⁶

Os chafarizes públicos poderiam contribuir para assegurar ou alterar a ordem urbana. A trajetória dos Chafarizes do Rossio e de São Gonçalo demonstra como essas obras públicas interferiam na morfologia física e social dos espaços por elas ocupados no ambiente da cidade.

O Chafariz do Rossio, conhecido como Chafariz da Praça ou de Repuxo, edificado em 1749, foi o primeiro a receber as águas do aqueduto subterrâneo, construído neste mesmo ano.⁵⁷ Entre desmontes, construções e reparos sofridos, esta obra pública ocupava um espaço de exímia importância na vida urbana. De acordo com Salomão de Vasconcellos, o Rossio, também conhecido como Largo da Carvalhada, era o lugar da

⁵¹ AHCMM. Auto de arrematação da fonte junto a Ponte do Seminário. Códice 220. 23/07/1757. fl. 27.

⁵² As mesmas condições de execução do contrato da obra da Fonte do Seminário aparecem nos termos de arrematação firmados em 1756 e 1757. Provavelmente, o primeiro não foi executado e entrou novamente em pregão no ano seguinte. AHCMM. Auto de arrematação da Fonte junto da Ponte do Seminário e paredão no fundo do beco de Manoel José Pinto. Códice 220. 06/11/1756. fl. 16.; AHCMM. Auto de arrematação da fonte junto à ponte do Seminário. Códice 220. 23/07/1757. fl. 27.

⁵³ AHCMM. Auto de arrematação da Fonte junto a Ponte do Seminário. Códice 220. 23/07/1757. fl. 27.

⁵⁴ AHCMM. Auto de arrematação da nova Fonte ao pé da Ponte do Seminário desta cidade. Códice 377. 16/12/1767. fls. 39-41. Arrematante: Bento Marinho de Araújo. Valor: 145\$000.

⁵⁵ AHCMM. Auto de arrematação das calçadas novas e rebolidos muros e conserto da Fonte ao pé da ponte do Seminário, paredões e parapeitos da Ponte de Santa Ana. Códice 377. 08/12/1775. fls. 136-137v. Arrematante: Francisco Afonso Lages, Valor: 66\$940.

⁵⁶ AHCMM. Registro das condições com que os Senhores do Senado mandaram arrematar a obra da Fonte do Seminário o presente ano de 1803. Códice 210. 23/07/1803. fls. 33-34.

⁵⁷ AHCMM. Códice 135. Auto de Arrematação do Chafariz e fonte que se há de fazer nesta cidade. 26/02/1745. fls. 50v-53v.

cidade onde aconteciam os curros e as touradas, os festejos dos nascimentos e casamentos da família real e “outros acontecimentos retumbantes da época”.⁵⁸

FIGURA 24

Chafariz de Repuxo, de 1749



Fonte: VASCONCELLOS. *Breviário Histórico e Turístico da cidade de Mariana...* Desenho de Wash Rodrigues elaborado a partir do auto de arrematação de 1749.

⁵⁸ VASCONCELLOS, Salomão. *Breviário Histórico e Turístico...*; Saint- Hilaire, no início do século XIX, reiterava: “A Praça das Cavalhadas é um quadrilátero alongado e coberto de grama; é lá que nos festejos públicos se fazem as corridas a cavalo e os torneios públicos”. SAINT- HILAIRE. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais...*, p. 79

Em 1795, o chafariz que fazia parte desse cenário de intensa circulação foi desmontado para atender à reordenação espacial dirigida pela Câmara Municipal. Em acórdão do dito ano, os oficiais locais decidiram “fazer e regular a praça principal desta cidade vulgarmente chamada do Largo do Chafariz”.⁵⁹ A reforma envolveu o desmanche de parte da morada de Dona Joana Jacinta e a construção de um novo chafariz no largo, tudo para “regular e aformosear a praça”⁶⁰.

O motivo da reorganização espacial foi a falta de alinhamento entre as esquinas onde ficavam a casa de Dona Joana Jacinta e a morada da viúva Dona Rita Eufrázia. Conforme descrevem os oficiais locais no acórdão, a habitação de Dona Joana Jacinta “corria para o centro da praça”, fora do “ângulo correspondente” à esquina, onde estava a casa de Dona Rita Eufrázia. Após alguns anos de insistência, o Senado conseguiu convencer D. Jacinta, a qual aceitou que tirassem “semelhante obstáculo”, com a condição de que o governo local fizesse a casa da mesma forma para os fundos do terreno, em conformidade “com o outro referido ângulo, que faz para Rua de São José”⁶¹. Na mesma audiência, o Senado acordou ainda “mudar-se o Chafariz que está na dita praça por desembaraçá-la, encurtando-[a] proporcionalmente a um lado dela”.⁶² José Francisco Álvares procedeu à reedificação da casa de Dona Joana Jacinta Cláudia de Freitas⁶³ e Francisco Álvares Quinta, à demolição do Chafariz da Praça e à fatura de uma nova fonte, “encostada à parede que divide o quintal de Dona Joana Jacinta para o Largo da Praça”⁶⁴.

Será obrigado quem arrematar a obra acordada fazer da parede de D. Jacinta daquela que divide a Rua debaixo até o cunhal da Casa de D. Rita e dobrando a corda ao meio aonde der fará pião para o assento da dita fonte, dividindo o lugar

⁵⁹ AHCMM. Acórdão. Códice 209. 16/07/1795. fls. 132v.

⁶⁰ AHCMM. Acórdão. Códice 209. 16/07/1795. fls. 132v.

⁶¹ AHCMM. Acórdão. Códice 209. 16/07/1795. fl. 132v.. AHCMM. Registro das Condições porque se arrematou a mudança e reedificação das Casas de D. Jacinta Cláudia de Freitas, ano de 1795. fls. 250v-252v.

⁶² AHCMM. Acórdão. Códice 209. 16/07/1795. fls. 132v..

⁶³ AHCMM. Auto de Arrematação da mudança e reedificação da Casa de Dona Joana Jacinta Cláudia demolida no largo do Chafariz desta cidade. Códice 377. 07/1795. fls. 250-252v.

⁶⁴ AHCMM. Registro das condições com que se arrematou a fatura da fonte encostada a parede de pedra [...] e que divide o quintal de D. Jacinta no largo da praça e demolição do Chafariz da mesma praça. Códice 377. 10/07/1795. fls. 252v-253v.

que ela se ocupar tanto para um lado como para o outro em razão de ficar bem no meio daquela frente.⁶⁵

A reforma no Largo do Rossio indica a preocupação dos funcionários locais em regular o espaço físico do povoado. Tal intervenção primou pela ordenação visual da arquitetura da praça, dos elementos que compunham e davam forma àquela cena urbana em Mariana⁶⁶. Formada pelo conjunto de espaços, largos e complexos arquitetônicos, a cidade era a união desses ambientes. Cada elemento material da cidade contribuía para o funcionamento da fisiologia urbana e, no conjunto das atribuições incumbidas aos chafarizes, importava ainda estarem adequadamente dispostos, em harmonia e conformidade com o espaço onde foram inseridos. Na edificação da nova fonte, encostada ao centro do quarteirão, os furos para as bicas e seus canudos deveriam estar divididos “de sorte que não fique mais distância de um para o outro”, evidência de uma preocupação urbanística tanto com a organização interna, quanto com a finalidade essencial da obra: fornecer o líquido adornando apropriadamente o espaço da cidade.

O caso do Chafariz de São Gonçalo indica como os pontos de abastecimento da água estavam sujeitos tanto à ação daqueles que fabricaram essas obras públicas, como daqueles que se apropriavam delas.

A fonte pública construída em 1759, “na Rua Direita, junto à ponte de São Gonçalo”,⁶⁷ abastecia o arrabalde de São Gonçalo e ocupava uma posição importante, pois

⁶⁵ AHCMM. Registro das condições com que se arrematou a fatura da fonte encostada à parede de pedra [...] e que divide o quintal de D. Jacinta no largo da praça e demolição do Chafariz da mesma praça. Códice 377. 10/07/1795. fls. 252v-253v.

⁶⁶ Sobre a função e reformas nas praças coloniais Cf. CALDEIRA, Júnia Marques. *A Praça Brasileira: trajetória de um espaço urbano, origem e modernidade*. Tese (Doutorado em História). – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007, pp.73-93; CURTIS, James R. Praças, Place, and Public Life in Urban Brazil. *Geographical Review*, v. 90, n. 4, oct., 2000. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/3250780>. Acessado em: 22 mar.2009

⁶⁷ AHCMM. Acórdão. Códice 705. 13/02/1750. fls. 43v. Cf. também: AHCMM. Auto de arrematação do Chafariz que se há de fazer nesta cidade na Rua Direita junto a ponte de São Gonçalo que arrematou Domingos Rodrigues Torres por preço e quantia de 400\$000. Códice 135. 01/08/1750. fls. 96v-97. A arrematação não teve efeito, pois em 1753 novo edital a colocava em pregão (AHCMM. Códice 462. Edital, 10/11/1753. fl. 116.). Mas foi apenas em 1759 que Antônio Moreira executou o novo chafariz com seu aqueduto, recebendo pela obra, no ano seguinte, 1:200\$000 réis (AHCMM. Lista de despesa de 1760. Códice 176. fl. 154). O novo chafariz seria alimentado por uma mãe d’água que se localizava nas proximidades, obrigando o construtor a fazer todo o encanamento de telhões betumados de “cal e azeite de mamona” e de “cem em cem palmos uma pia de pedra para nela se assentar os esporos da dita água”. AHCMM. Códice 220. 25/04/1759. fls. 64v-65v.

fornecia o líquido na saída da cidade, “no caminho que segue para Vila Rica”.⁶⁸ Conforme vimos anteriormente, até 1782, era pelo morro de São Gonçalo que os transeuntes seguiam para Vila Rica, quando, então, um novo trecho do caminho foi modificado, transformando o Morro de São Pedro como novo ponto de saída da cidade.⁶⁹

A Fonte de São Gonçalo era abastecida por uma mina d’água do morro e foram frequentes as reclamações sobre a falta d’água e os reparos na sua estrutura construtiva para resolver este problema. Em 1762, poucos anos após sua inauguração, o ouvidor José Pio Ferreira Souto ordenou que se procedessem às intervenções necessárias no encanamento para que fosse incluída mais água naquele chafariz.⁷⁰ Na correição geral realizada pelo ouvidor Manuel Joaquim Pedroso, em 1781, o funcionário régio alegava sobre “a muita necessidade de se encanar as águas para o Chafariz de São Gonçalo”, localizado no “caminho [...] o mais antigo e primeira entrada desta cidade e o que dá passagem a todos os viandantes que iam para o Mato Dentro”. O governo local deveria tomar as providências cabíveis: “buscar mais alta [a água] para poder correr no mesmo chafariz, [...] porque os maiores daquela paragem padecem necessidade grande”.⁷¹

Segundo Moura Santos, o Chafariz de São Gonçalo foi instalado no Largo da Quitanda, conforme o nome indica “a praça do mercado, local onde os tropeiros que percorriam a região vendiam suas mercadorias”. De acordo com o autor, com a expansão da cidade para o sentido sul (atrás da Sé), o bairro decadente teria se transformado em “uma comuna de malandros e elementos da escória”.⁷²

Em 1801, uma medida da Câmara veio alterar ainda mais esse espaço da cidade. Os oficiais locais arremataram a trasladação do Chafariz de São Gonçalo para o Largo do

⁶⁸ Em 1760, João de Caldas Bacelar procedeu aos reparos na calçada e nas saídas das águas da Fonte de São Gonçalo que passavam pelo “rebaixe da calçada que segue para Vila Rica”. AHCMM. Registro das condições com que João de Caldas Bacelar arrematou a obra do paredão nas ilhargas da nova fonte. Códice 220. 10/12/1760. fls. 91-92v.

⁶⁹ VASCONCELLOS. *Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana...*

⁷⁰ AHCMM. Audiência da Correição da Câmara. Códice 173. Ano de 1762. fls. 27v-29.

⁷¹ AHCMM. Audiência Geral da Correição feita aos oficiais da Câmara desta cidade o presente ano de 1781. Códice 173. fl. 51v.

⁷² Encontramos duas referências de localização para a Fonte de São Gonçalo. Para Moura Santos, o chafariz teria sido construído no Largo da Quitanda, enquanto na arrematação da obra consta a edificação “na Rua Direita, junto à ponte de São Gonçalo”. Optamos por demarcar estas duas possibilidades na FIGURA 15, p. 88. Cf. o mapa em anexo. MOURA SANTOS, Waldemar de. *Lendas Marianenses*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1967 *apud* FONSECA. O espaço urbano de Mariana..., pp. 32, 51.

Rossio.⁷³ Os motivos que levaram a essa decisão ainda são incertos, mas aventamos que tanto a frequente falta d'água como a transformação do espaço do Largo da Quitanda teriam sido as duas razões principais do deslocamento dessa obra para outro trecho do espaço urbano. Vale lembrar também que, nesse momento, o Caminho de São Gonçalo já havia sido substituído pelo do Morro de São Pedro, mais um elemento que veio reforçar o contínuo desprestígio dessa região na cidade. Diante da falta d'água e dos possíveis conflitos decorrentes da própria disputa pelo minguado filete do líquido que corria pela obra pública, conjecturamos que a ação da Câmara tenha sido no sentido de eliminar a causa das desordens e reaproveitar aquela edificação em outra parte da cidade, onde havia água suficiente para abastecê-la.

Em 1801, o construtor João Miguel Ferreira executou a mudança do “chafariz da ladeira que vai para São Gonçalo para o Largo da Praça”.⁷⁴ De acordo com o auto de arrematação, ficou obrigado:

[...] a desmanchar o dito chafariz com toda a cautela e o mudará para o canto da estalagem de Tomé Dias Montes preparando entre o beco e a porta da estrebaria, ficando esta porta livre e desembaraçada [...]. E meterá dois canudos no chafariz bem grossos para caber muita água e serão de latão e porá toda a pedra que faltar e alcatruzes na caixa d'água que está na mesma ladeira.⁷⁵

A estalagem de Tomé Dias, localizada no Largo da Praça, contava com uma bica de água na sua porta desde 1795.⁷⁶ A tal fonte, alimentada pelo aqueduto subterrâneo, se resumia a uma “cortina de parede de pedra [...] com uma bica de pedra metida” por onde

⁷³ AHCMM. Registro das condições com que os senhores do Senado mandaram fazer a obra da mudança do chafariz da ladeira que vai para São Gonçalo para o Largo da Praça que arrematou João Miguel Ferreira o presente ano de 1801. Códice 210. 15/11/1801. fls. 20-20v.

⁷⁴ AHCMM. Códice 210. 15/11/1801. fls. 20-20v.

⁷⁵ AHCMM. Códice 210. 15/11/1801. fls. 20-20v.

⁷⁶ Foram encontradas referências de duas condições de execução de obras do Chafariz de Tomé Dias, idênticas. AHCMM. Condições por onde se há de arrematar e meter uma bica de água a porta de Tomé Dias Montes e a calçada a porta do Tenente Barbosa para ter mão no aterro da praça e o concerto da calçada do Itacolomi, como também todo o aterro da Praça desta Cidade. Códice 682. 08/07/1795. fls. 133-133v. AHCMM. Registro das Condições para que se arremata o conserto da calçada do Itacolomi, fonte ao pé da Praça e calçada defronte (sic) do Tenente Barbosa para segurança do dito aterro no córrego ano de 1795. Códice 377. 1/07/1795. fls. 255-255v.

escorria água para “uma pia grande [...] com um pé direito para assento dos barris”.⁷⁷ No ano de 1801, o Chafariz de São Gonçalo veio, provavelmente, ocupar seu lugar. Ainda hoje, ao lado do antigo Palácio do Conde de Assumar, existe um chafariz público, o qual acreditamos ser a obra trasladada de São Gonçalo, pois além de os aspectos construtivos descritos nas condições de execução da arrematação se aproximarem daqueles do Chafariz atual, este possui lapidada em sua estrutura a data de 1801, ano em que houve a mudança do equipamento urbano.

O deslocamento dessas obras pelo espaço urbano, a nosso ver, configura-se como uma estratégia do poder local para solucionar os entraves causados no serviço de abastecimento das águas. O objetivo principal da oferta das águas no espaço público era abastecer a povoação e, quando essa finalidade não era atendida pelo chafariz, tal obra acabava por apresentar não somente a incapacidade dos gestores urbanos, como também o espaço da desordem na cidade. Dessa forma, os pontos de abastecimento, fabricados e colocados para satisfazer as demandas do povo, poderiam se transformar em lugares de distúrbios e tumulto social. No caso específico de Mariana, o desmonte e a transposição do Chafariz de São Gonçalo para o Largo da Praça foram alternativas interessantes ao poder municipal, que por um lado retirou do arrabalde o lócus dos conflitos e brigas, visando restabelecer a ordem social, e, por outro, reaproveitou a edificação em outro ponto da cidade, oferecendo mais um Chafariz, agora alimentado pelas águas do aqueduto subterrâneo, para abastecer o povo. De certa forma, a maneira encontrada pela Câmara para contornar a situação acabou por reverter o problema a seu favor, já que o Chafariz dos tumultos de São Gonçalo se transformou no “novo” Chafariz da Praça, capacitado a fornecer o líquido tão desejado no espaço urbano. A partir de 1801, o Largo do Rossio contava com dois chafarizes: o Chafariz da Praça, reconstruído em 1795, e o Chafariz de Tomé Dias, de 1801, que ficou conhecido como Chafariz do Conde de Assumar.

⁷⁷AHCMM. Condições por onde se há de arrematar e meter uma bica de água a porta de Tomé Dias Montes e a calçada a porta do Tenente Barbosa para ter mão no aterro da praça e o concerto da calçada do Itacolomi, como também todo o aterro da Praça desta Cidade. Códice 682. 08/07/1795. fls. 133-133v.

FIGURA 25

Chafariz do Conde de Assumar



Detalhe da data de 1801, lapidada no Chafariz do Conde de Assumar. Fonte: Acervo da Autora, 2010.

O desmonte, o aproveitamento e a trasladação de chafarizes públicos não constituíram uma prática exclusiva da Câmara de Mariana. Em outras localidades do Reino e da América Portuguesa, esse tipo de intervenção também ocorreu, demonstrando, assim, que a mudança dessas obras pelo espaço da cidade se tratou de uma política corriqueira dos governos locais na administração do fornecimento público da água. No Rio de Janeiro, vale lembrar o caso envolvendo o Chafariz do Largo do Carmo. O projeto do sargento-mor José Fernandes Pinto Alpoim, recusado em 1746, teve o risco do engenheiro Carlos Mardel, residente no Reino. O Chafariz do Carmo, em funcionamento desde 1753, foi demolido para dar lugar a um novo no mesmo largo em 1789. Além da falta d'água, o motivo do desmanche teria sido também sua localização no centro da praça, impedindo “as manobras

militares”.⁷⁸ O novo chafariz foi erigido em lugar mais apropriado para facilitar o abastecimento de água das embarcações, o que indica que a instalação dos suportes d’água acompanhou também as particularidades e necessidades de consumo dos diferentes contextos urbanos das vilas e cidades coloniais.

Pretendemos demonstrar, diante do conjunto de chafarizes públicos construídos em Mariana ao longo do Setecentos, que essas obras estiveram investidas de significados políticos e sociais. Eram “peças” do mobiliário urbano colocadas nos lugares onde a Câmara desejou fornecer água à população. Ao poder local não bastou apenas financiar o transporte das águas do Itacolomi para dentro da sede religiosa das Minas, restava ainda determinar como as águas se apresentariam e seriam distribuídas pelo conjunto urbano. Conforme ressaltou o governador Conde de Bobadela acerca das águas conduzidas pelo Aqueduto do Rio de Janeiro, era preciso saber “comunicar a água da Carioca a toda a cidade para evitar ajuntamentos e brigas”.⁷⁹ Dessa forma, os chafarizes públicos, espalhados pela cena urbana, representavam a maneira como o Senado tratou de distribuir e ordenar o consumo de água pela cidade de Mariana.

No conjunto das estratégias, percebemos a construção dos chafarizes públicos nas zonas de fronteira urbana e estradas, a proximidade dos templos religiosos, a edificação dos mesmos em espaços de ampla convivência e circulação dos habitantes, além de tentativas do poder local de contornar situações desfavoráveis à manutenção da ordem física e social nos espaços onde esses artefatos das águas foram colocados. Os chafarizes públicos eram, assim, obras a serviço das águas, a serviço da Câmara e da população.

Enquanto equipamentos urbanos, pensados e organizados para distribuir ordenadamente as águas no ambiente urbano, essas “peças” eram diariamente utilizadas pelos habitantes, que se apropriavam delas de diversas formas, seguindo as normas estabelecidas ou criando outras maneiras de obter o líquido no ambiente urbano. Para administrar o consumo das águas nos chafarizes públicos, não bastou investir nos aspectos arquitetônicos, a Câmara Municipal teve de regular usos e coibir desvios.

⁷⁸ SANTOS. Fontes e chafarizes..., p. 44. Para Portugal ver: Cf. MOITA, Irisalva. (org.). *D. João V e o abastecimento de Lisboa...*

⁷⁹ Consultas do Conselho Ultramarino de Lisboa sobre o Brasil, 1699-1751- Reproduzido in Arq. Dist. Fed. v. IV, pp. 462-465. *Apud* SANTOS. Fontes e Chafarizes..., p. 15.

Normas e usos

Poças d'água, sujeiras e todo tipo de imundícies, confusões e murmurinhos transformavam os largos dos chafarizes públicos em locais de desprestígio nas cidades coloniais. No lugar da ordenação das águas urbanas, a desordem imperava, conforme ressaltaram alguns estudiosos. De acordo com Fabiano Gomes da Silva, essas obras públicas na Vila Rica do Setecentos eram “lócus de sociabilidade e circulação de conhecimentos, notícias e gostos”.⁸⁰ Os chafarizes foram, no Reino e na América Portuguesa, cenários de crimes e encontros proibidos. Segundo Nuno Madureira, os chafarizes públicos de Lisboa eram locais onde os aguadeiros “combinava[m] os planos de roubos e malfetorias fora da vigilância da polícia”, “prontos a ajudarem o transporte de cousas roubadas”.⁸¹ Na cidade de João Pessoa, o governador Jerônimo José de Melo e Castro (1764-1797) construiu com as rendas da Fazenda Real um chafariz de sete bicas de água abundante, onde antes havia “um paul e charcos indecentes onde os escravos brigavam pela pouca água de uma cacimba”.⁸² Estas obras sediaram ainda muitos casos de crimes urbanos, como o ocorrido em 1801 na mesma cidade, na Fonte de Santo Antônio, na qual o frei José Lopes assassinou sua amante, a mulata Teresa, por vê-la em companhia de outro homem por volta das dez horas da noite.⁸³

Delitos, brigas e desavenças ocorriam nos pontos de abastecimento d'água em virtude da falta do líquido, de encontros e desafetos. Na cena urbana, os chafarizes continuaram a perturbar a ordem durante o século XIX, como ocorreu na cidade de São Paulo, em 1875, quando a mulher de Benedito Soares, ao buscar água tarde da noite, foi surpreendida pelo marido, que a pegou conversando com um homem e, furioso, assassinou a esposa a machadadas.⁸⁴ No vai-e-vem entre as ruas da cidade, indivíduos se dedicaram à jornada da coleta das águas e não deixaram de utilizar o tempo das bicas e das filas para os inevitáveis mexericos e tumultos. Na imagem seguinte, Johann Moritz Rugendas retratou a aglomeração e a movimentação no largo dos chafarizes públicos no Oitocentos.

⁸⁰ SILVA. *Pedra e cal...*, p. 65.

⁸¹ MADUREIRA, Nuno L. *Lisboa: luxo e distinção (1750-1780)*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1990, pp. 37-38

⁸² AHU, ACL-CU-014. Cx. 29, Doc. 2144 *apud* HONOR. *Sociedade e cotidiano...*, pp.41-42.

⁸³ HONOR. *Sociedade e cotidiano...*, p. 55.

⁸⁴ SANT'ANNA. *Cidade das águas...*, p. 73



FIGURA 26 – Carregadores de água.

Fonte: RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1941. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/> Acesso em 20 maio de 2010.

Na imagem acima percebemos um negro portando faca, outros brigando e um soldado branco armado procurando apartar o atrito. Ao lado da desordem, porém, não faltaram manifestações de solidariedade, como a retratada no canto esquerdo, em que uma negra é ajudada a equilibrar o pesado barril. Da mesma forma não podemos deixar de notar a fila de espera e a presença maciça de negros na árdua tarefa de buscar água.

Mesmo que seja possível arguir o caráter imaginativo da obra, o artista teve a capacidade de observar e captar as ideias de movimentação, circulação e vivência neste espaço, no qual conflito e norma, solidariedade e perigo conviviam.

Muitos dos habitantes inventaram ainda formas e artifícios de obter o líquido precioso sem precisar aguardar ou disputar pelas águas nas fontes públicas. Em nossa análise, privilegiamos a documentação camarária, como acórdãos, editais e posturas que trataram de normatizar os usos dos chafarizes públicos em Mariana. Conforme mencionamos no segundo capítulo, certos personagens do poder local e régio estiveram envolvidos na

administração do abastecimento das águas. Os vereadores promoviam as obras necessárias com as rendas municipais, decidiam sobre usos inapropriados e punições nos editais e posturas, com o objetivo de remediar um desvio ocorrido e se precaverem acerca de novas desordens, “prevendo futuras ações que lesassem o bem comum”.⁸⁵ O conservador das águas estava incumbido de resolver as demandas construtivas da rede hídrica, como consertar e limpar canos, mantendo o funcionamento do aqueduto e chafarizes da cidade.⁸⁶ O almotacé era o fiscal da ordem urbana. No que toca ao abastecimento das águas, deveria estar atento à preservação das fontes e ao escoamento do líquido.⁸⁷ Na sua função, contava ainda com o auxílio do rendeiro das aferições e do ver. Este último, responsável por “estar vendo” a respeito do funcionamento, do uso das construções e da salubridade urbana.⁸⁸ Por último, o ouvidor, que acumulou nas Minas as funções de provedor e corregedor.⁸⁹ No primeiro cargo, se responsabilizava por fiscalizar o uso das rendas das Câmaras Municipais e, no segundo, averiguar anualmente se essa instituição estava cumprindo devidamente suas funções. A correição visava conhecer sobre os desvios de conduta da população e do poder local. Entre as inquirições sobre os mais variados temas (padres revoltosos, poderosos inquietadores, posturas etc.), o funcionário régio questionava se havia “necessidade de

⁸⁵ ANTUNES, Álvaro de A. Palco e Ato: o exercício e a administração da Justiça nos auditórios da Câmara de Mariana. In: CHAVES; PIRES; MAGALHÃES. (org.) *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: UFOP, 2008, pp. 115-116.

⁸⁶ O cargo de conservador das águas foi criado pelo ouvidor Francisco Ângelo Leitão na correição das contas da Câmara de Mariana em 1754. Tratamos detalhadamente deste cargo no segundo capítulo. AHCMM. Correição das contas de 1753. Códice 176. fl. 55.

⁸⁷ PEREIRA, Magnus. R. de Mello. Considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 42, 2001, p. 373.

⁸⁸ BENZONI, Kelly Adriana de Campos. *O poder dos homens bons: aspectos da administração camarária em Mariana no século XVIII*. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2003, p. 51. Sobre a atuação dos almotacés em Mariana, cf. ENES, Tiago. *De Como Administrar Cidades e Governar Impérios: almotaçaria portuguesa, os mineiros e o poder (1745-1808)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010. Vale lembrar que os juizes de vintena exerciam as mesmas funções dos almotacés nas localidades do Termo de Mariana. Eram nomeados anualmente para as povoações de, no mínimo, vinte vizinhos e distantes mais de uma légua da sede do Termo. Ver também o estudo sobre a Câmara de Vila Rica de Marilda Silva, sobretudo, o capítulo 2 que trata sobre as políticas urbanas locais. SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais em Minas Gerais Setecentista: a representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica (1760-1808)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

⁸⁹ Cf. CAMPOS, Maria Eliza de C. Ouvidores de comarcas, legislação e estrutura. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 21, jul., 1999.

obras públicas como as fontes [...] e se as que se acham feitas estão bem reparadas e concertadas”.⁹⁰

A partir do corpo documental reunido, constatamos três temas principais que atormentaram as autoridades no que toca à administração do abastecimento de água na cidade: (1) os usos indevidos dos chafarizes; (2) o furto das águas nos canos do aqueduto subterrâneo; (3) a falta d’água nas fontes públicas.

(1) Usos indevidos

A lavagem de roupas e outras imundícies no largo dos chafarizes eram proibidas pela Câmara de Mariana. Os negros aparecem como os protagonistas de tal desvio nos editais do poder local. Em 1757:

[...] tendo respeito as repetidas queixas que tem havido neste Senado de estarem *negras e negros* lavando nas fontes públicas desta cidade e seus tanques, *roupas sujas e outras mais imundícies* com escândalo e prejuízo geral de todo os que nelas mandam buscar águas e cavalos a beber mandamos que todo e qualquer pessoa que nas ditas fontes ou seus tanques se acharem lavando semelhantes coisas sejam condenados pela primeira vez em duas oitavas de ouro e pela segunda vez em quatro oitavas de ouro e presas na cadeia o tempo que nos parecer [cuja] condenações [?] para as despesas deste Concelho no que terão especial cuidado o rendeiro do ver e oficiais de justiça para que chegue a notícia a todos.⁹¹

O uso dos largos para as lavagens continuou a ocorrer ao longo da segunda metade do Setecentos, mesmo com as insistentes proibições do Senado. Em 1772, os vereadores alegaram que as “negras, mulatos e negros” continuavam a “lavar roupas e muito mais se vão de vários aos chafarizes e fontes públicas desta cidade inundando as águas de sorte que os cavalos a não podem beber”, sendo que desta vez “para que chegue a notícia [a] todos e não aleguem ignorância mandamos que o porteiro publique esse [edital] pelas ruas desta

⁹⁰ AHCMM. Correição 1776. Códice 173. fl. 36.

⁹¹ AHCMM. Edital. Códice 462. 29/11/1757. fls. 143v. (grifos nossos)

cidade e fixe no pelourinho”.⁹² Em 1775, as punições se estendiam a “qualquer pessoa lavando nas ditas fontes”, cabendo a “quaisquer oficiais da Justiça ou rendeiro do ver” “prender e levar a Cadeia desta cidade”.⁹³

O poder local procurava evitar a lavagem nestes espaços por duas razões: “louças e outras quaisquer coisas aos chafarizes e fonte infeccionavam as águas”,⁹⁴ além de tal prática aumentar o tempo de permanência e convivência dos infratores. Os usos indecorosos perturbavam a salubridade urbana e causavam “prejuízo ao bem comum”,⁹⁵ já que as águas para o consumo de animais e habitantes estavam sendo empregadas na lavagem das roupas, o que intensificava as aglomerações e disputas pelo líquido nas obras públicas.

(2) O furto das águas

O furto das águas dos canos e registros da rede subterrânea de abastecimento era delito comum na cena urbana de Mariana e, como consequência, diminuía o volume de água que chegava às fontes e chafarizes públicos da cidade. Os habitantes procuravam formas rápidas e menos dolorosas para obter o líquido concorrido nas bicas públicas. Durante a edificação do primeiro Chafariz de Repuxo, em 1749, os oficiais locais foram prevenidos pelo Doutor Provedor para que não se “encostasse nenhuma fonte a parede alguma por causa da extração clandestina que poderia suceder”.⁹⁶ Apesar do reforço dos alicerces construtivos, os moradores se valiam de artificiosos mecanismos, bastando surgir a oportunidade adequada para colocarem em prática os desvios das águas conduzidas pelo aqueduto na cidade. O descobrimento ou suspeita de algum cano ou registro próximo dos

⁹² AHCMM. Edital. Códice 462. 26/08/1772 fl. 159

⁹³ AHCMM. Edital. Códice 462. 22/01/1775. fl. 169.

⁹⁴ AHCMM. Edital. Códice 462. 22/01/1775. fl. 169. Em 1783, novo edital proibia qualquer pessoa de “qualquer qualidade ou condição de lavar nas fontes públicas e seus tanques roupas, tachos ou bacias e outra e qualquer coisas que possam deixar imundícias nas águas” AHCMM. Edital. Códice 462. 1783. fl. 208v.

⁹⁵ AHCMM. Edital. Códice 462. 22/01/1775. fl. 169.

⁹⁶ AHCMM. Acórdão. 06/08/1749. fl.135. Ficou estabelecido ainda que a dita fonte seria de repuxo e que as águas que alimentariam-na seriam conduzidas de “uma arca que se fez junto ao telheiro dos quartéis”. Inicialmente, a fonte no Largo do Rossio seria encostada “ao muro do quintal do Palácio do Excelentíssimo Bispo”, mas ficou determinado que “se afastasse para fora do dito muro cinco palmos em observância do provimento”.

chafarizes ou nas calçadas das ruas era suficiente para os habitantes começarem a desentulhar a proteção subterrânea da rede, à procura de um abastecimento mais rápido.

O furto das águas do canal que abastecia o aqueduto da cidade, portanto, se mostrou um entrave à permanência dos novos calçamentos financiados pelo poder local na parte nova da cidade. Em 1751, muitas pessoas costumavam descobrir a calçada e aterro da Rua da Olaria para tirar água do rego dos herdeiros do defunto, o capitão Antônio Botelho, para fazer adobe para as construções da cidade.⁹⁷ Vale ressaltar que haviam se passado apenas seis anos da elevação à cidade e que, portanto, os moradores viviam um período de intensa reconfiguração do sítio urbano. Nas obras que se espalharam pela cidade, o acesso às águas para fabricar o adobe levou ao uso dessas táticas desviantes, seguramente mais rápidas e fáceis para obter o líquido próximo aos canteiros de obras.⁹⁸ Todavia, percebemos que esse artificioso método não ficou restrito a esse momento de intensa ampliação do espaço urbano, continuou a ocorrer por todo o resto do século XVIII. Em 1785, o governo local, através de edital, reforçava a proibição de desviar as águas e de descobrir as calçadas pertencentes à Sesmaria do Concelho:

Fazemos saber aos que [...] costumam fazer adobes com a água do Concelho e destruir a Sesmaria dessa Câmara e da mesma forma os *negros* que se acharem escavando as calçadas tirando-lhe a terra que segura as pedras os não façam aqui em diante pena de serem logo presos e não serem soltos, sem pagarem a condenação de seis mil réis para as despesas do Concelho.⁹⁹

Os negros a que se refere o edital acima estavam provavelmente a serviço dos renomados construtores, aproveitando-se dos canos subterrâneos e descobrindo o pavimento das ruas para tirarem a terra e água necessárias a atender as demandas construtivas, causando prejuízo à própria área urbana – o Rossio, também conhecido como Sesmaria do Concelho.¹⁰⁰ Para acabar com tamanhos desconforto e dano ao espaço urbano, a Câmara Municipal, em 1789, proibiu os moradores de fazerem adobes nas ruas de Mariana, ainda que fossem terras “que os mesmos tenham aforado”, bem como de furtarem

⁹⁷ AHCMM. Edital. Códice 462.11/08/1751. fl. 95.

⁹⁸ Adobe: tijolo de barro seco, feito de barro bem amassado.

⁹⁹ AHCMM. Edital. Códice 462. 05/07/1785. fl. 214.(grifo nosso)

¹⁰⁰ Sesmaria do Concelho ou Rossio era o terreno doado pela Coroa quando uma povoação era erigida à vila, conforme mencionado no capítulo 1 desta dissertação.

as águas que seguiam para os chafarizes da cidade.¹⁰¹ Com o objetivo de afastar essa prática de destruir as calçadas à procura das águas, o Senado concedeu aos habitantes “fazer[em] os ditos adobes nas margens do córrego da olaria e catete”, longe dos canos e ruas do centro urbano.¹⁰²

Geralmente, os furtos das águas nos canos subterrâneos ocorriam de duas formas. Os homens menos desprovidos se arriscavam a descobrir as calçadas das ruas para retirarem o líquido com maior ligeireza, evitando, assim, o deslocamento até o chafariz mais próximo e a árdua tarefa de carregar nos ombros pesados barris cheios d’água. E os indivíduos mais audaciosos, sobretudo aqueles com mais recursos, ao descobrirem os pontos de condução d’água metiam canos subsidiários na rede hídrica, levando continuamente uma porção das águas do aqueduto para o terreno de suas moradas. Independentemente da alternativa engenhosa encontrada pelos habitantes, o objetivo era o mesmo: obter com maior facilidade o líquido tão precioso. Entre táticas criadas pelos habitantes e estratégias promovidas pelo poder local para coibi-las, normas e desvios conviviam no consumo das águas urbanas.¹⁰³

(3) *A falta d’água*

Os furtos rotineiros teriam sido os motivos da falta d’água nos chafarizes públicos, com especial destaque para as canalizações realizadas pelos habitantes, com ou sem o consentimento do órgão local. Conforme afirmou a Câmara em edital de 1789, qualquer pessoa estava proibida de “bulir em cano da água dos chafarizes públicos sem licenças do Procurador”.¹⁰⁴ Na realidade, as concessões de penas e anéis d’água do aqueduto eram permitidas e integraram o rol de práticas do Concelho na administração do abastecimento das águas de Mariana. Para compreender o sistema de distribuição e repartição do líquido no espaço urbano Setecentista, é preciso considerar dois aspectos da política local: primeiramente, não havia uma legislação estabelecida no que toca à distribuição das águas; em segundo lugar, as águas conduzidas pelo aqueduto alimentavam outros espaços da cidade, além dos chafarizes e fontes públicas.

¹⁰¹ AHCMM. Códice 462. Edital. 19/05/1789. fl. 223.

¹⁰² AHCMM. Códice 462. Edital. 19/05/1789. fl. 223.

¹⁰³ A respeito do conceito de tática e estratégia cf. DE CERTEAU. *A invenção do cotidiano...*, v. 1. pp. 46-47,

¹⁰⁴ AHCMM. Edital. Códice 462. 26/08/1789. fl. 224.

Em Portugal, o Rei D. João V proibiu qualquer tipo de concessão das águas trazidas pelo Aqueduto das Águas Livres, construído com o tributo real d'água. Alguns pedidos de concessão causaram forte oposição do povo, como o requerimento dos Oratorianos do Convento das Necessidades, que solicitaram duas telhas de água sob o pretexto de se tratar de uma fundação real. Para esclarecer sobre esta matéria, o monarca publicou, no fim da década de 1740, dez normas, das quais particularmente a segunda e a quinta trataram dos furtos e concessões de água em Lisboa:

2º- Que todas as Águas que traz ou pode trazer o mesmo Aqueduto, venham para esta cidade, para fontes públicas, e não se conceda a particulares, ainda que sejam conventos ou quaisquer privilegiados por ser esta grande obra feita a despesa comum do povo;

5º- Que se fuja de que as águas andem muito subterrâneas, pelo perigo de se perderem, ou de se furtarem, como o tem mostrado a experiência no que é notório.¹⁰⁵

Nos anos seguintes, durante o governo de D. José I, Pombal manteve a política de contenção das concessões de água aos particulares em Portugal. Duas exceções foram abertas pelo ministro: as fontes do Jardim Público e o encanamento para o abastecimento da Fábrica das Sedas e das Louças na Capital.¹⁰⁶ No Reinado de Dona Maria I, a política de abastecimento ganhou um novo rumo e várias mercês foram concedidas aos habitantes e às comunidades religiosas, que canalizaram os sobejos dos chafarizes públicos para seus edifícios.¹⁰⁷

Já nas Minas, a distribuição de porções d'água pelas Câmaras de Mariana e Vila Rica foi uma prática comum na segunda metade do século XVIII. Em Vila Rica, Silva encontrou diversas requisições de penas d'água, como a do escrivão da Câmara, Antônio Falcão Pereira, que solicitou para “cômodo e uso de sua casa” uma pena d'água dos canos que

¹⁰⁵ “Resoluções de uma conferência em que estiveram presentes Diogo de Mendonça Corte Real, filho do antigo Secretário de D. João V, o Brigadeiro Manuel da Maia, os Arquitectos João Frederico Ludovice, José da Silva Paes e Carlos Mardel para se decidirem sobre a petição dos oratorianos e outros assuntos respeitantes no Aqueduto das Águas Livres”. BNL. Memórias Históricas relativas ao Magnífico Aqueduto das Agoas Livres seção Reservados. Cx. 189. nº 13. fls. 28v-29 *apud*. MOITA (org.). *D. João V e o abastecimento de água Lisboa...*, v.1, p. 275.

¹⁰⁶ MOITA (org.). *D. João V e o abastecimento de água Lisboa...*, p. 58.

¹⁰⁷ De acordo como Irisalva Moita, os requerentes eram atendidos caso se comprometessem a introduzir no Aqueduto as águas que possuíam nas proximidades do percurso, canalizadas à sua custa, recebendo em Lisboa a quantidade equivalente à introduzida. MOITA (org.). *D. João V e o abastecimento de água Lisboa...*, p. 64.

passavam pelo seu quintal para alimentar a Fonte do Senado.¹⁰⁸ Ele argumentava que tal uso não traria prejuízo nem para fonte nem ao bem público, e ainda “se obrigava a concertar e reparar todo o dano” que houvesse no encanamento “que compreende o reduto do seu quintal”.¹⁰⁹ Neste caso, além de conservar os canos, o escrivão pagou à Câmara o pecúlio de vinte oitavas de ouro. Em Mariana, apesar de não localizarmos registros sobre tais concessões d’água, nas correições anuais dos ouvidores e nos contratos de obras, encontramos indícios da existência dessa prática na política de abastecimento do governo local. Em certos casos, em que a nascente e rego d’água passavam por propriedades particulares, o Senado cedia a esses terrenos o benefício, como ocorreu no caso da obra de reconstrução do encanamento do Bucão, quando foi fornecida a Caetano Martins uma pia de pedra e a Luis Correia, dono de uma chácara, “uma pia com seu registro para correr uma pena de água” para abastecer seu curral. O percurso construtivo, nestes casos, acabou por favorecer os proprietários que estavam no caminho das águas.¹¹⁰

Alguns indícios materiais na cidade indicam, ainda, que as canalizações particulares ocorreram ora com proveito das águas do Senado, ora dos olhos d’água do terreno urbano. Acreditamos que, para o primeiro caso, o advogado Manuel Brás Ferreira, dono de uma morada na Rua Direita no valor de 1:800\$00 – atualmente sede do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana –, tenha se utilizado de alguns anéis d’água do aqueduto subterrâneo para o cocho dos cavalos e o chafariz, ainda existentes no jardim e quintal do edifício.¹¹¹ O Palácio do Bispo se enquadraria no segundo caso. O seu jardim era guarnecido por um tanque e pela Fonte da Samaritana. Conforme afirmou Moacir da Maia, os construtores aproveitaram a disponibilidade de recursos hídricos no terreno para edificar os suportes d’água.¹¹² Ressaltamos, ainda, que no século XVIII os indivíduos utilizavam

¹⁰⁸ APM-DNE. Cx. 10. Doc. 14, Vila Rica, 25/05/1737. *Apud* SILVA. *Pedra e cal...*, p. 60.

¹⁰⁹ APM-DNE. Cx. 10. Doc. 14, Vila Rica, 25/05/1737. *Apud* SILVA. *Pedra e Cal...*, p. 60.

¹¹⁰ AHCMM. Arrematação do novo encanamento de Pedra para água que vem para esta cidade. Códice 210. 02/03/1805. fls. 46v-47v. É provável que Caetano da Silva Martins seja filho ou aparentado do Alferes Domingos Martins da Silva. Em 1754 uma obra para o conserto do “aqueduto da dita água o qual está fundado no [fundo] da roça do Alferes Domingos Martins da Silva”, arrematada nas audiências da Câmara, indica que as duas obras, de 1754 e 1805, ocorreram nas mesmas terras. AHCMM. Condições do conserto do Aqueduto da água do Chafariz e fonte desta cidade que arrematou José Soares Monteiro. Códice 135. 23/12/1754. fls. 202v-204v.

¹¹¹ AHCSM. Inventário. 1º ofício. Códice 114. Auto 2368. 1787.

¹¹² MAIA, Moacir R. de. Uma quinta portuguesa no interior do Brasil ou A saga do ilustrado dom Frei Cipriano e o jardim do antigo Palácio Episcopal no final do século XVIII. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. v. 16, n.4, out-dez., Rio de Janeiro, 2009, p.887.

formas paralelas para obter o líquido e que estas não eram consideradas como desviantes pelo poder local. Os chafarizes públicos, bem como toda a rede de abastecimento, construídos pela Câmara, constituíram uma das formas utilizadas pelos habitantes para se apropriarem do líquido na esfera urbana. Nosso objetivo não é circunscrever a multiplicidade de artificios criados pelos cidadãos para conseguir o líquido precioso na cidade, mas ressaltar que as águas se tratavam de um componente vital à sobrevivência e, por isso, os habitantes se valiam das oportunidades que porventura surgissem para obtê-las¹¹³. No ambiente urbano, rios, córregos, canos, regos eram fontes preciosas do líquido. Assim, o chafariz, fabricado pelo poder local, constituía uma entre outras maneiras de conseguir água no terreno da cidade. Para muitos indivíduos, o equipamento constituiu o principal meio de obter o líquido e, por isso, não faltaram insistentes queixas acerca da falta d'água nas bicas públicas.

Os furtos perpetrados pelos moradores e o descuido dos agentes locais foram apontados como as causas principais da escassez das águas nos chafarizes públicos. Em 1769, o ouvidor José da Costa Fonseca, em defesa dos habitantes, ordenou que não fosse mais realizada nenhuma concessão de água na cidade. Nas palavras do funcionário régio, era fato que a Câmara tinha feito a sua custa “despesa grande no seu aqueduto e que da mesma água se tinham feito algumas conexões sem prejuízo do público”, mas tal era o excesso de alguns que moravam próximo à obra, ao “por lhe a água em seus ministérios particulares”, que o Chafariz experimentava “total falta”, “com grande dano do público, e notório escândalo do mesmo”. Para remediar tal situação ficou assim acordado juntamente com os oficiais da Câmara:¹¹⁴

Que [daqui] em diante se não concedesse mais água alguma da dita fonte, e que a concedida por anéis ou pessoas somente tivesse efeito enquanto não houvesse precisão dela para estar [potente] na dita fonte ao povo.¹¹⁵

¹¹³ Não podemos deixar de mencionar as considerações de Sérgio Buarque de Holanda acerca da “extraordinária capacidade de observação da natureza” dos sertanistas e índios que, em marcha pelo sertão, utilizaram de métodos engenhosos para acabar com a angústia da sede. As “samaritanas do sertão” eram espécies de plantas que conservavam o líquido em seu interior, os oásis que garantiam a continuidade da jornada destes indivíduos. “A longa prática do sertão ensinava-lhes que o remédio pronto para a sede poderia bem estar sobre uma laje, ou um rochedo, ou mesmo disfarçado por um tronco de árvore”. HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras. 3ed., 1994, pp. 36-38.

¹¹⁴ AHCMM. Correição de 1769. Códice 173. fls. 27v-29.

¹¹⁵ AHCMM. Correição de 1769. Códice 173. fls. 27v-29.

Na correição de 1774, o ouvidor José da Costa Fonseca determinou que a Câmara procedesse a uma receita geral em todo o aqueduto, a fim de que “cessassem de uma vez estas desordens” causadas pela falta d’água. Na tal diligência, todos os registros ou possíveis lugares “onde se pudesse furtar e extrair a água” para particulares deveriam ser tapados, “de forma que a água determinada para as fontes do público pudessem vir a elas sem a menor diminuição”.¹¹⁶ Os clamores acerca da falta d’água continuaram a existir e a Câmara, através de editais, como o de 1789, continuou a proibir os desvios dos encanamentos:

[...] mandamos que nenhuma se atreva a abolir de descobrir os [registros] encanamentos das águas que vem para os ditos chafarizes públicos sem licença ou ordem deste Senado pena de que obrando o contrário serem condenados a quantia de dez oitavas pagas da Cadeia [...] metade para as despesas do Concelho metade para o denunciante.¹¹⁷

Os habitantes eram acusados de descobrirem os canos e causarem prejuízo ao fluxo das águas, enquanto os funcionários locais eram repreendidos pelos ouvidores pelo tamanho desleixo com que administravam o abastecimento na cidade. Era função da Câmara proceder às “averiguações precisas”, em “permanente inspeção ocular”, sem “embaraço nas vistas”, como muitas vezes não haviam praticado nas vistorias pela cidade.¹¹⁸ Em 1781, os vereadores foram acusados pelos moradores de concederem com tamanha facilidade e ligeireza provisões aos vários habitantes da cidade para:

romperem o cano por onde corre a água que vai para as fontes públicas, para tirarem o que lhe é necessário para as suas casas e quintais antes que a mesma corra nas sobreditas fontes.¹¹⁹

O “gravíssimo prejuízo” por esse “desgoverno” era o motivo de “deitarem tão pouca água” nas fontes públicas, insuficientes para atender “a necessidade do povo”. O ouvidor

¹¹⁶ AHCMM. Correição de 1774. Códice 173. fls. 33v-34v.

¹¹⁷ AHCMM. Edital. Códice 462. 01/08/1792. fl. 234v.

¹¹⁸ AHCMM. Correição de 1769. Códice 173. fls. 27v-29.

¹¹⁹ AHCMM. Correição de 1781. Códice 173. fls. 53-54. Nesta correição, os moradores reclamavam da falta d’água no chafariz da estrada, provavelmente o Chafariz de São Pedro, e no chafariz junto à Igreja de São Francisco, por serem providos com a mesma água do aqueduto subterrâneo.

Manuel Joaquim Pedroso ordenou que, no período de oito dias, os oficiais mandassem “calafetar”¹²⁰ o aqueduto “de forma que dele se não possa tirar mais água fora da que corre para as fontes” da cidade. O aspecto que mais nos chama atenção na repreensão do ouvidor aos oficiais locais é o discurso proferido pelo funcionário régio, que embargou as provisões “invalidamente passadas”, alegando que “por não terem os oficiais do Concelho autoridade conferida no seu regimento ou por ordem régias para darem os bens públicos, mas para os administrar em benefício do povo, cujo benefício deve ser o único objeto do seu zelo”.¹²¹

A concessão de porções d’água não era regulamentada pelas Ordenações Filipinas, tampouco foi tema de qualquer ordem régia dirigida aos camaristas de Mariana, acabando por constituir-se no terreno mineiro como uma prática costumeira do governo local. Deste modo, os vereadores, ao implantar uma rede de abastecimento, estiveram investidos do poder de decidir por quais espaços o líquido seria distribuído na cidade: onde seriam edificados os chafarizes públicos e quais os ambientes domésticos a serem privilegiados.

Se, por um lado, de fato não houve um regimento para a distribuição das águas, as situações de escassez, por outro, indicam que as concessões só deveriam ocorrer quando não houvesse “prejuízo do bem comum”.¹²² Neste sentido, havia uma precedência na forma de administrar tal “bem público” no terreno urbano: as autoridades locais deveriam zelar primeiramente pelo abastecimento do povo. Assim, a garantia do bem comum significava, na política de abastecimento das águas, o benefício da maioria da população, ou seja, a garantia de água nos chafarizes e fontes públicos.

A distribuição das águas no Reino e na América Portuguesa é uma questão delicada, que merece cuidado ao ser tratada. Conforme pudemos ainda perceber pela documentação camarária, as águas trazidas pelo aqueduto subterrâneo invadiam outros espaços além dos chafarizes e das concessões particulares, como o novo prédio de Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, que contava com um sistema de abastecimento de água e esgoto canalizados.¹²³ Cada enxovia era guarnecida com uma fonte de água e suas sobras se dirigiam ao cano real para escoar os dejetos de suas comuás. Na área externa, na parte detrás do edifício, havia

¹²⁰ Tapar os buracos e aberturas. BLUTEAU. *Vocabulario Portuguez...*, p. 44

¹²¹ AHCMM. Códice 173. Correição de 1781. fl. 53-54.

¹²² AHCMM. Edital. Códice 462. 22/01/1775. fl. 169.

¹²³ BARRETO, Paulo Thedim. Análise de alguns documentos relativos à Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 16, 1967. Ver também: AHCMM. Registro das condições em que arrematou a nova obra da Cadeia e Casa da Câmara desta cidade nos quartéis da mesma, que mandam fazer os oficiais da Câmara. Códice 377. 23/10/1782. fls. 192v-198v.

ainda um tanque com hastes de ferro, por onde saíam biqueiras para encherem os barris e um chafariz com “bica de pedra com alguma galentaria (sic)”.¹²⁴ As residências oficiais eram também abastecidas pelas águas do aqueduto. Em 1793, procedeu-se à construção de uma obra de um cano de despejos custeada pela Câmara, que conduzia os sobejos do Chafariz da Praça para dentro do “Palácio do Senhor Visconde General nas casas que foram do Senhor Guerra”, para escoar os dejetos de suas comuás.¹²⁵ Situação semelhante ocorria na Casa de Fundação e Palácio dos Governadores de Vila Rica, também abastecidos pelo caudal que alimentava os chafarizes públicos.¹²⁶ Certos ambientes eram, portanto, privilegiados, uma vez que contavam com a canalização de água dentro de Mariana, e acreditamos que continuaram a contar com o abastecimento do líquido mesmo nos momentos de escassez, assim como ocorreu nos grandes Palácios do Reino, com seus jogos de água e rios artificiais.¹²⁷

Não sabemos afirmar em quais circunstâncias esses outros caminhos criados para as águas do aqueduto, que alcançavam prédios e casas de autoridades locais e régias, eram reprovados ou aceitos pela própria população. No caso de Mariana, o povo estava aflito em razão das descomedidas cessões d’água aprovadas pelo governo local, mas não há indícios de que as autoridades foram repreendidas por favorecerem os próprios personagens e edifícios da máquina estatal. A reclamação da população na correição de 1781 sugere, ainda, que não foi a prática em si da concessão das águas a ser contestada pelos habitantes, mas o modo como esse artifício costumeiro do poder local estava sendo indevidamente empregado, o que acabava por ferir o fornecimento de água à grande maioria.

Vale lembrar o caso que envolveu Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, acusado de ter se apropriado de porções d’água durante o período em que atuou como Ministro de D. José I. Em carta escrita a seu filho em 1777, o Marquês relatou duas acusações que tinham sido feitas contra ele: a existência de um cano subterrâneo que levava

¹²⁴ BARRETO. Análise de alguns documentos relativos à Casa de Câmara e Cadeia de Mariana.

¹²⁵ AHCMM. Auto de Arrematação da fatura da coberta para matadouro dos cortes desta cidade, do cano no largo do chafariz, pia no mesmo, painel com todos os seus preparos e caixão para ornamentos do passo da Cadeia. Códice 377. 30/12/1793. fl. 243.

¹²⁶ Cf. SALLES, Fritz Teixeira de. *Vila Rica do Pilar: um roteiro de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Editara Itatiaia, sd.

¹²⁷ Não trataremos neste trabalho sobre os espelhos e jogos d’água nos palácios portugueses. Sobre o tema ver o estudo já citado de CARITA;CARDOSO. *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal...*, que analisa a mudança no perfil dos jardins lusitanos desde o século XV até o século XIX.

as águas que serviam o Chafariz público das Janelas Verdes para seu próprio Palácio e de um cano que encaminhava os sobejos do Chafariz da Rua Formosa para o jardim do mesmo edifício. De acordo com o Marquês, tais denúncias não passavam de calúnias e, quanto à primeira acusação, defendeu-se argumentando que qualquer diligência nos terrenos provaria o contrário. Quanto ao segundo caso, envolvendo o Chafariz da Rua Formosa, afirmou que as águas que alimentavam a casa e o jardim de seu palácio eram sobras da dita fonte pública, concedidas pelo Rei D. José I, em virtude dos grandes préstimos realizados durante o seu governo:

Que o Sr. Rei D. José I (sobre o claro conhecimento destes antecedentes factos) me fez a solene doação dos sobejos da água do dito chafariz (os quais de outra sorte não serviriam de coisa alguma, que não fosse encher de lama a rua e arruinar a calçada dela); solene doação, digo, que se acha registrada na chancelaria-mor do reino e original dela colocado na coleção dos títulos nas casas nobres da Rua Formosa.¹²⁸

No caso que envolveu o Marquês de Pombal, vemos que, mesmo no período de proibição das concessões, as porções d'água continuaram a ser um benefício almejado e requisitado na sociedade portuguesa Setecentista. Era um privilégio poder contar com as águas e não seria improvável que, independente da mercê real, os nobres homens investissem em outros métodos para conduzir para dentro de suas quintas o disputado líquido das ruas. Em Mariana, não encontramos nenhum caso específico envolvendo vereadores na apropriação das águas do conduto geral para dentro de suas moradas, mas não descartamos essa possibilidade, já que Manuel Brás Ferreira, vereador em 1748 e 1776, oficial de barrete em 1751 e procurador em 1764 na Câmara¹²⁹, contava no interior da sua residência na Rua Direita, mencionada anteriormente, com um chafariz e um tanque.

A partir dos exemplos citados, entendemos que havia uma política de abastecimento, que abrangia muito além do fornecimento de água aos suportes públicos. O equilíbrio do abastecimento das águas na cidade parecia depender da repartição das mesmas, sendo que o provimento aos chafarizes deveria anteceder as concessões particulares. De certa forma, a

¹²⁸ *Memórias Secretíssimas do Marquês de Pombal*. “Carta escrita em a vila de Pombal, em Junho de 1777, a seu filho Henrique, sobre as imposturas maquinadas com os pretextos dos dois chafarizes das Ruas Formosa e da Pampulha” . p. 319.

¹²⁹ CHAVES; PIRES; MAGALHÃES. (org.). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: UFOP, 2008, pp. 199, 200, 204, 208.

distribuição das águas, acabava por estabelecer uma noção de privilégio e distinção em torno dos espaços domésticos que contavam com o fornecimento de água, já que, enquanto nas ruas, habitantes disputavam o precioso filete nos equipamentos urbanos, indivíduos privilegiados gozavam da prerrogativa de usufruir desse serviço em seus domicílios. Neste sistema, era necessário ao poder local comedir esse privilégio, para assegurar o próprio equilíbrio do sistema de distribuição, posto que, quando a situação se invertia, ou seja, quando as canalizações privadas se excediam, o abastecimento da maioria se encontrava ameaçado. Neste caso, brigas, discórdias e disputas entre moradores, autoridades locais e régias marcavam a cena tanto nas audiências da Câmara, como nos chafarizes públicos da cidade.

Em outras localidades menores, o acesso e posse indevidos das águas também era motivo de discórdias e confrontos, como o caso que envolveu Matias Costa Maciel, que soube se valer da apropriação das águas para atingir a freguesia de Santo Antônio do Rio das Velhas, comarca de Sabará. Em 1745, em carta enviada ao Conselho Ultramarino, a Irmandade do Santíssimo Sacramento e habitantes do povoado relataram o desamparo causado “pelo dominador das novas partes das terras, matos e córrego” da paragem. Os habitantes da localidade, que contava apenas com uma dúzia de casas e igreja, estavam impedidos por Matias da Costa Maciel de acessar as madeiras e capins. Depois de mandar espancar negros e ameaçar seus senhores, foi “tanta ambição” que construiu um valo com cerca na única passagem para as águas, deixando os habitantes obrigados a utilizar as águas imundas das lavagens de roupas e uso dos animais. Mesmo depois de recorrerem ao governador das Minas, o suplicado “por se poderoso” soube ocultar a causa. Para não terem de mudar para outras partes, como era desejo de Matias Costa Maciel, requeriam ao Conselho urgente providência para cortar “semelhante ambição e distúrbio”. Matias Costa Maciel soube utilizar da necessidade do líquido para atingir os objetivos que pretendia; a posse das águas era estratégica, conferia-lhe poder. Sem elas, como afirmaram os moradores de Santo Antônio, o povoado não poderia subsistir.¹³⁰

Na política de abastecimento das águas, a Câmara deveria ainda atentar para as variações de ordem natural no circuito de abastecimento. Nos períodos de estiagem, quando naturalmente diminuía o fluxo do canal geral das águas, os ânimos se exaltavam nos

¹³⁰ AHU. MG. Projeto Resgate. Cx. 45. Doc. 15. 01/04/1745.

chafarizes públicos, como durante as cheias as águas barrentas eram incômodas.¹³¹ As políticas locais, dessa forma, submetiam-se ainda à variação sazonal, bem como ao crescimento da povoação. Entre as contingências sociais e naturais, o líquido transportado pelo governo local chegou aos vários canos e cantos da cidade de Mariana: chafarizes, fontes, prédios públicos, templos, casas. A trajetória construída para os equipamentos urbanos foi interposta por descaminhos, canos autorizados e furtos. Mas ao lado do anseio dos habitantes pelas águas limpas, conviviam igualmente no ambiente urbano o repúdio às águas servidas. Como as primeiras, elas também poderiam corromper a ordem urbana, mas por outra via, como veremos agora.

3.2 As águas na salubridade urbana

A salubridade do espaço urbano dependia, entre um conjunto de elementos, da administração das águas que nele circulavam. Os cuidados da Câmara Municipal de Mariana se dividiam entre abastecer adequadamente os chafarizes públicos e, com igual importância, prover a cidade de caminhos apropriados para expedir as águas. A saúde do corpo urbano dependia, portanto, do provimento de uma água límpida para o consumo diário dos habitantes e da expedição das águas servidas.

De acordo com Machado *et al.*, não se poderia falar em higiene pública e medicina social antes do século XIX.¹³² Na perspectiva do autor, as ações das Câmaras Municipais e das outras instituições coloniais reguladoras da arte de curar¹³³ visavam fiscalizar e restabelecer uma ordem rompida. Assim, as ações do governo local estariam pautadas pelo cumprimento das Ordenações Filipinas, complementadas pelos alvarás e regimentos locais, no sentido de reaver uma situação anterior. Exemplo disso, teria sido a ação dos almotacés que se dividiam entre ouvir a população, fiscalizar as obras e apresentar denúncias sobre os

¹³¹ Sobre as impurezas nas águas, cf.: AHCM. Correição. Códice 173. 1795. fls. 78-80v.

¹³² MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 53.

¹³³ A respeito das competências dos físicos, cirurgiões, boticários e barbeiros, da regulamentação do exercício das atividades curativas e das instituições reguladoras do ofício nas Minas Gerais, cf. GROSSI, Ramon Fernandes. Considerações sobre a arte médica na Capitania das Minas (Primeira metade do século XVIII). *LPH- Revista de História*, Mariana, n. 8, pp. 11-26, 1998/1999. Sobre o mesmo assunto no Brasil - Colônia, cf. RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 35.

assuntos da salubridade urbana em desacordo com as legislações reinol e municipal.¹³⁴ Concordamos com o autor quando afirmou que a saúde, enquanto um bem que poderia ser “produzido, incentivado, organizado e aumentado” através de projetos e programas preventivos, surgiu no século XIX, época em que a medicina absorveu uma função social e encabeçou um modelo político de controle contínuo do espaço coletivo.¹³⁵ Todavia, isso não exclui os poderes locais, no século anterior, de dirigir medidas que primassem pela conservação e saúde dos povos. Talvez as políticas urbanas não estivessem alicerçadas no princípio de que se poderia promover a saúde. As impressões sobre corpos e ambientes saudáveis eram outras e, por isso, suas intervenções fossem fundamentadas em outros objetivos. Não se tratava de uma despreocupação com o espaço salubre, mas de uma outra percepção sobre o que era sujo e limpo, doente e saudável.

A saúde, de acordo com Bluteau, seria “o estado do corpo, sem doença, nem achaques. Boa disposição dos humores, com que o corpo faz bem suas funções naturais”.¹³⁶ A definição do jesuíta estava em consonância com as teorias hipocráticas, que consideravam a saúde o estado natural do corpo humano e da vida.¹³⁷ Não haveria, seguindo esta perspectiva, formas de promover ou aumentar a saúde.¹³⁸ Esta só deixaria de existir quando se instaurasse a doença, a qual, por sua vez, existia por um desequilíbrio interno provocado pelo próprio organismo ou pelas interferências do ambiente. No estado saudável, os humores estavam convenientemente misturados e, na condição de doente, funcionavam de modo desregrado, corrompendo uma ou mais funções do organismo.¹³⁹ De acordo com a visão hipocrática, cada indivíduo continha em si, naturalmente, as condições para manter o equilíbrio perfeito de suas funções. A intervenção do médico era necessária quando o próprio organismo perturbado não conseguisse restabelecer a ordem e a harmonia corporal, tendo este profissional a função de encontrar os caminhos para reconduzir o enfermo ao estado natural, saudável.¹⁴⁰

¹³⁴ MACHADO *et al.* *Danação da Norma...*, pp. 48-49;54-55.

¹³⁵ MACHADO *et al.* *Danação da Norma...*, p. 56.

¹³⁶ BLUTEAU. *Vocabulario Portuguez...*, p. 415.

¹³⁷ MACHADO *et al.* *Danação da Norma...*, p. 56.

¹³⁸ MACHADO. *Danação da Norma...*, p. 56.

¹³⁹ CASTIGLIONI, Arturo. *História da Medicina*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. v. 1, pp. 175-211.

¹⁴⁰ CASTIGLIONI. *História da Medicina*, p. 211. A respeito da visão hipocrática, cf. VIGARELLO, Georges; PORTES, Roy. *Corpo, Saúde e Doenças*. In: VIGARELLO, G. (org.). *História do corpo: da renascença às luzes*. Petrópolis: Vozes, 2008. v. 1, p. 443.

O corpo era concebido como um microcosmo influenciado pelas mudanças e transformações do macrocosmo.¹⁴¹ De acordo com Denise Bernuzzi Sant’anna, essa relação era guiada por uma lógica complexa que exigia “um exame constante das condições exteriores e uma combinação entre elas e as qualidades corporais”; ao fim, “qualquer desequilíbrio na ordem do cosmo resultava num desregramento do corpo humano”.¹⁴² Enquanto os profissionais da arte de curar interpretavam em seu diagnóstico a cadeia de correspondências entre o clima, o corpo, os ventos e a umidade para investigar o motivo do desequilíbrio humoral¹⁴³ e a cura com os remédios precisos, as autoridades administrativas procuraram cuidar da atmosfera que cercava os habitantes.¹⁴⁴ Se o corpo era o invólucro da alma, o espaço urbano seria o invólucro dos corpos. Todos estavam em sintonia e atuavam em interdependência.

A partir dessa conexão entre o macro e o microcosmo, entre o espaço físico e o corpo humano, vemos que a Câmara de Mariana atuou não com objetivo de promover a saúde, mas no sentido de impedir que ela se perdesse. As medidas tinham o intuito de afastar os causadores das doenças do ambiente urbano e, por consequência, dos indivíduos. Nosso objetivo consiste em desvendar, neste jogo entre a saúde e a doença, o salubre e o insalubre, qual seria, na concepção da época, a função das águas.

A saúde das águas

Em 1795, o ouvidor Antônio da Silva Nogueira destacou a importância da pureza das águas que chegavam à cidade de Mariana para a “salubridade dos indivíduos”: era preciso

¹⁴¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Corpo, Natureza e Sociedade nas Minas (1680-1730). *Projeto História*, São Paulo, n. 25, dez., 2002.

¹⁴² SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Corpo e história. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, v.1, n. 1, pp. 243-266, 1993. *Apud* ROSA, Maria C. *Da pluralidade dos corpos: educação, diversão e doença na Comarca de Vila Rica*. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005, p. 184.

¹⁴³ DIAS. Corpo, Natureza e Sociedade nas Minas (1680-1730)..., p. 334.

¹⁴⁴ Para uma melhor compreensão das ideias que circulavam no Brasil - Colônia e na Europa em fins do século XVIII a respeito das condições insalubres dos espaços urbanos, cf.: GEORGE, Rosen. Da polícia médica à medicina social: ensaios sobre a História da Assistência Médica. Rio de Janeiro: Graal, 1979, capítulo 6.; CASTIGLIONI. *História da Medicina...*, v. 2, pp.174.; LOPES, Maria Antônia. A intervenção da Coroa nas instituições de proteção social de 1750-1820. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v 29, 2008.; SALGADO, Ivone. Condições Sanitárias nas cidades brasileiras de fins do período colonial (1777-1822): teorias e práticas. In: ARAÚJO; CARITA; ROSSA (coord.). *Actas do colóquio Internacional Universo Urbanístico Português (1415-1822)*..., pp. 349-357.

“prover os moradores do território não só de abundantes águas, mas que estas sejam limpas e puras”, sendo notória “a água sempre imunda” na ocasião das chuvas, o que as tornava “inútil aos usos domésticos e da primeira necessidade” .¹⁴⁵

O líquido que corria pelas obras públicas deveria atender, primeiramente, às atividades domésticas e de primeira necessidade, vinculadas diretamente à ingestão do fluido pelos habitantes da cidade. Nos momentos de escassez, essa precedência era reforçada nos editais publicados pela Câmara, como foi o caso da única fonte de água de Guarapiranga, Termo de Mariana.¹⁴⁶ “Por não haver [outra] água que se possa servir”, em 1749, os habitantes da freguesia estavam proibidos de utilizá-la “mais que para beberem e serviços de suas casas”.¹⁴⁷ Os moradores ainda poderiam utilizar os sobejos para outras funções, caso existissem, à distância de cinco braças da fonte.

Nem sempre as águas dos chafarizes públicos eram livres das “impuridades”. Parece-nos que os habitantes socorriam a esses equipamentos urbanos na crença de que aquelas águas, trazidas da Serra do Itacolomi e pelas mãos do Senado, estavam livres da corrupção e das sujidades dos córregos que cortavam a cidade.

Um campo de associações e impressões influenciava a distribuição e o consumo das águas urbanas. Ao lado da apropriação das águas artificialmente conduzidas para as fontes públicas, os habitantes se valiam de outros rituais diários em busca do líquido precioso, como o uso dos córregos e regos da povoação. Mas qual seria a água apropriada à ingestão?

O tratado *Âncora Medicinal* de Francisco da Fonseca Henrique, escrito em 1721, traz alguns indícios acerca da funcionalidade conferida às águas na conservação da saúde dos

¹⁴⁵ AHCMM. Correição de 1795. Códice 173. fls. 78-80v.

¹⁴⁶ Segundo documentação analisada, a fonte de Guarapiranga foi, além da bica construída no caminho para Vila Rica, a outra obra pública para o abastecimento de água localizada fora dos limites municipais da cidade de Mariana. Não foi encontrado registro de arrematação ou pagamento da referida fonte pública no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, contudo não descartamos a possibilidade de que a Câmara tenha financiado com suas rendas ou que tenha sido construída com os recursos dos moradores. A freguesia de Guarapiranga, de acordo com Luís José Ferreira de Gouveia, contava em 1750 com 5.200 habitantes, enquanto Mariana, segundo Caetano Costa Matoso, entre seis para sete mil almas. O arraial alcançara uma população considerável em meados do século, ocupando certa posição de destaque no Termo. “Informação das antiguidades da Cidade de Mariana”. Autoria: Caetano da Costa Matoso, 1750. In: FIGUEIREDO; CAMPOS (Org.) *Códice Costa Matoso...*, p. 254; “Informação das antiguidades da freguesia de Guarapiranga”. Autoria: Luís José Ferreira de Gouveia. 10/12/1750. In: FIGUEIREDO; CAMPOS (org.) *Códice Costa Matoso...*, p. 260.

¹⁴⁷ AHCMM. Edital. Códice 462. 29/03/1749. fl. 22.

corpos.¹⁴⁸ As águas aparecem como dotadas de utilidade ao organismo humano na promoção da digestão, chamada de “cozimento” dos alimentos no estômago. A absorção, diluição dos nutrientes pelos humores dependia da presença deste líquido, que deveria ser de boa qualidade e ingerido na dosagem adequada. A água considerada boa deveria ser “pura, limpa, clara, insípida, sem sabor algum, sem cheiro, tênue, delgada e leve”.¹⁴⁹

O médico português enumerou, assim, os tipos de água, os artificios para designar se eram boas ou ruins, além da quantidade necessária a ser ingerida. A “água da fonte” era a melhor, principalmente se o olho d’água estivesse virado para “o nascer do sol”¹⁵⁰. Em seguida, estavam as águas das chuvas, que deveriam contar com cisternas limpas para o bom armazenamento. As “águas dos rios”, “sendo claras, limpas, sem gosto nem sabor, que as condene”, são boas, mas se deixadas em cântaros, recomendava-se dias de repouso no recipiente “para que depositem no fundo suas impuridades (sic)”.¹⁵¹ De forma alguma deveria se beber “água de lagos”, a pior de todas, pois como não se “movem, são crassas, impuras e cruas, de fácil corrupção”. Deveria se evitar ainda a “água nivosa ou glacial”, pois no congelamento, haviam perdido as “partes, tênues, claras e leves”, adquirindo as características de “crassas, turvas e pesadas”. Quanto à quantidade a ser ingerida no corpo saudável e doente, Henrique afirmou:

[...] os que padecem queixas, hão de cuidar muito no que hão de comer e beber, mas quem logra saúde, há de usar os alimentos, e da água, que presente tiver, sem mais cuidado, que o de não exceder o modo e moderação, que nisto deve observar.¹⁵²

¹⁴⁸ HENRIQUE, Francisco da Fonseca. *Âncora Medicinal*, para conservar a vida com saúde. Segunda impressão, correta e aumentada pelo seu autor [1721]. Lisboa: Oficina Augustiana, 2ed, 1731, Disponível em: books.google.com Acesso em: 13 set. 2010. No inventário de livros de Vila Rica realizado por Thábata Araújo de Alvarenga encontramos o tratado em algumas bibliotecas dos habitantes vilarriquenhos. São eles: Manoel Ribeiro Soares (eclesiástico); Guilherme Teixeira (militar), Ambrósio Rodrigues da Cunha (funcionário). Cf. anexo II de ALVARENGA, Thábata A. de. *Homens e Livros em Vila Rica: 1750-1808*, Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

¹⁴⁹ Para examinar a “bondade das águas” utilizava-se dos “sentidos externos” para averiguar se elas eram puras, insípidas e sem cheiro. Para saber se era tênue, leve e delgada usava-se molhar panos de linho até deixá-los enxugar. Aquele que secasse primeiro era de água mais leve e delgada, e o pano depois de enxuto “que menos pesar” correspondia a água mais leve e tênue. HENRIQUE. *Âncora Medicinal...*, p. 275

¹⁵⁰ HENRIQUE. *Âncora Medicinal...*, p. 275

¹⁵¹ HENRIQUE. *Âncora Medicinal...*, p. 279

¹⁵² HENRIQUE. *Âncora Medicinal...*, p. 280-81

O consumo das águas era ditado com parcimônia, tanto dos corpos saudáveis, que não poderiam exagerar na ingestão do líquido, como dos enfermos que deveriam ter atenção redobrada. O volume e os horários de consumo do líquido variavam segundo a necessidade de cada organismo e a quantidade de alimentos ingeridos. Para quem comesse muito, era preciso beber mais água “para que o alimento se coza sem se esturrar e se distribua sem demora” pelo organismo. Já os indivíduos que se alimentassem menos, deveriam ingerir menor quantidade de água, para o alimento não “flutuar no estômago”.¹⁵³ A hora mais indicada era durante as refeições, quando, geralmente, “dois ou três quartilhos de água deveriam ser ingeridos”.¹⁵⁴ Não era proibido beber antes ou após as refeições, afinal se a sede fosse grande era porque “necessita[va] o estômago de água para melhor cozer”. A ingestão das águas estava ligada, portanto, à digestão dos alimentos e sua função era garantir adequadamente o desdobramento desse processo fisiológico.

No entanto, se a hora das refeições era a mais adequada, o total de água a ser ingerido respeitava ainda outros critérios, como a natureza de cada organismo (microcosmo) e o ambiente que o envolvia (macrocosmo): temperamento, idade, região, estação do ano incidiam sobre esta prática habitual dos homens. Como exemplo, os indivíduos de temperamento quente e seco deveriam “beber mais largamente”, enquanto os meninos, de temperamento úmido, deveriam ingerir quantidade bem menor de água. No entanto, a proibição da ingestão em jejum ou na hora de se recolher para dormir era válida para todos: nestas ocasiões, a água penetrava como um veneno no organismo.¹⁵⁵ Mesmo o consumo diário e habitual esteve envolvido por impressões, pelo poder de ação e função que eram atribuídos ao líquido no interior do organismo humano. Mesmo que não possamos delimitar a circulação da *Âncora Medicinal* entre os mineiros Setecentistas ou a divulgação das impressões de Francisco da Fonseca Henrique em terras coloniais, importa percebermos que diante do mais simples gesto, beber água, estiveram presentes artificiosos métodos e formas apropriadas de consumir o líquido vital.

Ao líquido precioso era atribuído um papel importante para a saúde do organismo. A própria ingestão desse elemento, vital à sobrevivência dos homens, estava permeada por

¹⁵³ HENRIQUE. *Âncora Medicinal...*, p. 282

¹⁵⁴ De acordo com Raphael Bluteau, quartilho é a quarta parte de uma canada. BLUTEAU. *Vocabulario Portuguez...*, p.23

¹⁵⁵ HENRIQUE. *Âncora Medicinal...*, p. 282-286

impressões e concepções acerca da sua útil função dentro do organismo humano. A água tinha uma função na fisiologia e sua ação dependia tanto da sua qualidade - as boas águas - como também dos gestos de consumo, como a hora e a quantidade adequada a ser ingerida..

Carregados nos ombros dos aguadeiros, negros libertos ou cativos, os barris d'água chegavam à porta das casas e eram conduzidos ao universo doméstico.¹⁵⁶ Não abordaremos as formas de uso do líquido pelos diversos pontos e cômodos do espaço íntimo colonial nesta dissertação.¹⁵⁷ No entanto, se a breve pausa de nossa pesquisa compreende o tempo das práticas e dos usos do líquido nas residências, logo em seguida, as águas retomavam o espaço público. Sem que algum transeunte pudesse se esquivar, das janelas dos sobrados ou das casas térreas, se ouvia o grito: Água vai, água vai! Fazendo da rua quase uma extensão da casa, imundícies e sujidades, produzidas naquele espaço, invadiam as ruas da cidade¹⁵⁸.

Anunciava-se, assim, não apenas o retorno do líquido à cena urbana, mas também o fim de nossa interrupção. Dessas águas, que se espalhavam pelas calçadas, que trataremos agora.

As águas que invadem a cidade

No espaço colonial, a prática da “água vai” convivia com o “tigreiro”, responsável por conduzir sobre sua cabeça os excrementos domésticos. A maioria da população se livrava das águas servidas dispensando-as pelas ruas da cidade e empregando algum cativo na tarefa de esgotar as triagas nos córregos ou regos d'água mais próximos. Em Lisboa, diversos regimentos visavam coibir o despejo das águas sujas, empregando ainda carros de

¹⁵⁶ Na Câmara de Mariana não foi encontrado registro de atuação dos aguadeiros na cidade. Em São Paulo, de acordo com Sant'anna, desde o final do século XVIII, aguadeiros vendiam nas ruas e carroças o barril d'água por 40 réis. (SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córrego, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac, 2007, p. 103). Em Lisboa, o preço do almude variava conforme as estações do ano. No início do século XIX, os indivíduos recenseados para tal ofício aumentam significativamente. De 180 aguadeiros em fins do século XVIII para 2.800 em 1851. A estes indivíduos era permitido vender água seguindo o regulamento dos preços e os locais definidos pela Câmara para a coleta. Ficavam obrigados a socorrer qualquer incêndio, sendo avisados pelos sinos das igrejas. MADUREIRA. *Lisboa: luxo e distinção...*, p. 38.

¹⁵⁷ A respeito da variedade de utensílios para transporte e armazenamento das águas nas moradas (pipas, barris, filtros de barro, cuias, potes, jarros, cocos etc.), cf.o capítulo “As artes de transportar e guardar a água” de SANT'ANNA. *Cidade das águas...*, pp. 77-88.

¹⁵⁸ O costume de despejar as “águas servidas” e avisar os transeuntes com o grito “água-vai” era uma prática existente desde o período medieval. GONÇALVES, Iria. Relação entre os Concelhos e o espaço, segundo o Corpus Legislativo da Produção Local, na Idade Média. In: ARAÚJO; CARITA; ROSSA (coord.). *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português (1415-1822)...*, p. 52.

limpeza para recolher as imundícies que se amontoavam pelas vielas.¹⁵⁹ De acordo com Manuela Arruda dos Santos, no Recife Oitocentista, toda uma rotina era obedecida para lidar com os excrementos domésticos. Pela manhã, as sujidades eram depositadas embaixo das escadas ou em um canto mais recolhido da casa. Quando o tonel já estava quase transbordando, o escravo o conduzia sobre a cabeça e ia despejá-lo em alguma corrente d'água, retornando o recipiente ao antigo local, que ali ficava à espera de nova carga.¹⁶⁰

A expedição das águas servidas, aliada às triagas que se espalhavam pelas andanças dos tigreiros – que nem sempre despachavam a carga indesejável nos locais devidos –, tornava as vias urbanas um obstáculo à salubridade da cidade. A ação movida contra o negro Rafael, escravo de Bernardo Gonçalves no arraial de Antônio Pereira, Termo de Vila Rica, não demonstra somente que a prática dos tigreiros era corriqueira pelas ruas mineiras, mas também que as triagas eram usadas na agressão e desonra dos desafetos.¹⁶¹ O cativo arremessou contra Domingos Carvalho uma panela de barro “na sua cara e rosto”, cheia de “triaga de gente muito fedorenta”, deixando o homem “muito mal asseado e todo coberto da triaga desde a cabeça até os pés”. O motivo, segundo o senhor do cativo, que se eximia do delito, teria sido as “palavras menos decentes” proferidas contra ele e pelas quais seu escravo decidiu revidar atingindo a “cara e rosto [do autor], parte a mais nobre e distinta do corpo humano”.¹⁶²

Na paisagem das imundícies dos espaços coloniais, de acordo com Thedim Barreto, o novo prédio da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana representava uma inovação entre os prédios públicos, uma vez que contava com um canal geral de limpeza, conhecido como cano real, que recolhia os excrementos das enxovias e ia desaguar no córrego mais próximo.¹⁶³ As moradas não eram guarnecidas por latrinas ou redes de esgoto, que

¹⁵⁹ Em edital de 1818, além de se proibir lançar das janelas e das portas águas imundas, “corpos sólidos”, “imundices ascorosas”, águas limpas também eram proibidas. MADUREIRA. *Lisboa: luxo e distinção*, p. 47.

¹⁶⁰ Em 1831, a Câmara editou regulamento no qual as águas só poderiam ser arremessadas à noite, depois de um aviso repetido três vezes: Água vai! Água vai! Água vai. SANTOS, Manuela Arruda. Cuidado com o Tigre! *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 31, abr., 2008.

¹⁶¹ SANTOS. Cuidado com o Tigre..., p. 47.

¹⁶² AHCSM. 2ºOfício. Códice 207. Auto 5167. 1770

¹⁶³ Cada enxovia da cadeia contava com uma comua localizada em um pequeno cubículo com porta de madeira, com um buraco de formato circular e uma coluna de ar acima (denominada chaminé), por onde exalava o cheiro fétido. Essas colunas de ar encontravam-se com as das comuas do andar de cima, do prédio da Câmara que servia aos oficiais locais. Ainda hoje é possível ver no telhado do edifício as chaminés, bem como as comuas que serviam aos presos. O engenhoso sistema ainda tinha um alçapão, localizado na enchova das mulheres, com uma tampa e duas chaves de ferro bem grossas, para examinar e limpar o cano mestre

começaram a ser implantadas no Rio de Janeiro a partir de 1860.¹⁶⁴ Nas ruas de Mariana, o atropelo dos lixos se misturava ainda às águas que vertiam pelas ruas. Em 1758, a Câmara advertia os moradores da Rua de São João que costumavam utilizar as águas do rego, que atravessava o pasto da olaria, para regarem suas hortas que os fizessem sem que os “remanescentes[d’água] vertam para as ruas e travessa” pelos prejuízos que causavam à salubridade urbana.¹⁶⁵

De acordo com as Ordenações do Reino, os almotacés deveriam fiscalizar a limpeza das ruas para que não “se façam nela esterqueira, nem lance outro lixo, nem se entupam os canos, nem a servidão das águas”. Deviam ainda exigir que a cada mês os moradores retirassem das suas portas estercos e maus cheiros.¹⁶⁶ Em Mariana, a topografia aplainada e a proximidade do ribeirão do Carmo não favoreciam a expedição das águas pluviais. No período das chuvas, mesmo depois da expansão do sítio urbano para lugar mais cômodo e elevado, as ocupações antigas continuaram a ser inundadas. O grande volume de água juntava-se às imundícies expostas pelas ruas, que acabavam por formar obstáculos à eliminação das águas no circuito urbano. Em 1791, os vereadores proibiram “a pessoa de qualquer qualidade ou condição” lançar à rua, becos e canos públicos, “que servem para a expedição das águas da chuva, qualquer gênero de imundície”. Em correição de 1797, o procurador da Câmara declarou “ser muito e necessário” para a conservação da Rua Direita que os moradores das casas com os quintais para a banda da praia e muros para o córrego do Catete, os mantivessem em linha reta para fazerem barreira ao dito córrego e impedir sua inclinação sobre a mesma cidade.¹⁶⁷ A cadeia de Mariana – em funcionamento até que a nova estivesse pronta –, situada no Largo da Sé, estava “sujeita ao Ribeirão e córrego”, e de tal forma encontrava-se arrombada em 1776 que “o carcereiro não podia confiar [nela] os presos”.¹⁶⁸

As águas dos chafarizes e fontes públicas vieram adicionar mais uma porção razoável do líquido para dentro dos limites urbanos. A correnteza das águas nos canos subterrâneos

quando se fizesse necessário (BARRETO. Análise de alguns documentos relativos...,p. 151-219.). De acordo com Francisco Lopes, estas construções deveriam ser bem seguras, pois as galerias subterrâneas eram utilizadas como rotas de fuga dos detentos. LOPES, Francisco Antônio. *Os Palácios de Vila Rica: Ouro Preto no ciclo do ouro*. Belo Horizonte: Editora, 1951, p. 241.

¹⁶⁴ SALGADO. *Condições Sanitárias...*, p. 349.

¹⁶⁵ AHCMM. Edital. Códice 462. 28/06/1758. fls. 146-146v.

¹⁶⁶ *Ordenações Filipinas*. Livro I. Título LXVIII. Dos Almotacés..., p.157

¹⁶⁷ AHCMM. Correição de 1797. Códice 173. fls. 83v-84.

¹⁶⁸ AHCMM. Correição de 1776. Códice 173. fl. 36.

poderia causar um verdadeiro estrago se encontrasse no seu caminho qualquer impedimento ou rompimento do fluxo. Os conservadores d'água deveriam estar atentos a este circuito invisível do líquido que corria pela cidade. A saúde urbana dependia da pureza daquela água e igualmente da preservação da sua trajetória subterrânea. Os sobejos das águas do aqueduto eram dirigidos por um canal até o córrego próximo,¹⁶⁹ enquanto as calçadas ao redor dos chafarizes e fontes públicas impediam a ruína causada pelas “águas que [saíam] dos tanques”¹⁷⁰ e os cavalos de “fazerem lama”.¹⁷¹ Estes largos eram propensos à formação dos temíveis charcos e poças d'água no ambiente urbano.

A Câmara procurou solucionar a questão da expedição das águas com medidas de caráter construtivo e editais punitivos. Canos e valas foram implantados com as rendas municipais em terrenos particulares e nas ruas “para apanhar as águas da chuva ou nativas”¹⁷². Em 1751, Sebastião Pereira Leite se encarregou de fabricar um cano para dar vazão a todas as águas que se encontravam empossadas no Largo do Chafariz, fazendo ainda calçadas nas ruas “com a melhor pedra que for possível e com toda a segurança [...] deixando-lhe no meio o rebaixe necessário para correr todas as águas”.¹⁷³ As chuvas torrenciais e a expedição das águas servidas foram motivos de desavenças entre os habitantes da cidade, como a que ocorreu envolvendo os proprietários João da Cunha e sua mulher Marcinha, que alugavam uma morada de casas na Rua da Senhora das Mercês à preta Maria. Os donos da residência estavam desgostosos com “o dano que lhe vai

¹⁶⁹ AHCMM. Auto de Arrematação da condução da água para o chafariz que se há de fazer nesta cidade. Códice 135. 26/02/1749. fls. 52v-53v.

¹⁷⁰ AHCMM. Acórdão. Códice 795. 13/02/1750. fl. 43v.

¹⁷¹ AHCMM. Registro das condições porque se arrematou o rebaixe da calçada a porta do Padre João Álvares, e a calçada, que há de correr desde a Rua de baixo pelo Chafariz acima até as casas de Dona Rita e o rebolemento da calçada da Rua dos Cortes com as cortinas precisas que mandam fazer os Senhores do Senado o corrente ano de 1795. Códice 377. fls. 259v-260.

¹⁷² Em 1793, a Câmara acordou levar a pregão um cano para apanhar as águas da chuva ou nativas na porta do Corpo da Guarda da Casas da Residência do Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor General. AHCMM. Acórdão. Códice 209. 13/03/1793. fl. 209

¹⁷³ AHCMM. Auto de Arrematação. Condições com que Sebastião Pereira Leite arrematou as calçadas que se hão de fazer nesta cidade. Códice 135. 08/08/1751. fls. 130-130v. Em 1795, foi arrematado o conserto do entupimento do barranco de São Pedro e o responsável deveria fazer “todos os desvios das enxurradas encaminhando-as para o matadouro de gado ficando estes desvios bem seguros em razão de não tornarem a correr para o dito barranco”. AHCMM. Condições por donde se há de arrematar o entupimento do [barranco] que está adiante do Chafariz de São Pedro por baixo do encanamento da água que vem para esta cidade [...]. Códice 682. 20/01/1795. fl. 132. Sobre o mesmo tema, cf. também: AHCMM. Condições das Calçadas que arrematou Bento Marinho de Araújo. Códice 220. 07/08/1757. fl. 31v.

ressaltando pelas águas” na morada e a preta Maria foi notificada para, em tempo de 24 horas, despejá-las, com pena “de se lhe por de fato na rua”.¹⁷⁴

As calçadas e pontes funcionavam como escoadouros do líquido e das imundícies. As primeiras atendiam a uma dupla função: aformoseavam as ruas e agiam como sumidouros das águas pluviais e servidas atiradas às ruas da cidade. Os declives ao centro ou nos lados do calçamento funcionaram como verdadeiros regos d’água artificiais. De acordo com o viajante John Luccock, no início do século XIX, no Rio de Janeiro, bastava desabar um súbito aguaceiro que os habitantes despejavam os conteúdos fedorentos pelas ruas, deixando que a enxurrada exercesse o trabalho de os levar.¹⁷⁵ As águas pluviais serviam à vazão dos lixos urbanos e as calçadas como o suporte necessário. Em Mariana, especificamente, quando a fúria das águas fluviais se unia às sujeiras deixadas pelos animais e moradores, bem como aos restos de bichos e árvores, criavam-se várias barreiras no terreno urbano. Sem ter por onde correr, as águas agrediam os locais mais planos, arrombavam pontes, calçadas e casas. A ocupação urbana, ao fim, parecia o grande obstáculo à trajetória natural do líquido. Insistentemente, o governo local mandava reforçar as pontes com os alicerces e grossuras, “precisas para poder sustentar o ímpeto das águas”. As pontes, além de receberem expressivo fluxo, por se situarem nas partes mais baixas da morfologia urbana, ainda eram agredidas pela correnteza acentuada dos rios que trasbordavam,¹⁷⁶ caso da Rua Nova que expedia uma enxurrada em direção à ponte e córrego do Seminário.¹⁷⁷

No arrabalde de Monsus, em 1789, foi construído um cano para receber as águas do monte e desaguá-las na praia do Carmo, com o objetivo de impedir a destruição da estrada

¹⁷⁴ AHCSM. Notificação. Auto 4212. 2º Ofício. Códice 173. 22/04/1794.

¹⁷⁵ Conforme percebeu o viajante, nem sempre as tinas eram esvaziadas diariamente. Em alguns casos uma vez por semana, o que tornava o ambiente insuportável. Nas casas onde não se usavam esses barris, todas as imundícies eram atiradas para o pátio, à espera das chuvas. LUCCOCK, John. *Notas Sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil* (1808-1818). São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 89. Consulta ao Acervo Ernani, Museu da Casa Paulista em <http://www.mcb.sp.gov.br/mcbText.asp?sMenu=P007>. Acesso em: 19 out. 2010.

¹⁷⁶ No contrato de obra firmado em 1769, encontramos referência à construção dos cachorros – peças arquitetônicas, geralmente ornadas, por onde se expediam as águas das pontes e dos telhados das casas – no pontilhão do córrego que seguia para Vamos-Vamos. AHCSM. Condições de obra. Códice 377. 11/12/1769. fls. 74v-75.

¹⁷⁷ AHCSM. Auto de arrematação do conserto dos paredões junto a ponte do Seminário e das fontes da casa do defunto Bernardo Costa. Códice 377. 31/08/1765. fls. 21-21v.

para Vamos-Vamos.¹⁷⁸ No morro de São Gonçalo, o trecho próximo à entrada da cidade, por onde se iniciava o percurso para Vila Rica, encontrava-se em “grande estrago” em razão da “corrente das águas”. O lamaçal que se formou no caminho abriu um “formidável boqueirão” e por este motivo dizia-se que ali havia morrido um “homem desgraçadamente”.¹⁷⁹ A atenção da Câmara também estava voltada para a manutenção destes espaços de acesso à cidade. Os agoeiros¹⁸⁰ distribuídos entre os lados da estrada davam vazão às águas das chuvas no novo caminho de Mariana à Vila Rica, construído em 1782.¹⁸¹

Juntamente com essas medidas, o governo local proibia o lançamento do lixo tanto nas ruas como nas estradas de acesso. Porcos e todo tipo de animais soltos eram proibidos no centro urbano “por causarem ruína às casas, pontes e à saúde”.¹⁸² Os carros eram responsabilizados pelo grande prejuízo às calçadas da cidade, tão necessárias à manutenção da salubridade urbana.¹⁸³ Em 1750, os oficiais ordenaram que aqueles que vivessem nas estradas e caminhos públicos, “para cômoda serventia dos viandantes e benefício comum

¹⁷⁸ AHCMM. Registro das Condições com que o Alferes José Pereira Arouca arrematou o paredão junto a Ponte da Passagem, da parte do córrego [que] guarda na Ponte de Santa Ana e cano na morada dos Monsus. Códice 377. 22/06/1789. fls. 221-221v.

¹⁷⁹ AHCMM. Correição 1781. Códice 173. fls. 53-53v.

¹⁸⁰ Os agoeiros eram regos rebaixados para receber as águas que corriam pelas estradas. BLUTEAU. *Vocabulario Portuguez...*, p. 670.

¹⁸¹ AHCMM. Registro de umas condições por onde se hão de fazer os paredões e mais obras necessárias no Caminho desta Cidade para Vila Rica. Códice 377. 04/08/1781. fls. 182-183v. Cf. também: Códice 377. 02/07/1782. fls. 190-190v.; Códice 377. 15/04/1784. fls. 204v-205v. Na paragem conhecida como Bananal Grande, trecho do caminho que vai para Vila Rica, a Câmara de Mariana financiou um cano para conter um olho d'água que escorria pelo caminho, coberto pelas calçadas. AHCMM. Registro das condições com que os senhores do Senado mandaram arrematar a obra da calçada e encanamento no caminho que vai da Passagem para Vila Rica acima do Bananal Grande. Códice 210. 23/09/1803. fl. 34v.

¹⁸² AHCMM. Acórdão. Códice 209. 28/03/1792. fl. 16. Cf. também: AHCMM. Edital. Códice 554. 07/11/1744. fl. 41. Em 1748, “muitas pessoas” costumavam trazer as suas criações de porcos soltos pelo arraial de Catas Altas, Termo de Mariana, não apenas causando “grave dano as casas dos moradores”, mas especialmente à Igreja do povoado “arruinando-lhe as paredes”. AHCMM. Edital. Códice 554. 08/06/1748. Fl. 119v.

¹⁸³ Em acórdão de 1794, o procurador mandou notificar todos os carreiros da cidade e seu termo para, em tempo de 15 dias, fazerem e consertarem as calçadas. AHCMM. Acórdão. Códice 209. 11/01/1794. fl. 83. No arraial de Passagem, os carretões traziam as pontas das madeiras arrastando-as pelo chão, causando prejuízo e graves danos ao caminho e calçadas. AHCMM. Edital. Códice 554. 30/04/1746. fl. 61. De acordo com Thiago Enes, em 1753, os carros e carretões deveriam se dirigir para o Largo do Chafariz para todos serem marcados e numerados e, anteriormente, em 1746, em vista dos prejuízos causados, foi estabelecido um imposto aos condutores, a ser revertido para o reparo das vias danificadas. ENES. *De como administrar cidades e governar Impérios...*, p. 92.

dos povos”, cuidassem de suas testadas em razão dos estragos causados pelas águas, como podemos observar no documento citado a seguir.¹⁸⁴

Mandamos a toda pessoa de qualquer qualidade, e estado que seja que tiver mato ou roça que confronte com a estrada ou caminho público em até o último dia do mês de Maio do presente ano fará descortinar a sua testada, de mato virgem capoeiras ou samambaias quatro braças por banda para dentro da sua terra na forma ordenada pelo edital deste Senado [...] concertar as estradas e caminhos públicos em duas braças de largura limpando as endireitadas de sorte que não fique altos e baixos, barrancos soltos [...] com tal correnteza necessária deixem os caminhos sem os alagadiços que os arruinam.¹⁸⁵

As medidas tomadas pela Câmara buscariam evitar a ruína material do espaço urbano no período das cheias. A garantia da expedição das águas era também a da sobrevivência dos equipamentos, dos prédios públicos e das moradas. Todavia, se os estragos resultavam em dolorosas perdas financeiras, depois que as águas retornavam aos álveos do Carmo e afluentes, instaurava-se um perigo ainda maior entre os habitantes. Paredes molhadas, ambientes úmidos, imundícies e charcos espalhados pela cidade eram considerados os grandes riscos à conservação da salubridade urbana. Uma mistura de sensações e impressões sobre o sujo e o limpo, o são e malsão, a salubridade dos corpos e dos espaços afastava e condenava a presença das águas nas ruas da cidade.

As águas estagnadas

O médico português Antônio Nunes Ribeiro Sanches, autor do *Tratado da Conservação e Saúde dos povos (1756)*,¹⁸⁶ afirmou que, ao lado das inundações, as águas

¹⁸⁴ AHCMM. Edital. Códice 462. 29/04/1750. fls. 48-49.

¹⁸⁵ AHCMM. Edital. Códice 462. 29/04/1750. fls. 48-49.

¹⁸⁶ Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), nascido na Vila de Penamacor (Portugal), formou-se em Medicina em Salamanca e em 1726 fugiu de Lisboa acusado por práticas de judaísmo. Depois de viver na Holanda, seguiu para a Rússia, onde serviu a corte imperial dos Czares. Em 1747 tornou-se membro da Academia de S. Petersburgo, título que também recebeu em Paris, onde veio a se instalar definitivamente e escreveu entre outros: *Dissertation sur la Maladie Vénérienne* (1750); *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos* (1756); *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (1760); *Método para aprender e estudar medicina* (1763); *Mémoire sur l'é bains de Vapeur en Russie* (1779). Sobre a vida do médico, cf.: www.vidaslusofonas.pt. Utilizamos a versão do tratado divulgada pela Universidade da Beira Interior de Covilhã (Portugal), disponível em:

servidas e os charcos eram “a causa mais universal e a mais pestilenta das doenças e Epidemias”.¹⁸⁷ O médico, que vivia então em Paris, escreveu sobre as ideias e preceitos que circulavam por alguns países europeus acerca da conservação da salubridade urbana. Influenciado pelas teorias hipocráticas, Sanches percebia os corpos em interação e equilíbrio com o ambiente que os circundava. O clima, as águas e a terra interferiam nos humores e na saúde dos indivíduos. O ar era considerado o fluido “transparente, invisível e elástico” que recebia todos os vapores e partículas da terra, “um grande armazém universal do nosso globo, onde se deposita[va] tudo o que se exala[va] nele”.¹⁸⁸ Tal fluido teria a capacidade de se comunicar com as superfícies das coisas e dos homens. Segundo Sanches, nessa massa que “nos abraça e comprime, como aquele que estivesse debaixo da água”,¹⁸⁹ depositavam-se todos os miasmas, as exalações fétidas produzidas por cada corpo e objeto da terra. Também era pela massa de ar que se sacudiam e se espalhavam todas as partículas prejudiciais e se não fosse por ela, “em poucos instantes sentiríamos a perda da saúde”.¹⁹⁰ Neste sentido, tudo que emanava dos ambientes ficaria estacionado nessa massa se não fosse a ordem natural do movimento dos gases e a corrente dos ventos. Sua ação era salutar na medida em que levava embora as partículas nocivas, comumente produzidas pelos corpos.

Nos centros urbanos, a posição das ruas, a largura das calçadas, as casas, largos e locais de intenso fluxo deveriam estimular a agitação dos ares. A função do fluido universal era mesmo carregar os vapores corrompidos da transpiração e bafos dos humores. No entanto, se a circulação fosse impedida e aquele ar permanecesse “fixado”, condensavam-se naquela atmosfera envolvente os temidos miasmas.¹⁹¹

http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/tratado_saude_povos.pdf. SANCHES, Antônio Nunes R. *Tratado da Conservação e Saúde dos Povos*: Obra útil e, igualmente, necessária aos Magistrados, Capitães Gerais, Capitães de Mar e Guerra, Prelados, Abadessas, Médicos e Pais de Famílias. Com um Apêndice Considerações sobre os Terramotos, com a notícia dos mais consideráveis, de que faz menção a História, e dos últimos que se sentiram na Europa desde o I de Novembro 1755. Publicado em Paris, 1756. No inventário de livros feito por Tháбата Alvarenga três bibliotecas de Vila Rica contavam com o Tratado: a biblioteca de Pedro Teixeira Mursa, Manoel dos Reis e Luís Figueiredo Leitão. ALVARENGA. *Homens e Livros...*, anexo II.

¹⁸⁷ SANCHES. *Tratado da Conservação e Saúde dos Povos...*, p. 17.

¹⁸⁸ SANCHES. *Tratado da Conservação e Saúde dos Povos...*, pp. 6-7.

¹⁸⁹ SANCHES. *Tratado da Conservação e Saúde dos Povos...*, p. 4.

¹⁹⁰ SANCHES. *Tratado da Conservação e Saúde dos Povos...*, p. 8.

¹⁹¹ SANCHES. *Tratado da Conservação e Saúde dos Povos...*, p. 4.; CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. Tradução de Ligia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 22.

De acordo com o tratado do médico português, Mariana se encontraria em sítio propriamente insalubre, em razão do ribeirão caudaloso, “onde as chuvas inundam”, “os nevoeiros não dissipam” e “a umidade era contínua”.¹⁹² O ar úmido era, por excelência, uma massa pesada, difícil de se dissipar,¹⁹³ enquanto as águas estagnadas eram, por excelência, o depósito da putrefação, estancado nas ruas. Estas inspiravam total desconfiança dos cidadãos e autoridades municipais de acordo com Alain Corbin.¹⁹⁴ O remédio sugerido por Sanches era semelhante ao indicado para os ares, somente “o movimento a[s] purificaria”.¹⁹⁵ Levadas de volta à correnteza, os restos orgânicos se desfariam e sumiriam na imensidão das partículas aquáticas, teoria também aplicada à expedição das triagas em água corrente. Os pântanos, poças e paules eram ameaçadores, suficientes para desaconselhar qualquer lavagem de casas e ruas.¹⁹⁶ Para afastá-las do ar úmido, após as tempestades, recomendava-se fogo contínuo:

Todo o fogo atenua e rarefaz o ar, e aquele vizinho mais frio e mais pesado vem fazer equilíbrio com ele; deste modo se agita continuamente, e se gera um vento artificial que dissipa e ventila a umidade.¹⁹⁷

As definições de são e malsão, bem como de salubre e insalubre, esboçavam-se em função do pensamento “aerista”.¹⁹⁸ Secar e ventilar o ar, evitar imundícies, lamas e charcos que corrompiam o fluido universal com suas exalações podres constituíam as medidas

¹⁹² SANCHES. *Tratado da Conservação e Saúde dos Povos...*, pp. 19-20. Essa noção de um sítio insalubre postulada por Sanches contradiz os elogios feitos pelo ouvidor Costa Matoso a Mariana, em razão do clima agradável e sítio em que se encontra. Cf.: “Informações das Antiguidades da Cidade de Mariana”. Autoria: Caetano da Costa Matoso, 1750. In: FIGUEIREDO; CAMPOS (org.). *Códice Costa Matoso...*, p. 250. Para Vila Rica, as palavras do Conde de Assumar sobre o clima e os ânimos dos habitantes em 1720, acabaram por retratar a relação entre a natureza e os indivíduos: “[...] habitada de gente intratável, sem domicílio, e ainda que está em contínuo movimento, é menos inconstante que os seus costumes, os dias nunca amanhecem serenos: o ar é um nublado perpétuo; tudo é frio naquele país, menos o vício, que está ardendo sempre. Eu, contudo, reparando com mais atenção na antiga e continuada sucessão de perturbações que nelas se vêem, acrescentarei que a terra parece que evapora tumultos: a água exala motins; o ouro toca desaforos: destilam liberdades os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordem os astros: o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo, e amotinada lá por dentro, é como no inferno”. *Discurso Histórico e Político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*. Estudo Crítico de Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994, pp. 59-60, 45 (Coleção Mineiriana).

¹⁹³ CORBIN. *Saberes e odores...*, p. 20.

¹⁹⁴ CORBIN. *Saberes e odores...*, pp. 38, 47.

¹⁹⁵ CORBIN. *Saberes e odores...*, p. 122.

¹⁹⁶ CORBIN. *Saberes e odores...*, p. 47-50.

¹⁹⁷ SANCHES. *Tratado da Conservação e Saúde dos Povos...*, p. 23.

¹⁹⁸ CORBIN. *Saberes e odores...*, p. 22.

necessárias para manter um corpo social saudável. As águas e as massas de ar pareciam funcionar de modo semelhante. O contato do líquido direto com os poros da pele ainda poderia ser evitado. No entanto, as exalações invisíveis emanadas das águas estagnadas se misturavam às outras da cidade. Neste caminho dos miasmas, era a representação sobre os corpos que pesava. A superfície porosa da pele e do organismo funcionava como “um ralo, uma esponja”,¹⁹⁹ por onde se expelia e se absorvia toda a sorte de substâncias do ambiente. Essa forma de ver e perceber o corpo caracterizava o poder de interação e o medo da intervenção das águas e dos ares sobre os indivíduos. Ambos eram veículos de conteúdos desconhecidos e o ar teria, ainda, a faculdade de arrastar do líquido sujo para “o mais íntimo” os elementos nocivos à vida.²⁰⁰

Se no imaginário médico a ventilação do ar e o escoamento das águas constituíam os caminhos necessários para conservar a salubridade dos espaços, também foram a partir destas preocupações que percebemos a exaltação do olfato e da visão como os sentidos capazes de captar onde se depositavam os miasmas. Se o ar era o veículo, o nariz foi o órgão apropriado a senti-lo e diagnosticar sua corrupção. Quase um termômetro dos cheiros, autorizado a medir a presença dos miasmas ou do ar salubre. A linguagem olfativa definiria os ritmos da corrupção, da podridão e da putrefação. Da mesma forma, as atmosferas insalubres poderiam ser curadas pela inversão dos cheiros. Era possível afastar os odores pestilentos por meio da emissão das partículas agradáveis. No imaginário da época, a profusão dos gases aromáticos agitaria o ar e corrigiria os vapores pútridos do meio urbano. A circulação do ar, provocada pelas correntes de vento, teve, portanto, como aliado, o “olfato- sentinela”,²⁰¹ que instituiu novos artificios para afastar o “ar fixado” das cidades. Seria possível afastar os miasmas, e até mesmo fortalecer o corpo, criando em torno de si uma atmosfera de fragrâncias agradáveis.²⁰²

Dessa forma, o ar constituía o canal privilegiado da transmissão dos vapores nocivos; a percepção do mau cheiro evidenciava essa presença, enquanto a aspersão e fumigação dos

¹⁹⁹ SANCHES. *Tratado da Conservação e Saúde dos Povos...*, p. 15.; VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo*. Tradução de Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 1996, pp.10-12.

²⁰⁰ SANCHES. *Tratado da Conservação e Saúde dos Povos...*, p. 15.

²⁰¹ CORBIN. *Saberes e odores...*, p. 32.

²⁰² Em meados do século XVIII, de acordo com Alain Corbin, a terapêutica dos aromas consistia em misturar as mais diversas essências e cheiros aos tecidos e móveis. Vinagres, pólvora, seca, fogos e água de rosa se tornaram a sensação da corte francesa de Luís XV. Os odores delicados das rosas e das flores, dos lenços e óleos agradáveis instalaram a moda dos odores na França. CORBIN. *Saberes e odores...*, p. 86.

aromas no corpo e no ambiente urbano remediavam a atmosfera, devolvendo-lhe a salubridade.²⁰³ Os odores agradáveis teriam o poder de reanimar o ar e destruir o veneno da doença. Um corpo saudável era aquele imerso nas fragrâncias delicadas,²⁰⁴ uma cidade salubre era aquela livre dos cheiros pútridos. Dentro das casas, após as repetidas chuvas, Sanches aconselhava, além do fogo, perfumar o ar com loureiro murta e alecrim; nos quartos, queimar uma leve porção de pólvora.²⁰⁵

Nas ruas, a Câmara de Mariana, através das posturas e editais, exigia a limpeza das testadas das casas. Em 1781, o edital da Câmara declarava:

Muitas moléstias endêmicas, que presentemente se experimentam com notável prejuízo do público, ocasionados sem dúvidas, dos *ares corruptos*, para que estes se purifiquem pelo modo mais possível façam por espaço de oito dias em todas as noites sucessivas *grandes fogos* as suas portas queimando junto com samambaia, por outro nome [feito], *ervas cheirosas e balsâmicas*.²⁰⁶

As ações do poder local se dirigiam a evacuar os dejetos visíveis, como as esterqueiras e charcos, para, deste modo, evitar a contaminação dos ares. A manutenção de um espaço salubre dependia da eliminação dos odores corruptos e, neste sentido, as políticas urbanas buscavam “curar” a atmosfera e eliminar os focos de podridão. A limpeza das ruas e das casas era a seco, bastando remover as sujidades, afastar as partículas úmidas e dar curso às águas. “Limpar significava não tanto lavar, mas antes drenar: o essencial era assegurar o escoamento das águas”.²⁰⁷ Os significados de saúde e doença, limpeza e sujidade eram percebidos pela inexistência do nocivo.²⁰⁸ O limpo era onde a sujeira não estava. A saúde, onde não estava a doença. O salubre, onde não estavam o cheiro fétido e as águas estagnadas.

²⁰³ Sobre a aspersão e fumigação dos ares, cf. CORBIN. *Saberes e odores...*, p. 89.

²⁰⁴ CORBIN. *Saberes e odores...*, pp. 85-89.

²⁰⁵ SANCHES. *Tratado da Conservação e Saúde dos Povos...*, p. 23. Nas descrições de John Lucock a respeito do pouso em uma fazenda abastada nas redondezas de Barbacena, Minas Gerais, o viajante informa que, quando lhe abriram a porta de seu dormitório, foi tal o mau cheiro exalado que pediu que o mudassem de lugar. Como isso não foi possível, recorreram a limpezas e fumigações, “costume dos brasileiros”, queimando grande “quantidade de ervas odorantes, especialmente rosmaninho”, o que tornou o aposento não apenas “tolerável como positivamente agradável”. (Consulta ao Arquivo Ernani, Museu da Casa Paulista: LUCOCK. *Notas Sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil* (1808-1818), p. 359).

²⁰⁶ AHMM. Códice 462. fl. 196v. *Apud* BORSOI. *Por dentro de mapas e planos*, p. 45. (grifos nossos).

²⁰⁷ CORBIN. *Saberes e odores...*, p. 122.

²⁰⁸ Sobre a realidade percebida negativamente, cf. MACHADO *et al.* *Danação da Norma...*, p. 56.

O limpo que não lava

Para Maria Rosa Cristina, tributária das constatações de Georges Vigarello, a limpeza dos corpos e dos espaços mineiros coloniais esteve associada não só à falta de sujeira, mas também à adequada ornamentação e ao aformoseamento de seus invólucros. Uma limpeza do parecer, visível ao olhar social.²⁰⁹ Certos instantes da vida colonial, como os festejos, constituem momentos singulares para se observar este asseio configurado pela elegância aparente dos corpos, tanto no macro como no microcosmo.²¹⁰

Nos editais publicados pelo Senado de Mariana para as celebrações urbanas, duas obrigações aparecem como concomitantes à instituição de um espaço decente e apropriado à situação: a eliminação das sujeiras das testadas e a ornamentação das fronteiras das casas. Em 1772, os moradores foram advertidos a se prepararem para a “procissão do inefável corpo de Deus [...] para cujo efeito mandam ornar as portas e janelas com a maior perfeição e varrer as ruas e suas testadas”.²¹¹ Os adornos deveriam corresponder às ocasiões: almotacés fiscalizaram os fúnebres panos pretos nas janelas e varandas nas exéquias de D. João V em 1750,²¹² e na solenidade que envolveu a entrada do Bispo D. Manuel da Cruz, em fevereiro de 1748, examinaram se, além das testadas limpas, as janelas e paredes estavam paramentadas com decência.²¹³ Os espaços deveriam estar adequadamente decorados no momento dos festejos urbanos e os corpos, apropriadamente ornamentados a se exporem pelas ruas.²¹⁴

A visão constituía, ao lado do olfato, o outro sentido aguçado para distinguir um ambiente limpo e saudável. O asseio remetia à eliminação da sujeira e ao adorno

²⁰⁹ ROSA, Maria Cristina. *Da pluralidade dos corpos...*, p. 63.

²¹⁰ Cf. ENES. *De como administrar cidades e governar Impérios...*, pp. 99-101. BORSOI. *Por dentro de mapas e planos...*, p. 42.

²¹¹ AHCMM. Edital. Códice 462. 26/08/1772. fl. 156v. *Apud* ENES. *De como administrar cidades e governar Impérios...*, p. 100.

²¹² ENES. *De como administrar cidades e governar Impérios...*, p. 100.

²¹³ AHCMM. Edital. Códice 554. 12/10/1748. fl. 124v. *Apud* ENES. *De como administrar cidades e governar Impérios...*, p. 100.

²¹⁴ Cf. JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2001. 2 v. Especialmente os artigos: KANTOR, Íris. Entradas episcopais na capitania de Minas Gerais (1743-1748), pp. 169-182; MELLO E SOUZA, Laura de. Festas barrocas e vida cotidiana em Minas Gerais, pp. 183-195; SANTIAGO, Camila F. G. Os gastos do Senado da Câmara de Vila Rica com festas: destaque para Corpus Christi (1720-1750), pp. 487-504.

conveniente dos invólucros²¹⁵. Um corpo limpo impetrava duas ações simultâneas: excluí-lo das imundícies aparentes e paramentá-lo para a sua exposição. A limpeza estaria na falta do sujo e na exposição dos adornos.

De acordo com Vigarello, o padrão de limpeza que se instaurou entre os séculos XVI e XVII na França acompanhou as representações sobre o universo corporal.²¹⁶ O corpo limpo estaria personificado na composição do traje, em que se depositavam as impressões sobre o indivíduo asseado. As roupas de baixo (camisas, meias e ceroulas brancas) absorviam a transpiração dos humores e cobriam a pele porosa das exalações atmosféricas.²¹⁷ Ao mesmo tempo em que funcionavam como um filtro, alguns retalhos dos tecidos brancos íntimos emergiam na composição final do vestuário. Colarinhos, punhos e meias brancas apareceram na indumentária externa a partir do Seiscentos, com a função de representar aquele corpo escondido como visivelmente limpo. Os cuidados com a brancura dos tecidos íntimos simbolizavam a atenção com o asseio do corpo; “trocá-los era no fundo lavar-se”²¹⁸.

Ainda assim, mesmo que a limpeza dos corpos não estivesse associada às imersões cotidianas no líquido, a sua utilização não desapareceu da composição dos trajes, indireta ou diretamente. No primeiro caso, trazer a roupa branca diariamente implicava a necessidade cotidiana das águas. Lavadeiras se dirigiam aos córregos, rios ou tanques mais próximos.²¹⁹ Camisas, rendas, roupas de baixo se misturavam às águas para retomar a limpeza dos corpos e a brancura distintiva dos trajes. Só não sabemos dizer a frequência com que eram trocadas.

²¹⁵ ROSA, Maria Cristina. *Da pluralidade dos corpos...*, p.63.

²¹⁶ VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 192.

²¹⁷ VIGARELLO. *O limpo e o sujo...*, p. 70.

²¹⁸ VIGARELLO. *O limpo e o sujo...*, p. 60.

²¹⁹ De acordo com Nuno Madureira, em Portugal as lavadeiras eram geralmente mulheres do campo, que se deslocavam até à cidade para buscar e levar roupa. Para o ofício utilizavam uma barrela com cinzas de madeira, esfregando em seguida os panos nas águas, o que revigorava as peças com uma brancura resplandecente, retirando qualquer gênero de nódoas e ainda perfumando-as com um odor suave, dando à roupa branca um ar asseado (MADUREIRA. *Lisboa: luxo e distinção...*, p. 36.). A respeito dos artifícios e técnicas empregados neste ofício, cf. MACEDO, Concessa Vaz de. Da lavagem de roupa às branquearias comerciais: sobre o papel das lavadeiras na Escócia Setecentista. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, fev., 1998, pp. 63-67. No Rio de Janeiro, segundo Noronha Santos, as lavadeiras eram registradas no Concelho da cidade. Para Mariana não encontramos tais registros, o que nos leva a conjecturar que o ofício não regulamentado pelo governo local, contava com cativas, forras e mulheres brancas pobres. SANTOS. Fontes e Chafarizes do Rio de Janeiro, p. 12.

FIGURA 27 - As lavadeiras do rio Laranjeiras.



Na imagem desenhada por Jean Batista Debret, as negras lavadeiras dedicam-se ao ofício no rio Laranjeiras (RJ), prevalecendo na paisagem a lavagem das roupas brancas.

Fonte: DEBRET, J. B. *Lavadeiras do rio das Laranjeiras*, 1826. Disponível em: <http://www.mcb.sp.gov.br/ernfraBuscaAssunto.asp?sAssunto=25>. Acesso em: 10 out. 2010.

Diretamente, o uso das águas era uma prática recomendada na lavagem das mãos e do rosto pela manhã. De acordo com Mary Del Priore, estas regras de limpeza, que a autora denominou de higiênicas, trazidas pelos lunários, beneficiavam o cérebro e os sentidos.²²⁰

Os proveitos são estes: o primeiro que a cabeça fica aliviada dos humores crassos. O segundo que os poros se dilatam, abrem e assim tem lugar de saírem os vapores do cérebro. O terceiro proveito e principal, conforme Avicena, é que a vista se clarifica e livra dos humores grossos e salgados, e esta regra vale muito para os velhos.²²¹

Por um lado, poderíamos inferir que limpar com o líquido esses espaços restritos era uma forma de retirar a sujeira das partes aparentes, visíveis ao olhar e que integravam, portanto, a composição final do traje dos indivíduos. De certo modo, as águas contribuíam

²²⁰ DEL PRIORE, Mary. Ritos da. In: MELLO E SOUZA, Laura de. (org.) *Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. v. 1. NOVAIS, Fernando (dir.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 304.

²²¹ “O non-plus-ultra do lunário e prognóstico perpétuo, geral e particular para todos os reinos e provincias, composto por Jerônimo Cortez Valenciano, emendado conforme o purgatório da Santa Inquisição e traduzido em português”, pp.11-12 *apud* DEL PRIORE. Ritos da vida privada..., p. 304.

nesta limpeza do parecer. Um asseio ainda distante da força “funcional” que surgiu com a transformação dos padrões de limpeza no século XIX, mas que ligava o líquido à eliminação da sujeira, mesmo que apenas em pequenas porções da superfície corporal. Por outro lado, certos usos das águas no espaço doméstico estavam vinculados não propriamente aos rituais de limpeza, mas a outras práticas sociais. De acordo com Vigarello, o gesto de “dar água às mãos” era um sinal de polidez e amizade, atenção e hospitalidade. Um costume medieval herdado e mantido pelos tratados de civilidade dos séculos XVI e XVII na corte francesa.²²² No espaço mineiro Oitocentista, os viajantes Saint-Hilaire e John Lucock observaram o hábito cordial dos anfitriões de oferecer água para lavar as mãos e água quente para lavar os pés:

Todo mundo, antes de se deitar lava os pés com água quente. Nas casas ricas, um negro, com sua toalha ao ombro, leva a água ao estrangeiro em uma grande bacia de cobre; os pobres, porém, se contentam com uma gamela de madeira. Muitas vezes, em casa de gente de cor, o próprio dono da casa vem, como nos tempos antigos, lavar os pés do viajante que acolheu com a mais amável hospitalidade.²²³

Nem sempre essa cordialidade correspondia à vontade dos escravos. O cativo que servia o Seminário da Boa Morte de Mariana, o barbeiro Fabrício, adquirido pelo procurador da instituição, José de Souza, recusava-se a trazer água aos seminaristas, alegando que nunca lavaria os pés dos brancos.²²⁴ De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, os viandantes tinham o hábito de se calçarem depois de lavarem os pés na entrada das vilas e cidades, o que explicaria a denominação de certos ribeiros, como o córrego do Seminário de Mariana, que também era conhecido como córrego do Lavapés.²²⁵

²²² VIGARELLO. *O limpo e o sujo...*, p. 51

²²³ SAINT-HILAIRE. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1816-1817)...*, p. 97. “Ao jantar, ou melhor à ceia, pois que foi servida às nove da noite, experimentamos cousa mais suntuosa; foi servida com talheres de prata e depois surgiram escravos com água quente e fria, a fim de que pudéssemos executar nossas abluções confortavelmente”. LUCCOCK. *Notas Sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil (1808-1818)...*, p. 287; Cf. também: KIDDER, Daniel Parish; FLETCHER, James Cooley. *O Brasil e os Brasileiros (1855-1865)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. v. 2, p. 156.

²²⁴ As sucessivas contravenções do escravo Fabrício acabaram por levá-lo à Inquisição por denúncia de blasfêmia, caso que foi analisado por Luiz Carlos Villalta. VILLALTA, Luiz C. Educação: nascimento, “haveres” e gêneros. VILLALTA; RESENDE.(org.) *História de Minas Gerais...*, v. 2, pp. 262-264.

²²⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 28.

Uma investigação que contemplasse o universo material dos indivíduos da Mariana Setecentista poderia nos trazer indícios acerca da pluralidade de consumos nos diferentes estratos do ambiente doméstico da cidade. A título de exemplo, o historiador Nuno Madureira observou, a partir dos inventários compreendidos entre 1740 e 1750, que as tinas de arame ou de madeira usadas para tomar banho eram exclusivas da elite portuguesa. Já os objetos de médio porte, como as bacias ou lavatórios de fazer a barba e lavar os pés e mãos, penetraram em todos os universos sociais. Os dos mais abonados eram confeccionados com prata ou ouro, e dos mais desprovidos, com arame e estanho. A presença destes últimos, mesmo que diferenciados pelo tipo de material empregado, constituía um denominador comum entre os grupos sociais, denotando a existência de uma prática rotineira entre os homens portugueses: lavar de manhã ou ao fim do dia as extremidades do corpo.²²⁶

Esse contato diário limitado com as águas não caracterizaria em si uma higienização dos indivíduos, mas sim uma eliminação da sujeira evidente, exposta na porção visível da superfície corporal. Aguar rostos e mãos era parte de um circuito que as águas percorriam dentro das casas. O uso a retalho e as reutilizações do líquido nos afazeres cotidianos pareciam caracterizar o seu consumo diário. De acordo com Madureira, a maioria dos agregados domésticos utilizava a mesma bacia para os mais variados usos: “hoje fazer a barba, amanhã lavar a cara, se possível com a mesma água”.²²⁷

Vale ressaltar que a circulação do líquido no espaço doméstico não é tema desenvolvido em nosso trabalho.²²⁸ Diante dos objetivos e da dimensão da pesquisa, não analisamos os inventários de bens dos habitantes de Mariana, muito embora sejam importantes para a compreensão do uso, da distribuição e divisão das águas, espacialização e especialização dos utensílios pelas casas Setecentistas mineiras. Essa restrição, porém, não nos impede de tecer algumas considerações sobre as impressões e sensações acerca do líquido na região das Minas.²²⁹

²²⁶ MADUREIRA. *Lisboa: luxo e distinção...*, p. 78.

²²⁷ MADUREIRA. *Lisboa: luxo e distinção...*, p. 78.

²²⁸ Sobre a vida doméstica na América Portuguesa, cf.: ALGRANTI, Leila M. *Famílias e vida doméstica...*, v.1. pp. 83-154; LEMOS, Carlos A.C. *Cozinhas etc.* Um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista. São Paulo: Perspectiva, 1976. LEMOS, Carlos. A.C. *História da Casa Brasileira*, São Paulo: Contexto, 1989.; FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14. ed. São Paulo: Global, 2003.

²²⁹ A respeito da cultura material doméstica, cf.: MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. A demanda do trivial: vestuário, alimentação e habitação. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 65, jul., 1987, pp. 153-199.; MÓL, Cláudia Cristina. *Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-*

Primeiramente, na limpeza dos corpos e das ruas, as águas aparecem como um elemento a ser afastado de tais práticas. Uma conjugação de fatores explicaria o uso regrado do líquido. Inicialmente, a rotina de ir e vir pelas ruas com os barris d'água despendia força e tempo dos cativos. Depois que essas águas invadiam a esfera doméstica, eram divididas entre potes e bacias dispostos pelos cômodos. Escravos e senhores tinham a exata noção da quantidade do líquido disponível no ambiente da casa. A consciência visível do volume existente criava formas de consumo articuladas e organizadas para atender os afazeres daquele espaço.²³⁰ Aproveitar e reaproveitar ao máximo o líquido deveria fazer parte das rotinas instituídas nas residências. Na percepção dos contemporâneos, a quantidade delimitada talvez não constituísse em si um problema, fazia parte da própria vivência urbana: um tempo para buscar as águas, um tempo para organizar e dividir o líquido e, afinal, um tempo para se desfazer das águas servidas. Por isso, a relação com o líquido não era permeada por um racionamento diário. Esta noção vincula-se à ausência ou grande diminuição de um bem, do qual anteriormente se estaria acostumado a usufruir em quantidade superior. Não era, portanto, o racionamento que imperava na distribuição das águas domésticas – a menos é claro que faltasse água aos próprios suportes de abastecimento do líquido na cidade, os chafarizes e fontes públicos –, mas sim um consumo apropriado às necessidades, adequado às percepções e às sensibilidades, à natureza das ameaças e impressões que existiam sobre o fluido.

No *Erário Mineral*, escrito em 1735 pelo cirurgião Luís Gomes Ferreira, que percorreu as Minas exercendo sua atividade no início do século XVIII, o emprego das águas aparece com certa parcimônia. Em alguns casos, o líquido poderia curar as moléstias e, em outros, alterar o equilíbrio dos humores. O tipo físico, as causas, as características do indivíduo, da moléstia e do ambiente eram elementos considerados no diagnóstico e na

1800). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

²³⁰ De acordo com Sant'anna, a partir do momento que a água foi canalizada e jorrava pela abertura das torneiras, chuveiros e descargas no século XIX a visão diária da totalidade do líquido disponível para o consumo no interior das residências foi perdida. Concordamos com a autora quando associa essa visibilidade da água com a valorização de experiências de limpeza a seco, ocorridas nos espaços da casa e da rua, conforme observamos para a segunda metade do século XVIII e que persistiram ao longo da primeira metade do XIX. SANT'ANNA. *Cidade das águas...*, pp. 126-127.

prescrição adequada do tratamento, como também observou Francisco da Fonseca Henrique, autor de *Âncora Medicinal*.²³¹

Nas Minas, os negros eram acometidos por várias doenças por estarem sempre metidos nas águas para minerar. De acordo com o cirurgião, alguns habitavam dentro d'água, outros viviam “feito toupeiras” por debaixo da terra, banhados em suor, com os pés em terras, pedras ou águas frias. Esse modo de viver era a causa da constipação dos poros e dos resfriamentos, do que se originavam várias enfermidades perigosas.²³² O próprio cirurgião, que também se dividia entre o ofício da cura e da mineração, teria sido, assim como um escravo seu, acometido dos males provocados pelo contato diário com as águas frias. Depois de horas seguidas a faiscar, “dentro de uma brecha que abriu para meter um rio caudaloso, para dele extrair ouro”, uma dor nas pernas lhe atacou durante cinco anos.²³³ Gomes Ferreira acudiu vários escravos com pontadas e inchaços nas pernas, além daqueles cativos vítimas dos desabamentos ocorridos nas lavras. As fraturas e contusões faziam parte deste universo, e por vezes acarretavam mortes, como ocorreu com os negros do minerador Custódio da Silva, soterrados entre as pedras e os diques que se romperam nas redondezas de Sabará em 1711.²³⁴

Para empregar o remédio adequado, era fundamental caracterizar os humores corrompidos, se de origem quente ou fria.²³⁵ Os tratamentos envolviam a ingestão dos

²³¹ O *Erário Mineral* foi escrito pelo cirurgião Luís Gomes Ferreira em Portugal e publicado em 1735. O texto reúne suas impressões acerca das experiências acumuladas na Capitania das Minas Gerais, onde permaneceu deslocando-se pelos povoados entre os anos de 1710 e 1732, quando retornou à Lisboa. Gomes Ferreira residiu na Vila do Carmo entre 1718 e 1724 e se dividia entre o ofício de curar e a atividade aurífera. Cf. FURTADO, Júnia F. Arte e segredo: o licenciado Luís Gomes Ferreira e seu caleidoscópio de imagens. In: FERREIRA, Luís Gomes. *Erário Mineral*. 2v. Organização de Júnia F. Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002, v.1, pp. 03-30 (Coleção Mineiriana.). O *Erário Mineral* consiste numa reunião de receitas, tratamentos e conhecimentos de diversas utilidades, uma miscelânea entre casos de medicina e conselhos de utilidade corriqueira, conforme resumiu Maria Odila Leite da Silva Dias. DIAS. *Corpo, Natureza e Sociedade nas Minas (1680-1730)...*, pp. 331 e 344.

²³² FERREIRA. *Erário Mineral*. Tratado I, v. 1, n. 2, p. 229.

²³³ FERREIRA. *Erário Mineral*. Tratado III, v. 1, n. 45-49, pp. 331-333.

²³⁴ FERREIRA. *Erário Mineral*. Tratado IV, Observação III, v. 1. n. 1, pp. 479-480. Sobre outros casos relacionados à mineração, ver os comentários em: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sertões do Rio das Velhas e das Gerais: vida social numa frente de povoamento (1710-1733). In: FERREIRA. *Erário Mineral...*, v.1, pp. 84-85.

²³⁵ De acordo com Ronaldo Simões Coelho, a teoria hipocrática dos humores considerava que o organismo era constituído pela harmonia dos quatro humores: a bile, a melancolia, o sangue e o fleuma. Outros princípios foram gradativamente acrescentados a essa teoria, como a influência da propedêutica fundamentada nos quatro elementos: o fogo, seco e quente; a água, fria e úmida; a terra, fria e seca; o ar, quente e úmido. O sangue seria quente e úmido como o ar; o fleuma, frio e úmido como a água; a bile, quente e seca como o fogo; a melancolia, fria e seca como a terra. Quando havia o desequilíbrio dos humores, a prática terapêutica

sudoríferos e as sangrias: purgar era a principal forma de tratamento, pois facilitava a desobstrução e esvaziava o corpo dos vapores malignos.²³⁶ No sistema das curas, as águas eram aplicadas de diversas formas. Na ingestão, associadas, geralmente, ao cozimento das plantas nativas, como a raiz de butua ou de capeba, utilizadas para sarar, por exemplo, as pontadas no peito sofridas pelo escravo João Gonçalves da Costa,²³⁷ e os chás que traziam “grandíssimos proveitos na saúde”.²³⁸

Mas era preciso cuidado em certas ocasiões: se o corpo estivesse cansado ou suado, de modo algum se deveria beber água fria. O próprio Luís Gomes Ferreira, depois de remar no rio São Francisco, ao ingerir o líquido gelado “caiu como morto em terra” e quando acordou se achou com uma pontada que custou a curar.²³⁹ A expressão “água da fonte” aparece com frequência no *Erário Mineral*, aludindo ao emprego do líquido límpido e puro nos preparos terapêuticos a serem ingeridos. Para curar as pontadas moderadas, designadas como pleuríticas, o cirurgião ditava:

Tomem duas mãos cheias de poejos e, depois de lavados, se ponham a ferver com *água da fonte* em panela de barro com duas canadas de água até diminuir a metade; deste cozimento, se dará a beber ao doente seis onças, com duas ou três colheres de açúcar, com toda a queadura que puder sofrer; e assim que o acabar de beber, se abafará na cama com bastante roupa para suar, e, depois que tiver suado bastante, mudará a camisa e a mais roupa que tiver molhada, ou úmida, com tal condição que, quando *alimpar o corpo do suor e mudar a roupa*, lhe não dê ar de vento algum, o qual medicamento tomará duas vezes cada dia, longe dos comeres, não sendo de manhã, por ser tempo mais frio, mas será pelas nove ou dez horas, de tarde antes do Sol posto, enquanto os ares estão quentes; e assim as vezes necessárias.²⁴⁰

Os cuidados com os enfermos exigiam a ingestão adequada dos preparos, combinada às horas e a atenção à transpiração do corpo. “Alimpar o corpo do suor e mudar a roupa toda vez que estivesse molhada” são indicativos tanto de uma prática de cura fundamentada na dissipação dos vapores pútridos, como de asseio, desvinculada das águas e a serviço das roupas. A vestimenta servia para absorver todos os elementos nocivos concentrados no organismo, expurgados pelos poros e presos aos tecidos. O ato de trocar-se era uma

procurava restabelecer a ordem natural do organismo. COELHO, Ronaldo Simões. O Erário Mineral divertido e curioso. In: FERREIRA. *Erário Mineral...*, v.1, pp. 156-157.

²³⁶ COELHO. O Erário Mineral divertido e curioso..., v.1, p. 158.

²³⁷ FERREIRA. *Erário Mineral*. Tratado I, capítulo XIII, v. 1, n. 1, pp. 250-251.

²³⁸ FERREIRA. *Erário Mineral*. Tratado X, v. 2, n. 17, p. 666.

²³⁹ FERREIRA. *Erário Mineral*. Tratado X, v. 2., n. 18, p. 666.

²⁴⁰ FERREIRA. *Erário Mineral*. Tratado I, capítulo XIV, v 1, n. 1, p. 252. (grifos nossos).

maneira de livrar-se das produções insalubres, do sujo e corrompido, e por correspondência de afastar a doença. As roupas molhadas de suor eram a materialização das purgações expelidas pelo corpo debilitado. Trocar-se era limpar-se. E limpar-se era uma forma de afastar a doença. A roupa suada, segundo Gomes Ferreira, não seria só danosa à saúde, como não poderia mais receber “as fuligens e vapores maus que os corpos doentes, sensível e insensivelmente estão continuamente exalando”. Neste sentido, as trocas assíduas eram necessárias para absorver e levar para longe os odores venenosos, e, se possível, as novas vestimentas deviam ser defumadas com alecrim, que em muito favorecia o restabelecimento da saúde.²⁴¹ Nas lojas e vendas mineiras não faltavam perfumes e águas de cheiro, como no estabelecimento de um comerciante anônimo de Vila Rica, no qual constavam a água da Rainha da Hungria,²⁴² alfazemas, óleos e sabonetes de cheiro.²⁴³

A imersão nos cheiros e a troca das roupas pareciam fazer parte do universo dos mineiros, pelo menos entre aqueles que eram medicados pelos profissionais da arte de curar.²⁴⁴ Para abolir os odores desconcertantes ou afugentar insetos, o perfume das plantas nativas estava entre as recomendações do cirurgião. O aroma da erva-cidreira verde, esfregada nas mãos e rosto, afastava as abelhas;²⁴⁵ vinagre era indicado para sovacos e pés com mau cheiro;²⁴⁶ um pedaço de ouro na boca e bochechos com folha de alecrim curavam o mau hálito.²⁴⁷

Quanto à imersão parcial ou total dos corpos, a decisão do prático dependia do diagnóstico da doença. Em alguns casos, as águas mornas ou frias poderiam atenuar a debilitação do corpo e, em outros, mostravam-se um sudorífero precioso. Na obstrução do baço, banho de canoa ou água corrente eram proibidos e, mesmo depois de tomar todos os medicamentos, no período de dois meses, o enfermo estava impedido de molhar o corpo,

²⁴¹ FERREIRA. *Erário Mineral*. Tratado III, v. 1, n. 285, p. 412.

²⁴² De acordo com Furtado, as águas da Rainha da Hungria eram à base de alecrim, utilizadas nos desmaios, flatos histéricos ou nos hipocondríacos. Cf. FURTADO, Júnia F. Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 41, jul/dez. 2005, p. 102.

²⁴³ A respeito do “borrador de comerciante anônimo”, datado de 1737-1738, de uma loja estabelecida em Vila Rica, Alexandra Maria Pereira tece interessantes considerações acerca da rotina e produtos vendidos nos estabelecimentos mineiros. Cf. PEREIRA, Alexandra Maria. Uma loja em Vila Rica. In: CARRARA, Ângelo A. (org.). *À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas Setecentistas*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010, p. 41.

²⁴⁴ Cf. FURTADO. *Arte e segredo...*, v.1, pp. 3-4.

²⁴⁵ FERREIRA. *Erário Mineral*. Tratado III, v. 1, n. 213, p. 386.

²⁴⁶ FERREIRA. *Erário Mineral*. Tratado III, v. 1, n. 243, p. 395.

²⁴⁷ FERREIRA. *Erário Mineral*. Tratado III, v. 1, n. 226, p. 389.

permanecer com os pés úmidos ou camisa suada.²⁴⁸ A terapia dos banhos estava condicionada à alteração da natureza do humor, se quente ou fria, daí a importância desse profissional, que deveria adequar sua experiência acumulada às condições locais e às propriedades dos indivíduos e das doenças. Em certos episódios, a prática terapêutica, mesmo que receitada, era vista com receio. O capitão João de Sousa Neto, preocupado com a febre contínua de sua escrava, foi orientado por um médico a dar-lhe banhos de água fria em canoa “metendo todo o corpo nela, ficando só a cabeça de fora, para temperar e refrescar aquele grande incêndio de febre”. O senhor, com medo de lhe aplicar tal tratamento dos banhos, mandou chamar Gomes Ferreira que indicou chás purgantes.²⁴⁹

No caso das disenterias dos cursos – as diarreias – os banhos locais, quando cercados dos devidos cuidados, eram o tratamento adequado. “Lavar-se por baixo com água todos os dias à noite evitava a corrupção do intestino reto”²⁵⁰ e levava à recomposição da saúde. Se a intemperança procedia de origem quente, o enfermo deveria tomar pelo menos cinquenta banhos em tinhas ou canoas com águas tépidas, de pelo menos uma hora, à espera da ação do líquido que “obra lentamente”.²⁵¹ A medicina dos excrementos era, em muitos casos, a mais adequada, como os banhos em urina do próprio doente ou de alguém sadio, que aliviavam a dor dos gotosos.²⁵² Ao lado das virtudes ocultas, a fé era importante ingrediente para a cura das doenças. A cura era graça divina, o que “elevava a mente do doente e do médico aos céus”.²⁵³

O contato da pele com as águas era medido considerando-se a causa da doença e a cura adequada. Propriamente, a água aparece como um remédio ao corpo debilitado, capaz de infiltrar pelos poros e absorver as secreções contaminadas. A sua função antisséptica, em muitos casos quando misturada às ervas da região, tornava-a um antídoto precioso. Mas enquanto um fluido que penetra pela pele no organismo, o seu uso contínuo era inundado por desconfianças e dúvidas. Afinal, não se sabia o que o líquido poderia trazer e levar do interior dos corpos saudáveis.

²⁴⁸ FERREIRA. *Erário Mineral*. Tratado II, capítulo V, v. 1, n. 3, p. 301; n. 12, p. 303.

²⁴⁹ FERREIRA. *Erário Mineral*. Tratado II, v.1, n. 10, pp. 308-309.

²⁵⁰ FERREIRA. *Erário Mineral*. Tratado III, v. 1, n. 254, p. 398.

²⁵¹ FERREIRA. *Erário Mineral*. Tratado III, v. 1, n. 260, pp. 400-401. Cf. também Tratado II, v. 1, n. 1, p. 290; Tratado VII, v. 2. n. 1-3, pp. 578-579.

²⁵² FERREIRA. *Erário Mineral*. Tratado III, v. 1, n. 373, pp. 442-442; Tratado III, v. 1, n. 284, p. 412.

²⁵³ FURTADO. Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial..., p.87

Distanciando-se dos métodos autorizados da cura, em que as águas eram aplicadas como um medicamento sudorífero e purgativo, em diferentes locais das Minas, a certas águas foram conferidas propriedades milagrosas. De acordo com Augusto de Lima Júnior, no caminho entre Mariana e Vila Rica existia um chafariz de águas férreas,²⁵⁴ construído no início do século XVIII por Dom Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, para jorrar uma água com propriedades místicas. O líquido que por ali escorria, de acordo com o relato de um frade de 1726, provocava “a soltura de costumes dos moradores de Vila Rica”. A água vinha do demônio, inflamava as carnes e estimulava “as violações de donzelas e viúvas sem contemplação nem de dia nem de hora”. Ao mesmo tempo, a mesma água teria possibilitado curas poderosas, como a que sucedeu ao frei João de Santa Cruz, que chegara à vila “deitando sangue por todas as vias naturais” e, depois de beber da tal água por algum tempo, “prosseguiu a viagem completamente curado”.²⁵⁵

Dois casos apresentam certa semelhança, um ocorrido na Vila Nova de Mochique (Portugal) e o outro na Lagoa Grande, nas redondezas de Sabará, Capitania de Minas Gerais. No primeiro, o funcionário Tristão José Monteiro da Fonseca, em 1788, escreveu para a Secretaria dos Negócios do Reino sobre as propriedades das águas da paragem conhecida como Barranco da Água Quente, distante uma légua e meia da vila, e a que muitos vassallos se dirigiam em busca da cura que suas águas proporcionavam. A intenção do funcionário era conseguir uma finta ou ação de caridade para dar princípio a uma casa de banho e uma para abafo, para servir aos “cegos, coxos e aleijados, gotosos, surdos, paralíticos”, “que ali formão o triste espetáculo de cada dia”.²⁵⁶ O mesmo descreveu como as tais águas conquistaram fama pelas redondezas. Um menino teria se dirigido a elas para lavar as pernas:

[...] as quais tinha cheia de chagas, e muito inchadas, sem poder calçar sapatos, nem polainas: assim o fez o rapaz, e no outro dia apareceu inteiramente são e livre desta moléstia que desde tenros anos padecia. Passaram alguns dias, e lhe sobreveio uma nova chaga ao peito; tornou a lavar-se por mandado dos ditos seus pais, que já tinham visto o efeito nas outras; e ficou inteiramente são, e livre dela,

²⁵⁴ SAINT-HILAIRE. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* (1816-1817)..., p. 78.

²⁵⁵ LIMA JÚNIOR, Augusto. *Vila Rica do Ouro Preto: síntese histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1957, p. 207.

²⁵⁶ AHU. Reino, Cx. 13, Pasta 32.

sem que daí em diante lhe sobreviesse mais alguma, nem ainda lhe renovassem as antigas: com esta melhora redobrou o moço outra saúde, e uma melhor cor da que antes tinha.²⁵⁷

Sem demora, os “efeitos maravilhosos” daquelas águas atraíram enfermos de várias partes, desejosos de curar suas moléstias. Nas palavras do dito oficial, aquele remédio universal era obra divina, em que a “fé foi inflamando os ânimos” e as águas provocando milagres do “supremo autor da natureza”. Nas diligências feitas na paragem das “águas santas”, foram observadas as características físicas do líquido, onde brotava, o gosto e o cheiro sulfúreo que exalava. Durante sua averiguação, Tristão José Monteiro da Fonseca observou as propriedades físicas daquelas águas e as capacidades sobrenaturais empiricamente constatadas. Interessa-nos, especialmente, observar o interesse do oficial em ordenar um espaço para o seu consumo naquela paragem, a fim de evitar as desordens causadas pelos tumultos dos enfermos. No sítio pedregoso, homens e mulheres cheios de achaques:²⁵⁸

[...] lavam-se, e bebem dela a toda a hora, e sem preparo algum, estão ali expostos as injurias do tempo; e falta-lhes o devido agasalho ou abafio, que deverão ter; porque até mesmo o terreno é úmido, e usam por isso de meter algum mato por baixo, sobre o qual fazem sua forma de encosto ou de cama.²⁵⁹

Em terreno mineiro, quando a notícia de certas águas de uma lagoa próxima a Sabará chegou ao Reino, em 1749, semelhantes operações foram observadas nas diligências realizadas.²⁶⁰ Felipe Rodrigues Gomes, acometido com setenta e duas gomas abertas, depois de lavar as chagas com aquelas águas por dois meses, achava-se inteiramente são.²⁶¹

²⁵⁷ AHU. Reino, Cx. 13, Pasta 32.

²⁵⁸ AHU. Reino, Cx. 13, Pasta 32.

²⁵⁹ AHU. Reino, Cx. 13, Pasta 32.

²⁶⁰ MARQUES, Vera Regina B. *Medicinas Secretas: Magia e Ciência no Brasil Setecentista*. In: CHALHOUB, Sydney *et al.* (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 163.; MARQUES, Rita de Cássia. A saúde na terra dos bons ares, poucos médicos e muita fé. In: VILLALTA; RESENDE. (org.) *História de Minas Gerais*, v. 2, p. 325. Em 1749, João Cardoso Miranda escreveu um livro sobre as águas milagrosas da Lagoa Santa, no qual descreveu os 107 casos de curas, bem como relatou os estudos realizados pelo médico italiano Antônio Cialli a respeito das virtudes químicas daquelas águas. MIRANDA, João Cardoso. *Prodigiosa Lagoa descoberta nas congonghas das minas do Sabará*. Organização de Augusto da Silva Carvalho. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.

²⁶¹ MARQUES. *Medicinas Secretas...*, p. 163.

As águas, distantes a seis léguas da vila, brotavam de um olho d'água que emanava de seu centro, e não se misturavam às chuvas, sangue ou sabão.²⁶² Não bastou muito tempo para que três mil pessoas se achassem ao redor daquelas águas. A fama que alcançaram foi tão grande que garrafas da água prodigiosa foram vendidas em Portugal, fazendo o percurso inverso das “águas da Inglaterra”.²⁶³

Nos casos das “águas santas” apresentados, no Reino e na Colônia, se por um lado, a crença no poder de cura atraiu enfermos, habitantes e indivíduos de toda a sorte, por outro o Estado não tardou em tentar de alguma maneira regular o consumo do líquido consagrado nestes lugares. No caso português, o funcionário defendia a construção das casas de banho para nelas distribuir os enfermos; na Lagoa Grande das Minas, a Câmara de Sabará arruou e demarcou uma paragem adequada para os indivíduos realizarem suas abluções,²⁶⁴ enquanto o bispo D. Frei Manoel da Cruz ergueu um altar dedicado a Nossa Senhora da Saúde ao pé da Lagoa, onde missas eram realizadas em agradecimento à tamanha graça.²⁶⁵ O Chafariz das Águas Férreas, no caminho de Mariana, construído por iniciativa de um particular, também não deixava de ser uma forma de organizar o consumo daquelas águas.

Não podemos deixar de mencionar que, em Portugal, enquanto a moda das hidroterapias e casas de banho estava se firmando na segunda metade do século XVIII,²⁶⁶ no Brasil - colônia essa prática se consolidaria ao longo da primeira metade do século XIX.²⁶⁷ No Oitocentos, as águas estagnadas permaneceram nos tratados urbanos como um dos principais entraves à conservação da salubridade nas cidades coloniais,²⁶⁸ e, ao mesmo

²⁶² MARQUES. *Medicinas Secretas...*, p. 164.

²⁶³ As “água da Inglaterra” eram um preparo farmacêutico bastante utilizado e consumido por automedicação no século XVIII e início do Oitocentos, à base de quinina, para as “febres intermitentes, terças, sezões e maleitas” no Reino e na Colônia. O medicamento foi inicialmente produzido na Inglaterra e exportado para Portugal, mas, a partir de 1762, ampla comercialização difundiu sua fabricação entre os lusitanos. DIAS, José Pedro Felripa de Sousa. *A “Água de Inglaterra” no Portugal das Luzes: contributo para o estudo do papel do segredo na terapêutica do século XVIII*. Lisboa, 1986, pp.6-7.

²⁶⁴ MARQUES, Vera Regina B. *Medicinas Secretas...*, p. 164

²⁶⁵ GROSSI, Ramon Fernandes. Considerações sobre a arte médica na Capitania das Minas (Primeira metade do século XVIII). *LPH- Revista de História* n. 8, Mariana, 1998/1999. p. 21.

²⁶⁶ CASTIGLIONI, Arturo. *História da Medicina*. v.2. São Paulo: Companhia Editora Nacional. p. 175; MADUREIRA, Nuno L. Lisboa: luxo e distinção..., pp. 49-50

²⁶⁷ A respeito das fontes minerais e suas propriedades curativas, ver a descrição de José Joaquim da Silva sobre essas águas em vários pontos da Província de Minas Gerais em sua memória publicada em 1878. SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*. Introdução de Oswaldo Bueno Amorim Filho. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1997. pp. 63-66.

²⁶⁸ Como exemplos de tratados urbanos que tocaram na questão das águas estagnadas no Rio de Janeiro, cf. SILVA, Manoel Vieira da. Reflexões sobre alguns dos meios proposto por mais conducentes para melhorar o

tempo, jardins e passeios públicos ganharam terreno nas políticas de salubridade urbana, sobretudo no governo de D. João VI.²⁶⁹ Ao longo do século XIX foram incorporadas às águas a capacidade de arrastar o que estivesse corrompido.²⁷⁰

Procuramos demonstrar que, no decorrer da segunda metade do Setecentos, as águas acolheram sensibilidades e percepções no âmbito do macro e do microcosmo. O líquido era propriamente fluido e, talvez por isso, controverso, místico e mágico, onde confluíam medos, virtudes e atributos. Parecia que sua propriedade translúcida e incolor dava-lhe a capacidade de absorver distintas impressões e apropriações no âmbito social.

A ingestão diária das águas exigia a transparência, então observada a olho nu, livre das impurezas. Sobre o corpo saudável ou doente, o uso temperado, comedido e receoso. À parcimônia dos recursos hídricos condensou-se a desconfiança do contato prolongado ou repetitivo com a pele. As águas estagnadas e os ambientes úmidos exalavam os ares nocivos, e por isso, nas casas e nas ruas, o medo dos vapores corrompidos se ajustava à limpeza a seco, dos invólucros do corpo e dos espaços: secar, ventilar, enxugar, varrer e trocar a roupa de baixo bastavam. Para eliminar a sujeira, quantidades pequenas do fluido atendiam as partes visíveis da superfície, rostos e mãos diariamente aguados.

As impressões deixadas pelo cirurgião Gomes Ferreira referem-se ao estado da doença e a um modelo português da cura, que previa em si as interações entre o organismo e o meio, entre os homens e as águas. O uso do líquido era uma terapia a ser prescrita, adequada a cada caso. Também se mesclavam a essa medicina, feitiços e magias, sensações

clima da cidade do Rio de Janeiro. [1808] pp. 67-83; PEIXOTO, Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto. Aos sereníssimos Príncipes Reais do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves, os senhores, D. Pedro de Alcântara e D. Carolina Josefa Leopoldina oferece, em sinal de gratidão, amor respeito, e reconhecimento estes prolegômenos, ditado pela obediência, que servirão às observações, que for dando das moléstias cirúrgicas do país, em cada trimestre. [1820] pp. 87-118. In: SCLIAR, Moacyr (org.). *A Saúde pública no Rio de D. João*. Rio de Janeiro: Senac 2008.

²⁶⁹ O jardim do Palácio dos Bispos de Mariana, onde foi construído um tanque e a Fonte da Samaritana, foi influenciado por uma geração que se encantava com a botânica. A respeito destes suportes de água, construídos no início do século XIX, conferir a análise de MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. Uma quinta portuguesa no interior do Brasil ou A saga do ilustrado dom Frei Cipriano e o jardim do antigo palácio episcopal no final do século XVIII. *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*. v.16, n. 3, out-dez. Rio de Janeiro, 2009. p. 891. Sobre a ciência botânica nos jardins portugueses e coloniais, cf. FILHO, Oswaldo M.; MELO, Mariana F. de. Os jardineiros da Rainha- o mundo natural ultramarino na época da Rainha D. Maria I e do Príncipe D. João. In: *Minas Gerais e História Natural das Colônias: política colonial e cultura científica no século XVIII*. Organização e Estudo Crítico de Oswaldo Munteal Filho e Mariana Ferreira de Melo. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004, pp. 23-100. (Coleção Mineiriana)

²⁷⁰ VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo...*, p.170

diferenciadas entre portugueses, negros e índios, os quais não nos propusemos a analisar neste trabalho.²⁷¹

As “águas santas” encontradas em alguns pontos da Capitania seduziam o imaginário coletivo. Nestas ocasiões, o fluido assumia a função de dádiva divina, com propriedades capazes de devolver a saúde aos homens. Afinal, a doença poderia ser considerada um castigo de Deus às faltas cometidas e, por isso, “muitas vezes [vinha] enfermar o corpo por não ter saúde a alma”.²⁷² Quando a carne e o espírito padeciam, o líquido milagroso era o remédio para ambos. A ele era confiada a habilidade de transcender entre os dois espaços, penetrar pelo corpo e alcançar a alma. E o inverso também ocorria: o líquido poderia estar associado às forças diabólicas que acordavam os destemperos da carne. Em ambos os casos, o fluido era o veículo de conexão entre o sobrenatural e os homens.

As águas urbanas eram o depositário do imaginário e das representações sobre o corpo e o espaço, sobre o limpo e o sujo, o são e o malsão, a saúde e a doença. O líquido parecia ser capaz de absorver e apreender um universo de significados, que firmavam consumos e usos (in)apropriados. Entre as tantas capacidades do fluido, uma aparece como lhe sendo inata e indelével, a faculdade de penetrar e invadir. As águas entravam pela superfície porosa do corpo, penetravam as ruas, invadiam as casas e alcançavam a alma. O líquido poderoso e precioso transportava as diversas sensações, maléficas ou benéficas. Não havia como saber o que as águas translúcidas levavam ou deixavam nos caminhos percorridos. Sabia-se apenas que o líquido tinha o poder de apropriar-se dos espaços e dos corpos, mas não o que estaria escondido na sua transparência.

No universo das atividades produtivas, as águas importavam para minerar, moer moinhos, plantar e criar animais. Entre suas múltiplas faces e apropriações na cena urbana, estava o seu útil serviço, tema do nosso próximo item.

²⁷¹ A respeito das magias, feitiços e curandeiros, cf. FURTADO. Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial.; MELLO E SOUZA, Laura. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.; THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da magia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

²⁷² DEL PRIORE. Ritos da vida privada..., p. 304. Cf. também da mesma autora. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio/Ed. Unb, 1993.

3.3 O serviço das águas

Nosso objetivo neste item é apresentar os usos das águas nas atividades econômicas que cercavam Mariana, mais especificamente a mineração. Nosso percurso segue dos arrabaldes e terrenos adjacentes à cidade em direção ao núcleo urbano, traduzindo os limites imprecisos entre o espaço urbano e o rural/minerador. Partimos do pressuposto de que a água não apenas era servida pela municipalidade, através dos sistemas de distribuição, como também servia às atividades produtivas diversas que compunham e influenciavam a espacialidade urbana.

Conforme pontuamos anteriormente no capítulo 2, as águas serviam à multiplicidade de atividades mineradoras, pecuárias e agrícolas, às roças e engenhos. Quanto a isso, é importante considerar que, em muitos casos, uma mesma propriedade comportava mais de uma dessas atividades. Já no início da colonização das Minas Gerais, o governador Artur de Sá e Meneses, em visita à região, determinou aos moradores o plantio de víveres e a criação de animais em conjunto com a exploração aurífera.²⁷³ Por vezes, o mesmo produtor desenvolvia atividades distintas em propriedades diferentes. Como exemplo disso, Ângelo Carrara apresentou o caso de Manuel Pinto da Motta, que, ao morrer em 1749, deixou um sítio de lavras velhas perto de São Sebastião e outro sítio de roça na freguesia do Sumidouro, “com paiol, moinho moente e corrente, engenho de pilões com água por cima”.²⁷⁴

No *Códice Costa Matoso*, vários relatos descrevem a presença de moinhos e rodas d'água nos engenhos de cana e produção de aguardente. Na fazenda de Domingos Coelho e Antônio Carvalho, próximo a Guarapiranga, as águas que moviam moinhos eram as mesmas que moviam a roda das lavras da mineração.²⁷⁵ Em relação às técnicas de cultivo,

²⁷³ FONSECA. As vilas e os territórios..., pp.771-772.

²⁷⁴ Cf. CARRARA, Ângelo. *Minas e Currais*: Produção Rural e mercado interno de Minas Gerais. Juiz de Fora: UFJF, 2006, p. 191.

²⁷⁵ Cf. “Informação das antiguidades da freguesia de Guarapiranga”. Autoria: Luís José Ferreira, 10/12/1750, pp. 258-260. A respeito dos moinhos, cf.: “Cana de Açúcar”. Autoria Anônima, 1750, pp. 770 e 772.; “Engenho de Açúcar e aguardente, azeite e mamona e farinhas de mandioca e de milho”. Autoria: ouvidor Caetano da Costa Matoso, 1750, p. 781. Também de sua autoria: “Diário da Jornada que fez o ouvidor Caetano da Costa Matoso para as Minas Gerais”, 1749, p. 894. In: FIGUEIREDO; CAMPOS. (org.). *Códice Costa Matoso*. v. 1. A respeito da diversidade de atividades produtivas desenvolvidas ao longo do Caminho Novo, cf. terceiro capítulo de SCARATO, Luciane Cristina. *Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais*: administração, territorialidade e cotidiano (1733-1783). Dissertação (Mestrado em História) –

era preciso respeitar, como no caso do plantio do tabaco e do milho, o tempo das águas. Se por um lado os movimentos sazonais interferiam na atividade das lavouras, por outro a condução do líquido era essencial para o beneficiamento dos produtos. Para fabricar a farinha de milho, o grão era conservado por alguns dias em tanques d'água e depois socado nos monjolos ou pilões, de onde seguiam para os fornos, ficando bem miúdo e seco para o uso.²⁷⁶ Para além de saciar a sede e possibilitar o plantio, nestas propriedades as águas serviram como força motriz a mover pilões, monjolos e as pás dos engenhos.²⁷⁷ Nos exemplos citados, fosse qual fosse a natureza da atividade, o serviço das águas era essencial ao desenvolvimento das unidades produtivas.

As terras que contavam com o recurso poderiam ser mais valorizadas, como demonstramos no capítulo anterior.²⁷⁸ Em um ambiente em que o maquinário era limitado e os braços dos escravos valorizados, a água surge como uma alternativa cobiçada. Soma-se a isso o fato de os cursos d'água servirem à extração do ouro, o que acabou por tornar a apropriação do líquido a razão de vários conflitos nas regiões auríferas das Minas. Casos como o de D. Anna Maria Lourença Dias, moradora da freguesia de Guarapiranga, onde possuía terras minerais, elucidam as possíveis intrigas que existiram na posse das águas. A frente dos seus negócios, D. Anna pediu a intervenção da justiça no conflito que estabeleceu com o Furiel Antônio Francisco, alegando que o mesmo havia desviado as águas que serviam a suas lavras.²⁷⁹

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2009. Também chamamos atenção para as diferenças geográficas que interferiam no emprego útil das águas, como as “trilhas” fluviais utilizadas entre os paulistas para chegar as minas de Cuiabá, tema abordado por Sérgio Buarque de Holanda. Cf. o capítulo “transporte fluvial” em HOLANDA, Sérgio B. *Monções*. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, pp. 19-42.

²⁷⁶ CARRARA, Ângelo. *Minas e Currais...*, p. 215.

²⁷⁷ A respeito do emprego dos monjolos e da água utilizada como força motriz nos engenhos e moinhos cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 178-179 e 193. Sobre as lavouras e engenhos ver os comentários acerca do emprego das águas em outras regiões da colônia. Cf. MARANHO, Milena F. *O moinho e o engenho: São Paulo e Pernambuco em diferentes contextos e atribuições no Império colonial português (1580-1720)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006, pp. 83, 96, 122 e 155.

²⁷⁸ AHCSM. Ação Cível. Código 467. Auto 10352. 1º ofício. 18/10/1740. Ação em que o Coronel Alves Rodrigues cedeu à órfã, filha do Capitão João da Silva Guimarães, a utilização de seus regos d'água em sua propriedade, que possuía uma roda de moer mandioca, para aumentar seu valor de venda.

²⁷⁹ AHCSM. Notificação. Código 174. Auto 4240. 2º ofício. 1810. As notificações consistiam num procedimento jurídico através do qual um ou mais indivíduos eram citados para comparecer em juízo e responder a uma determinada demanda de forma ágil. Todos os dados referentes a esse tipo documental pertencem ao banco de dados do projeto *Inventário Analítico das Notificações do Arquivo da Casa Setecentista de Mariana*, cedido, generosamente, pelos historiadores Álvaro de Araújo Antunes e Marco

No conjunto dos litígios envolvendo as águas, o tema da mineração tem maior representatividade entre os documentos que analisamos para o Termo de Mariana. Em razão dessa predominância, limitaremos nossa análise em apreender as razões de alguns desses desentendimentos.

De acordo com Andréa Lisly Gonçalves, as formas de obtenção do ouro nas Minas Gerais, em meados do século XVIII, exigiram técnicas mais elaboradas para encontrar o metal e evitar os desmoronamentos e inundações provenientes do avanço da mineração sobre os morros.²⁸⁰ Não constitui nosso objetivo esclarecer acerca das diferentes técnicas de minerar correspondentes às condições de ocorrência do metal, tema consideravelmente abordado pela historiografia.²⁸¹ Vale destacar, contudo, que em qualquer destes métodos (aluvião, tabuleiro, catas, talho aberto) não seria possível separar o cascalho sem a presença das águas. Neste sentido, à medida que os mineradores foram se distanciando do leito dos rios em direção às encostas e seguidamente ao alto das serras, à procura das grandes pintas, inversamente se afastavam dos cursos d'água tão necessários aos serviços de minerar. A ocorrência do metal deslocava mineradores poderosos com seus escravos para o alto dos morros e requeria procedimentos técnicos onerosos para transportar as águas e expedi-las das minas, indispensáveis à extração e à conservação das lavras. Conforme destacou Carlos Magno Guimarães, a pressão desmedida do líquido e a infiltração em catas e galerias poderiam ocasionar os temíveis desmoronamentos e a ruptura dos diques e canais de condução, ao passo que a escassez ou falta do líquido também impedia o exercício da prática mineral.²⁸² Entre a utilidade e o perigo do fornecimento das águas nas lavras,

Antônio Silveira, coordenadores do mesmo. Agradeço também ao Gilson, que me auxiliou na pesquisa no referido banco de dados.

²⁸⁰ GONÇALVES, Andréa L. As técnicas de mineração nas Minas Gerais do século XVIII. In: RESENDE; VILLALTA (org.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007. v. 2, p. 188.

²⁸¹ Sobre o tema das técnicas de mineração utilizadas nas Minas Setecentistas, cf. REIS, Flávia Maria da Mata. *Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano nas Minas do século XVIII (1702-1762)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.; RINGER, Friedrich E. Direito Mineral e Mineração no Código Costa Matoso (1975). *Varia História*, Belo Horizonte, n. 21, jul., 1999.; ESCHWEGE, Wilhelm L. Von. *Pluto Brasiliensis*. Tradução de Domicio de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.; FERRAND, Paul. *O ouro em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

²⁸² GUIMARÃES, Carlos Magno. A água na mineração colonial: uma abordagem a partir da arqueologia (Minas Gerais - Goiás/Brasil Século XVIII). 52º *Congreso Internacional de Americanistas*, Sevilla, 2006, pp. 7-8.

mineradores se muniam de artificiosos meios e técnicas para conduzir e controlar o seu fluxo dentro do empreendimento.

A “Provisão das Águas” de 1720 foi o primeiro regimento a tratar da repartição das águas nas lavras dos morros. De acordo com o documento régio, os homens mais poderosos estariam se apropriando das águas, enquanto os demais ficavam obrigados a comprá-las a “preços exorbitantes”. Para tentar colocar limite a essa prática, ficou determinado que ninguém poderia se apropriar das fontes de água sem a licença por escrito do guarda-mor. Contudo, este funcionário só deveria concedê-la àqueles que tivessem condições para lavar, com terras e escravos, e arcar com as despesas para a sua captação. Deste modo, a Provisão privilegiava os mineradores com recursos para a extração do ouro e proibia homens não capacitados e sem terras minerais de se aproveitarem da situação para se apossarem do líquido e vendê-lo. Fica claro que o regimento respondia aos interesses da Coroa, pois a cessão das águas estava condicionada à existência da produção aurífera. Ademais, na repartição do líquido, fica evidente que a concessão não dava direitos de propriedade sobre ele, mas sim de usufruir daquele elemento para apurar o ouro. Neste sentido, a posse das águas estava determinada enquanto durassem os serviços da mineração. A água era, antes de tudo, instrumento de minerar, elemento indispensável a serviço da exploração do ouro.²⁸³

O bando de 1721, do governador D. Lourenço Almeida, tratou da mineração no Morro de Matacavalos, na então Vila de Nossa Senhora do Carmo, nas terras consideradas realengas, ou seja, que não haviam sido repartidas em datas minerais.²⁸⁴ Nestas terras de uso comum²⁸⁵ era permitido a qualquer um cavar buracos para minerar, com as condições

²⁸³ “Regimento das águas, as quais se concede ao mineiro o uso delas enquanto tem terras para trabalhar, e acabando o lavor tornam as águas para a repartição do guarda-mor, e por isso o mineiro empossado das águas as não pode dar, nem vender a outrem, nem também mineiro algum pode apropriar-se das águas sem ter concessão delas por escrito do guarda-mor, o que regularmente chamamos Provisão d’ águas”[1720]. *apud* LEME, Pedro Taques de Almeida P. *Notícias das minas de São Paulo e dos sertões da mesma Capitania*. São Paulo, 1954. p. 219. Sobre o regimento mineral de 1702, que discorre sobre a repartição das datas minerais, cf. “Regimento Original do Superintendente, guardas-mores e mais oficiais deputados paras as minas de ouro que há no sertões do Estado do Brasil”[1702]. In: FIGUEIREDO; CAMPOS. (org.). *Código Costa Matoso...*, v. 1, pp. 311-323.

²⁸⁴ APM. SC.Bando de D. Lourenço de Almeida. Código 21.26/09/1721. fls. 4-5v. Agradeço a Dejanira Resende pela transcrição do documento.

²⁸⁵ De acordo com Dejanira Resende, conforme exposto nas Ordenações Filipinas, as minas, os cursos de água e as madeiras eram patrimônios da Coroa, por isso, realengas. A carta de data mineral constituía uma concessão da Coroa ao requerente, que em troca ficava obrigado a entregar-lhe parte de seu rendimento, o quinto. Os demais terrenos, que não haviam sido concedidos, continuavam a ser realengos e de utilidade

de que estivessem à distância de 40 palmos uns dos outros, que depois fossem tapados ao término da exploração e que os serviços não prejudicassem as lavras repartidas no nível inferior, alimentadas por um rego d'água custeado pelos mineradores.²⁸⁶ Essas parcelas de terras não repartidas, bem como aquelas lavras abandonadas, eram conhecidas como terras realengas, de uso comum. De acordo com Dejanira Resende, nessas terras minerais a posse e a apropriação dependiam do serviço que se fazia no local.²⁸⁷ Assim, poderosos mineradores conviviam em suas lavras com os faiscadores que circulavam pelo alto dos morros. Os primeiros canalizavam as “águas nativas” desde que obtivessem provisão, conforme o relato anônimo “Modos e estilos de minerar”, de 1750:

Águas nativas: para se adquirir domínio nelas e tirá-las do seu nascimento para outra parte, há de haver provisão de quem tem o dito poder e fazer serviços para as tirar e levá-las para onde trabalhe com elas. Aliás, passando-se tempos que não façam, as poderá outro tirar com títulos mais modernos, que se lhes dá mais vigor pelos serviços que nelas faz – que parece não é razão que esteja água impedida sem utilidade, havendo quem dela careça. E se com a continuação destes regos lhes for preciso passar por sítios e roças de outros donos, os não poderão impedir a dita continuação do rego, pagando-lhes, porém, os prejuízos e danos que lhes fizer.²⁸⁸

De acordo com o documento, as águas deveriam correr para servirem os que dela necessitavam e tinham condições de requerer seu uso, como já havia definido anteriormente a “Provisão das Águas” de 1720. Afinal, “não é razão que esteja água impedida sem utilidade, havendo quem dela careça”. Os mineradores ainda deveriam se preocupar com os possíveis danos aos regos mais antigos que estivessem acima ou abaixo da sua canalização, tomando as medidas cabíveis “para não haver utilidade própria com prejuízo alheio”.²⁸⁹ Segundo o desembargador Tomé Gomes Moreira, em 1749, para fazer essas conduções era preciso abrir regos por montes e penhascos, atravessar vales com “andaimes de grandes

comum. RESENDE, Dejanira. *“Arraia-miúda” nos morros das Minas: conflitos sociais na Vila do Carmo, década de 1710*. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010, p. 15.

²⁸⁶ APM. SC.Bando de D. Lourenço de Almeida. Códice 21. 26/09/1721. fls. 4-5v.

²⁸⁷ RESENDE. *“Arraia-miúda” nos morros das Minas...*, p. 16.

²⁸⁸ “Modo e estilo de minerar nos Morros de Vila Rica e de Mariana”. Anônimo, 1750. In: FIGUEIREDO; CAMPOS. (org.). *Códice Costa Matoso...*, v. 1, p. 769.

²⁸⁹ “Modo e estilo de minerar nos Morros de Vila Rica e de Mariana. Anônimo, 1750”. In: FIGUEIREDO; CAMPOS. (org.). *Códice Costa Matoso...*, v. 1, p. 769.

madeiros e, sobre estes, canos de tabuados para a corrente das águas vencer e chegar à altura de outros montes sobre que a querem levar.” Todo esse esforço poderia superar distâncias de até três léguas, demandando serviços de muitos homens, anos a fio, para conduzir a água até as lavras. Todo esse empenho onerava a fábrica dos mineradores, os quais não sabiam ao certo se e quando seus investimentos seriam recompensados pela dádiva do ouro.

Diante das incertezas e dos altos custos, a constituição de sociedades entre os mineradores das serras surgiu como uma alternativa interessante, pois proporcionava a divisão das despesas com conduções de água às catas. Contudo, não impediu o surgimento de desavenças quando se tratava de conservar os condutos ou eliminar as águas empregadas nos desmontes. Em 1735, o sargento Paulo Rodrigues Durão entrou em conflito com os seus sócios, exatamente porque não haviam conservado a vala que trazia água para sua extração. Neste caso, os mineradores João Fanacho Roubão, Anna Graces de Moraes e José Rodrigues Durão, juntamente com o autor da notificação, o referido Durão, utilizavam em comum as águas que conduziram “das cabeceiras do Bromado para o Inficcionado”. Entretanto, os sócios as teriam empregado para “suas melhores conveniências” e “deixaram arruinar e entupir o valo”. O referido sargento solicitava ao sócio José Rodrigues Durão que, em três dias, “ponha prontos dez negros com suas ferramentas para limparem e refazerem o dito valo”, para assim dar continuidade a seu serviço de minerar.²⁹⁰

A razão dos conflitos que envolviam as águas entre os mineradores nos altos dos morros parecia variar entre o uso, a condução e a expedição das águas. Respectivamente, era preciso garantir uma fonte de água, investir na sua condução e garantir que a expedição não arruinasse os serviços de minerar no nível inferior, como ocorreu em 1787 nas terras minerais localizadas no córrego do São Lourenço, na freguesia de Guarapiranga, Termo de Mariana. Nesta ocasião, João Duarte Pinto pedia o embargo do desmonte de uma cachoeira que se localizava na terra do réu, Carlos Pinto Brandão, pois a operação “entulhava sua mineração rio abaixo”. O advogado do réu, Cláudio Manuel da Costa, concordava que o desmanche trazia prejuízo ao minerador, autor do processo, mas argumentou que “em Direito, deve o prédio inferior servidão ao superior” e que o réu tinha o direito de

²⁹⁰ AHCS. Notificação. Códice 178. Auto 4400. 2º ofício. 24/08/1745.

procedência, uma vez que, “por seus antecessores, tinha a posse da data mineral há mais de 40 anos”.²⁹¹

Aos menos abonados, restava circular ao sabor das oportunidades pelas margens dos córregos, terras realengas e sertões desconhecidos. A faiscação era exercida por escravos, libertos ou homens brancos pobres, às margens das minerações de grande rendimento, estando a serviço do senhor ou em benefício próprio.²⁹² Esses homens se deslocavam conforme as possibilidades e oportunidades oferecidas. Enquanto no período das invernações a ausência das chuvas facilitava as explorações no leito dos rios, no período das cheias os faiscadores se dirigiam para o alto dos morros, improvisando as lavagens com o almocrafe e a bateia à mão.²⁹³ Neste sentido, é elucidativo o caso citado por Francisco Andrade, sobre um escravo que foi surpreendido por um oficial e administrador da fazenda portando folhetas de ouro em 1782, nas vizinhanças de Curvelo. O cativo acabou por indicar o terreno que explorava e requereu ao administrador que acertasse com seu senhor para deixá-lo trabalhar no período de chuvas, pois a grande dificuldade era a falta de água, que fazia o escravo percorrer longa distância para lavar o cascalho.²⁹⁴

Na historiografia, grande destaque foi dado às explorações ocorridas nos morros na segunda metade do século XVIII. Por ser um período considerado de declínio da produção aurífera, as análises se dedicaram, sobretudo, a apreender as formas de extração nas lavras dos montes. Mas, no período em questão, aventamos a possibilidade de que mineradores e faiscadores ainda se arriscavam pelo ribeirão do Carmo e nos arrabaldes de Mariana, à procura de boas oportunidades que aliassem baixos custos a rendimentos satisfatórios.

²⁹¹ ACHSM. Códice 211. Auto 5264. 2º Ofício. *Apud* ANTUNES, Álvaro. *Fiat Justitia: os advogados e a prática da Justiça em Minas Gerais*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005, p. 343. De acordo com Antunes, Cláudio Manuel da Costa, que também possuía terras minerais em Mariana, parecia ser um especialista nas ações que envolviam a posse, demarcação e extração em terras minerais.

²⁹² De acordo com Francisco Andrade, os jornaleiros lavravam nas partes de ribeiros abandonadas ou não reclamadas e usavam também faiscar nos depósitos que resultavam das lavagens dos mineradores. ANDRADE, Francisco E. de. *Viver à Gandaia: Povo Negro nos Morros das Minas*. In: PAIVA, Eduardo F.; IVO, Isnara P. (org.) *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM, 2008, p. 163.

²⁹³ “Modo e estilo de minar nos Morros de Vila Rica e de Mariana”. Anônimo, 1750. In: FIGUEIREDO; CAMPOS. (org.) *Códice Costa Matoso...*, v. 1, p. 768. De acordo com Andréa Gonçalves, a exploração do leito do ribeirão era conhecida como tabuleiro. Nesta forma de extração, o principal entrave era o aumento do volume de água dos ribeiros no período das cheias. Para apuração do ouro, à margem das águas eram feitos sistemas de represamento, diques e canais, chamados “serviços de rio”. GONÇALVES. *As técnicas de mineração nas Minas Gerais do século XVIII...*, p. 194.

²⁹⁴ ANDRADE. *Viver à Gandaia...*, pp. 165-166.

Encontramos evidências de que a atividade aurífera continuou a manifestar-se no interior e nos arrabaldes da cidade, como nas demais localidades do Termo, pelo menos em meados do Setecentos. Certos indícios nos levam a crer que as práticas auríferas continuaram a ocorrer até o fim do século pela cidade, próximas aos córregos e ribeiros, aproveitando-se da disponibilidade de água corrente.

A disputa que envolveu a Câmara e os irmãos João e Antônio Botelho e a Câmara, mencionada nos capítulos anteriores, coloca em pauta a imprecisão entre a demarcação do Rossio e as repartições das lavras realizadas pelo guarda-mor. Os camarários alegavam que este havia concedido datas minerais que pertenciam à Sesmaria da Câmara. Para remediar o ocorrido e evitar que o embate judicial se prolongasse por anos, o governo local solicitava ao Conselho Ultramarino decidir sobre a contenda²⁹⁵. Conforme mencionamos anteriormente, não conhecemos o veredicto, mas a causa da indisposição elucida um aspecto marcante na configuração urbana da cidade: a sobreposição e/ou convívio entre as datas minerais e foros urbanos. O que nos leva também a questionar o que seria considerado como proveitoso ao bem comum na ótica metropolitana: a exploração das datas minerais de interesse da Coroa ou o assentamento dos foros municipais, essenciais às rendas municipais e à ordenação dos núcleos urbanos?

Não pretendemos responder essa questão neste trabalho, apenas não podemos deixar de mencionar que os conflitos entre instituições e jurisdições territoriais fizeram parte da constituição morfológica dos núcleos mineradores, em que foros e datas minerais se mesclavam no espaço urbanizado e minerador. Em busca dos processos acerca das terras e águas minerais julgados em primeira instância, optamos por analisar o corpo das notificações para avaliar a natureza dos conflitos, os personagens envolvidos e a proximidade dos domicílios às datas minerais.

Em 1755, Manoel Teixeira Romão e Agostinho Dias de Abreu foram notificados pela Câmara a pedido dos moradores da Rua Direita para não continuarem a trabalhar a “talho aberto” na paragem do Bucão. Como resposta, os mineradores argumentaram que não cabia ao governo local interferir nestas questões, já que o assunto era de competência do Superintendente.²⁹⁶ A quem cabia resolver sobre as demandas da povoação e a quem cabia

²⁹⁵ APM. CMM. Códice 15. 25/09/1745. fls. 128-129.

²⁹⁶ AHCSM. Notificação. Códice 178. Atuo 4405. 2º ofício. 1755. De acordo com o Regimento de 1702, ao Superintendente cabia resolver todas as demandas cíveis e criminais, dentro dos limites das Minas, com apelação

resolver sobre as demandas dos mineradores quando estes entravam em conflito? Neste caso, os mineradores se utilizavam das confusas jurisdições para prolongar a contenda e assim continuar os serviços da mineração. A indefinição neste caso serviu de argumento favorável a estes, mas, para além disso, a discórdia representa em si a natureza da configuração de Mariana: a indistinção entre os espaços de minerar e a ocupação urbana na sua organização fundiária.

Ao que tudo indica, não eram muito claros os limites entre um serviço mineral e as habitações urbanas nas localidades do Termo de Mariana. Em 1783, o sargento-mor Francisco José Marques, morador do Arraial do Inficionado e proprietário de umas casas atrás da Igreja Matriz, indispunha-se com a construção da casa de Antônio Moreira à sua frente, porque, além de impedir a vista, aquelas eram terras minerais que lhe pertenciam por direito.²⁹⁷ Na freguesia do Sumidouro, Tereza Pereira Lago, proprietária de umas terras minerais, requeria a Bento Alves demolir suas casas para continuar a “minerar livremente”, propondo-lhe pagar o valor delas.²⁹⁸ Em São Caetano, Manoel Francisco de Azevedo, “com sua morada para os fundos da Ponte do [Gualaxo]”, se indispunha com Antônio Rozales e seus escravos que mineravam no Rio, de modo a deixar que as águas represadas para as lavras arrombassem sua casa.²⁹⁹

Em Mariana, encontramos evidências de serviços de minerar no Morro de Santa Ana³⁰⁰ e, sobretudo, nos Monsus, próximo ao ribeirão do Carmo, em meados do Setecentos, a exemplo da exploração que envolveu os sócios Miguel Gomes de Carvalho, Gregório Ribeiro de Carvalho e Pedro Teixeira Siqueira, que se utilizavam dos serviços de roda, em que trabalhavam carpinteiros, ferreiros e vários negros.³⁰¹ A presença dos rosários ou rodas de minerar indica ainda que a mineração ali desenvolvida era de alto custo e, de acordo com relato do período, o maquinário seria avaliado em mais de seiscentas oitavas de

e agravo para a Relação da Bahia. “Regimento Original do Superintendente, guardas-mores e mais oficiais deputados para as minas de ouro que há nos sertões do Estado do Brasil”[1702]. In: FIGUEIREDO; CAMPOS (org.). *Código Costa Matoso...*, v. 1, p. 323. A respeito dos abusos cometidos pelos guardas-mores e Superintende, merece destaque o relato de José João Teixeira Coelho acerca da repartição das águas minerais. COELHO, José João T. *Instrução para o governo da Capitania das Minas Gerais*. Introdução de Francisco Iglesias. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro 1994, pp. 179-182. (Coleção Mineiriana).

²⁹⁷ AHCSM. Notificação. Código 327. Auto 7137. 1º ofício. 1783.

²⁹⁸ AHCSM. Notificação. Código 168. Auto 4025. 2º Ofício. 1748.

²⁹⁹ AHCSM. Notificação. Código 171. Auto 4161. 2º ofício. 1781.

³⁰⁰ “Modo e estilo de minerar nos Morros de Vila Rica e de Mariana”. Anônimo, 1750. In: FIGUEIREDO; CAMPOS (org.). *Código Costa Matoso...*, v. 1, p. 769.

³⁰¹ AHCSM. Notificação. Código 167. Auto 4000. 2º ofício. 1732.

ouro.³⁰² A função deste artefato era trazer água de um nível mais baixo para um mais elevado, com o objetivo de escoar o líquido que se infiltrava pelas catas e trazia risco a continuidade do empreendimento.³⁰³ A mineração nas proximidades ou mesmo em regiões centrais da cidade de Mariana também está evidente no caso já mencionado no segundo capítulo envolvendo Agostinho Dias dos Santos. Conforme já apresentamos, este havia comprado as casas de Estevam Leite na Rua do Piolho para demoli-las e continuar seus serviços de minerar.³⁰⁴ Não sabemos se a demarcação de ambos os moradores eram foros ou datas minerais.³⁰⁵ Da mesma forma fica explícito que, mesmo se tratando de um ou de outro, a compra ou cessão das terras entre os moradores/mineradores não envolveu nem a permissão foral da Câmara nem a concessão do guarda-mor.

Ao lado destes empreendimentos de maior custo, encontramos nos editais da Câmara tentativas do governo local de coibir a ação dos faiscadores no centro urbano. Em 1745, vários negros causavam a ruína da ponte que transpunha o córrego do pissarão, que passava “ao meio da vila” em razão dos entulhos e desmoronamentos causados pela mineração improvisada.³⁰⁶ Diogo Borsoi encontrou evidências de faiscadores agindo pelos vários cantos da cidade. Com ferro e pau, negros andavam a destruir as calçadas, as ruas e a minerar no ribeirão em busca do metal.³⁰⁷ Estes homens percorriam rios e lavras desertas³⁰⁸ procurando nos interstícios das terras minerais repartidas, nos terrenos realengos e da cidade qualquer possibilidade de se extrair o ouro. Por último, ainda vale destacar a correição de 1795, em que o ouvidor foi informado pelo procurador do Concelho sobre o abuso de aforamentos na praia do Carmo. O empenho dos habitantes em aforar áreas próximas ao ribeirão, enquanto grande parte das ruas destinadas aos edifícios e casas achavam-se “despovoadas”, constitui forte indício de que moradores, mesmo diante dos perigos das enchentes, estavam dispostos a permanecer próximos às águas frias do Carmo,

³⁰² “Papel feito acerca de como se estabeleceu a capitação nas Minas Gerais e em que se mostra ser mais útil o quintar-se o ouro, porque assim só paga o que o deve”. Autoria: desembargador Tomé Gomes Moreira, 1749. In: FIGUEIREDO; CAMPOS (org.). *Códice Costa Matoso...*, v. 1, p. 484.

³⁰³ GUIMARÃES. A água na mineração colonial..., p. 9.

³⁰⁴ AHCSM. Notificação. Códice 178. Auto 4406. 2º ofício. 1748

³⁰⁵ A Rua do Piolho, margeada pelo ribeirão, foi uma das primeiras da povoação; situava-se na parte central do núcleo urbano, atrás da Rua Direita. Cf. FONSECA. O espaço urbano de Mariana..., p. 45.

³⁰⁶ AHCSM. Edital. Códice 554. 04/03/1745. fl. 44.

³⁰⁷ BORSOI. *Por dentro de mapas e planos...*, pp. 78-80.

³⁰⁸ “Papel feito acerca de como se estabeleceu a capitação nas Minas Gerais e em que se mostra ser mais útil o quintar-se o ouro, porque assim só paga o que o deve”. Autoria: desembargador Tomé Gomes Moreira, 1749. In: FIGUEIREDO; CAMPOS (org.). *Códice Costa Matoso...*, v.1, p. 485.

onde havia possibilidade de se encontrar ouro misturado ao cascalho e onde estavam as águas necessárias para apurá-lo.³⁰⁹

A partir dos casos mencionados, vimos a proximidade e o imbricamento entre as formas urbanas e as atividades de minerar. Tanto homens poderosos como faiscaidores se adequavam às suas condições de investimento e recursos disponíveis para auferir o metal valioso. Enquanto os primeiros investiam em técnicas e equipamentos mais complexos para captar água para suas lavras no alto dos morros, escravos e desclassificados se aproveitavam do favorecimento de certas ocasiões. No período das chuvas iam à “gandaia” para lavrarem nos buracos improvisados ou nos resíduos dos desmontes abandonados.³¹⁰ Na mineração dos ribeiros, como observou Gonçalves, esses homens permaneciam metidos com os pés nas águas gélidas para separarem o cascalho ou, então, mergulhavam nos rios de maior profundidade a fim de retirarem com o almocrafe um saco cheio de sedimentos para batearem nas margens. Nos morros, o investimento na captação das águas exigia disponibilidade de tempo e capital. Faiscaidores e mineradores menos desprovidos procuravam alternativas mais convenientes para extrair o ouro. No equilíbrio entre os gastos e ganhos, acreditamos que não faltaram interessados em tentar a sorte nas águas do Carmo, mesmo que do seu leito não pudessem ser extraídos grandes volumes do metal ao longo da segunda metade do século XVIII. Todavia, qualquer pinta se mostrava compensadora a estes homens de pouco cabedal. A água era indispensável à prática mineradora e, de certa forma, no caso dos pequenos mineradores e faiscaidores, era preciso procurar ouro onde havia água.

³⁰⁹ AHCMM. Correição. Códice 174. 1795. fls. 78-80v.

³¹⁰ GONÇALVES. As técnicas de mineração nas Minas Gerais do século XVIII..., p. 194. Ver também sobre a atuação dos negros gandaieiros nas Minas: ANDRADE. Viver à Gandaia..., pp.161-178

CONCLUSÃO

4. Conclusão

Ao longo deste trabalho, analisamos algumas das formas de apropriação das águas em Mariana, sede do bispado da Capitania de Minas Gerais no período de transformação do espaço físico da cidade. Desde a fundação do arraial em fins do século XVII, as águas do ribeirão do Carmo e afluentes influenciaram na organização fundiária da povoação. Nas margens do Carmo, à procura do ouro de aluvião, instalaram-se as primeiras ocupações, marcando o início do desenho físico do arraial. No decorrer dos anos, sobretudo entre as décadas de 1730 e 1740, a proximidade das águas revelou-se um grande entrave à sobrevivência do mesmo. Para remediar o problema das enchentes e, assim, garantir a estabilidade e continuidade do povoado, a partir de 1745, o Senado dirigiu uma reforma urbana da cidade, na qual, além de outras intervenções, construiu uma “nova” cidade dignamente apropriada, longe da fúria das águas. A ação urbanizadora da Câmara se dividiu entre tentativas de controlar, se desviar e se sobrepor ao líquido. Ao lado dos cercos, a fuga para terrenos mais distantes e elevados e ao mesmo tempo a edificação das pontes, equipamentos indispensáveis à comunicação entre os bairros da cidade, marcaram o convívio entre habitantes e as contingentes águas do Carmo. O espaço físico da cidade precisou adaptar-se à contingência natural, adequar-se ao acesso das revoltas águas urbanas, criando artificios e formas para a continuidade do convívio social.

No segundo capítulo, procuramos demonstrar que houve uma outra trajetória do líquido no interior da cidade, desta vez artificialmente edificada pelo engenho humano para levar as preciosas águas à população de Mariana. Tratamos da maneira como a Câmara se apropriou do líquido e o tornou adequado ao espaço urbanizado a partir da implantação de uma rede de abastecimento público das águas. Assim, paralelamente às visíveis águas do Carmo, passou a existir um itinerário invisível de canos secretos que transportavam o líquido precioso para os chafarizes públicos. Em nossa abordagem, consideramos a interdependência que se estabeleceu no enredo urbano entre os recursos hídricos disponíveis, as técnicas de adução e a amplitude de ações e atores envolvidos na sua fabricação.

A Câmara foi vista como mais um personagem na disputa com os mineradores e agricultores pelos olhos d'água em meados do século XVIII. Na fabricação do circuito de

distribuição das águas, as técnicas empregadas se adequaram à disponibilidade dos recursos hídricos e à matéria-prima, bem como à topografia da região. Vimos que fatores de ordem natural foram determinantes para a imposição de um circuito das águas na cidade. O aqueduto subterrâneo, construído em 1749, alimentou 11 dos 14 chafarizes e fontes públicos construídos na segunda metade do século XVIII e início do século XIX. O Senado também soube aproveitar das nascentes d'água dentro do espaço urbano, construindo as Fontes do Seminário, Monsus e São Gonçalo. Constatamos, igualmente, que a existência de uma rede de fornecimento das águas fundou um novo e insistente assunto para a administração urbana, exigindo do órgão local investimentos na sua ampliação e conservação, a fim de se manter o serviço de abastecimento nos vários chafarizes públicos. Vimos como os oficiais construtores se valeram do saber fazer para tecer redes de sociabilidade dentro do próprio grupo de mecânicos e com os oficiais da Câmara. Indivíduos como José Pereira Arouca e João Caldas Bacelar, renomados construtores, chegaram a fazer parte do corpo camarário, mesmo portando o chamado “defeito manual” que os impediria de assumir tais funções. Os vínculos estratégicos permitiram também a estes homens burlar os procedimentos de arrematação das obras públicas e se beneficiarem do cargo de conservadores das águas.

Ademais, mostramos que a construção do aqueduto ocorreu em um momento propício, de altas arrecadações do Concelho, entre 1745-1750, e que a fabricação da rede de abastecimento representava a conquista da estabilidade do espaço físico e da sedimentação dos vínculos sociais.

No terceiro capítulo, abordamos a pluralidade de consumos das águas urbanas, privilegiando três eixos: os usos dos chafarizes públicos, as águas na salubridade urbana e o uso do líquido nas atividades produtivas, com especial atenção para a mineração. Procuramos apontar como o chafariz público esteve revestido de significados políticos e sociais, símbolo do municipalismo e do espaço governado, que conferia distinção e prestígio e, ao mesmo tempo, representava a atuação do poder local na cidade. Enquanto pontos de abastecimento das águas, os chafarizes e fontes públicos estavam organizados interna e espacialmente para atender habitantes, lavadeiras e animais. A disposição dessas “peças” nos diferentes espaços da cidade demonstrou como o governo local tratou de distribuir as águas, privilegiando as zonas de fronteira urbana, a proximidade com templos

religiosos e os locais de ampla circulação social, e utilizando-se da trasladação e reconstrução de chafarizes públicos para manter a ordem no espaço físico e social de Mariana.

O uso inadequado dos chafarizes, o furto e a falta d'água nas bicas públicas, no entanto, consistiram nos três principais problemas enfrentados pelo poder local na administração do abastecimento urbano. Entre as táticas dos consumidores e as estratégias do Concelho, o consumo das águas foi marcado por disputas e conflitos. Ao mesmo tempo, vimos que não houve uma legislação definida acerca da repartição das águas e que na Câmara de Mariana a concessão das penas d'água do aqueduto subterrâneo foi uma prática político-administrativa comum. Nos momentos de falta do líquido, os ânimos dos moradores se exaltavam nas bicas e nas audiências do Concelho, contra a política desmedida que favorecia o abastecimento a particulares. A inexistência de um regimento não impediu o estabelecimento de um senso comum sobre a precedência que deveria existir no abastecimento de água nas fontes públicas. O serviço de fornecimento das águas deveria favorecer o bem comum, mesmo que, conforme demonstramos, as águas conduzidas pelo aqueduto se perdessem por caminhos autorizados, canos ocultos, concessões indevidas e furtos d'água. Nos momentos de escassez, porém, era o fornecimento de água à população que antecedia os demais e, pelo menos em tese, deveria ser restabelecido. Com a construção do aqueduto e, por consequência, de uma corrente de água subterrânea escondida pelas ruas da cidade, não faltaram tentativas dos habitantes de furtar e desviar porções d'água para obterem com maior ligeireza o líquido precioso.

Ainda no terceiro capítulo observamos que a presença das “águas servidas”, charcos e águas estagnadas também importunaram a ordem urbana. Neste caso, as águas impróprias eram percebidas como focos dos miasmas pestilentos, a causa das doenças, a ameaça da salubridade da cidade. Para apreender essas impressões, foi necessário entender os princípios definidores de um corpo saudável e doente, bem como onde se encontrava o sujo e o limpo e de que forma o uso das águas poderia melhorar ou alterar o funcionamento do organismo humano. A concepção “aerista” e a medicina dos humores, aceitas na época, consideravam o limpo como ausência do sujo e o saudável como o estado natural dos corpos. As águas eram percebidas como elementos capazes de se infiltrar pela pele porosa e alterar o funcionamento dos humores. O líquido poderia ser tanto a causa como o remédio

para as doenças e, por isso, seu emprego esteve cercado de cuidados. O fluido teria ainda a capacidade de manifestar poderes sobrenaturais, ser o veículo das bênçãos divinas ou o estímulo aos destemperos da carne. Pairavam sobre o líquido indolor e incolor diferentes impressões e sensações. A parcimônia e a desconfiança pareciam fazer parte do contato entre a pele e o líquido.

Nas atividades produtivas, prevaleceram os conflitos ligados à mineração. Como a água era essencial para apurar o metal, os diversos mineradores, faiscadores e potentados, procuraram meios de se apropriarem dela para darem continuidade aos serviços da mineração. Os mais poderosos investiam na captação do líquido até as suas lavras no alto dos morros, enquanto os menos favorecidos recorreram às táticas possíveis, como aguardar o tempo das chuvas para faiscar nos montes ou tentar a sorte nas águas do Carmo, onde não havia mais o ouro fácil, mas era possível e oportuno tentar a sorte.

Por último, e não menos importante, cabe reconhecermos que, do mesmo modo que a trajetória das águas instigou o início desta pesquisa, também mostrou a importância de estabelecer um limite. Não seria possível conhecer todos os caminhos e percursos das águas. Foi preciso seguir os vestígios, entender quais veículos deram formas ao líquido precioso, e também admitir, como um rio que transborda, seca, morre, vive, se alimenta da chuva, se infiltra e se esconde nas paisagens, a impossibilidade de desvelar todos os caminhos, todos os interstícios por onde a água se escondia e se espalhava. Não foi nossa pretensão colocar um fim ao universo das apropriações das águas urbanas. Do olhar inquieto do historiador sempre surgem novas questões, aventam-se possibilidades, mas é preciso colocar um ponto. Não o ponto final, mas o de interrogação, para que incite outros a iniciar um novo parágrafo.

5. Fontes e bibliografia

5.1 Fontes Manuscritas

5.1.1 Arquivos do Brasil

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana- AHCMM

Livros de Arrematação

Código 180 (1732-1743)

Código 122 (1742-1748)

Código 135 (1748-1755)

Código 220 (1756-1764)

Código 377 (1764-1798)

Código 210 (1798-1833)

Listas de Receita e Despesa

Código 572 (1745);

Código 679 (1746, 1747, 1750);

Código 201(1748-1749);

Código 660 (1751);

Código 176(1752, 1753, 1754, 1755, 1756, 1757, 1758, 1759, 1760, 1761, 1762.);

Código 151(1766, 1767, 1768);

Código 649(1769);

Código 73 (1770);

Código 75(1771);

Código 384 (1774);

Código 701(1775);

Código 382(1776);

Código 141(1777, 1778, 1779, 1780, 1781, 1782, 1783);

Código 202(1784, 1785, 1786, 1787, 1788);

Código 277(1789, 1790, 1791, 1792, 1793, 1794, 1795);

Código 124 (1796, 1797, 1798, 199, 1800).

Acórdãos, Editais e Posturas.

Códices: 462, 209, 660, 274, 554, 687

Correições

Código 173 (1755-1824)

Miscelâneas

682, 705, 703, 740, 736, 723,687.

Livro de Tombo

Códices 416 e 417

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana - AHCSM

Ação Cível

Ação Cível. Códice 467. Auto 10352. 1º ofício. 1740

Ação Cível Códice 207, Auto 5167. 2º ofício. 1770

Notificações

Notificação. Códice 178. Auto 4400. 2º ofício 1745

Notificação. Códice 174. Auto 4240. 2º ofício. 1810

Notificação. Códice 327. Auto 7137, 1º ofício, 1783

Notificação. Códice 168 Auto 4025. 2º Ofício, 1748

Notificação. Códice 171. Auto 4161, 2º ofício, 1781

Notificação. Códice 178. Auto 4405, 2º ofício. 1755

Notificação. Códice 178. Auto 4406. 2º ofício, 1748

Notificação. Códice 173 Auto 4212. 2º Ofício, 1794

Testamentos e Inventários

1º ofício. Códice 92. Auto 1928; Inventário de João de Caldas Bacelar.

Livro e Registro de testamentos, Livro 44, fls. 74v-75, José Pereira Arouca.

1º ofício. Códice 114. Auto 2368, Inventário de Manuel Brás Ferreira.

Arquivo Público Mineiro-APM

Seção Colonial(SC). Códices: 18, 45,21

Câmara Municipal de Mariana(CMM). Códice. 15

Seção de Fotos. Coleção Municípios Mineiros Ponte da Rua Direita. [1890-19--].

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-(IPHAN)

IPHAN, Belo Horizonte, Pasta Mariana, Fotos.

5.1.2 Arquivos de Portugal

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU

Arquivo Histórico Ultramarino, Avulsos, Minas Gerais. Documentos Manuscritos da Capitania de Minas Gerais. Projeto Resgate de documentação Histórica Barão do Rio Branco.

Site: <http://www.cmd.unb.br/resgateahu.php>

Caixa 01, Documento 24

Caixa 45, Documento 15

Caixa 41, Documento 86

Caixa 50, Documento 61

Caixa 40, Documento 1

Caixa 51, Documento 45
Caixa 39, Documento 64
Caixa 45, Documento 92
Caixa 64, Documento 63
Caixa 47, Documento 41
Caixa 27, Documento 32
Caixa 47, Documento 63
Caixa 53, Documento 53
Caixa 45, Documento 15

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.

-Planta em que se mostra a obra a se fazer para evitar a inundação das de Mariana pelo rio que ali corre. AHU- CARTm-011. D1157
-AHU. Reino. Caixa 13, Pasta 32.
-AHU. Reino. Caixa 31, Pasta 17.
-AHU. Reino, Caixa 41, Pasta 30.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo - ANTT

ANTT. Registro Geral de Merc es. D. João V. Livro 29. fls. 358 /457.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa - AHCML

- guas-Livres, Cx. 95. "Representa o do segundo Arquitecto da obra das  guas Livres, do primeiro mestre da mesma, juntamente com o Sargento-Mor Francisco Rodrigues em virtude de um aviso da Junta, apresentando o levantamento das nascentes que poderão ser canalizadas para o Aqueduto Geral, especificando as suas medi es em anéis".

Biblioteca Nacional de Lisboa

Biblioteca Nacional de Lisboa. Memórias Históricas relativas ao Magnífico Aqueduto das Agoas Livres. Se o Reservada, cx. 189, n  13, fls. 8-11v. Parecer resultante da uma conferência feita para exame da pretensão dos mestres empreiteiros da obra das  guas Livres, em que requererem os pagamentos dos "v o cheios" dos arcos de Alcântara e outras regalias na medi o e pagamento das obras.

5.2 Fontes impressas

5.2.1 Tratados

ALPOIM, José Fernandes Pinto. *Exame de artilheiros*. 2. ed. Nota biográfica e análise crítica de Paulo Pardal. Prefácio de Lygia Fonseca Fernandes da Cunha. Rio de Janeiro: Xérox do Brasil, 1987. Edi o fac-similar.

FERREIRA, Luís G. *Erário Mineral*. . Organização de Júnia F. Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. (Coleção Mineiriana, 2 v.).

HENRIQUE, Francisco da Fonseca. *Âncora Medicinal*, para conservar a vida com saúde [1731]. Segunda impressão, correta e aumentada pelo seu autor. Lisboa: Oficina Augustiana, 1731.

HOLANDA, Francisco de. *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*, 1571. Madrid: Archivo Español de Arte y Arqueología, 1929.

PEIXOTO, Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto. Aos sereníssimos Príncipes Reais do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves, os senhores D. Pedro de Alcântara e D. Carolina Josefa Leopoldina oferece, em sinal de gratidão, amor respeito, e reconhecimento estes prolegômenos, ditados pela obediência, que servirão às observações, que for dando das moléstias cirúrgicas do país, em cada trimestre. [1820] In: SCLIAR, Moacyr (org). *A Saúde pública no Rio de D. João*. Rio de Janeiro: Senac, 2008, pp. 87-118.

SANCHES, Antônio Nunes R. *Tratado da Conservação e Saúde dos Povos*: Obra útil e, igualmente, necessária aos Magistrados, Capitães Gerais, Capitães de Mar e Guerra, Prelados, Abadessas, Médicos e Pais de Famílias. Com um Apêndice Considerações sobre os Terramotos, com a notícia dos mais consideráveis, de que faz menção a História, e dos últimos que se sentiram na Europa desde o I de Novembro 1755. Publicado em Paris, 1756. (Edição publicada por Universidade da Beira Interior de Covilhã, Portugal).

SILVA, Manoel Vieira da. Reflexões sobre alguns dos meios proposto por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro. [1808]. In: SCLIAR, Moacyr (org). *A Saúde pública no Rio de D. João*. Rio de Janeiro: Senac, 2008, pp. 67-83.

VITRÚVIO. *Tratado de arquitectura*. Tradução e notas de M. Justino Maciel; Thomas Noble Howe. Lisboa: IST Press, 2006.

5.2.2 Legislação e Regimentos

Códice Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. 2 v. Coordenação Geral de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999 (Coleção Mineiriana). Documentos utilizados:

- Relação do rendimento que teve a Fazenda Real das Minas Gerais no ano de 1749, Provedoria da Fazenda de Minas Gerais, 1750;
- Informação das Antiguidades da Cidade de Mariana. Autoria: Caetano da Costa Matoso, 1750;
- Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais

memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. A autoria: Bento Fernandes Furtado, 1750;

- Informação das Antiguidades da freguesia de Catas Altas. A autoria: José de Lemos Gomes, 1750;
- Informação das antiguidades da freguesia de Guarapiranga. A autoria: Luis José Ferreira de Gouveia, 1750;
- Cana de Açúcar”. A autoria Anônima, 1750;
- Engenho de Açúcar e aguardente, azeite e mamona e farinhas de mandioca e de milho. A autoria: Ouvidor Caetano da Costa Matoso, 1750;
- Diário da Jornada que fez o ouvidor Caetano da Costa Matoso para as Minas Gerais. A autoria: Caetano da Costa Matoso, 1749;
- Modo e estilo de minerar nos Morros de Vila Rica e de Mariana. Anônimo, 1750;
- Regimento Original do Superintendente, guardas-mores e mais oficiais deputados para as minas de ouro que há nos sertões do Estado do Brasil, 1702;
- Papel feito acerca de como se estabeleceu a capitação nas Minas Gerais e em que se mostra ser mais útil o quintar-se o ouro, porque assim só paga o que o deve A autoria: desembargador Tomé Gomes Moreira, 1749.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de. *Elementos para a história do município de Lisboa*. Tomo III, V, X, XII, XIII, XIV, XVII,. Lisboa: Publicação da Câmara Municipal de Lisboa, 1885-1911.

Ordenações Filipinas. Livro 1. Título LXVI. Dos Vereadores. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Edição de Cândido Mendes de Almeida, 1985, p. 151. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>.

Provisão das águas

“Regimento das águas, as quais se concedem ao mineiro o uso delas enquanto tem terras para trabalhar, e acabando o trabalho tornam as águas para a repartição do guarda-mor, e por isso o mineiro empossado das águas não pode dar, nem vender a outrem, nem também mineiro algum pode apropriar-se das águas sem ter concessão delas por escrito do Guarda-mor, o que regularmente chamamos Provisão d’ águas” apud. LEME, Pedro Taques de Almeida P. *Notícias das minas de São Paulo e dos sertões da mesma Capitania*. São Paulo, 1954. p. 219.

Termo de Ereção da Vila de Nossa Senhora do Carmo. 08/04/1711. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, jan./mar., 1897, (digitalizado).

5.2.3 Memórias e literatura de viajantes

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas* [1711]. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.

CASAL, Aires de. *Corografia Brasílica* [1817]. Prefácio de Mario G. Ferri. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia; São Paulo: Editara da USP, 1976.

COELHO, J. J. Teixeira. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais* [1780]. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994 (Coleção Mineiriana).

Discurso Histórico e Político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720. Estudo Crítico. Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 1994 (Coleção Mineiriana).

GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil* (1836-1841). São Paulo: EDUSP, Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

KIDDER, Daniel Parish; FLETCHER, James Cooley. *O Brasil e os Brasileiros* (1855-1865). v.2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

LUCCOCK, John. *Notas Sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil* (1808-1818). São Paulo, Belo Horizonte, EDUSP/ Itatiaia Editora, 1975.

MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil* (1807-1810). São Paulo: EDUSP, Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

MELO, Sebastião José de Carvalho e. *Memórias Secretíssimas do Marquês de Pombal e outros escritos.* Mem. Martins: Europa-América, 1984.

Museu da Casa Brasileira. *Arquivo Ernani Silva Bruno: Equipamentos da Casa Brasileira: usos e costumes.* <http://www.mcb.sp.gov.br/mcbText.asp?sMenu=P007>

ROCHA, José Joaquim da Rocha. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: Descrição Geográfica, topográfica e política da capitania de Minas Gerais.* Estudo Crítico de Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995 (Coleção Mineiriana).

SAINT-HILAIRE. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais.* Introdução de Oswaldo Bueno Amorim Filho. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1997(Coleção Mineiriana).

VASCONCELLOS, Diogo P. Ribeiro de. *Breve descrição Geográfica, Física e política da Capitania de Minas Gerais.* Estudo crítico: Carla Maria Junho Anastásia. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. (Coleção Mineiriana)

VEIGA, José Xavier da. *Efemérides mineiras* (1664-1897). Introdução de Edilane Maria de Almeida Carneiro e Marta Eloísa Melgaço Neves. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998, v. 3 e 4. (Coleção Mineiriana, 4v.)

5.3 Obras de Referências

ÁVILA, Afonso. *Barroco Mineiro: Glossário de Arquitetura e Ornamentação*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. (Coleção Mineiriana).

BARBOSA, Waldemar de A. *Dicionário Histórico–Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino* [1712]. Rio de Janeiro: UERJ/Dinfo, (digitalizado).

Guia dos Bens Tombados. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1980. Versão atualizada: Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional. *Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio (1938-2009)*. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1356>.

MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. 2 v. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/IPHAN, 1974.

MORAES SILVA, Antônio de. *Diccionario de Língua Portuguesa*. 2v. Rio de Janeiro: Typografia Fluminense, 2º Ed., 1822.

SILVEIRA, Marco A.; ANTUNES, Álvaro de A (org.). *Inventário Analítico das Notificações do Arquivo da Casa Setecentista de Mariana*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Inédito

TEDESCHI, Denise M. R; ALFAGALI, C.; *Índice de Obras públicas de Mariana (1715-1863)*. Inédito

VITERBO, Sousa. *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e construtores portugueses*. 3v. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988. Edição fac-similada de Lisboa: Imprensa Nacional, 1899-1922.

5.4 Artigos, Livros e Teses

AGUIAR, Marcos Magalhães. *Negras Minas Gerais: uma História da Diáspora africana no Brasil Colonial*. Tese (Doutorado em História) –FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ALCÂNTARA, Pedro. Ouro Preto, concretização do espaço existencial barroco nas Minas Gerais dos séculos XVII e XVIII. In: ARAÚJO, Renata; CARITA, Helder; ROSSA, Walter (coord.). *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. ALCIDES, Sérgio. *Estes penhascos: Cláudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas, 1753-1773*. São Paulo: Hucitec, 2003.

ALFAGALI, Crislayne G. M. Ferro em obras: oficiais do Ferro. Vila Rica (1750-1795). Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2009.

ALGRANTI, Leila M. Famílias e vida doméstica. In: MELLO E SOUZA, Laura de. (org.). *Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. v.1; NOVAIS, Fernando (dir.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALVARENGA, Thábata A. de. *Homens e Livros em Vila Rica: 1750-1808*, Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

ANDRADE, Francisco E. de. Viver à Gandaia: Povo Negro nos Morros das Minas. In: PAIVA, Eduardo F.; IVO, Isnara P. (org.) *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2008.

ANDRADE, José Sérgio V. *Memória sobre Chafarizes, Bicas, Fontes e Poços Públicos de Lisboa, Belém e Muitos logares do Termo*. Lisboa: Imprensa Silvana, 1851.

ANTUNES, Álvaro de A. Palco e Ato: o exercício e a administração da Justiça nos auditórios da Câmara de Mariana. In: CHAVES, C.; PIRES, M.; MAGALHÃES, S. *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: UFOP, 2008.

ANTUNES, Álvaro. *Fiat Justitia: os advogados e a prática da Justiça em Minas Gerais*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

ARAÚJO, Ana Cristina; CARDOSO, José L.; MONTEIRO, Nuno G.; ROSSA, Walter; SERRÃO, José V. (org.). *O Terremoto de 1755: Impactos Históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP, 1998.

ARAÚJO, Renata; CARITA, Helder (coord.). *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

ARAÚJO, Renata; CARITA, Helder; ROSSA, Walter (coord.). *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

ATAÍDE, Manuel Maia. O Aqueduto das Águas Livres: descrição e alguns comentários técnicos a propósito. In: MOITA, Irisalva (org.). *D. João V e o abastecimento de água em Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1990. 2 v.

ÁVILA, Cristina; GOMES, Maria do Carmo Andrade. O negro no Barroco Mineiro: o caso da Igreja do Rosário de Ouro Preto. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, n. 6, jun. 1988.

AZEVEDO, Paulo Ormino de. Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira - Origens. In: ARAÚJO; CARITA (coord.). In: ARAÚJO; CARITA (coord.). *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

BAETA, A et al. *Evidenciação e Resgate do Patrimônio Arqueológico do quintal do imóvel identificado como Casa Setecentista, município de Mariana-MG*. Relatório Final. 13ª SR/IPAHNA. NOVEIS, 2006.

- BAETA, Alenice; PILÓ, H.; TEDESCHI, D. M. R. *Monitoramento do Patrimônio Arqueológico Rua Dom Silvério e Adjacências*. Mariana: Prefeitura Municipal de Mariana: ENCEL, 2008.
- BARRETO, Paulo Thedim. Análise de alguns documentos relativos à Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. *Revista do Patrimônio Artístico e Nacional*. n. 16. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1967.
- BARRETO, Paulo Thedim. Casas de Câmara e Cadeia. *Revista do Patrimônio Artístico e Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, n.11, 1947.
- BARROS, José D'Assunção. A história cultural francesa – caminhos de investigação. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. out-dez., v. 2, Ano II, n. 4, 2005.
- BASTOS, Rodrigo Almeida. Regularidade e ordem das povoações mineiras no século XVIII. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 44, pp. 27-54, fev. 2007.
- BASTOS, Rodrigo. *A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- BASTOS, Rodrigo. O decoro e o urbanismo conveniente luso-brasileiro na formação da cidade de Mariana, Minas Gerais, meados do século XVIII. *Barroco*, Belo Horizonte, n. 19, maio, 2005.
- BAZIN, Germain. *A Arquitetura Religiosa no Brasil*. Tradução: Glória Lúcia Nunes. v. 1. Record: Rio de Janeiro, 1956.
- BENZONI, Kelly Adriana de Campos. *O poder dos homens bons: aspectos da administração camarária em Mariana no século XVIII*. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2003.
- BERGER, Francisco José G. *Lisboa e os arquitetos de D. João V: Manuel da Costa Negreiros no estudo sistemático do barro joanino na região de Lisboa*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.
- BICALHO, Maria Fernanda B. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro na dinâmica Colonial Portuguesa, séculos XVII e XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- BICALHO, Maria Fernanda B. As Câmaras Ultramarinas e o governo do Império. In. FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVEIA, Maria de Fátima S. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História, São Paulo*, v. 18, n. 36, 1998.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOLDÓ, Amparo Pérez; LLERA, Fernando A. Madrid: Água, Corte y Capital: em los siglos XVI al XVIII. *Boletín de la R.S.G.*, v. CXXXIX-CXL, Madrid, 2003-2004.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em vila Rica colonial (1702-1748)*. São Paulo: Annablume, 2004.
- BORSOI, Diogo Fonseca. *Por dentro de mapas e planos: práticas cotidianas e dinâmica urbana em Mariana-MG (1740-1800)*. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2008.

BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

BOXER, Charles R. *A idade do ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRANDÃO, Michelle C. *Estado e quadro fiscal na Era Moderna: Portugal e Brasil*. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2005.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV- XVIII: as estruturas do cotidiano, o possível e o impossível*. v.1. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRENNA, Giovanna. *Medieval ou Barroco: proposta de leitura do espaço urbano colonial*. *Barroco*, Belo Horizonte, n. 12, 1982/1983.

BUENO, Beatriz P. S. O Engenheiro artista: as aquarelas e as tintas nos mapas do Novo Mundo. In: FURTADO, Júnia F. (org.). *Sons, Formas, Cores e Movimentos na Modernidade Atlântica: Europa, América e África*. São Paulo: Annablume, 2008 (Coleção Olhares).

BUENO, Beatriz. De quanto serve a Ciência do Desenho no serviço das obras de El-Rei. In: ARAÚJO, Renata; CARITA, Helder; ROSSA, Walter (coord.). *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001.

CAETANO, Carlos. *A Ribeira de Lisboa na época da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Pandora, 2004.

CAETANO, Joaquim O. Arquitectos, Engenheiros e Mestres de Obras do Aqueduto das Águas Livres. In: MOITA, Irisalva (org.). *D. João V e o abastecimento de água de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1990.

CAETANO, Joaquim Oliveira. *Chafarizes de Lisboa*. Lisboa: Distri Editora, 1991.

CALDEIRA, Júnia Marques. *A Praça Brasileira: trajetória de um espaço urbano, origem e modernidade*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CAMPOS, Maria Eliza de C. Ouvidores de comarcas, legislação e estrutura. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 21, jul., 1999.

CARDIM, Pedro. Administração e governo, uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In: MATOSO, José (org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

CARITA, Helder; CARDOSO, Homem. *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal*. 2 ed. Venda Nova: Bertrand Editora, 1998.

CARRARA, Ângelo. *Minas e Currais: Produção Rural e mercado interno de Minas Gerais*. Juiz de Fora: UFJF, 2006.

CARRARA, Ângelo. Paisagens rurais do Termo de Mariana. In: GONÇALVES, A. L.; OLIVEIRA, R. P. (org.) *Termo de Mariana II: História e Documentação*. Mariana: Imprensa UFOP, 2004.

CARVALHO, Feu de. *Pontes e Chafarizes de Vila Rica Ouro Preto*. Belo Horizonte: Edições Históricas, [s.d.].

CASTIGLIONI, Arturo. *História da Medicina*. 2v. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

- CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- CHALHOUB, Sydney et al (org). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1988.
- CHARTIER, Roger. Mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.11, n.5, jan-abr., 1991.
- CHAVES, C.; PIRES, M.; MAGALHÃES, S. *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: UFOP, 2008.
- CONCEIÇÃO, Luis Filipe Pires da. *A consagração da água através da Arquitectura: para uma Arquitectura da água*. Tese (Doutorado em Arquitectura) – Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1997.
- CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. Tradução de Ligia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CORREIA, José Eduardo Horta. Urbanismo da época barroca em Portugal. In: ARAÚJO; CARITA (coord.). *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998.
- COSTA, Antônio Gilberto (org). *Cartografia da conquista do território da Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- COSTA, Lúcio. Risco Original de Antônio Francisco Lisboa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 17, Rio de Janeiro, 1969.
- COUTO, Mia. *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CRUZ, Ernesto. *A água de Belém: sistema de abastecimento usado na capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Composto e impresso na oficina da Revista da Veterinária, 1944.
- CURTIS, James R. Praças, Place, and Public Life in Urban Brazil. *Geographical Review*, v. 90, n. 4, oct., 2000.
- D'ASSUMPTÃO, Sílvia Romanelli. Considerações sobre a formação do espaço urbano Setecentista nas Minas. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, n. 9, 1989.
- DE CERTEAU, Michel. *A Cultura no Plural*. Tradução Enid Abreu Dbránszky Campinas: Papyrus, 1995.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. v.1. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio; Edunb, 1993.
- DEL PRIORE, Mary. Ritos da vida privada. In: MELLO E SOUZA, Laura de. (org.). *Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. v.1; NOVAIS, Fernando (dir.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DELSON, Roberta M. Planners and Reformers: Urban Architects of Late Eighteenth-Century Brazil. *Eighteenth-Century Studies*, v. 10, n.1, 1976,
- DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil - Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Alva Ciord, 1997.
- DIAS, José Pedro Felripa de Sousa. *A “Água de Inglaterra” no Portugal das Luzes: contributo para o estudo do papel do segredo na terapêutica do século XVIII*. Lisboa, 1986.

- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Corpo, Natureza e Sociedade nas Minas (1680-1730)*. *Projeto História*, São Paulo, n. 25, dez., 2002.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, 2v.
- ENES, Tiago. *De Como Administrar Cidades e Governar Impérios: almotaçaria portuguesa, os mineiros e o poder (1745-1808)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.
- EUGÊNIO, Danielle de Fátima. *Arrematantes de obras públicas: oficialato mecânico na cidade de Mariana (1745-1800)*. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5 ed. Porto Alegre: Globo, 1979.
- FERNANDES, Lúcia. *A água na habitação em Lisboa antes e após a construção do Aqueduto das Águas Livres*. Tese (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Univ. Técnica de Lisboa, 2002.
- FERRAND, Paul. *O ouro em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.
- FILHO, Nestor G. R. *Contribuição ao estudo da Evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: USP, 1968.
- FILHO, Oswaldo M.; MELO, Mariana F. de. Os jardineiros da Rainha - o mundo natural ultramarino na época da Rainha D. Maria I e do Príncipe D. João. In: *Minas Gerais e História Natural das Colônias: política colonial e cultura científica no século XVIII*. Organização e Estudo Crítico de Oswaldo Munteal Filho e Mariana Ferreira de Melo. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004(Coleção Mineiriana).
- FISCHER, Mônica. *Mariana: os dilemas da preservação histórica num contexto social adverso*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.
- FLEXOR, Maria H. O. *Oficiais Mecânicos e a vida quotidiana no Brasil*. In: *Oceanos*, Lisboa, n. 42, abr./jun. 2000.
- FLEXOR, Maria Helena O. *Oficiais Mecânicos da cidade de Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1974.
- FONSECA, Alberto de F. C. *Controle e uso da água na Ouro Preto dos séculos XVIII e XIX*. Dissertação (Mestrado em Recursos Hídricos) – Escola de Minas Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2004.
- FONSECA, Cláudia D. *As vilas e os territórios: processos de formação e evolução da rede urbana na capitania de Minas Gerais*. In: ARAÚJO, Renata; CARITA, Helder; ROSSA, Walter (coord.). *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- FONSECA, Cláudia D. *Des terres aux villes de l'or: pouvoir et territoires urbains au Minas Gerais, Brésil, XVIIIe siècle*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- FONSECA, Cláudia D. *Do arraial à cidade: trajetória de Mariana no contexto do urbanismo colonial*. In: ARAÚJO, Renata; CARITA, Helder (coord.). *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

FONSECA, Cláudia D. Funções, hierarquias e privilégios urbanos: a concessão dos títulos de Vila e cidade na capitania de Minas Gerais. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, n. 29, jan. 2003.

FONSECA, Cláudia D. *Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

FONSECA, Cláudia Damasceno. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: UFOP, 1998,

FONSECA, Cláudia. D. Rossios, chãos e terras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 42, n. 1, jul./dez., 2006.

Fontes e chafarizes do Brasil. São Bernardo do Campo, SP: Mercedes-Benz do Brasil, 1991.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVEIA, Maria de Fátima S. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14. ed. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Júnia F (org.) *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume, 2008 (Coleção Olhares).

FURTADO, Júnia F. Arte e segredo: o licenciado Luís Gomes Ferreira e seu caleidoscópio de imagens. v.1 In: FERREIRA, Luís Gomes. *Erário Mineral*. Organização de Júnia F. Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002.(Coleção Mineiriana, 2 v.).

FURTADO, Júnia F. Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 41, jul./dez., 2005.

GEORGE, Rosen. *Da polícia médica à a medicina social: ensaios sobre a História da Assistência Médica*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Editora Arcádia, 1977.

GODOY, Marcelo Magalhães; SILVA, Leonardo Viana da. As artes manuais e mecânicas na província de Minas Gerais: um perfil demográfico de artífices e oficiais. *LPH: Revista de História*, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, n. 9, 1999.

GONÇALVES, Andréa L. As técnicas de mineração nas Minas Gerais do século XVIII. In: RESENDE; VILLALTA (org.). *As Minas Setecentistas*. v.2. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007.

GONÇALVES, Iria. Relação entre os Concelhos e o espaço, segundo o Corpus Legislativo da Produção Local, na Idade Média. ARAÚJO; CARITA; ROSSA (coord.) *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Dos Poderes de vila Rica do Ouro Preto: Notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII*. *Varia História*, n.º 31, Janeiro, 2004.

GROSSI, Ramon Fernandes. Considerações sobre a arte médica na Capitania das Minas (Primeira metade dos século XVIII). *LPH– Revista de História*, Mariana, n. 8, 1998/1999.

GUIMARÃES, Carlos Magno. A água na mineração colonial: uma abordagem a partir da arqueologia, Minas Gerais - Goiás, Século XVIII. In: *52º Congresso Internacional de Americanistas*. Sevilla, 2006.

- HOLANDA, Sérgio B. *Monções*. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HONOR, André Cabral. *Sociedade e cotidiano: as fontes d'água na formação da cidade de João Pessoa no período colonial*. (Bacharelado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.
- JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2v., 2001.
- KANTOR, Íris. Entradas episcopais na capitania de Minas Gerais (1743-1748). In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, v.1, 2001.
- KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru: EDUSC, 2002
- LANGHANS, Franz-Paul de Almeida. *As Corporações dos Ofícios Mecânicos: subsídios para sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943. 2 v.
- LARA, Silvia H. *Fragments Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LEAL, Daniela V. A análise e o estudo histórico das técnicas construtivas do século XVIII - A cantaria na Arquitetura mineira. In: *Atas do IV Encontro de História da Arte: entre a produção e a reflexão*. Campinas: Unicamp, 2008.
- LEME, Pedro Taques de Almeida P. *Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma Capitania*. São Paulo, 1954.
- LEMEUNIER, Guy. Gestión Pública e Gestión Privada em los regadíos murcianos: La emergência de los heredamientos (1480-1800), *Miscelánea Medieval Murciana*, Madrid, v. XIX-XX, 1995-96.
- LEMOS, Carlos A.C. *Cozinhas etc*. Um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- LEMOS, Carlos. A.C. *História da Casa Brasileira*, São Paulo: Contexto, 1989.;
- LENOBLE, Robert. *História da Idéia de Natureza*. Lisboa: Edições 70, [s.d.].
- LEPETIT, Bernard. Evolução da noção de Cidade segundo os Quadros Geográficos e Descrições da França (1650-1850). In: Salgueiro, H. A. (org.). *Por uma nova História urbana*. São Paulo: Editora USP, 2001.
- LIMA JÚNIOR, Augusto. *Vila Rica do Ouro Preto: síntese histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1957.
- LIMA, Carlos A. M. *Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- LOPES, Francisco Antônio. *Os Palácios de Vila Rica: Ouro Preto no ciclo do ouro*. Belo Horizonte, 1955.
- LOPES, Maria Antônia. A intervenção da Coroa nas instituições de proteção social de 1750-1820. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 29, 2008.
- MACEDO, Concessa Vaz de. Da lavagem de roupa às branquearias comerciais: sobre o papel das lavadeiras na Escócia Setecentista. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, fev., 1998.
- MACHADO, Maria de Fátima. *O central e o Local: a vereação do Porto de D. Manuel a D. João III*. Edições Afrontamento, Porto, 2003.
- MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MADUREIRA, Nuno Luis. *Lisboa: Luxo e Distinção*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1990.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. A demanda do trivial: vestuário, alimentação e habitação. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 65, jul. 1987.

MAIA, Moacir R. de. Uma quinta portuguesa no interior do Brasil ou A saga do ilustrado dom Frei Cipriano e o jardim do antigo Palácio Episcopal no final do século XVIII. *História, Ciência, Saúde- Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, n.4, out-dez., 2009.

MARANHO, Milena F. *O moinho e o engenho: São Paulo e Pernambuco em diferentes contextos e atribuições no Império colonial português (1580-1720)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

MARQUES, Rita de Cássia. A saúde na terra dos bom ares, poucos médicos e muita fé. VILLALTA; RESENDE (org.) *História de Minas Gerais*. v. 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

MARQUES, Vera Regina B. Medicinas Secretas: Magia e Ciência no Brasil Setecentista. In: CHALHOUB, Sydney *et al.* (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Nobel, USP, 1991.

MASCARENHAS, José M. de.; ROUILLARD, J.; BERTHIER, K.; BENOÎT, P.; JORGE, V. A exploração dos recurso hídricos no convento Franciscano de Varatojo (Torre Vedras). *Boletim Cultural da Assembléia Distrital*, Lisboa, nº 95, v. 2, 2010.

MASCARENHAS, José Manuel; BECASIS, M. H.; JORGE, V. F. *Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*. Lisboa: Fundação Oriente, 1996.

MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto - urbanização em Minas Gerais, Brasil. Século XVIII e XIX*, Berlim:Wissenschaftlicher Verlag, 2002.

MATA, Sérgio da. O espaço do poder. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 42, n. 2, jul./dez. 2006.

MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do Ouro: poder e miséria no século XVIII*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

MELLO E SOUZA, Laura de. Festas barrocas e vida cotidiana em Minas Gerais. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, v.1, 2001.

MELLO E SOUZA, Laura. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MELLO, Suzy. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MENESES, José Newton C. Ensinar com Amor uma geometria prática, despida de toda a teoria da ciência e castigar com caridade: aprendizagem do artesão no mundo português, no final do século XVIII. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, jan./jun., 2007.

MENESES, José Newton C. Homens que não mineram: oficiais mecânicos nas Minas Gerais Setecentistas. In: RESENDE, E. L; VILLALTA Luiz C. (org.) *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. v.1. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007.

MENEZES, Ivo Porto de. José Pereira Arouca. *Anuário do Museu da Inconfidência*, Ouro Preto, v. 5, 1978.

MENEZES, José Luís M. Instrumentos para a percepção do espaço da “Escola portuguesa de urbanismo”. Geometria prática. In: ARAUJO, Renata; CARITA, Helder; ROSSA, Walter (coord.). *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-*

1822,. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

MENSESES, José. N. C. *Artes Fabris e Serviços Banais: ofícios e as Câmaras no final do Antigo Regime. Minas Gerais e Lisboa (1750-1808)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto em Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói 2003,

MOITA, Irisalva. O Aqueduto das Águas Livres e Abastecimento de Água a Lisboa. In: MOITA, Irisalva (org.). *D. João V e o abastecimento de água de Lisboa*. v.1. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1990.

MÓL, Cláudia Cristina. Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

MONTEIRO, Nuno G. Os Concelhos e as comunidades. In: HESPANHA, A. M. (coord.). *História de Portugal: Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1993.

MONTENEGRO, Augusto Pinto de Miranda. *Memória sobre as águas de Lisboa*. Lisboa: Imprensa, 1875.

MORAES, Fernanda Borges. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE; VILLALTA. *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. v.1. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do tempo, 2007.

MOREIRA, Rafael. *Um tratado português de arquitectura do século XVI*. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1982.

MOURÃO, Paulo Kruger C. O abastecimento de água em Minas nos tempos da Colônia. *Kriterion*. Revista da Faculdade de Filosofia da UFMG, Belo Horizonte, n. 35-36, jan./jun. 1956.

NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: MELLO E SOUZA, Laura. (org.). *Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. v.1. NOVAIS, F. (dir.) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Kelly Eleutério M. José Pereira Arouca: sujeito histórico e projeto urbanizador em Mariana Setecentista. In: *Anais eletrônicos do XVI Encontro Regional de História*. Cidade: ANPUH-MG, 2008.

OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1961.

PEREIRA, Alexandra Maria. Uma loja em Vila Rica. In: CARRARA, Ângelo A. (org.). *À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas Setecentistas*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

PEREIRA, Carlos A.; LICCARDO, Antônio; SILVA, Fabiano G. *A arte da Cantaria*. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

PEREIRA, Magnus. R. de Mello. Considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 42, 2001.

PEREIRA, Margareth da S. Visão da cidade e do território no período joanino: a acção do brigadeiro Alpoim. In: *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. (coord.) ARAÚJO, Renata; CARITA, Helder; ROSSA, Walter. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

PINTO, Luís Leite. *Subsídios para a História do Abastecimento de Água da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1903.

PIRES, Maria do Carmo. Câmara Municipal de Mariana no século XVIII: formação, cargos e funções. In: CHAVES, C.; PIRES, M.; MAGALHÃES, S. *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: UFOP, 2008.

PRADO JR. Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*; Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PRECIOSO, Daniel. “Artes mecânicas” em Vila Rica Setecentista: os pardos, forros e livres. *Histórica - Revista do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 32, 2008.

PRESTES, Maria Elice B. *A investigação da natureza no Brasil Colônia*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

PUNTONI, Pedro. Como coração no meio do corpo. In: MELLO E SOUZA, Laura de; FURTADO, Júnia F.; BICALHO, Maria F.(org.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

REIS FILHO, Nestor G. *Contribuição ao estudo da Evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: USP, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo no Brasil, Primeira Parte: Período Colonial. In: ARAÚJO, Renata; CARITA, Helder (coord.). *Coleção de Estudos Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

REIS, Flávia Maria da Mata. *Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano nas Minas do século XVIII (1702-1762)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

REIS, José de Souza. Arcos da Carioca. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. nº12. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

RENGER, Friedrich E. Direito Mineral e Mineração no Código Costa Matoso (1975). *Varia História*, Belo Horizonte, n. 21, jul., 1999.

RESENDE, Dejanira. “Arraia-miúda” nos morros das Minas: conflitos sociais na Vila do Carmo, década de 1710. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010, p. 15.

RESENDE, Dejanira. *Mineração do ouro: direitos e práticas exploratórias na América Portuguesa*. Relatório de Iniciação Científica, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

RIOS, Wilson de Oliveira. *A lei e o Estilo: a inserção dos ofícios mecânicos na sociedade colonial brasileira. Salvador e Vila Rica (1690-1790)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo - século XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

ROSA, Maria C. *Da pluralidade dos corpos: educação, diversão e doença na Comarca de Vila Rica*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. O Governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História*, São Paulo, n.109, v.LV, 1977.

RUSSEL-WOOD, A .J. R. Centro e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. Tradução de Maria de Fátima Gouveia. *Revista de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.

SALGADO, Graça. *Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SALGADO, Ivone. Condições Sanitárias nas cidades brasileiras de fins do período colonial (1777-1822): teorias e práticas. In: ARAÚJO; CARITA; ROSSA (coord.) *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

SALGADO, Ivone. Condições Sanitárias nas cidades brasileiras de fins do período colônias (1777-1822): teorias e práticas. ARAÚJO; CARITA; ROSSA (coord.) *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

SALLES, Fritz Teixeira de. *Vila Rica do Pilar: um roteiro de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Editara Itatiaia, sd.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Corpo e história. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, PUC-SP, v.1, n.1, 1993.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Senac, 2007.

SANTIAGO, Camila F. G. *A Vila em Ricas Festas: celebrações promovidas pela Câmara de Vila Rica, 1711-1744*. Belo horizonte: Editora C/ Arte, 2003.

SANTIAGO, Camila F. G. Os gastos do Senado da Câmara de Vila Rica com festas: destaque para Corpus Christi (1720-1750). In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, v.2, 2001.

SANTOS, Manuela Arruda. Cuidado com o Tigre! *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 31, abr., 2008.

SANTOS, Noronha. Aqueduto da Carioca. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 4, 1940.

SANTOS, Noronha. Fontes e chafarizes do Rio de Janeiro. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 10, 1946.

SANTOS, Noronha. Um litígio entre marceneiros e entalhadores no Rio de Janeiro. Autos de Execução de 1759-1761. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional*, Rio de Janeiro, v. 6, 1942.

SANTOS, Paulo. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

SCARATO, Luciane Cristina. *Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais: administração, territorialidade e cotidiano (1733-1783)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2009.

SILVA FILHO, Geraldo. *O oficialato mecânico em Vila Rica no século XVIII e a participação do escravo e do negro*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SILVA, Ana Cristina N. da. *O modelo espacial do Estado Moderno: reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998.

SILVA, Fabiano G. da. Chafarizes e Máscaras: pequena referência à participação africana na produção artística mineira. In: PAIVA, Eduardo F.; IVO, Isnara P. (org.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2008.

SILVA, Fabiano G. da. SILVA, Fabiano G. da. A construção da urbe. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLV, 2009.

- SILVA, Fabiano Gomes. *Pedra e cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- SILVA, Ivo Pereira da. Em busca das boas águas: os aguadeiros de Belém e a Companhia das Águas do Gram-Pará. (1855-1885). *Anais da ANPUH*, Minas Gerais. Encontro Regional de História, Belo Horizonte, FAFICH, UFMG, 2008.
- SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais em Minas Gerais Setecentista: a representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica (1760-1808)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- SILVEIRA, Marco A. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SMITH, Robert. *Arquitetura colonial*. Salvador: Livraria Progresso, 1955.
- SUBTIL, José. “Os poderes do Centro”. In: MATOSO, José (org). *História de Portugal: o Antigo Regime*: Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- TEIXEIRA, Armando. *Breve notícia sobre abastecimento de água a Lisboa no século XVIII*. Serviço de Museu e Aqueduto Águas Livres, Lisboa: EPAL, 1987.
- TEIXEIRA, Manuel. C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português. Séculos XIII-XVIII*. Portugal- Brasil. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- TEIXEIRA, WILSON. *Decifrando a Terra*. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais. 1500-1800*. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da magia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.
- TORRÃO FILHO, Amílcar. *Paradigma do caos ou cidade da conversão: a cidade colonial na América Portuguesa e o caso da São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- TRINDADE, Jaelson B. *A produção da Arquitetura nas Minas Gerais na província do Brasil*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- TRINDADE, Raimundo. *Instituições de igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Mec/SPHAN, 1945.
- VASCONCELLOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.
- VASCONCELLOS, Diogo de. *História do Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1935.
- VASCONCELLOS, Salomão de. *Ofícios Mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 4, 1940.
- VASCONCELLOS, Salomão. *Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1947.
- VASCONCELLOS, Salomão. *Mariana e seus templos*. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyner, 1938.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura no Brasil, pintura mineira e outros temas*. Belo Horizonte: UFMG, 1959.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura Particular em Vila Rica*. Belo Horizonte, 1951.

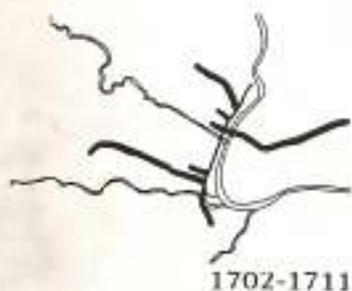
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento - residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- VEIGA, Afonso Costa Santos. *José Pereira Arouca, mestre pedreiro e carpinteiro: Mariana - Minas Gerais séc. XVIII*. Arouca: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1999.
- VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- VIGARELLO, Georges; PORTES, Roy. Corpo, Saúde e Doenças. In: VIGARELLO, G(org.) *Da Renascença às luzes*. v.1. CORBIN, A; COURTINE, J. VIGARELLO, G.(dir. geral). *História do Corpo*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- VILLALTA, Luiz C. Educação: nascimento, “haveres” e gêneros. In: VILLALTA; RESENDE; (org.) *História de Minas Gerais*. v.2. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007.
- VILLALTA, Luiz C.; RESENDE, Maria Efigênia L. de. *História de Minas Gerias: as Minas Setecentistas*, Belo Horizonte: Autêntica, Companhia Tempo, 2007, 2v.
- VILLALTA, Luiz Carlos. O cenário urbano em Minas Gerais Setecentista: outeiros do sagrado e do profano. In: *Termo de Mariana: História e Documentação*. Mariana: UFOP, 1998.

ANEXOS

1.Evolução do Traçado urbano de Mariana nos séculos XVII e XVIII.....	2633
2.Termo de Mariana: Freguesias e arraiais subordinados (1750-1808).....	2654
3.Tabela de Conversão de Valores.....	2665
4.Caminho das águas: aqueduto e chafarizes de Mariana.....	266

1.Evolução do Traçado urbano de Mariana nos séculos XVII e XVIII

EVOLUÇÃO DO TRAÇADO



Fonte : diversas
(ver texto)

ESCALA : 1/ 40.000



Fig. 31- Evolução do Traçado 1696 - 1800

Fonte: FONSECA, Cláudia D. *Mariana: Gênese e transformação de uma paisagem cultural*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1995. p.84

2. Termo de Mariana: Freguesias e arraiais subordinados (1750-1808)

São José da Barra (Barra Longa)	Pilar do Barreto, São Gonçalo do Barreto, Santana do Deserto, Abre Campo, Saúde (Dom Silvério), São João Batista do Crasto, Nossa Senhora do Carmo da Barra do Piranga, Capela de São Pedro e São Luís de Bom Retiro.
Antônio Pereira	-----
Camargos	Bento Rodrigues
Catas Altas do Mato Dentro	Morro da Água Quente, N. Sra. Mãe dos Homens do Caraça
Furquim	Gualaxo do Norte, São Gonçalo do Ubá (Acaiaca), Ponte Nova, N. Sra. do Crasto de Cima
Guarapiranga (Piranga)	Barra do Bacalhau (Guaraciaba), N. Sra. de Oliveira (Senhora de Oliveira), São José do Xopotó (Alto Rio Doce), São Caetano do Xopotó (Cipotânea), Calambau (Presidente Bernardes), Brás Pires, Tapera (Porto Firme), Rio Novo, Fazenda do Mello, N. Sra. do Desterro, Manjalégua.
Inficionado (Santa Rita Durão)	Fazenda do Rio do Peixe, Paulo Moreira (Alvinópolis)
São Caetano (Monsenhor Horta)	Fazenda da Boa Vista (Cláudio Manoel), N. Sra. das Neves
Mártir São Manoel do Rio Pomba e Peixe dos Índios Coropós e Coroados (Rio Pomba)	Mercês do Pomba, Conceição do Turvo (Senador Firmino), São José do Barroso (Paula Cândido), Santa Rita do Turvo (Viçosa), São Sebastião do Casca Pequeno, Bonfim (Aracitaba), São José do Paraopeba (Tocantins), São João Batista do Presídio (Visconde do Rio Branco), Dores do Turvo, Espírito Santo do Pomba (Guarani)
São Sebastião	Fazenda do Gama
Sumidouro	Pinheiro, São Domingos de Mariana (Diogo de Vasconcelos), Brumado (Cachoeira do Brumado), Miguel Rodrigues

Fonte:: PIRES, Maria do Carmo. Câmara Municipal de Mariana no século XVIII: formação, cargos e funções. In: CHAVES, C.; PIRES, M.; MAGALHÃES, S. *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: UFOP, 2008.

3. Tabela de Conversão de Valores

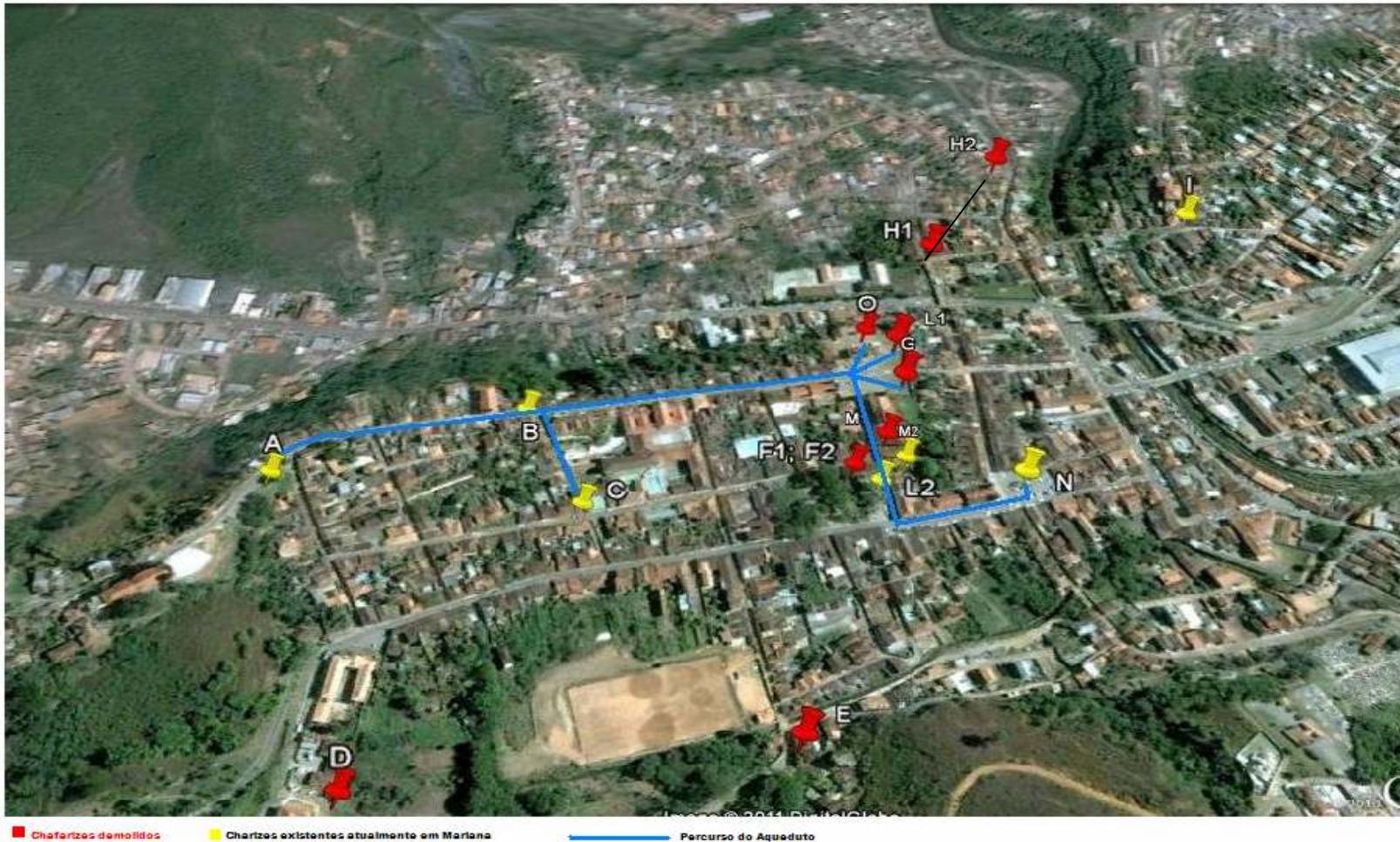
Período/ Uma oitava(1/8) de Ouro	Valor de uma oitava em Réis
Até 1725	1.500 réis
01/02/1725 a 24/05/1730	1.200 réis
15/05/1730 a 04/09/1732	1.320 réis
1735 a 1751	1.500 réis
1751 a 1823	1751 a 1823

Fonte: ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. 2 ed. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.p.146.

Valores, pesos e medidas	Valor em réis
1 centavo	10 réis
1 vintém	20 réis
1 tostão	100 réis
1 pataca	320 réis
1 cruzado	400 réis

Fonte: SPIX, Johan Baptista, Carl Friedrich Philipp Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo: Ed.USP, 1981, v.1.

4. O Caminho das águas: aqueduto e chafarizes de Mariana



Chafarizes: (A) Chafariz de São Pedro; (B) Chafariz de São Francisco dos Pardos, (C) Chafariz dos Cortes, (D) Fonte e Tanque da Samaritana do Palácio dos Bispos, (E) Fonte do Seminário, (F1) Chafariz do Rossio, 1749-1795; (F2) Chafariz da Praça, 1795; (G) Chafariz de São Francisco dos Branco, (H1 e H2) Possíveis localizações do Chafariz de São Gonçalo, (I) Fonte dos Monsus, (L) Fonte dos Quartéis, (M) Chafariz de Tomé Dias, 1795-1801; (M2) Chafariz do Conde de Assumar (1801), (N) Chafariz da Sé, (O) Chafariz da Câmara. Fonte: Imagem Google Earth (Adaptada), 19 Nov. 2010